

MAUCIA VIEIRA DOS REIS

**ENTRE VIVER E MORAR:
EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
(UBERLÂNDIA - ANOS 1980/1990)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG 2003

MAUCIA VIEIRA DOS REIS

**ENTRE VIVER E MORAR:
EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
(UBERLÂNDIA - ANOS 1980/1990)**

Dissertação apresentada pela aluna Maucia Vieira dos Reis como pré – requisito para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

Área de concentração: História Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG 2003

MAUCIA VIEIRA DOS REIS

**ENTRE VIVER E MORAR:
EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
(UBERLÂNDIA - ANOS 1980/1990)**

BANCA EXAMINADORA

**Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso - UFU
(Orientadora)**

Prof.^ª Dr.^a Yara Aun Khoury – PUC/SP

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida – UFU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG 2003

Dedicatória

Dedico este trabalho,

a Sheille, amiga de todas as horas, historiadora, com quem dividi angústias e alegrias, refleti sobre a produção intelectual e, em especial, discuti intensamente este trabalho.

a Irmã Nilda, que em tempos idos me fez acreditar na vida.

ao Nísio, meu esposo, companheiro, meu porto seguro. Sem ele seria mais difícil essa caminhada.

Agradecimentos

Àqueles cujos nomes não estão mencionados aqui, mas que, no decorrer da elaboração deste trabalho, estiveram presentes, tornando a sua realização possível, mediante o apoio, a compreensão, a torcida, a ajuda material e intelectual.

A Heloísa Helena Pacheco Cardoso, pela orientação segura, criteriosa, com que cuidou do exercício de pensar comigo a elaboração desta dissertação. Quero dizer que o adjetivo *companheira* atribuído a ela em trabalho anterior não foi exagero; foi, sobretudo, a tradução da atenção, do respeito intelectual com a nossa forma de pensar e com as possibilidades de expansão dos nossos próprios limites.

A Paulo Roberto de Almeida, pelo olhar atento com que acompanhou o desenrolar deste trabalho por dois anos, não perdendo nenhum lance do processo, provocando discussões, questionamentos, levando-me a (re)pensar e a problematizar conceitos, desnudando vícios enraizados de leitura... Não foi uma tarefa fácil para mim, mas, sem medo de errar, posso afirmar que tanto trabalho resultou em crescimento, amadurecimento intelectual e fortalecimento de posturas a respeito da história e do complicado ofício de historiador.

A todos que colaboraram para viabilizar minha transferência do Setor de Enfermagem para o Instituto de História, encorajando-me e desvendando as tramas burocráticas do serviço público, o que tornou possível a realização desse Mestrado. Neste viés, os meus agradecimentos especiais a Leila Bitar Moukachar Ramos (Pró-Reitora de Recursos Humanos), a Alice Hoshino e aos colegas do setor de Raio-X; bem como a Paulo Roberto de Almeida, Karla Adriana Martins Bessa e Maria Clara Tomaz Machado, dirigentes no Instituto de História, onde obtive guarida. A Dulcina, Velso, Rosália, Walter, D. Cleusa, Delta e Marta, pela boa acolhida no CDHIS, órgão para o qual fui designada.

A Universidade Federal de Uberlândia pela redução da jornada de trabalho.

Aos colegas da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, (Marcos Moreira, Alexandre, Paulo Inácio, Adriana, Luciana, Ana Paula e Sheille), e aos professores do Mestrado, agradeço pelas discussões calorosas, nem sempre fraternas, mas profícuas, realizadas em sala de aula, estendendo-se pelos corredores e para os grupos de estudos. Foram dois anos marcantes nas nossas vidas.

A Maria de Fátima Ramos Almeida, por não se furtar a discutir alguns dos meus “nós” relacionados à pesquisa.

Aos entrevistados e, em especial, aos moradores não entrevistados dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia – Sr. Roberto, Sr. Irineu, Sr. Adejardes e sua mãe Maria Tereza, Lourdes, Silnando, D. Nadir – que confiaram-me as suas memórias, os seus anseios e perspectivas em relação ao lugar em que vivem.

A Cibele, ao Glauber, ao Renato, a Tereza Cristina, Sandra e Eduardo por me auxiliarem no uso do computador, ao qual tenho aversão, mas que, em função da pesquisa, fui obrigada a utilizar.

A meus pais, Geraldo e Geralda, que, como os “meus sujeitos”, apostaram nos estudos dos filhos como forma de um viver melhor.

Aos meus filhos, Claudio Roberto, Manoel Inácio e Douglas Leandro, que conviveram durante esse tempo com a mãe estudante, muitas vezes mais estudante do que mãe; às minhas noras, Izabel Cristina, Neibe Leane e Talita que torceram por mim. Aos meus netos, Marcus Filipe, Maria Eduarda e João Vitor, que chegavam bagunçando a minha mesa de estudos, exigindo a presença da avó e, providencialmente, libertavam-me do meu inferno intelectual. Às minhas irmãs, irmãos, sobrinhos(as), cunhados(as), que na relação em família, muitas vezes fizeram a minha parte para que eu pudesse dedicar-me aos estudos.

A D. Ione Mercedes Miranda Vieira, que apesar do seu problema de saúde, revisou o meu trabalho. A Gisandra, responsável pela tradução do “resumo”.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas anônimas que compuseram “a turma do vai dar conta”, sempre prontas a acionar o botão verde quando o desânimo baixava sobre a minha cabeça.

Aproveito a oportunidade para isentar os colaboradores de quaisquer problemas, erros, lapsos que por certo estarão presentes no corpo do texto, considerando que, apesar da vontade, dos estudos propostos, dos esforços despendidos, as falhas são intrínsecas ao ser humano.

“Num novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos em cena
Estamos na rua
Quebrando as algemas

Pra nos socorrer
Pra nos socorrer”

(Ivan Lins)

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg

R375e Reis, Maucia Vieira dos.

Entre viver e morar : experiências dos moradores de conjuntos habitacionais (Uberlândia - anos 1980-1990) / Maucia Vieira dos Reis. - Uberlândia, 2003.

...123 f.

Orientador: Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Uberlândia - História - Teses. 3. Conjuntos habitacionais - Uberlândia - Teses. I. Cardoso, Heloísa Helena Pacheco. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU:

930.2:316(041.3)

Obs.: Neste arquivo não constam as figuras (fotos e mapas) e documentos citados no decorrer do texto por terem sido utilizadas fotocópias dos mesmos o que impossibilitou sua reprodução dentro deste formato.

A autora.

Sumário

RESUMO	09
ABSTRACT	10
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I	
Os Conjuntos Habitacionais na política dos anos 80	25
CAPÍTULO II	
(Re)Construindo vivências e (re)organizando espaços	46
CAPÍTULO III	
A construção de territórios pelos moradores dos Conjuntos Habitacionais	69
CAPÍTULO IV	
Na luta por direitos: experiências de participação política	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
BIBLIOGRAFIA	115
1. FONTES	120
2. RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	122
3. ANEXO I	124
4. ANEXO II	125
5. ANEXO III	126
6. ANEXO IV	127
7. ANEXO V	128

Resumo

Propomos nesse trabalho refletir os modos de viver dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia e suas trajetórias em busca da casa própria, em Uberlândia, nos anos 1980/1990. Para esses moradores, viver na casa própria significou um constante reconstruir de viveres.

O contato com a realidade de uma infra-estrutura precária nos novos espaços de moradia fez com que eles estabelecessem relações sociais entre si, com os bairros vizinhos e, ao mesmo tempo, criassem estratégias de luta com o Poder Público para tornarem efetivos o fornecimento da água, a energia, o esgoto, o transporte coletivo, possibilitando minimamente a vida nos Conjuntos Habitacionais. Nestas reconstruções, reelaboraram valores, conceitos, formas de convivência. Aos poucos, o pertencimento à cidade foi se revelando em um fazer-se constante desses sujeitos na solidificação dos seus direitos, de ter escola, a assistência à saúde, a regularidade do transporte coletivo, de usufruírem dos valores urbanos assimilados nessa caminhada.

Na percepção dessas vivências inspiramo-nos principalmente no pensamento de E. P. Thompson, E. Hobsbawn, J. Fontana e Raymond Williams.

Como fontes, optamos pelos jornais da época citada; documentos oficiais (Códigos de Postura, Plano de Urbanização da cidade, materiais publicitários, mapas); fotografias; depoimentos orais; atas da Associação de Moradores e outras documentações produzidas e cedidas pelos moradores.

Palavras chave: conjuntos habitacionais, modos de viver, cidade de Uberlândia.

Abstract

We propose in this work to reflect the ways of living of the inhabitants of the districts 'Segismundo Pereira' and 'Santa Luzia' and their trajectories in search of the house of their own, in Uberlândia, at years 1980/1990. For these inhabitants, living in the house own mean one constant to restore of life.

The contact with the reality of a precarious infrastructure in the new spaces of housing, did with that they established social relations between themselves, with neighboring districts and, at the same time, created strategies of fight with the Public Power to become effective the water's supply, the energy, the sewerage system, the collective transport, enabling minimumly the life in the districts. In these reforms, they reorganized values, concepts, conviviality's ways. Little by little, the belonging to the city was disclosing oneself in one to make constant of these citizens in the solidification of their rights, to have school, the assistance to the health, the regularity of the collective transport, the usufruct of urban values assimilated in that walk.

In the perception of these experiences we inspired us, mainly, in the E. P. Thompson's, E. Hobsbawn's, J. Fontana's and Raymond Williams' thought.

As sources, we optet by old newspapers of the cited time; official documents (Codes of Posture, Plan of Urbanization's city, advertising materials, maps); photographs; verbal depositions; Inhabitants Association's acts and other documentations produced and given by inhabitants.

Keywords: districts, ways of living, city of Uberlândia.

Considerações Iniciais

Considerações Iniciais

A proposta deste trabalho é refletir sobre os modos de viver dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, e suas trajetórias em busca da casa própria, em Uberlândia, anos 1980/1990. Nesse caminhar, esses moradores vão traçando estratégias, estabelecendo relações entre eles, com os moradores dos bairros vizinhos e com o Poder Público para verem consolidados os seus direitos de ter/morar em uma casa própria e usufruir dos bens e benfeitorias públicas que transformam a cidade em um espaço possível de se viver.

Esta preocupação adveio da pesquisa realizada para a minha monografia do final do curso de graduação em História¹, que apontou para uma tentativa de racionalização do espaço urbano em Uberlândia, resultando numa periferação da cidade e na ocupação dos seus entornos, com o surgimento de novos bairros ou conjuntos habitacionais.

Inicialmente, tinha em mente, além da temática da urbanização, trabalhar com quatro bairros periféricos: Alvorada, Segismundo Pereira, Santa Luzia e Luizote de Freitas. Estes bairros tiveram em comum a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH/SFH - Banco Nacional de Habitação e Sistema Financeiro de Habitação - como núcleo fundante, visando contemplar trabalhadores de baixo poder aquisitivo.

No decorrer do mestrado, alguns fatores colaboraram para um repensar deste projeto. Como o lamentável período de 24 meses, colocado pela CAPES para se concluir o curso, obrigando professores e alunos a um esforço sobre-humano para desenvolver a proposta de trabalho no tempo exigido, o que certamente deixa muito a desejar.

O encontro de pesquisadores realizado na PUC/São Paulo, no primeiro semestre de 2001, as Missões de Trabalho que se seguiram em 2002, como atividades do PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - oportunizaram conhecimentos e trocas de experiências que contribuíram para ampliar os nossos horizontes sobre as temáticas em estudo.

As leituras de textos e discussões propostas pela Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, centrados sobretudo no marxismo inglês,² confirmaram a necessidade de redimensionar o projeto.

¹ REIS, Maucia Vieira. *Alvorada: Memórias de um bairro - Uberlândia. Anos 80/95*. Monografia. (Graduação em História) Universidade Federal de Uberlândia. Janeiro, 2000.

² Entre os textos discutidos, destaco: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tomo II, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987; _____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro, Zahar 1981; _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das

Havia nesse redimensionamento uma perspectiva de fugir da forma clássica de pensar a cidade, sem a pretensão de menosprezar os trabalhos que se embrenharam por esses meandros, mas se firmando na busca de outros caminhos, percebendo como os modos de vida de pessoas pobres se transformaram com a casa própria adquirida nos conjuntos habitacionais, obrigando-os não só à transferência física do lugar de moradia mas à reconstrução de viveres e territórios no novo local.

A idéia inicial de pesquisa sobre quatro bairros foi, então, reformulada, e a minha atenção se voltou para a análise dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia nas perspectivas dos moradores, que lutaram para ter a sua casa e que reconstruíram seus modos de vida no novo espaço que passaram a ocupar.

As pessoas detentoras de dinheiro se estabelecem onde lhes é conveniente. Fazem as suas escolhas de acordo com os seus interesses. Entretanto, essas opções constituem um privilégio para poucos dentro das relações capitalistas em que vivemos. Interessa-me mormente perceber como famílias que não se incluem neste patamar se fixaram em Uberlândia, onde elas estão, como vivem, estudam, trabalham e se divertem.

Os Conjuntos mencionados foram construídos na região Leste de Uberlândia, próximos um do outro (ver Anexo 1) e entregues à população no início da década de 1980. Compostos por casas padronizadas, financiadas pelo SFH/BNH, tinham, como clientela, trabalhadores pobres³.

Marcados pela distância entre o que se conhecia na época (1980) como centro urbano e os novos Conjuntos Habitacionais, o que existia entre eles era o bairro Santa Mônica, ainda em expansão, e extensa faixa de terra, não ocupada, na sua maioria, coberta por cerrado. As novas construções, acessadas formalmente pela avenida Segismundo Pereira, pareciam ilhas mergulhadas na imensidão do cerrado, inaugurando uma face da expansão periférica da cidade.

Posteriormente, nesses locais, foram ocorrendo outras formas de ocupação dos seus entornos à revelia do mercado imobiliário, fosse por loteamentos incentivando a auto-construção, de moradias, ou até mesmo construindo pequenos conjuntos de casas visando a

Letras, 1998; _____. "Folclore, Antropologia e História Social". In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 327 a 269; FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru: EDUSC, 1998; KHOURY; Yara Aun. "Narrativas Oraís na investigação da história Social". *Projeto História - História e Oralidade* (22). São Paulo: EDUC, 2001; HOBBSAWM, E. J. "O Fazer-se da Classe Operária 1870-1914". In: *Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 273 - 247.

³ Sendo que 1055 unidades foram edificadas no Conjunto Segismundo Pereira, e o Conjunto Santa Luzia foi edificado com 805 unidades. Projeto urbanista, modelo 4.1, Secretaria Municipal de Obras. Prefeitura Municipal de Uberlândia/1978.

uma ocupação mais rápida na região. Entretanto, observa-se que essas novas edificações primaram pela diferença e pela preservação da estética entre si e não se assemelhavam às casas dos Conjuntos. Muito menos, no que tange à construção do que denomino de pequenos conjuntos de casas, estes não tiveram a intervenção direta do Poder Público, como ocorreu com os Conjuntos embrionários.

Inseridos em uma visão mercadológica, buscava-se, com esses cuidados, a preservação da beleza, dos novos estilos de construções, pretendendo alcançar uma clientela diferenciada. Mesmo porque, à medida que se construíram os Conjuntos Habitacionais, Segismundo Pereira e Santa Luzia, os espaços preservados foram automaticamente beneficiados com a extensão da rede de serviços públicos perpassando tais locais; tanto no que diz respeito à energia, água, esgoto, telefone, como nos arruamentos necessários para chegar aos Conjuntos, principalmente o transporte coletivo. Estes serviços, ainda que precários, são sinalizadores efetivos, para o mercado imobiliário, da revalorização do terreno. Pagou por eles – os espaços preservados – quem tinha condições financeiras para comprá-los.

À proporção que esses entornos foram ocupados, os Conjuntos e as suas adjacências se fundiram respectivamente em bairros, Segismundo Pereira e Santa Luzia, a partir dos anos 1990 (ver Anexos 2 e 3). Uma mudança que trouxe uma discordância, não por parte dos moradores das casas dos antigos Conjuntos, mas entre os proprietários circundantes. Viam nessa medida uma desvalorização das suas propriedades. Todavia, independente dessa expansão, fosse pela ocupação dos espaços vazios, fosse pela ampliação do bairro, a pesquisa se manteve restrita aos Conjuntos Habitacionais embrionários e aos seus moradores.

Além do isolamento, os Conjuntos foram marcados por uma infra – estrutura precária, exigindo dos seus moradores uma luta constante com o Poder Público, para tornarem efetivos, no local, a prestação dos serviços públicos básicos à vida: água, esgoto, energia e, sobretudo, os acessos à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho. Assim, buscar o modo como milhares de famílias viveram esse processo tornou-se imprescindível neste trabalho.

O recorte cronológico proposto deveu-se à construção e à inauguração oficial dos conjuntos referidos na década de 1980. Nos anos 1990, já é possível perceber uma solidificação dos modos de viver dessa população. Não querendo dizer, com isso, que tais formas estejam estáticas, mas que passaram por momentos cruciais, do recebimento e mudança para a casa própria, nos (re)arranjos iniciais, imprimindo a elas um ritmo

dinâmico, próprio, às vivências posteriores. Na análise, acompanho a trajetória desses moradores e os significados que eles atribuíram às suas experiências.

A historiografia que elege a cidade de Uberlândia como tema de estudo, mostra-nos uma diversidade de análise sobre o enfoque da cidade: alguns voltam-se para as tentativas de organização dos espaços da urbe, e ao modo como esses espaços foram ocupados dentro da lógica capitalista; outros se preocupam com as diversas ações do mercado imobiliário e os interesses envolvidos, principalmente entre o poder público e setor privado. Há, ainda, os trabalhos que versam sobre como essas ações intervieram na vida da população e, sobretudo, as inúmeras ações e reações dessas pessoas frente às políticas urbanas adotadas.

Destes, o trabalho de Soares⁴, ao discutir a formação dos espaços na cidade de Uberlândia, aponta para a tentativa, dos administradores municipais, em racionalizar a cidade. Essa tentativa traz a formação de bairros na periferia como efetivação dessa ação incluindo neles a construção de Conjuntos Habitacionais na década de 1980. Em outra direção, o meu trabalho preocupou-se em entender como os meus sujeitos, moradores dos conjuntos habitacionais Santa Luzia e Segismundo Pereira, viveram parte do processo de formação desses espaços.

Os trabalhos mais recentes (2001/2002) sobre Uberlândia⁵ estão alicerçados em uma preocupação comum de pensar a cidade na sua multiplicidade, constituída pelos diferentes agentes que nela atuam, priorizando nesse seu “fazer-se” trabalhadores pobres, excluídos do projeto de “cidade ideal”. Assim, Moraes e Medeiros conseguem visualizar, na construção do cenário urbano, trabalhadores outros em busca do pertencimento à cidade. Isto é: na sua especificidade, Moraes aponta a presença de trabalhadores, que, com a sua carroça puxada por animais, vasculham a cidade em busca da sua sobrevivência e da família. A sobrevivência para os carroceiros assenta-se principalmente no desafio diário de transitarem como intrusos por avenidas e ruas abertas para as máquinas do asfalto, os possantes automóveis. Ainda, inserido no trabalho informal, Medeiros vê, nas relações sociais constitutivas da cidade, os trabalhadores, ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de produtos horti-granjeiros, assegurando, na criatividade dos

⁴ SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) FAFIC/USP. São Paulo, 1988.

⁵ MORAES, Sérgio Paulo. *Trabalho e cidade – Trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia - 1970 / 2000*. Dissertação (Mestrado em História) UFU, Uberlândia 2002; MEDEIROS, E. Antunes. 1970/2001. *Trabalhadores e viveres urbanos: Trajetórias e disputas na conformação da cidade-1970/2001*. Dissertação (Mestrado em História) UFU, Uberlândia, 2002. PETUBA, R. M. S. *Pelo direito à cidade experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir. Uberlândia (1990/2000)*. Dissertação (Mestrado em História) UFU. Uberlândia, 2001.

produtos ofertados que os seus viveres lhes proporcionam – porcos, frangos, ovos e verduras – o seu comércio. Os sujeitos sociais, eleitos tanto por Moraes como por Medeiros dentro das suas especificidades, tiveram que se reestruturar frente às mudanças ocorridas nos espaços da cidade, nas últimas décadas, atendendo à lógica do mercado e à dinâmica que o capitalismo impõe.

O trabalho de Petuba privilegiou as experiências vividas por trabalhadores sem teto no processo de ocupação de terra, em busca de moradia, em região periférica da cidade nos anos 1990. No olhar da autora, esses sujeitos, por não se enquadrarem nas normas do mercado formal do trabalho, não são considerados, pelas relações sociais que movem a cidade, como trabalhadores. São vistos como

“...sobrantes, restos incômodos que só aparecem nas estatísticas da crise ou nas páginas policiais... sobras de uma cidade moderna, resíduos inevitáveis do crescimento urbano e do progresso gerador de desigualdades, ambos intrínsecos à lógica do sistema capitalista.”⁶

Ao se manifestar a respeito da dura realidade de exclusão dos seus sujeitos a reflexão de Petuba auxilia-me na compreensão de quão seletiva e cruel foi (e ainda é) a Política Habitacional. No meio dos milhares de trabalhadores pobres sem casa própria, essa política ainda consegue selecionar e privilegiar, dentre eles, os “menos” pobres.

De maneira geral, os jornais do período trazem uma conjuntura nacional instável, movida pelo desajuste da economia, salários corroídos pela inflação, propiciando um índice assustador de desemprego e um custo de vida muito alto. Se esta situação era preocupante para a maioria da sociedade brasileira, entre os mais pobres, repercutia muito mais. Isto é, os jornais ressaltam uma acentuação da pobreza e a difícil vivência dessa gente nas décadas estudadas.⁷

Em meio às mazelas propiciadas por esse desajuste, a (des)assistência à saúde, educação, o desemprego, a moradia se apresentam como um problema a ser solucionado pelo governo. Nesse contexto, os jornais apontam, de forma enfática, a Política Nacional de Habitação, financiada pelo SFH/BNH – Sistema Financeiro de Habitação e Banco Nacional de Habitação –, órgãos governamentais sustentados pelo FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – e os rendimentos das cadernetas de poupança.

⁶ PETUBA, R. M. S. 2001. *Op. cit.*, p. 82.

⁷ Foram pesquisados os seguintes jornais de Uberlândia: Correio de Uberlândia, A Notícia e Primeira Hora, no período estabelecido no corte cronológico da pesquisa.

Teoricamente, essa política tinha por meta alcançar a cifra de quatro milhões e meio de construções de casas para trabalhadores de baixa renda⁸.

Observa-se, pelos jornais, que a Política Nacional de Habitação encontrou ecos em todas as esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal. Aqui em Uberlândia, grandes conjuntos habitacionais foram construídos no início dos anos 1980, inseridos nessa política, inclusive, os Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, objetos de estudo do meu trabalho⁹. Em meio à euforia que envolveu a adoção da política, percebida nos jornais, que trazem, além da receptividade de trabalhadores pobres que vêm nessa política a oportunidade de realizarem o sonho da casa própria, o aumento dos reajustes da prestação e o seu descompasso em relação ao aumento dos salários. Os contemplados com a casa própria se viram imersos em uma conseqüente desvalorização da moeda, do poder aquisitivo, e, como não deveria deixar de ser, frente à situação de desajuste econômico da época, o aumento da inadimplência colocou-se como “fantasma”, minando o sonho do trabalhador de baixa renda de ter/manter a sua casa.

Entretanto, percebe-se, também, nos artigos analisados, principalmente no que se refere à municipalidade, uma postura dos jornais, quase sempre colada ao Poder Público, justificando tais ações e ou até mesmo curvando-se a elas. Nessa interpretação, além dos cuidados normais que um historiador deve ter com o manuseio das fontes, independente da sua natureza, trabalhos enfocando o “papel” da imprensa como “espaços de gestação”, veiculadores dos “projetos que se quer para a cidade” e vistos como espaços fomentadores de tensões oriundas de seus propensos gestores, foram se somando ao raciocínio¹⁰.

Na oportunidade, não poderia falar das fontes sem mencionar os órgãos que têm, sob a sua guarda, grande parte da documentação usada neste trabalho, como os jornais referentes à cidade, que se encontram encadernados e disponíveis ao pesquisador no Arquivo Público Municipal, em Uberlândia.

No caso das fotos, datadas de 1986, e parte da documentação oficial usadas no trabalho, estas, estão arquivadas em pastas no CDHIS – Centro de Documentação e

⁸ “Presidente constata em Uberlândia ritmo acelerado do programa habitacional”. *Correio de Uberlândia*, 17/09/1980, p. 07.

⁹ Na década de 1980, deu-se em Uberlândia um “boom” periférico, ampliando os limites da cidade. Nessas novas propostas de espaço para moradia, as construções de conjuntos habitacionais para as camadas populares se fizeram notar, inclusive os Conjuntos Segismundo Pereira e o Santa Luzia, assim como outros, o Luizote de Freitas, o Liberdade, o Alvorada.

¹⁰ CRUZ, Heloísa Faria. *Na cidade, sobre a cidade. Cultura Letrada, Periodismo, Vida Urbana. São Paulo, 1890/1915*. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 1994; PEREIRA L. Mékie. *Dependências, Favores e Compromissos. Relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40/50*. Dissertação (Mestrado em História) UFU. Uberlândia, 2001.

Pesquisa em História – de responsabilidade do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Esse Centro de Pesquisa abriga um riquíssimo acervo documental sobre a história da cidade e região.

As fontes oficiais analisadas, Códigos de Posturas do Município e o Planejamento urbano elaborado em 1954¹¹, mostraram uma tentativa de parte da elite política local de construir uma cidade ideal, regulando desde o comportamento das pessoas, passando pelos hábitos a serem abandonados e outros construídos ou conservados, tais como: a saúde, a educação, a frequência às áreas de lazer, a formação/construção das casas, das ruas, avenidas, locais públicos e, principalmente, os diferentes espaços reservados na construção de bairros e suas clientelas, visando a uma organização da cidade. Dentre eles, incluem-se os conjuntos habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia.

Neste sentido, outras publicações, escritas a partir da década de 1980¹², vêm corroborar a análise das fontes oficiais, trazendo a imagem de uma cidade idealizada, hospitaleira, que ofereceria trabalho a quem quisesse trabalhar e afirmando, inclusive, que em Uberlândia não existia mendigos. Tal discurso não reconhecia a pluralidade de vivências e relações sociais que se construíram e se constroem diariamente nesta cidade. Nega a realidade de aproximadamente quinhentas mil pessoas, população da cidade apurada pelo recenseamento de 2000, diferentes entre si, ricos, pobres, crianças, idosos, jovens, mulheres e homens que habitam Uberlândia.¹³

Na expectativa de desenvolver este trabalho, um rol de dificuldades alinharam-se no percurso. Uma delas se deu justamente no trato com as fontes oficiais. Devo dizer que as análises feitas, inicialmente, esbarraram nos tantos vícios herdados de leituras talvez nem sempre adequadas. Evidenciaram uma grande problemática sobre como lidar com as fontes e a necessidade de repensar conceitos cristalizados. As leituras dos documentos sinalizavam, a priori, para uma possível racionalização da cidade, onde tudo se apresentava como pronto e acabado. Assimilar esse pensamento seria admitir a existência de uma cidade "ideal," onde não se permitiam as diferenças, restando-me apenas a alternativa de

¹¹ São conhecidos os Códigos de Posturas escritos para a cidade de Uberlândia datados de: 1903 a 1913; 1950 1967 e 1988. O Plano de Urbanização, ao qual me referi, foi assinado por Otávio Roscoe, engenheiro responsável, chefe da Divisão de Cartografia e Desenho do Departamento Geográfico BH/MG em 09/02/1954. Coleção Uberlândia, CDHIS/UFU.

¹² Entre eles, ver: "Crise à distância". *Revista Veja*. Abril, 18/11/1987, nº 1002, p. 66 à 87. "Uberlândia, crescer com qualidade e modernidade". *Revista Vida Industrial*. FIEMG, 07/1991, nº 7, Vol. 42, p. 24 à 27.

¹³ Cartilha: *Uberlândia Portal do Cerrado. Guia Turístico*. Secretaria de Indústria Comércio e Turismo. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1995, p. 06.

"encaixar" os meus sujeitos neste "modelo". Estava em jogo, sobretudo, a forma de olhar para as fontes.

Na verdade, não era isso o que a pesquisa sinalizava para mim. Foi difícil perceber que, ao mesmo tempo que as análises traziam para o debate a existência de um fio condutor, (re)entretecendo e fomentando historicamente o discurso de uma "cidade ideal," faziam emergir, dentre outros anseios, as contradições dessa *tentativa* de idealização. O olhar viciado "materializava," de certa forma, trabalhadores pobres, desejosos de possuírem suas casas. As fontes "diziam" que esses trabalhadores não estavam inertes, apontavam, nos artigos por mim recolhidos, as lutas diárias de milhares de pessoas denunciando as más condições de vida, a precariedade dos serviços públicos prestados, a (des)assistência à saúde, educação, a ausência do lazer, o déficit de habitação, as dificuldades relacionadas à casa própria, enfim, mostrando com frequência uma mobilidade de trabalhadores, que, na busca da sobrevivência, se faziam e se fazem também construtores desta cidade.

Assim, a mesma fonte que me mostrava uma cidade forjada nos ideais de uma elite, deixava entrever, na tentativa de racionalização, as contradições múltiplas advindas dela, a exemplo, a segregação sócio-espacial, resultante, muitas vezes, das conveniências e acordos entre o poder público local e os interesses privados. Este vínculo propiciou a proliferação desenfreada da periferia, principalmente ao se construírem os conjuntos habitacionais. Esta ação condenou, no seu movimento interior, milhares de trabalhadores a uma vida de precariedade em busca do sonho da casa própria¹⁴.

Creio que o ato de repensar tem que ser uma constante na profissão do historiador, trazendo, antes de tudo, a necessidade de ser um crítico de si mesmo. Neste sentido, além da vontade de crescer intelectualmente, rever pressupostos, essa postura advém das leituras e das discussões realizadas na sala de aula; do hábito de "pensar" junto nos grupos de estudos, no corredor e até mesmo nos longos choros/desabafos por "horas e horas" no telefone ou num barzinho qualquer. O que possibilitou, gradativamente, um amadurecimento, fortaleceu posturas e escolha dos caminhos a serem palmilhados. Descobri que o exercício solitário de dialogar com as fontes é complicado, porém, difícil é "enxergar, ouvir e aceitar" o que elas nos falam. Recorro ao pensamento de Thompson, quando ele nos alerta para o fato de que as fontes não falam por si mesmas. São as

¹⁴ A pesquisa mostrou a existência de um vínculo, aqui em Uberlândia, entre o poder público local e grupos privados, propiciando a meu ver uma especulação imobiliária sem precedentes. Como, por exemplo, o artigo: "Quem são os donos da cidade." *Correio de Uberlândia*, 05/08/2001 p. A-2. Cf. sobre este assunto: SOARES, Beatriz Ribeiro. *Op. cit.*. 1998.

abordagens, as hipóteses e o olhar aguçado do historiador que vão estabelecendo os elos, construindo as respostas e as possíveis interpretações advindas desse exercício. Isto é, a forma de olhar é que vai descortinar o "invisível," quase sempre fosco a um olhar míope.¹⁵

Nestas escolhas, as fontes orais constituíram - se em importante instrumento na tentativa de perceber como trabalhadores absorveram a política da casa própria e quais foram os caminhos percorridos por eles na realização do sonho. Para além disso, como Portelli nos chama atenção, as memórias resguardam “*a preciosa consciência da injustiça do mundo existente (...) Na medida em que aviva as chamas do descontentamento ao revelar a contradição entre realidade e desejo faz com que esta contradição não ecloda em conflito aberto*”¹⁶, mas se manifeste nas falas como possibilidades e expectativas desses sujeitos.

Trabalho com dez entrevistas. Deste total, nove delas foram realizadas por mim e uma, a do Sr. Odair, foi gentilmente cedida por Calvo¹⁷. Seis depoimentos são de moradores do Segismundo Pereira e quatro do Santa Luzia¹⁸. Nessa etapa, procurei contactar preferencialmente moradores residentes no local desde a inauguração dos Conjuntos, em 1981. Por entender que esse “mudar” se diferenciou de tantos outros acontecidos na trajetória dos depoentes, buscava perceber, com este critério, as expectativas e os significados advindos do ritmo frenético de várias famílias se mudando concomitante, para a casa própria e para um mesmo espaço.

Posteriormente, outras entrevistas se deram, privilegiando moradores que chegaram para o Conjunto em 1985. Procurando, com isso, trazer para o trabalho uma visão diferenciada dos primeiros, ou seja, os que não compartilharam o momento descrito, vivido por estes. Do conjunto de entrevistas gravadas, a maior parte se deu em meados de 2002 e as outras no final do mesmo ano. Todas elas foram transcritas, respeitando a pronúncia do entrevistado, os silêncios e sinais que denotavam as vivências; em seguida analisadas, em função da pesquisa.

¹⁵ Sobre a importância do diálogo com as fontes, ver: THOMPSON, E. P. *Op. cit.*. 1981, p. 47 - 62; 180 - 201; THOMPSON, E. P. *Op. cit.*. 2001.

¹⁶ PORTELLI, A. "Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". *Projeto História - História e Cultura*. São Paulo: EDUC, nº 10, 1993, p. 58.

¹⁷ Sr. Odair Pereira Carrijo, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000. Esta entrevista foi realizada por Célia Calvo para sua tese de doutoramento e, por ser sobre a cidade de Uberlândia e morador do Santa Luzia foi cedida para o meu trabalho, ver: CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Experiências e lembranças de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1970*. Tese (Doutorado em História) PUC: São Paulo, março/2001.

¹⁸ No final deste trabalho, encontra-se uma listagem com o nome dos entrevistados e uma pequena biografia destes.

Nos depoimentos, não nos pautamos em saber se os entrevistados estavam falando ou não a “verdade”. Esperávamos, sobremaneira, que as experiências vividas no caminhar desses sujeitos fluíssem nas reelaborações apresentadas, e apreender nelas os vários significados atribuídos por eles às suas memórias. Entendendo que as vivências relatadas trazem no seu bojo não só o presente, mas elas vêm carregadas de uma visão de mundo adquiridas, selecionadas e reelaboradas nos melindres da memória, ao longo da vida.

Este pensar só foi possível mediante os contatos com leituras sobre fontes orais, destacando, nesse momento, a proposta de Portelli que nos sugere *“recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história.”*¹⁹

Pude perceber, no conjunto das entrevistas, temáticas interessantes, entre elas uma persistência dos envolvidos na busca da casa própria. Neste sentido, o desejo de "ter casa" passou a ser uma constante nos depoimentos. A partir dessa tônica, foi possível perceber as múltiplas relações constitutivas desse anseio. Isto é, a busca da casa própria perpassa pela necessidade desses sujeitos de se sentirem inclusos nesta cidade, evidenciando, nas suas trajetórias de vida, as relações de inclusão/exclusão, na cidade. Muito embora esse sentimento estivesse sempre sendo exaltado nos relatos, por vezes, ele se esmaecia nas decepções, em uma mistura amarga de encantos e desencantos frente às dificuldades encontradas, encorajadas na fala de D. Maria Militão: (...) *mas eu num desanimei não... eu num sô de desanimá!*²⁰ ao inteirar-se da realidade do Conjunto Santa Luzia em 1981.

Nas suas memórias, muitas vezes, os depoentes vão nos mostrando as suas percepções, interagindo com a cidade em que vivem, a cidade dos “outros” e também aquela cidade que constroem e em que gostariam de viver. Neste sentido, fazem-se relevantes as análises de Khoury sobre as narrativas orais, nas quais autora ressalta que:

*“...Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.”*²¹

¹⁹ PORTELLI, A. *Op. cit.*. 1993, p. 41.

²⁰ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

²¹ KHOURY, Yara Aun. "Narrativas Oraís na Investigação da História Social". *Projeto História - História e Oralidade*, São Paulo: EDUC, nº 22, 2001, p. 80.

Em meio às entrevistas, intensifiquei as minhas idas e vindas aos Conjuntos Habitacionais. Andei por eles sem endereço certo, procurando conversar com moradores, observando o movimento nas ruas, a rotina do comércio. Esse contato possibilitou-me, entre outros fatores, conhecer melhor a dinâmica estabelecida no bairro pelos moradores (as conversas das pessoas nos portões, os cuidados de higiene nos passeios das casas, a meninada na rua, o corre-corre das pessoas para tomarem o ônibus) e visualizar a variedade de interferências ocorridas nos espaços físicos, destacando as formas de aproveitamento dos quintais, os jardins, as reformas nas casas, nos muros, nas fachadas modificando sensivelmente a paisagem anterior.

Estas ações refletem um toque pessoal na casa, uma identificação de quem nela reside. Ao seu modo, os moradores vão desmanchando a organização dada pelo poder público ao construir os Conjuntos.

Além das fontes citadas, o uso das fotos assim como dos mapas mostrou-se pertinente, propondo, com estes recursos, uma maior visibilidade do avanço, da ocupação dos espaços ao redor dos Conjuntos, principalmente registrando as ações de interferências e modificações realizadas nos locais de moradia, pelos moradores. Além dessa visualização, apontam também uma leitura dos modos de viver das pessoas.

Lembrando que, embora usar este recurso imagético já tivesse sido pensado, foi muito proveitoso o diálogo e a troca de experiência oportunizada pela Missão de Trabalho realizada em junho de 2002, ministrada pela Prof^a. Dra. Déa Ribeiro Fenélon. Essa atividade extra fortaleceu o nosso entendimento sobre o uso da fotografia e dos mapas nos trabalhos como mais um desafio do uso de fontes a ser transposto pelo historiador.²²

As fotos usadas no trabalho, na sua maioria, foram produzidas por mim, procurando ressaltar a minha preocupação, o meu olhar voltado para as vivências dos moradores. Algumas foram cedidas pelos entrevistados, registrando também o uso de fotos produzidas e arquivadas pelo CDHIS/UFU. Quanto aos mapas, tanto o que se refere à cidade/bairros

²² Nas leituras propostas pela Missão de Trabalho elenco alguns textos que ajudaram-me a pensar o uso dessas fontes como documento: CARVALHO, T. C. "Apresentação". In: *Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) PUC, 1999; ESSUS, Ana Maria Mauad S. Andrade. "O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da 'belle époque'". In: SOUSA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. Quanto ao uso de mapas e dados estatísticos, ver: SACHS, Céline. "Introdução" e "O crescimento econômico, a exclusão social e a questão da habitação popular em São Paulo". In: *São Paulo Políticas Públicas e Habitação Popular*. São Paulo: EDUSP, 1999.

de Uberlândia, quanto ao dos Conjuntos Habitacionais propriamente ditos, foram cedidos por moradores.²³

No primeiro capítulo, apresento os Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, inseridos na Política Nacional de Habitação. Procuo trazer para o debate um pouco da conjuntura na qual ela ocorreu: a inflação, a carestia, o desemprego, a acentuação da pobreza, são elementos indicadores de uma situação instável para a maioria da população brasileira. Nesse contexto, o déficit habitacional na urbe se apresentou como um grande problema para as famílias pobres. Percebeu-se uma euforia do poder público local, com esta Política de Habitação, desdobrando-se na construção de vários conjuntos residenciais, visando contemplar, sobretudo, os assalariados de baixa renda. Entretanto, por detrás deste fervilhar, o "corpus" documental traz para a "mesa" a existência de um jogo de interesses entre o poder público e os grupos privados. A política adotada propiciou, por meio da "falácia" da casa própria aos trabalhadores pobres, uma perversa especulação imobiliária. Todavia, busquei priorizar, neste capítulo, como as pessoas absorveram tal política, o que a casa própria significou para elas e captar os sentimentos (de exclusão e inclusão) outros, na sua maioria, implícitos na trajetória desses moradores.

Num segundo capítulo atento para o modo como os moradores (re)construíram os seus viveres nos conjuntos, enfrentando a precariedade de uma infra-estrutura (ausência de pavimentação nas ruas, a ineficiência do transporte coletivo, a falta da energia elétrica e da água), a emergência de estabelecerem (novas) relações sociais e de se (re)organizarem concomitantes nos novos espaços de moradia. Nesse (re)construir, os moradores vão se confrontando nas diferenças, nas expectativas criadas, preservando valores e reelaborando outros possíveis na convivência diária.

No terceiro capítulo, enfoco as ações dos moradores nos seus espaços de moradia e no próprio Conjunto: sejam elas individuais ou coletivas (reformas nas casas, o (re)aproveitamento dos quintais, a criação de área comercial). São interferências que vão ocorrendo aos poucos e conseguinte, silenciosamente, vão dando outros contornos na paisagem. Tais ações trazem no seu movimento uma transgressão da rigidez encontrada pelos moradores ao comprarem as suas casas. Nas suas formas surdas do desmanchar/acrescentar, falam-nos a favor de uma contra resposta desses sujeitos à

²³ O mapa da cidade/bairros de Uberlândia e o do Segismundo Pereira foram cedidos para o trabalho pelo presidente da Associação dos Moradores do Segismundo Pereira, Sr. Roberto. O do Santa Luzia foi cedido pelo Sr. Irineu Castenhera, morador do Conjunto Habitacional Santa Luzia.

padronização imposta a eles pelo poder público. Por meio delas, vão avançando limites e criando, de um jeito próprio, os seus territórios.

Por fim, em um quarto capítulo, analiso as relações sociais estabelecidas por esses moradores, entre eles e o Poder Público local, para verem efetivados, nos Conjuntos Habitacionais, os seus direitos à rua pavimentada, à escola, à saúde, ao lazer. Neste “fazer” diário, vão criando estratégias capazes de solidificar o seu pertencimento à cidade.

Capítulo I

Os Conjuntos Habitacionais na política dos anos 80

Os Conjuntos Habitacionais na política dos anos 80

Na busca da casa própria as pessoas foram construindo trajetórias, (re)elaborando conceitos, valores, modos de viver: estas vivências constituem a preocupação central deste trabalho. Na sua delimitação, escolhi trabalhar com os Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, tomando como sujeitos sociais seus moradores. Neste capítulo proponho refletir sobre os significados da política habitacional dos anos 80/90, na cidade de Uberlândia, e como ela atende às necessidades de moradia das pessoas de baixa renda.

Os conjuntos mencionados foram construídos a partir de 1979, inaugurados e entregues à população nos finais de 1981. Na época, distantes do centro da cidade, apresentavam características visuais de periféricos, isto é: estavam localizados em região afastada do centro urbano; dotados de uma mínima infra estrutura e serviços coletivos; visavam contemplar parcela significativa de famílias portadoras de um baixo poder aquisitivo.

Essas características descritas converteram-se em dificuldades reais para os moradores. Entretanto, para muitos, não se tornaram obstáculos intransponíveis, suficientes para impedi-los de realizar o sonho da casa própria;

“mudei (...) pro Segismundo. Foi em...16 de novembro de 81; eu fui o segundo morador...eles me entregaram dia 15 (a chave da casa). Dia 16 eu mudei (...) ficamos dois meses sem energia(...) e uns 15 dias sem água. (...) num existia nada ao redor...quando nós mudamos prá li, ainda (...) era aquela avenida...quando você olhava ela, estava cheia de pés destas matas de capina, né?”²⁴

“...aqui no Santa Luzia é ótimo! (...) eu gosto muito daqui é...foi com muita luta, com muito sacrifício qu’ea gente conseguiu (...). Eu fui uma das primeira moradora era muito difícil mesmo! Prá trabalhá tinha que pegá um ônibus que passava lá pelas 5, 5:15(da madrugada)prá descê no centro, prá pegá ôtro que ia pro Umuarama (Campus Umuarama/UFU/trabalho) de modo que foi muito difícil mesmo! Que naquela época (1981) tinha muito pôco ônibus, né? Prá voltá então nem se fala (voltar do trabalho). (...) Mais eu num desanimei não; eu num sô de desanimá’²⁵

“... eu tinha dois anos, morava no Tibery; aí vim prá cá (Santa Luzia) como eu te falei...essa área aqui era tudo mato! Só via o Santa Luzia e o CAMARU. (...)Tinha um córrego que não era poluído, sabe? Quando a gente era pequeno, assim que nós mudamos, minha mãe pegava a gente e (...) passeava lá (na lagoa, no córrego)... brincava, né? Nadava, pescava. Se quisesse nadá você podia: você

²⁴ Sr. Luiz Antônio Gino, 50 anos, morador do Conjunto Segismundo Pereira, 2001.

²⁵ D. Maria de Lourdes Militão, 62 anos, moradora do Conjunto Santa Luzia, 2001.

*tinha essa liberdade. Eu com 5 anos eu subia aqui por esses trilhos, sabe? Podia andá, e tal, que não tinha perigo nenhum...*²⁶

Esses depoimentos relatam as dificuldades encontradas pelas pessoas quando da sua ida para os novos conjuntos habitacionais. Falar em isolamento e em falta de infra – estrutura, enfim, em sacrifício, fornece-nos uma das dimensões do que foi viver nessa área urbana da cidade no começo dos anos 1980. Ao mesmo tempo, demonstra como esses primeiros moradores foram capazes de reconstruir os seus espaços, criando formas de viver, preservando a liberdade de ser.

Concomitante, as falas das pessoas que se transferiram para os conjuntos habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia indicam-nos uma dose de *encantamento* dos envolvidos pela aquisição da casa própria. “Ter casa” aparece como um desejo para as pessoas contempladas, que habitam ainda hoje os conjuntos habitacionais estudados. A persistência dessa idéia sugere pensarmos que a casa própria é, para muitos, sinônimo de pertencimento à cidade, deixando claro que essa busca, para as família pobres, não se dá de forma tranqüila e visível. Ela se insere nas disputas por um lugar no espaço urbano. Nessa perspectiva, ao buscar nas vivências dessas pessoas, os seus modos de vida e suas formas de enfrentamento, evidencia-se que muitos ultrapassaram as fronteiras do *encantamento* e da *conformação*.

O fato do poder público construir, ou propiciar a construção desses conjuntos habitacionais, leva-nos a uma reflexão sobre o papel do Estado na condução da Política Habitacional. Tanto os governos municipais, quanto os estaduais e o federal demonstram, nesta época, uma preocupação com o problema do déficit de moradia destinada aos trabalhadores.

Na cidade de Uberlândia, como em outras, as pessoas pobres não tinham (e não têm) as condições necessárias para a construção ou aquisição da sua casa própria. Na busca pela sobrevivência, elas vão encontrando, de um jeito ou de outro, um lugar para morar: edificando uma casinha nos fundos de quintal de parentes, amigos ou até mesmo compartilhando um único teto. Para quem não pode contar com essas possibilidades, algumas alternativas se alinham: montar um barraco nas favelas, abrigo-se nos becos, embaixo do viaduto ou refugiando-se nas áreas institucionais, como os albergues. Este quadro de exclusão social, em que a falta de moradia é apenas um dos aspectos, obrigou o Estado a inserir a habitação no rol das suas políticas sociais. Por este prisma, outra

²⁶ Romeiltom Gomes Júnior, 21 anos, morador do Conjunto Santa Luzia, 2001.

possibilidade para a população de baixa renda adquirir suas casas e inserir-se na cidade deu-se por meio do BNH/SFH, órgão do governo destinado à implantação de uma Política Habitacional no país.

Os jornais locais apontam, nos anos 1980, uma preocupação constante do Poder Público em oportunizar moradia à população pobre. Observamos um esforço da mídia em convencer as pessoas a adquirirem a sua casa própria, lembrando aos clientes os benefícios de se obter uma delas:

*“Os felizardos a receberem a casa própria serão mil novecentos e seis mutuários. Eles esperam essa hora para se livrarem dos aluguéis que pesam em suas economias. Agora pagam as prestações, como se fossem aluguel, mas no final do prazo a casa é sua...”*²⁷

Outros artigos relacionam o direito à casa própria à noção de doação, que estabelece um vínculo de dependência do contemplado com o Poder Público:

*”..Alceu Santos, (vereador pelo PDS) (...) Enalteceu os novos conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, fazendo um apelo para os **felizardos** providenciarem a documentação para se assomarem às casas que foram sorteadas e lhes pertencem por direito.²⁸ (...) evidentemente, nem todos podem ser favorecidos com essa **dáviva**, contar com o que é seu para morar...,”*²⁹

A matéria aponta para o estado de **felicidade** que esta conquista propicia: *“...mostra-se alegre o cidadão que recebe a chave da moradia própria. Pois seu sonho era um dia tê-la para sempre(...)”*³⁰

Artigos como esses transmitem ao leitor uma visão isolada da questão da moradia, como se ela fosse o único problema social pelo qual passavam as pessoas menos favorecidas, desconhecendo a pobreza, o desemprego, a (des)assistência à saúde, a falta de escolas. Notícias sobre o custo de vida, desemprego e outros aparecem também desconectadas de uma análise social mais ampla sobre as condições de vida no município³¹.

²⁷ “Casas serão entregues”. *A Notícia*, Uberlândia, 18/08/81, p. 01

²⁸ “Política”. *Correio de Uberlândia*, 02/09/81, p. 06.

²⁹ “Opinião”. *Correio de Uberlândia*, 29/07/81, p. 05.

³⁰ “Alegria com a moradia própria”. *A Notícia*, Uberlândia, 08/01/83, p.01.

³¹ Relacionamos abaixo artigos indicativos do aumento do custo de vida: “CEPES mostra o custo de vida em Uberlândia”. *Correio de Uberlândia*, 19/03/1979, p. 08; “Índices de custo de vida”. *A Notícia*, Uberlândia, 30/08/1982, p. 01; “Aluguel de casa terá aumento de 82%”. *Correio de Uberlândia*, 29/07/1981, p 01; “Aumento do desemprego”. *A Notícia*. Uberlândia, 15/02/1982, p. 01.

Vista por essa ótica, a casa deixava de ser um direito para ancorar-se num privilégio concedido pelo poder público a alguns. Quem a conseguia era um “felizardo”, um “sortudo”:

*“More no segredo de toda essa folga do **tranqüilão**: a casa própria. Enquanto ainda tem tanta gente por aí morando na base do aluguel, o tranqüilão está feliz da vida, despreocupado. Está na dele. **Não bobeia não**. Aproveite os planos de financiamento da Caixa Econômica e fique também na sua... na sua casa própria.”³² (grifos meus).*

Em linhas gerais, a mídia divulgava a casa própria como positividade, tentando criar um elo de relações entre o governo e os possíveis interessados em possuí-la. As idéias do *tranqüilão*, *felizardo*, de um lado, e as de *dignidade*, *direito e de privilégio*, de outro, complementavam-se na transmissão desse objetivo. No discurso da casa própria, entrevia-se a *idéia de um poder público comprometido com as causas do trabalhador*, ao mesmo tempo que procurava minimizar os efeitos de uma possível contestação dos contemplados frente à realidade encontrada, marcada por uma infra - estrutura precária. Há confronto entre o que essas pessoas foram *incentivadas* a adquirir e o que encontraram ao ocuparem a periferia da cidade.

Os artigos buscavam passar, para o leitor, a idéia de um governo (tanto local, como estadual e federal) preocupado com as pessoas pobres. Neste viés, tomava o déficit da moradia como mote para a criação da Política Nacional de Habitação. O documento abaixo sintetiza esse pensamento:

“O Presidente da República, acompanhado do Ministro Mário Andreazza, do Interior e do Governador Francelino Pereira, de Minas Gerais, esteve dia 29 de Agosto na cidade de Uberlândia, onde verificou o andamento das obras habitacionais que estão sendo executadas, pelo Ministério do Interior, através do BNH naquela cidade do Triângulo Mineiro. As obras estão incluídas no Plano Nacional da Habitação Popular — PLAHNAP — que tem por meta a entrega de 4 milhões e 400 mil casas, até 1985, às famílias de baixa renda.

Em Minas

Em Minas Gerais, o PLAHNAP objetiva construir, até 1985, 310 mil unidades habitacionais no valor, a preços atuais de 73 bilhões e 184 milhões. A obra compreenderá 11 milhões e 914 mil metros quadrados de área construída e abrigará uma população de 1 milhão e 550 mil pessoas, quantidade superior à população da maioria das capitais estaduais brasileiras. O Governo de Minas Gerais já afirmou contratos para a construção de 36.497 de 09 bilhões, para a construção de casas. Somente no Triângulo Mineiro está prevista a implantação de

³² “Casa Própria? O tranqüilão está na dele”. *Correio de Uberlândia*, 02/04/73, p. 02. Este último é propaganda da Caixa Econômica Estadual.

conjuntos habitacionais em 29 cidades, o que totalizará 38.046 habitações com capacidade de abrigar 190 mil e 310 pessoas.

Na cidade

Já, em Uberlândia, o Plano Habitacional prevê a construção até 85, de 15 mil habitações, com investimentos da ordem de 03 bilhões e 54 milhões, somente para construção de unidades habitacionais (obras em andamento) com investimentos da ordem de casas. As obras de infra-estrutura, saneamento básico, e de equipamentos comunitários envolverão investimentos de mais de 800 milhões de cruzeiros. As obras beneficiarão diretamente, além de 75 mil pessoas que habitarão os conjuntos a serem erguidos, mais de 10 mil pessoas que já residem nas áreas periféricas, já que até elas se estenderão os serviços de água, esgoto, iluminação e o de atendimento comunitário. Até 1979, o único conjunto existente em Uberlândia era o do bairro das indústrias, com 300 casas. Com a implantação do PLANHAB, a COHAB-MG construiu 2.162 casas e está com 3.713 em construção, além de um conjunto com 1025 unidades. Já, com projeto aprovado pelo BNH, totalizando, assim, 6.900 casas.³³

A política habitacional, referida no artigo citado, antecedeu ao período cronológico recortado neste trabalho. Foi criada em 1964, pela Lei 4.380/64,³⁴ ano em que o regime militar foi instaurado no Brasil. Segundo Aragão, a ação imediata do Governo Militar em criar a política habitacional “teve três motivações básicas”:

“I - A necessidade de atenuar, mediante um forte impulso à indústria da construção civil, os impactos negativos, sobre o nível do emprego, das inevitáveis medidas recessivas requeridas pela política de combate a uma inflação cuja projeção anual, em março, já alcançava a casa dos três dígitos, até então sem precedentes na história econômica brasileira.

II - A conveniência política de neutralizar, ainda em forma parcial, através do aumento da oferta de habitações populares, principalmente nos grandes centros urbanos, os efeitos perversos, para a classe trabalhadora, da política de contenção de salários e de restrições à liberdade de organização (intervenção em sindicatos, prisões de líderes sindicais, etc.) e de mobilização (repressão às greves, cassação

³³ “Presidente constata em Uberlândia ritmo acelerado do programa habitacional”. *Correio de Uberlândia*, 17/09/80. p. 07. Cf. outros artigos sobre a política habitacional, tais como: “Meta de 450 mil casas em 80 está em plena execução”. *Correio de Uberlândia*, 22/08/80, p. 01; “BNH altera meta de construção de casas por falta de recursos”. *Correio de Uberlândia*, 27/05/80, p. 05; “BNH vai se dedicar exclusivamente às casas destinados aos pobres”. *Correio de Uberlândia*, 28/08/81, p. 05.

³⁴ Por meio da Lei número 4.380/64, de 21/08/64, o governo Castelo Branco criou o BNH e disciplinou o SFH. O objetivo básico era promover a aquisição da casa própria pela família de baixa renda. Como esclarecimento, vale a pena dizer que o PLANHAP - Plano de Habitação Popular - foi implantado em 1973, em virtude da proliferação de nomenclaturas e siglas criadas no interior do sistema. Ou seja, o BNH/SFH compreende os chamados “agentes complementares”, compostos dos bancos: comerciais, de investimentos e do Desenvolvimento, SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), Caixas: Econômica Federal (CEF), Estadual (CEE’s). Sociedades de créditos imobiliários (SCT’s). As Associações de Poupança e Empréstimos e o PLANHAP, são compostas por Cooperativas Habitacionais - COOPHAB’s; Companhia de Habitação - COHAB’s e outros. Ver SCAGLIONE, Luiz R. T. “A Criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) - Pressupostos, Modelo Operacional e atuação até o final dos anos 70”, In: *A Crise do SFH e a Necessidade da reordenação do financiamento do Setor Imobiliário*. Dissertação (Mestrado em Direito). PUC/São Paulo, 2000. E, “Sistema Financeiro de Habitação”. In: ANAIS/SEMINÁRIO. Belo Horizonte – AJUFE – (Associação dos Juizes Federais do Brasil). 14/09/2000.

de mandatos e suspensão de direitos políticos de numerosos parlamentares oriundos do meio sindical, etc.), adotada pelo novo regime.

III - A busca de base mais ampla de legitimação social para a clara opção por um sistema de economia de mercado, fundado na propriedade privada, adotada pelo novo governo adotada em contraponto às medidas 'socializantes' que ganharam espaço na fase final da administração Goulart. Este objetivo seria perseguido pelo esforço no sentido de incorporar à condição de proprietários um número crescente de assalariados de baixa renda e dos estratos inferiores da classe média.”³⁵

Na análise do autor, a política habitacional inseria-se em um projeto maior de sustentação da economia capitalista brasileira, que precisava, naquele momento, de medidas de geração de empregos, de combate à inflação de neutralização das manifestações dos trabalhadores, ao mesmo tempo reafirmando a propriedade privada como esteio do sistema.

Se esses eram os objetivos do governo ao criar a Lei, importa analisar como as camadas populares absorveram essa política e, sobretudo, fazer emergir as contradições, conflitos e tensões advindos da sua implantação.

Nos anos 1980, em Uberlândia, conjuntos residenciais estavam sendo edificados concomitantemente. Dentre eles, o Luizote de Freitas, o Segismundo Pereira e o Santa Luzia (ver Anexo 1). Entretanto, a pesquisa nos jornais mostrou que a mídia só fazia propaganda do primeiro. Consideramos muito interessante esse silêncio, até porque ele se dava num momento em que tudo convergia para a publicização dessas políticas. Somente em outubro de 1981, saiu, na primeira página do jornal *Correio de Uberlândia*, uma reportagem com título enfático: “*Surge o Segismundo Pereira*”. O texto era extensivo ao Santa Luzia, ilustrado com fotos do local³⁶.

A mídia divulgava o conjunto Luizote de Freitas, considerando-o o maior conjunto financiado pelo BNH, legitimando, por meio dele, a Política Habitacional Nacional vigente. Foi visto também pelos dirigentes do PLANHAP como sendo o “mais moderno” conjunto habitacional do país³⁷. Além da intenção do poder público em tornar aquele local um modelo, projetando a cidade de Uberlândia, havia, por detrás de tudo isto, um interesse maior: a família do então prefeito Virgílio Galassi (1977-1982) era dona da VIGA -

³⁵ ARAGÃO, J. M. *Sistema Financeiro de Habitação: uma análise sócio jurídica da gênese, desenvolvimento e crise do sistema*. Curitiba: Juruá, 1999, p. 74.

³⁶ “Surge o Segismundo Pereira”. *Correio de Uberlândia*, 06/09/81, p. 01. No artigo, “Programa sobre casas populares será cumprido dia 11”. *Correio de Uberlândia*, 04/07/80, p 01, esta pode ser considerada a única manchete que mencionava a construção dos conjuntos. Apresenta um cronograma de visitas do poder público para conhecer as construções dos conjuntos habitacionais, e esse local era um dos pontos escolhidos.

³⁷ “É numa casa própria que muitas pessoas ganha uma nova vontade de viver”. *Correio de Uberlândia*, 29/08/80, p. 07; Ver artigos outros sobre o Conjunto Luizote de Freitas: “Prefeitura convoca contemplados das casas populares”. *Correio de Uberlândia*, 28/08/80, p. 01; “O que o presidente vai conhecer: Conjunto Luizote de Freitas”. *Correio de Uberlândia*, 28/08/80, p.08.

imobiliária -, que, sabendo do interesse do governo em construir conjuntos habitacionais, comprou a fazenda Luizote de Freitas e vendeu parte das terras para a COHAB realizar o que pretendia. Nessa negociata, o restante da área foi preservado e loteado posteriormente pela VIGA. Já havia, porém, toda uma rede de serviços públicos coletivos montada ali³⁸.

A construção dos Conjuntos Habitacionais, inclusive, o Segismundo Pereira e o Santa Luzia (ver Anexos 02 e 03), concretizava, desta forma, as estratégias de governo. Dentre elas, talvez a possibilidade de desviar a atenção dos problemas sérios pelos quais passavam os trabalhadores com o desemprego, aluguéis incompatíveis com os salários, a miséria, a fome, a inflação descontrolada, a (de)assistência à saúde, à educação e outros. Com a proposta de acesso à casa própria, destinada principalmente à população de baixo poder aquisitivo (mas não àqueles que não possuíam condições de pagarem as prestações), esperava-se alcançar uma “complacência” dos trabalhadores frente à dureza da sobrevivência.³⁹

O alto custo de vida e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores eram diariamente analisadas pelos articulistas do jornal:

³⁸ “Luizote é um exemplo de especulação”. *Correio de Uberlândia*, 05/08/2001 p. A-2. Sobre especulação imobiliária em Uberlândia ver: MARTINS F. RAMIRES, J. C. *Capital Imobiliário e Espaço Urbano: uma contribuição aos estudos da evolução da cidade de Uberlândia*. Uberlândia, 1995. (Relatório Final de Pesquisa CNPQ/UFU). MARTINS, I. C.; RAMIREZ, J. C.; SOARES, B. R. "Expansão Urbana em Uberlândia e a ação da Imobiliária Tubal Vilela". *Sociedade e Natureza*. Uberlândia: EDUFU, 9 (17) jan./jun., p. 57-80. SOARES, B. R. *Habituação e Produção do Espaço Urbano em Uberlândia*. São Paulo: Dissertação/Mestrado/USP, 1998. BESSA, K. C. O. “O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia. *História & Perspectiva*. Uberlândia, UFU/EDUFU, n.º 16/17Jan/Dez 1997. MOREIRA, H. D. *Formação e desenvolvimento dos Bairros em Uberlândia*. Departamento História/UFU. Monografia, 1991.

³⁹ A comprovação da renda financeira foi uma condição importante no processo de aquisição dessas unidades habitacionais. Apesar dos artigos dos jornais estarem apontando que essas casas seriam destinadas à trabalhadores de baixa renda salarial, aliado à fala dos moradores sinalizando para esse norte, tive a oportunidade de estar em contato com as fichas cadastrais sócio-econômica dos primeiros compradores das casas dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, em julho desse ano (2002), na COHAB/MG em Belo Horizonte. Na oportunidade, analisei 395 fichas, correspondendo aproximadamente a 21% do total (1860). Nesta fração, pude perceber que 216 compradores estavam incluídos em uma média salarial, em 1981, de Cr\$ 20000,00 a Cr\$ 30000,00 (de vinte a trinta mil cruzeiros). Lembrando que, em 01/05/1981, pelo Decreto/ 85.950/81, o valor do salário mínimo passou para C\$8.464,80 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), ou seja, a maioria dos contemplados comprovaram uma renda de 03 salários mínimos e meio. (“História. Redução da pobreza, impactos do aumento do salário mínimo”. Disponível em: <www.portalbrasil.eti.br/salariominimo.htm> acessado 05/01/2003). O acesso a esses documentos foi, num primeiro momento, negado, mas posteriormente concedido, sob a condição de não obter da empresa qualquer documento fosse original ou xerox. Os estudos limitaram-se somente à leitura das fichas microfilmadas e às minhas anotações. Tentando um bom resultado, mesmo nessas condições, fiz uma ficha à parte na qual repassei alguns dados, dentre eles, a faixa salarial dos compradores. Na tentativa de manter um certo equilíbrio nas informações referentes aos dois conjuntos, reservei dois dias (9:00h às 17:30h) para cada um. Essa pesquisa foi realizada na COHAB/MG - Belo Horizonte. Gerência de serviços e logística. Diretor: Coronel Wilson Jorge Lopes. Filmes n.º 212/213 CH 98 ano 81/82 e filmes 149/150 CH 97. Filmagem realizada pela PROBAM em 30/04/84 a pedido da COHAB.

“Que me perdoe o honrado Sr. Ministro da Fazenda, mas não posso acompanhá-lo nas manifestações otimistas que sempre externa no que se refere à vida brasileira no setor econômico. Aqui pelas nossas bandas pelo menos os preços não só dos comestíveis como de todas utilidades continuam numa ascensão que apavora a gente. (...) a carestia avança sem cerimônia, tornando nulos todos os esforços para estabelecer o equilíbrio nos orçamentos domésticos. Artigos comumente baratíssimos de produção local, de cultivo ao alcance de todos, inclusive nos quintais, são vendidos no mercado por preços de manjar apetitosos. Vou citar o mais banal dos alimentos das roças e das classes pobres: a mandioca. Antes da revolução (o autor está se referindo à 31/03/64) era adquirida a menos de vinte cruzeiros velhos; hoje custa quatrocentos. É ocioso enumerar outras mercadorias porque todas estão majoradas na mesma proporção (...)”⁴⁰

Este artigo evidencia uma difícil vivência da população na década de 1970 e que não findou por aí. Referindo-se ao ano de 1979, outro artigo afirmava: *“Em Uberlândia (...) o índice de preços ao consumidor (custo de vida) de janeiro de 1979 com base em dezembro de 1978, sofreu um acréscimo de 6,02%”⁴¹*. Em março do ano seguinte, o indicativo subiu para *“quase 80%”⁴²* ao ano. Lembrando que essas escaladas vertiginosas do custo de vida foram significativas não só a nível local, mas ameaçaram como um espectro a maioria das mesas dos brasileiros: *“há muito tempo sem comer carne, frutas e até verduras, o povo brasileiro não demorará muito ficará também sem o tradicional arroz com feijão”⁴³*.

Somado a essas preocupações, o aumento exorbitante do aluguel em 1981 veio corroborar a situação calamitosa desses sujeitos, sinalizando para muitos com a possibilidade de despejo. Possibilidades consideradas pelo jornal como sendo *“a maior avalanche de despejos até hoje registrada no país”⁴⁴*.

Esses indicadores dão o tom das dificuldades de sobrevivência da maioria da população, por essas duas décadas, levando-nos a refletir sobre um viver urbano precário, principalmente no que tange às pessoas pobres. Dentre outras problemáticas possíveis de reflexão, a questão da moradia surgia como emergente, pois o déficit exigia do governo a necessidade de dar uma resposta social ao problema.

Vista por esse ângulo, a entrega dos conjuntos habitacionais significou, naquele momento, uma vitória por parte da elite política local, ao tentar planejar e racionalizar os espaços urbanos; pois, à medida que oportunizava moradia a parcelas da sociedade,

⁴⁰ “A Carestia”. *Correio de Uberlândia*, 03/04/70, p. 01.

⁴¹ “CEPES da UFU mostra o custo de vida em Uberlândia”. *Correio de Uberlândia*, 09/03/79, p.08.

⁴² “Custo de vida em Uberlândia cresceu quase 80% em 79”. *Correio de Uberlândia*, 06/03/80, p. 01: Cf . tb: “Aluguel de casa terá aumento de 82%”. *Correio de Uberlândia*, 29/07/81, p.01.

⁴³ “Povo poderá ficar sem o tradicional arroz com feijão”. *Correio de Uberlândia*, 08/10/80, p. 07.

⁴⁴ “Povo ficará sem o tradicional arroz com feijão”. *Correio de Uberlândia*, 08/10/80, p. 07

fortalecia a idéia de propriedade privada e concretizava o “suposto” planejamento da cidade, propiciando a reordenação dos espaços ociosos.

Tais ações de reorganização dos espaços podem ser vistas como imprescindíveis para quem as idealizava, pois delimitavam, no seu movimento, locais a serem adquiridos por quem podia pagar por eles. Nessa disputa (desigual) dos espaços, inseridos na ótica da especulação e dos lucros, os conjuntos habitacionais ocupavam, por sua vez, o lugar da periferia, possível de ser pago pelo trabalhador de baixa renda. Talvez fosse essa a justificativa presente na proposta da racionalização.

Entretanto, apesar de não ser novidade, esses empreendimentos não se dão por acaso. São pensados. São propagandeados exaustivamente. São peças constitutivas de um mosaico que compõem, ao seu modo, e no seu tempo histórico, o planejamento da cidade.

Desde a década de 1950, a cidade passou a contar com um Plano de Urbanização, re-orientando e propondo um novo traçado para Uberlândia⁴⁵, visando à formação de uma “cidade ideal”. O Plano, ao mesmo tempo que hierarquizava a sociedade, imputava a seus *dirigentes* a prerrogativa da decisão sobre qual cidade deveria ser construída. Nos *adjetivos e conselhos* usados pelos autores de tal plano, os conceitos de *ordem e beleza* se faziam presentes e são sintomáticos de uma proposta que pretende estender, para todo o social, o que era importante para o poder público e para as elites que ele representava: uma cidade ousada, grande, capaz de despertar a admiração de quem tivesse “um espírito engrandecedor, elevado”. Fomentava, com detalhes, a ocupação de espaços públicos, fosse por novas construções de prédios, prestadores de serviços públicos (como, por exemplo, a construção de “Centro Administrativo”, de “Centro Cívico”, de áreas de lazer como um “Parque Municipal, Estádio de Futebol”, novas estações “Rodoviária” e “Ferroviária...”), fosse pela criação de grandes artérias, avenidas e viadutos⁴⁶. Esse plano, inclusive, sugeria, aos administradores de Uberlândia, usar os meios de comunicação, para alimentar na sociedade os “anseios” propostos por ele, ao mesmo tempo, legitimando-os.

Apesar desse Plano ter sido elaborado em 1954, a linguagem usada por ele não foi um recurso exclusivo daquele momento. Muito pelo contrário, constituiu-se, ao longo

⁴⁵ *Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia, de 09 de Fevereiro de 1954*. Coleção Uberlândia. CDHIS/UFU.

⁴⁶ Ao propor novas construções de prédios prestadores de serviços públicos, o Plano sugere, aos Gestores da cidade, locais propícios e nomes. Como exemplos: o prédio para um Centro Administrativo deveria ser construído com 10 a 12 andares, frente à Praça da República (hoje, Praça Tubal Vilela), no lugar da Escola Estadual Bueno Brandão e receberia o nome de “Palácio da Municipalidade”. O Parque Municipal a ser construído ocuparia a área de 650.000 metros quadrados, compreendendo a cabeceira do Córrego São Pedro, com área verde, lagos e grandes gramados. Ver, *Plano de Urbanização da cidade de Uberlândia, 09/02/1954*. Coleção CDHIS/UFU, p.16 a 20.

destas décadas, em discurso freqüente, permeando quotidianamente jornais e revistas da cidade. Mostrando, sobretudo, um “esforço” permanente de tentar racionalizar a cidade. Por intermédio de uma verificação minuciosa, é possível perceber a presença de um fio condutor (re)compondo e fomentando esse discurso, uma persistência fácil de notar pelos jornais:

“Uberlândia um milhão de habitantes!”
“Técnicos do ‘BID’ conheceram a potencialidade de Uberlândia”
“Uberlândia ocupa agora o décimo lugar entre os Municípios em desenvolvimento.”
“Novo recorde em construção em Uberlândia”
“Uberlândia, é fácil entender porque este nome significa terra fértil”
“Uberlândia recebe um milhão de investimentos urbanos”
“Crescimento urbanos com melhoria da qualidade de vida”⁴⁷

Esse ufanismo pode ser observado também em outras fontes, como, por exemplo, na Revista Veja, de 1987. Em um dos seus artigos, Uberlândia aparece como uma cidade-exemplo, que se destaca das capitais pela qualidade de vida e pela oferta de trabalho. Associa o dinamismo no campo econômico ao conservadorismo da moral e dos costumes. Por ser do interior, a urbe é considerada uma cidade pacata, predominando nela um ar provinciano e um pouco de marasmo na vida cultural:

“A 400 quilômetros da capital mais próxima, Uberlândia mantém seu ritmo de progresso e dá exemplo do vigor das cidades médias do interior (...) ‘Nossa cidade é um resumo do que o Brasil tem de melhor’ (...) Em Uberlândia, é quase inacreditável, não existem mendigos pelas ruas. Em vez de desemprego, ali há vagas em oferta em muitas empresas, inclusive as de construção civil, que desconhece o garrote que asfixia suas congêneres no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e outras capitais. Uberlândia detém uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do país, distribui água fluoretada a toda sua população e coleciona índices de segurança que fazem inveja a qualquer centro urbano...”⁴⁸

Em 1991, outro artigo veio reforçar a idéia de uma Uberlândia formada no labor, no bem viver, deixando claro no seu texto a imagem de uma cidade idealizada:

“...As avenidas e o anel viário que circunda a cidade projetando-a para o futuro, as grandes e modernas indústrias, o forte comércio atacadista, o acelerado demográfico e os ares de metrópole, convivem com a mansidão e o prostrar de interior das praças bem arborizadas. Harmonizar a qualidade de vida com um

⁴⁷ Pela ordem, essas manchetes estão publicadas em: *Correio de Uberlândia*, 09/03/79, p. 07. *Correio de Uberlândia*, 12/02/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 27/02/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 18/06/80, p. 07. *Correio de Uberlândia*, 30-31/08/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 13-14/09/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*, 21/11/1980, p.05.

⁴⁸ “Crise à distância” *Revista Veja*. São Paulo: Ed. Abril. 18 de novembro, 1987, p. 66-73.

*crescimento planejado, a nível regional, criar pólos industriais e atrair empresas de pontas, são metas das lideranças locais*⁴⁹

O conjunto dessas leituras revela-nos uma das possíveis imagens sobre a cidade. Uma “boa imagem”, que conjuga “qualidade de vida, acelerado demográfico, crescimento planejado”, fazendo crer que “trabalho e ordem” são, de fato, elementos norteadores de um progresso, de uma cidade desenvolvida. Mais do que isso, um projeto de cidade ideal, onde se mesclam o tradicional e o futuro, cumprindo, portanto, perguntar: onde está o presente? Para quem esta cidade é pensada?

Partindo dessas indagações, se voltarmos o nosso olhar para o mesmo jornal, cujas manchetes relacionamos anteriormente, é possível perceber que, apesar da persistência de parte da elite em manter um discurso homogêneo, essa mesma fonte revela-nos, por meio de outros títulos, os conflitos presentes, apontando para uma cidade constituída por multiplicidade de experiências:

“3 mil consumidores são carentes de energia elétrica”

“Terrenos baldios sofrendo necessária limpeza”

“Leite vai custar mais caro a partir de amanhã”

“Violência”

“É preciso administrar o conflito”

“Menores delinqüentes serão encaminhados aos reformatórios”

“Secretários prometem solucionar problemas que afligem o povo”

“Aluguel de casa terá aumento”

“Uberlândia começa a pagar o preço de seu desenvolvimento e grandeza”

“Um terço da população pobre vegeta no cinturão da miséria”

*“Loteamentos sem água, luz e esgoto”*⁵⁰

Estas manchetes evidenciam parte das inúmeras contradições que permeiam o cotidiano uberlandense. Desconstroem os discursos apontados, pautados na idéia de uma cidade harmônica no convívio de seus habitantes e na possibilidade de maior igualdade entre as pessoas. Contraditoriamente ao que é colocado, a presença dos conflitos encarrega-se de anular a beleza *ideologicamente proposta*, desfazendo por si mesmo a *ordem almejada*.

⁴⁹ “Crescer com qualidade e modernidade”. *Revista Vida Industrial*. FIEMG, julho, 1991, p 25-27. Inserida na visão de uma “cidade ideal”, pude perceber ainda no jornal a presença do seguinte lembrete: “A crise ainda não chegou no Triângulo Mineiro. Se trabalharmos com fé e dinamismo nunca chegará.” Este “lembrete” aparece várias vezes, como *flashes*, por todo o jornal de 1984, tentando transmitir aos leitores uma idéia de onipotência da cidade (sem título). *Correio de Uberlândia*, 04/05/84, p. 01.

⁵⁰ Pela ordem estas manchetes estão publicadas em: *Correio de Uberlândia*, 06/02/80, p. 02. *Correio de Uberlândia*. 16-17/02/80, p. 07. *Correio de Uberlândia*. 15/04/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*. 16/04/80, p. 02. *Correio de Uberlândia*. 17/04/80, p. 02. *Correio de Uberlândia*, 07/05/80, p. 01. *Correio de Uberlândia*.

Nesse viés, a construção do Segismundo Pereira e do Santa Luzia, planejados e disponibilizados para determinada clientela - camadas populares com certo poder aquisitivo -, simbolizou, no momento da sua entrega à população, a legitimação dessa ordem. A *entrega* da moradia aos mutuários é entendida, pelos seus proponentes, como sua *aceitação* do objeto ofertado. Tais ações sinalizavam para uma *sujeição* dos moradores aos objetivos propostos pelo poder público: “*Aí nós mudô prá cá de tanta felicidade qu’eu tava com a casa qu’era nossa... que nós nem importava com o barro era nada; nós nem achava ruim*”.⁵¹ Porém, à medida que nos debruçamos nas análises dos depoimentos, as memórias vão, pouco a pouco, desconstruindo a imagem vencedora, como procuraremos demonstrar nos próximos capítulos.

Notam-se duas vertentes envolvendo interesses relacionados à construção dos conjuntos habitacionais Santa Luzia e Segismundo Pereira. A primeira delas parte do déficit habitacional existente. Os jornais analisados indicam-nos a existência de uma demanda por habitação entre a população de baixa renda. Essa demanda pressionava o poder público a dar uma resposta social ao problema.

*“Uberlândia vai ter realmente 10 mil casas da COHAB, cabendo agora ao Prefeito, conseguir os terrenos para que elas sejam construídas. A prefeitura vai procurar os interessados em vender mais de dois mil terrenos pois já conta com oito mil para esta finalidade...”*⁵²

*“Continua sendo bastante acentuado o número de pessoas que concentram todos os dias na Secretaria Municipal de Ação Social que buscam informações mais detalhadas sobre as condições de comercialização das casas populares que compõem os Conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, bem como o necessário para ser alcançado a aprovação...”*⁵³

Visando atender parte do déficit por moradia, o poder público procurou os donos de glebas de terra, e as partes efetuaram a transação comercial. Só que tais acordos eram o resultado de interesses políticos entre grupos, prevalecendo, nessas relações, interesses outros, alheios à maioria da população. Isto é, por um lado, o poder público local, usando das suas prerrogativas de ofertar moradia, levava adiante a tentativa de racionalização dos espaços da cidade, dando vazão aos seus limites periféricos. Com isso, propiciava uma

02/05/80, p. 02 . *Correio de Uberlândia*. 29/07/81, p. 01. *Correio de Uberlândia*. 29/01/82, p. 11. *Correio de Uberlândia*. 20/10/82. p. 11. *A Notícia*. Uberlândia, 06/07/82, p. 01.

⁵¹ D. Iracema, 66 anos, Segismundo Pereira, 2002.

⁵² “Programação definitiva leva Prefeito à Belo Horizonte”. *Correio de Uberlândia*, 29-30/03/80 p. 07.

⁵³ “Em busca da casa própria”. *A Notícia*. Uberlândia, 04/09/1981, p. 01.

valorização das terras nas quais os Conjuntos Habitacionais foram construídos e dos inúmeros espaços vazios que compunham os seus entornos.

Por outro lado, no bojo desses interesses, os jornais evidenciavam também uma busca muito clara pelo voto das elites políticas locais e regionais, que viam, nos contemplados com a casa própria, milhares de eleitores em potencial⁵⁴.

Há uma *teatralização do poder*⁵⁵ armada pelo corpo administrativo municipal para o repasse das casas aos respectivos donos. A entrega das chaves figurou como um ato político, tentando construir uma imagem positiva do poder público que, teoricamente, teria como missão atender às reivindicações de todas as camadas sociais, mas que, simultaneamente, nutria nos políticos o desejo de se perpetuarem no poder:

*“...Depois de muitos meses de IBOPE, a entrega das casas será feita no próximo Domingo com a presença do governador Francelino Pereira dos Santos, vindo pessoalmente para destinar as chaves...”*⁵⁶

*“(...)Durante a cerimônia, com a presença do Governador, altas autoridades estaduais e representantes da COHAB-MG e do Sistema Nacional de Habitação, além do Prefeito Virgílio Galassi e do Secretário de Ação Social e responsável pelos conjuntos, Dr. José Carneiro, serão realizados os sorteios das casas...”*⁵⁷

A propaganda da “Ubanizadora Segismundo Pereira”, veiculada no jornal local, chamou-nos a atenção, primeiro pela semelhança entre o nome da empresa e do Conjunto Habitacional - um dos objetos de pesquisa -, depois por ser uma imobiliária.

Verificando essa “coincidência”, ficamos cientes de que um dos donos dessa tal empresa chamava-se Segismundo Pereira, herdeiro, juntamente com mais oito irmãos, das

⁵⁴ Inserida no olhar da geografia, SOARES aponta no seu trabalho - “Habitação e produção do espaço em Uberlândia” - uma vinculação de interesses entre o poder público e grupos privados. Trouxe neste conluio uma especulação imobiliária, atrelada aos interesses eleitorais, principalmente no que diz respeito ao conjunto Luizote de Freitas. SOARES, Beatriz Ribeiro. *Conjunto Habitacional: Reprodução da força de trabalho e moradia. Op. cit.*. 1988, p. 199

⁵⁵ A expressão “teatralização do poder” é inspirada em THOMPSON; ao analisar os modos de viver dos trabalhadores pobres da Inglaterra no século XVIII, aponta-nos como forma de manter a dominação, a concessão de prêmios, doações, favores, advindos das pessoas mais abastadas, aos pobres. Nesse contexto, o momento é denominado pelo autor como sendo “*as ocasiões de patronagem*” e as “concessões” funcionariam como um “*lubrificante social*”. Por meio desses recursos, “*(...) podia com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente*”. Alertando, ainda, para a reciprocidade presente entre quem “oferece” e quem “aceita”. Neste caso, o trabalhador/receptor torna-se “*cúmplice da sua própria opressão*”. THOMPSON, E. P. “Patricios e Plebeus”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia de Letras, 1998, p. 49.

⁵⁶ “Opinião”. *Correio de Uberlândia*. 31/10/81 p. 01.

⁵⁷ “Convocados os moradores do Segismundo Pereira para receberem as chaves”. *Correio de Uberlândia*, 31/10/81, p. 01.

terras onde fora construído o Conjunto Habitacional referido. Concomitantemente, eram donos da “Urbanizadora Segismundo Pereira”, responsável pela construção do Conjunto.⁵⁸

A exemplo do que vimos anteriormente, a respeito do Conjunto Luizote de Freitas e, agora, da Urbanizadora Segismundo Pereira, a história, neste caso parece convergir para o mesmo ponto: uma vinculação de interesses entre o público e o privado, apontando para uma manipulação da política habitacional em nome dos interesses privados, em confronto com a carência da população.

Creemos que o fato das empresas serem donas das terras e responsáveis pelas construções dos respectivos residenciais, que eram repassados ao BNH/COHAB e cujas unidades revendidas, posteriormente, aos interessados, abre uma brecha para pensarmos a existência desse jogo político.

Da mesma maneira, a política habitacional favoreceria, com a valorização dos terrenos, os donos de glebas de terras ociosas, com a instalação de serviços coletivos, embora deficitários. Esta “valorização” é assim entendida por Júnior, morador do Conjunto Santa Luzia:

“...Acho que foi mesmo uma questão de disponibilidade de terrenos...acho que é ...porque foi construído o Segismundo e o Santa Luzia, como tendência é crescer assim, né? É...a cidade está crescendo neste sentido... então ocorreu foi isso, ó...eu acho aqui era muito viável economicamente para as grandes empreiteiras...”⁵⁹

As imagens 1 e 2 mostram os espaços ociosos e suas diferentes formas de ocupação, refletindo uma atuação do mercado imobiliário: nos arredores do Conjunto Santa Luzia, destaca-se a existência, ainda hoje, de uma extensão considerável de terras, aguardando o momento oportuno para sua comercialização.

⁵⁸ “Urbanizadora Segismundo Pereira”. *Correio de Uberlândia*. 29/02/80, p. 02.

⁵⁹ Júnior, 21 anos, morador do Santa Luzia, 2001.

Foto 1- Conjunto Santa Luzia 05/03/2002.
Rua Ana Cardoso da Silva sentido à avenida Joaquim Ribeiro. À direita, observam-se espaços ociosos (glebas). Ao fundo, destacam-se construções diversas; à esquerda, vêem-se casas do Conjunto Habitacional.

Foto 2- Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, limitando-se com a avenida Segismundo Pereira, sentido CEASA. Coleção UBER-CITY - 80 - n ° 166 - CDHIS/UFU/1986.

Os entornos do Conjunto Segismundo Pereira trazem uma ocupação densa desses espaços por construções outras. Os “vazios” existem, mas encontram-se fragmentados em forma de loteamentos. Os terrenos passam a ser vendidos depois que alcançam uma certa valorização, proporcionada pelo desenvolvimento de uma infra-estrutura, compreendendo os serviços de água e esgoto, eletricidade, asfalto e transporte coletivo.

Júnior, ao referir-se ao comércio imobiliário, afirma que nem sempre há a preocupação com o bem-estar do cidadão:

“...da mesma forma foi o conjunto aqui (...) que se tivesse sido feito, visando o bem estar e o interesse do morador isto, teria que ser feito, ó ali no Santa Mônica... (grande bairro que se interpõe entre os conjuntos mencionados e o centro urbano). Ali é mais próximo do centro né? Não! Foi feito aqui ò bem distante... e até hoje tem aquele vazio... por isso qu’eu falo... fí um crescimento todo desordenado... se fosse visano por exemplo o bem estar da sociedade, do cidadão teria sido diferente...”⁶⁰

Esta situação, a dos espaços vazios, possibilitou, posteriormente, construções quase sempre de um melhor visual, ou seja, edificações mais caras e de maior qualidade, contemplando uma outra clientela, principalmente, na área contígua ao Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, visível na foto a seguir:

Foto 3- Conjunto Habitacional Segismundo Pereira (arredores)
Av. José Marçal Neto esquina com a rua Joaquim Carlos Fonseca / 2002.

⁶⁰ Júnior, 21 anos, morador do Conjunto Santa Luzia, 2001. A avaliação desse depoente foi construída ao longo dos anos de vivência nesse conjunto, já que ele se transferiu para lá aos dois anos de idade e não poderia fazer, naquele momento tal avaliação.

Observando a foto três, ela nos mostra casas construídas nos arredores do Conjunto em espaços outrora preservados. Neles, verifica-se a existência de casas diferenciadas entre si (no formato dos telhados, portando também uma cobertura diferente, ou nas residências de estilo assobradadas), não revelando nenhuma semelhança dessas com as casas do Conjunto Segismundo Pereira.

Tal ação trouxe, conseqüentemente, maior valorização para os lotes preservados, propiciando no seu movimento uma segregação social. Pagou por eles - os lotes preservados - quem tinha condições financeiras para comprá-los. Quem não se enquadrou neste item, não se estabeleceu nesses espaços. Essa forma de ocupação é explicitada na fala de Marco Túlio como “progresso:”

“...eu acho que o Segismundo Pereira depois de inaugurado, a entrega das chaves é que trouxe o progresso ali prá cima. O grosso...o que chama o alto Santa Mônica acabou de completá quando foi habitado... que valorizou e tal...é acabou de concretizá o planejamento deles, né?”⁶¹

Em recente conversa com o presidente da Associação dos Moradores do Segismundo Pereira, o Sr. Roberto informou-me que o bairro não compreende mais apenas o conjunto de 1055 casas construídas e habitadas em 1981, mas que se estende às suas adjacências desde 1990, estimando um total hoje de 16 mil habitantes (ver Anexo 2). Isto é: parte dos espaços vazios que circundavam o conjunto embrionário foi loteado posteriormente e vendido a particulares, que, inclusive, definiriam, a seu modo, o tipo de construção. Atenta-se, também, para o fato de que muitas dessas casas foram edificadas em pequenos grupos pelo mercado imobiliário. Entretanto, ao construí-los, diversificaram padrões, preservaram a estética e as diferenças entre si. Essas “novas” construções, ao exibirem aspectos outros, sejam em relação às casas dos Conjuntos, ou dentre elas mesmas, apontam para uma clientela diversificada e visivelmente portadora de um poder aquisitivo maior⁶².

⁶¹ Marco Túlio, 33 anos, Segismundo Pereira, 2001.

⁶² Conforme citado, em 09/08/78, o projeto inicial do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira constou de 1055 unidades. Segundo as atas de reuniões da AMOSP - Associação dos Moradores do Segismundo Pereira -, nos dias 12/09/90 e 17/09/90, os moradores enviaram um abaixo-assinado à Câmara Municipal local concordando com a ampliação do bairro, isto é, o nome dado ao Conjunto Habitacional, *Segismundo Pereira*, se estenderia aos seus entornos. Assim, dia 19/11/90, a AMOSP convidou os moradores para a discussão do projeto número 7389, sobre essa ampliação. De acordo com o Sr. Roberto Alves Veiga, essa “ampliação” foi aceita pelos moradores do Conjunto; porém foi rejeitada pelos “novos” outros, que, inclusive, entraram na justiça tentando reverter o caso. Fato não verificado por mim devido à proposta de me ater ao Conjunto Habitacional. Outra modificação ocorrida em decorrência dessa ampliação foi a mudança do nome da Entidade, ADESP (Associação de Desenvolvimento do Conjunto Segismundo Pereira, ver Livro/Ata/25/07/1982), para AMOSP (Associação dos Moradores do Segismundo Pereira, xerox /folhas

Podemos dizer claramente que os locais citados ostentam, ultimamente, uma paisagem, totalmente diferenciada daquela dos anos 1980.

Marco Túlio explica-nos essas diferenças ao relatar que “*o que cerca ele, (o bairro) em volta num são popular. Pessoas com é... pequenas mansões... carro quase do ano... o bairro em si num guarda mais essas tendências...*”

O Sr. Adair faz uma observação interessante. Deixa entrever na sua fala um sentimento muito próximo de uma sensação de sufoco, ao referir-se à forma com que se deu a ocupação dos espaços ociosos nos entornos do conjunto Santa Luzia, onde mora. (ver Anexo 3):

“...moro na mesma casa onde que saiu...a gente foi prá lá, eu me mudei em 1983, na mesma casa. Bastante longe do centro...ficô um miolo bem apertado porque pega os outros conjuntos tudo ao redor, o São Jorge, Buriti é...o Orora, então o Santa Luzia ficô um miolo preso, não tem crescimento. Da moda do’ôtro, não tem desenvolvimento de mais nada, porque ele é um ovinho, pequeno demais...”⁶³

Se outros bairros estavam sendo propostos e edificados nos arredores dos conjuntos citados, isto significa, no mínimo, a continuidade da especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, da prática da (re)expulsão.

Marco Túlio, ao buscar na memória como se deu esta ocupação, explica-nos desta maneira a sua percepção sobre ela:

“Mudou! Mudou muita coisa... As pessoas são as mesmas; mais, tem muita gente diferente, novas... pessoas. Geração que já nasceu ali. Hoje já tem jovem ali que tem 20 anos que nasceu ali, na terra... já não tem aquela cultura de ficá mudando, mudando...já nasceu quieto ali... naquela casa, nunca mudaram. São pessoas diferentes! (...) Acho que valorizam o bairro mais do que a gente que é antigo lá, né? (...) Porquê? Porque antigamente as pessoas tinham vergonha de falá que morava no Segismundo... parece que tinha um apelido do bairro Segismundo e... é com o Santa Luzia era “Sapolândia” e o Segismundo era “Tatulândia” (risos) tinha muito tatu. Assim, era desvalorizando prá baixo, né? Assimilando o caráter de ser pobre, né? Num sei porque as pessoas têm vergonha de ser pobre, né? Essa de hoje quer nem saber disso. Eles estão uns dez minutos do Carrefour, do Center Shopping, de ônibus. (...) É acho que eles não se consideram é...sentem mais periféricos, né? (...) Hoje tem bairros mais distantes...que carece das mesmas

avulsas/Ata/11/10/1990, Centro de Formação do Menor). Em relação à ocupação dos espaços circundantes no Segismundo, pude apurar que alguns dos Conjuntos outros mencionados no trabalho foram construídos, pelo menos três deles, pela Imobiliária Eldorado. (Informação cedida por Cleide Marta Ferreira residente à rua João Limiro dos Anjos, nº 1366, Bairro Segismundo Pereira). O Conjunto Habitacional Santa Luzia, composto inicialmente com 805 casas, hoje se encontra também ampliado para bairro, mantendo o mesmo nome do Conjunto fundador, conforme se deu no Segismundo Pereira. Tal constatação foi fruto de um reconhecimento no local feito por mim.

⁶³ Sr. Odair, 47 anos, morador do Conjunto Santa Luzia, 2000.

*necessidades que nós já passamos...nós não superamos...mais os novos bairros mais distantes têm carências bem maiores do que as nossas!...*⁶⁴

As reelaborações apresentadas por Marco Túlio deixam fluir a idéia de que o Conjunto Segismundo Pereira, no início dos anos 2000, conta com uma infra estrutura razoável. Principalmente no que tange à junção do transporte coletivo com a malha viária instaurada, possibilitando um acesso mais rápido dos moradores em direção ao centro, isto é, “aproxima” o Conjunto do centro urbano. Isto, de acordo com o depoente, retira do local inclusive a pecha de periférico. Aliás, tal referência é passada aos outros bairros, constituídos para além do Segismundo, que, por sua vez, sofrem as mesmas carências advindas da precariedade dos serviços prestados, evidenciando a permanência das relações de expulsão e de inclusão das pessoas.

A ação do mercado imobiliário persiste. Mais do que isso, por meio dos artigos recentes, é possível dizer que esta ação tornou-se constante aqui na cidade. Teve como suporte e incentivo a própria máquina administrativa do Município. O ex-prefeito, Virgílio Galassi,⁶⁵ em 2001, confirmou essa espécie de pacto. Diz que o mercado imobiliário em Uberlândia se “*desenvolveu à margem das pessoas que a administraram durante centos e tantos anos,*” e que estas administrações se destacaram pelo *dinamismo* dedicado à cidade.

O ato de especular converteu-se em algo corriqueiro entre a maioria dos ex-administradores, que, como ele, foram ao mesmo tempo prefeitos, donos de terras e imobiliárias. Ao fazer essa referência, Virgílio Galassi, não se constrange. Ao contrário, vê nesta junção *prefeito/proprietário/empresário* uma positividade. Segundo ele, o fato de poder transitar por este trio de funções “*fica mais fácil conciliar*” o trabalho de administrador com o de “*desenvolvimento*” da cidade.⁶⁶

Por fim, entendemos que as evidências tornam claro que aqui, em Uberlândia, a “terra-fértil”, a especulação imobiliária ocorreu inserida numa tremenda *fertilidade histórica* de conciliação. Isto é: propiciou a realização dos interesses e conveniências de

⁶⁴ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2002.

⁶⁵ "Cidade é imagem dos Prefeitos". *Correio de Uberlândia*. 04/08/2001, p. A-3.

⁶⁶ "Cidade é imagem dos Prefeitos". *Correio de Uberlândia*. 04/08/2001, p. A-3. Neste mesmo jornal, existem outros artigos complementando tal pensamento, tais como: "Prefeitos têm ligações com o ramo imobiliário", "Fatores que impulsionaram o crescimento" e por último o artigo "Quem são os donos da cidade". Ver também em artigos veiculados pelo Jornal *Correio de Uberlândia* do dia 11/02/84 p. 06, intitulado: "Virgílio Galassi: Lei do IPTU é uma Lei feita contra quem não tem nenhum terreno em Uberlândia", no qual Virgílio nega existência de especulação imobiliária em Uberlândia, dizendo “*que não se deve fazer tal acusação a homens que tanto ajudaram o progresso de Uberlândia*”. Exalta, nesses feitos, o fato dessas pessoas “*não só venderem suas terras, mas que, muitas delas doaram parte dos seus domicílios para engrandecer a cidade*”. No rol de *doadores*, cita inclusive, os donos da *Urbanizadora Segismundo Pereira com 500 terrenos para a construção do Estádio Municipal, da urbe*.

grupos alheios aos interesses da maioria da sociedade. Daí podermos conjeturar que as falas do ex-prefeito se dão no sentido de justificar a tentativa de racionalização da cidade. Ou melhor, no mínimo, acabam por escancarar o caráter perverso no qual ela ocorreu.

Entretanto, além de nos indignar, cumpre-nos a tarefa de continuar a desmistificar esse discurso constituído, desvendando como as pessoas pobres viveram e se inseriram nesse processo.

Capítulo II

(Re)Construindo vivências e (re)organizando espaços

(Re)Construindo vivências e (re)organizando espaços

Ao escolher trabalhar com os Conjuntos Habitacionais - Santa Luzia e Segismundo Pereira - como “locus” desta pesquisa, uma das preocupações foi entender o porquê de edificações de conjuntos habitacionais desmesuradamente distantes do centro da cidade.

Vale dizer que a distância referida não se fazia sentir somente em relação ao centro urbano, porém esses conjuntos situavam-se visivelmente afastados até mesmo dos últimos vestígios considerados urbanizados (quer dizer: a existência de energia elétrica, avenidas e ruas pavimentadas, água, esgoto, redes de telefone, comércio ativo). Extensas faixas de terra cobertas pelo cerrado interpunham-se entre os conjuntos habitacionais e o(s) bairro(s) mais próximo(s): “...na realidade era o Segismundo aqui, o mato e nós...”⁶⁷

Vencer essa distância significava uma espera angustiante no ponto de ônibus. Uma ação comum para os moradores, mas, quase sempre, povoada pela incerteza do cumprimento do horário do transporte coletivo e, concomitante, pelas infinitas certezas de outras tarefas colocadas na ordem do dia. Isto é: a chegada ao trabalho, à escola, ao consultório médico e a vontade imperativa de retornar à casa.

Nesses anseios, a visão do cerrado margeando os conjuntos, as ruas abertas rasgando a terra vermelha, animais pastando em volta, as luzes da cidade vistas ao longe, conjugadas com a solidão do ônibus coletivo que trafegava a comprida via de acesso ao conjunto, são elementos que conferiam ao local uma conotação de “roça”:

*É, aqui era roça que quando fizeram isso aqui era mato mesmo...⁶⁸
Hoje existe bairros entre aqui (Santa Luzia) e o centro; existe vários bairros neste sentido aqui, antigamente não era, era só...só mato mesmo...cerrado (...)⁶⁹*

Intrigava-nos, sobretudo, entender como milhares de famílias se submeteram viver em condições precárias, com a ausência de infra estrutura, na busca da casa própria. Os sentimentos, as expectativas, as tensões que compunham o cotidiano desses moradores apresentam-se como território movediço, que precisa ser apreendido em cada sujeito social que viveu esse processo.

Processo que se faz presente não só no momento em que se recebe a casa própria, mas que perpassa por todo um caminho percorrido, obrigando o historiador a um exercício

⁶⁷ Júnior, 21 anos, morador do Santa Luzia, 2001.

⁶⁸ D. Maria Helena, 80anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

⁶⁹ Júnior, 21 anos, morador do Santa Luzia, 2001.

nada fácil de refletir sobre o tempo histórico proposto, estando no presente e, ao mesmo tempo, mergulhando no passado, buscando perceber, mediante o diálogo com as fontes, como as pessoas viveram, sentiram, reagiram e construíram o seu modo de ser, no seu próprio tempo.⁷⁰

À medida que nos debruçamos nos caminhos feitos pelos entrevistados na sua busca por moradia, percebemos que este *desejo* (ter casa) perpassa o limite de propriedade e ancora-se na necessidade, talvez, de se sentirem aceitos no meio social em que vivem. Eles deixam entrever nas histórias de vida que a rotatividade em busca do aluguel, a migração, os laços de solidariedade (dos parentes ou amigos em permitir moradias a outrem) não garantem, por si só, a permanência deles nesta cidade como pessoa, sujeito, cidadão.

A fala do Sr. Gino convida-nos a transitar pelos “caminhos” percorridos por ele, por meio da sua narrativa sobre as experiências vividas na cidade de Uberlândia:

“... morei no centro até rapazinho na rua Santos Dumont... depois, mudei pro Santa Mônica em 69, na antiga rua 07 que hoje é Ortízio Borges, né? Então, é ali que nós começamos a saber o que era a vida... porque nós tivemos que mudá daqui do centro porque o tio que nós morava com ele, era casado com a minha tia veio a falecer; a minha mãe faleceu e o meu pai teve que ser internado diante disso tudo. O dinheiro qu’ a gente tinha não podia tirá porque éramos de menores... mais com a ajuda daquele pessoal, é... pai do... (inaudível) amigo da família, nos cedeu uma casa no Santa Mônica e depois nos venderam essa casa onde, até o dia de hoje, meu pai permanece lá com seus dois filhos (...). Ali tudo era mato; depois foi crescenço, crescenço, e aí hoje é aquela potência né? Que é quase uma segunda cidade de Uberlândia (...). Pro Segismundo Pereira eu mudei para lá em 16 de Novembro de 81. Eu fui o segundo a morá... é... eles me entregaram (a casa)... no dia 15 e no dia 16 eu me mudei. Fui o segundo a me mudá prá lá; ficamos 12 dias sem água...”⁷¹

Observando o movimento feito pelo Sr. Gino até conseguir instalar-se na sua própria casa, o caminho percorrido por ele se faz em sentido linear do centro para a periferia. Esses deslocamentos, e ao mesmo tempo as permanências em determinados locais, se dão, inicialmente, numa relação de solidariedade, uma *romaria* que se finda somente em 1981, ao mudar-se para a *sua casa* no Segismundo Pereira. Essa busca pode ser vista como inserida numa relação de expulsão da população pobre para áreas mais distantes, que ultrapassa as justificativas pessoais para as mudanças de moradia.

⁷⁰ THOMPSON, E. P. *Op. cit.* 1981.

⁷¹ Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Ao ser interrogado sobre seus sentimentos em relação à casa própria, ele expressou com simplicidade essa trajetória. Porém, junto com as palavras, a expressão flui carregada de simbolismo, de emoções:

“...mais Deus nos deu força e nós ficamos até o dia de hoje...a casa minha já é quitada. Criei os meus filhos ali (...) se um dia eu tiver que sair dali... seria muito difícil prá decidi!... (risos)”⁷²

Para além das expressões usadas na fala, percebemos sentimentos outros possíveis de serem captados, como, por exemplo, *o medo de ser expulso* do local de moradia (revelando, com essa possibilidade, transtornos e dissabores múltiplos para si e sua família); a busca de uma identificação com o meio, que, certamente, influencia nos rumos de sua vida, nas decisões, nos caminhos até certo ponto escolhidos. Mesmo porque essa expulsão a qual nos referimos se faz disfarçada. Muitas vezes, pelo fato de não mais poder arcar com aluguel da casa onde se quer morar, ou porque o dono pediu o imóvel de volta, enfim, as nuances que envolvem tais decisões nem sempre são visíveis. São sentimentos que, se não estivermos atentos e dispostos a percebê-los, se perderão no privilegiamento dos fatos e dos feitos.⁷³

À luz desses pressupostos, pensamos ser interessante adentrar mais nas falas de outros entrevistados, que esclareçam melhor as circunstâncias possíveis das relações de exclusão e inclusão das pessoas pobres na cidade, partindo da hipótese de que tais formas são sutis e estão, quase sempre, envoltas em aparentes normalidades. A “insegurança”⁷⁴ em morar de aluguel, aliada aos problemas diários para cumprir esse compromisso, e a dificuldade de conseguir uma outra forma de habitação acabam redundando na “necessidade” do indivíduo em adquirir a casa própria.

Mas, ao contrário do estardalhaço feito pelo poder público, por meio da propaganda, quando propõe e inaugura os conjuntos habitacionais, apresentando a casa como um valor isolado, as pessoas, moradores desses conjuntos, expressam seus

⁷² Sr. Gino, morador do Segismundo Pereira, 2001

⁷³ Este exercício, como já disse anteriormente, advém das leituras e reflexões inspiradas em THOMPSON, quando este nos chama a atenção para que não percam nas aparentes “normalidades”. Ou seja, pautarmos pela busca “invisível” a qualquer olhar, para um algo mais que move as pessoas, os sentimentos. THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, 2001, p.235

⁷⁴ Refiro-me, principalmente, aos aumentos dos aluguéis. Por exemplo, em julho de 81 foi de 82% (*Correio de Uberlândia*, 29/09/1981, p. 01), no ano seguinte, foi para 90,83% (*Correio de Uberlândia*, 30/03/1982 p.11), um índice que nem sempre acompanhava o valor do salário. Mesmo que assim o fosse, devemos atentar para os altos índices inflacionários vigentes, que corroíam o salário, assim como atentar para o desemprego que varria o país.

sentimentos com base em um conjunto de valores que se inserem na dinâmica social vivida por eles, nos quais se inclui a moradia como um dos elementos de identificação do sujeito.

As falas do casal Sr. Osvaldo e D. Laudelina vêm nos estimular no exercício crítico da análise desses sentimentos. Conforme podemos verificar na sua trajetória, ambos vieram da zona rural para morar na cidade, buscando dar aos filhos a oportunidade de estudar. Eles nos mostram certamente o caminho percorrido por muitos:

“... eu nasci no Município de Araguari; só que a maior parte eu passei aqui... dos dez anos de idade pra cá, eu passei no Município de Uberlândia... foi nos Olhos D’água daí prá baixo no Mangue. Morei na zona rural até aos catorze anos(...) nós moramos na fazenda ali. Quando o meu pai faleceu eu tinha catorze(...), eu vim pra cidade (Uberlândia). Fiquei com o padrim Romeu até casá(...). Aí a gente casô e voltei prá fazenda... é voltamo pra roça(...). Nós morava num ranchim de pau a pique...de folha, lá nós teve nossos treis filhos(...). Depois lá nessa fazenda, o (filho) mais velho fêz a quarta série é...o Edvaldo. Foi preciso da gente vir prá cidade que num tinha mais estudo, né? Purque nessa época (1979) num existia mais nada após a quarta série primária na zona rural. Aí meu sogro já tinha vindo prá cidade(...). O Osvaldo feiz uma casinha lá...foi lá no Tibery. Feiz uma mei’água lá no fundo(...)nessa casa do meu sogro nós ficamos quatro anos. Aí, depois num deu certo, sabe? Era menino cum menino, entraram em atrito. Eu aluguei uma casa e nós saímos de lá. (nesse momento D. Laudelina chora mas continua falando) (...) nessa casa de cá (casa do sogro) nós num pagava nada. Na outra passô a pagá aluguel. Nós ficamo dois anos...o Osvaldo num instantim ajuntô um dinherim e apareceu esta casa aqui (Segismundo Pereira). O Conjunto foi entregue em 81 e nós comprô a nossa casa em 85...mudei em fevereiro de 85 (...). Prá mim num teve nada mais maravilhoso do que isso aqui! Até hoje eu fico pensano que foi Deus porque se nós tivesse ficado lá no meu sogro acho que nós num tinha comprado isso aqui não! Aqui eu posso falá... que na terra, o céu é minha casa...”⁷⁵

O senhor Osvaldo reafirma os sentimentos e as necessidades expostas pela esposa quando diz:

“(...) Aí a gente moremo no Tibery nos fundos (quintal do pai) nós tinha uma casinha lá...mais tinha a idéia de que lá num era da gente, né? ...morá, mais sem segurança.(...) Aí eu vim aqui e consegui...da moda d’outro né? Cum muita dificuldade mais comprei o direito da casa (ágio).(...) aí, ah! Pra mim significó muito mesmo! Igual a gente morava da moda d’outro era daqui pra li, né? Na roça era duma fazenda prá ôtra. Na cidade ocê paga aluguel mesmo assim ocê tá num lugá depois tem que í pro ôtrô. É um negócio que parece que ocê num fica tranqüilo; logo ocê pensa... nossa! Eu tenho que mudá. Então aqui prá mim, prá nós significó muito, porque a gente graça a Deus num tem nada não, mais o básico assim do dia a dia... gente tem...”⁷⁶

As vivências relatadas pelo casal de depoentes embasam as nossas interpretações sobre as formas de expulsão e inclusão dos indivíduos tanto no campo como na cidade.

⁷⁵ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

Solidariedade e conflito compunham o cotidiano dessas pessoas, no seu movimento pela cidade em busca de segurança e da tranquilidade que a casa própria, acreditam, poderia dar.

O fato de terem que sair de lá, da zona rural, para complementar os estudos dos filhos significa ter consciência desse “direito.” Um direito que lhe é negado no seu local de origem. Essa consciência do direito negado talvez o faça sentir-se aliado do processo. Assim, a inclusão perpassa pela necessidade primeira de se mudar para a cidade, onde esse direito pode ser, até certo ponto, *concedido*.

A busca dessa inclusão aponta, no seu movimento interior, para a idéia de que “ter casa” é igual a sentir-se seguro. Nas suas reelaborações, muitas vezes, a lembrança de ter se sentido expulso da roça, da casinha cedida e do *morar* de aluguel (independente de estar em dia ou não com o pagamento desse aluguel) está presente. Assim, “ter a sua casa” significa não passar por tais sentimentos novamente.

O movimento feito pelos entrevistados na busca da casa própria, muito embora levando em consideração que se dão em diferentes trajetórias, indica-nos uma luta desses sujeitos por pertencer à cidade, revelando-nos seus sentimentos ao se identificarem com o lugar que têm para morar. Ao explicar como se deu essa escolha, o Sr. Osvaldo afirma que preferiu o Segismundo Pereira por ser esta uma região que guardava semelhanças com a sua trajetória de vida:

“...escolhi (o Segismundo) porquê? É o lado qu’a gente foi criado, né?...sempre chegava prá esse lado aqui. Parece qu’eu gosto mais é daqui ó... Segismundo, Alvorada, Morumbi... Óios D’água, Maribondo(sentido bairro para a zona rural por onde morou) parece sê uma extensão; porque igual eu táva te falando, eu tenho uma irmã lá no Tocantins e eu acho lá ruim demais! (risos) eu fui lá pôcas vêiz... Intão a gente foi criado prá esses lados...parece que é só do centro prá cá, e mais conhecido, né?”⁷⁷

Ao que tudo indica, a possível escolha do local para comprar a sua casa o aproximava dos locais anteriores de moradia. À luz dessa aproximação, podemos pensar que havia nessa procura uma busca pelas raízes, possibilitando-lhe resgatar nesse anseio seus elos, fortalecendo, assim, uma identidade construída na zona rural.

Sr. Irineu relatou-me que, na época (1981), para inscrever-se como candidato ao sorteio das casas do Segismundo Pereira precisava comprovar renda mínima, igual a pelo menos três salários mínimos; para o Santa Luzia, a exigência se resumia a dois salários.

⁷⁶ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

⁷⁷ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Assim, os Conjuntos Habitacionais mencionados foram criados visando contemplar somente uma certa parcela de trabalhadores, tornando-se, portanto, uma política habitacional seletiva.

Nessa perspectiva, trabalhadores que não tinham um teto, mas que não se enquadravam nas exigências do mínimo exigido, e muito menos os que não podiam comprovar a sua renda financeira, estavam automaticamente alijados do processo. Sem alternativas, muitos desses excluídos integraram-se em movimentos em busca de moradia. O trabalho de Petuba, analisando Uberlândia, preocupa-se com esta temática, apontando-nos como se deu a ocupação de terrenos na periferia da cidade nos anos de 1990/91, no, hoje, bairro D. Almir. Sobretudo procura entender como centenas de famílias sentiram, organizaram-se e viveram o processo incerto de assentamento dos seus barracos em pleno cerrado, sem nenhuma infra estrutura, completamente desassistidas pelo poder público local. Mediante uma luta acirrada entre os acampados e a Administração Municipal, eles fizeram valer os seus direitos de morar e de pertencer à cidade⁷⁸.

Foram muitas as dificuldades pelas quais passaram os moradores dos Conjuntos Habitacionais no seu início, principalmente pela necessidade de constituírem, nessa mudança física, outros viveres. Seja pelo transitar pela cidade enfrentado a distância a ser percorrida “...o ônibus demorava muito prá chegar em casa”,⁷⁹ “vinha sempre cheio e num parava nos pontos...”⁸⁰, pelo desconhecimento das famílias que chegavam a todo momento, tomando posse da casa própria: “olha eu vou te falá, no dia qu’eu mudei, onde hoje tem essa casa que fizeram abaixo eles mudou também no mesmo dia (...), a da esquina, mudou de tarde...”⁸¹; seja pela novas relações a serem estabelecidas no novo espaço, a partir desse momento. Inclusive, torna-se premente, na fala dos moradores, a necessidade de criarem mecanismos para transporem as deficiências de uma infra estrutura precária.

Ao mesmo tempo que propagavam a imagem idealizada, os jornais deixavam entrever uma diferenciação entre o que deveria ter sido realizado no local e o que os moradores realmente encontraram: “As moradias estão completamente prontas, falta somente o asfaltamento das ruas nos ditos conjuntos (...)”⁸². Ou seja, a matéria não

⁷⁸ PETUBA, Rosângela M. S. *Op. cit.*. 2001. Recentemente (2001), como a própria autora assinala nos seus estudos, outras ocupações de terra, por moradia, aconteceram próximas ao bairro D. Almir, igualmente marcadas pelo confronto entre o poder público e parte da sociedade uberlandense: foram criados os assentamentos Joana D’arc e São Francisco.

⁷⁹ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

⁸⁰ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

⁸¹ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

⁸² “Casas nos Conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia”. *A Notícia*. Uberlândia, 27/06/81, p. 01.

escondia a situação real dos Conjuntos Habitacionais. Reforçava também um desejo do governo de “*entregar as residências, com todas as benfeitorias concluídas...*”, revelando, nesse caminho, um porquê dessa preocupação: “*para que não se crie transtornos futuros para os que vão residir em suas casas próprias*”⁸³. Neste sentido, é possível perceber, nesta última frase, uma leitura inversa: o governo não estava realmente preocupado em evitar desconforto aos moradores, conforme a imprensa fazia crer, mas, sim, preocupado em evitar dissabores provocados pelas possíveis reivindicações dos moradores.

Pereira, ao discutir o papel da imprensa nas “relações de favor” na cidade de Montes Claros, coloca-a como agente da elite local, alertando-nos para o fato de que... “*embora se apresente como isenta para ser digna de maior credibilidade, seu texto sempre retrata uma dada ideologia, uma visão de mundo.*”⁸⁴

Pelo visto, aqui em Uberlândia, o comportamento da imprensa não se dá de forma diferente. Os artigos citados demonstram um comprometimento desta com o poder público, porém não consegue ocultar dos leitores os problemas reais existentes nesses conjuntos, muitos deles advindos da precariedade da infra estrutura: “*como se sabe, o conjunto, pronto há algum tempo, tem tudo instalado, mas falta a ligação que só pode ser pela CEMIG*”.⁸⁵

É interessante ressaltar que, após toda propaganda da imprensa local enaltecendo a administração pública, os mesmos jornais divulgaram, posteriormente à entrega das chaves, “*propostas de construções públicas*” importantes para a população que passava a morar nos Conjuntos Habitacionais:

*“Mesmo antes de ser inaugurada a Escola do conjunto habitacional Segismundo Pereira ganha ampliação. É que o galpão construído para abrigar as instalações da Escola Estadual que ali funcionará não possuía espaço suficiente para atender a grande demanda de alunos, fato que forçou as autoridades responsáveis, sob a liderança do Secretário Municipal de Ação Social, Dr. José Carneiro a uma tomada de posição para execução das obras, para que possam ser atendidas todas as crianças em idade escolar. (...) no Santa Luzia, o prédio da Escola tem condições precárias de atendimento à demanda escolar, e a direção daquela unidade de ensino está encontrando dificuldades para obter o mobiliário necessário para o funcionamento da secretaria e da cantina. Por isso solicita a colaboração da comunidade e das pessoas que quiserem doar armários, fichários, fogão, etc.(...)”*⁸⁶

⁸³ Idem.

⁸⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op.Cit.*, 2001, p.07.

⁸⁵ “Mutuários estão ocupando suas casas nos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia.” *Correio de Uberlândia*. 11/11/81, p 11.

⁸⁶ “Escola do Segismundo Pereira ganha ampliação do prédio”. *Correio de Uberlândia*. 03/02/82, p.12

Esta matéria torna pública a real situação da infra-estrutura adotada nos conjuntos habitacionais, acentuando uma diferenciação entre o discurso propagado pelo governo e a realidade encontrada. Como a escola, que não estava preparada para comportar a demanda escolar, necessitando de móveis e reformas mesmo antes de inaugurada, outros artigos relatavam propostas de novas construções, como praças recreativas, o centro social urbano,⁸⁷ de ambulatorios médicos e quadras de futebol de salão,⁸⁸ instalação de agências postais⁸⁹ e mini parques,⁹⁰ ainda inexistente naquele espaço. São “propostas de construções públicas” que, uma vez realizadas, comportariam uma atenção básica à população. Por isso mesmo, deveriam ser inseridas na proposta maior do governo de propiciar qualidade de vida.

A construção do Centro de Saúde, de quadras, praças, da creche, a coleta regular de lixo, a instalação de feiras livres, do posto policial são reivindicações apresentadas pelos moradores, a partir da entrega dos conjuntos até os dias atuais, por intermédio, muitas vezes, das suas respectivas Associações de Moradores. Embora esteja analisando, neste momento, as vivências dos moradores na sua totalidade, ou seja, dos dois conjuntos que são objetos desta dissertação, isso não significa que as lutas foram unificadas, o que pretendemos ressaltar é que a precariedade da infra-estrutura e as dificuldades advindas desta para os moradores podem ser observadas nos dois casos⁹¹.

Muitas pessoas que foram contempladas com uma das unidades habitacionais nos conjuntos mencionados desistiram ou foram obrigadas a abandonar as suas casas. Algumas por não se adequarem aos locais: “...teve muita gente que desistiu da casas (...) porque era roça (...) que tinha inscrição e tudo...”⁹². Outras por não conseguirem acompanhar os reajustes das prestações.

⁸⁷ “Iniciam parques nos conjuntos residenciais”. *A Notícia*. Uberlândia, 04/05/82, p. 06

⁸⁸ “Ambulatórios para os conjuntos”. *A Notícia*. Uberlândia, 17/06/82, p. 01.

⁸⁹ “Agências postais para núcleos residenciais”. *A Notícia*, Uberlândia, 03/04/82, p.01

⁹⁰ “Mini parques para núcleos”. *A Notícia*, Uberlândia, 04/02/82, p. 01.

⁹¹ O Jornal “A Voz do Povo” editado pelo Sr. Irineu “Castanhera”, morador do Santa Luzia, traz um artigo na página 03, intitulado “Conjunto Santa Luzia 20 anos de experiência”, no qual, ele próprio relata passo a passo o embate político travado entre os moradores e o poder público nestas últimas décadas para garantirem os seus direitos — uma infra estrutura adequada — e a efetivação destes no local; lutas que estão apontadas no IV Capítulo, obedecendo a uma sistematização do trabalho (tanto as que se referem ao Segismundo como do Santa Luzia). Neste jornal, faz-se também a propaganda do comércio local e outras informações relacionadas ao bairro e adjacências (São Jorge, Granada, Viviane). Dono de um “papo agradável,” este morador passou-me informações verbais interessantíssimas sobre o Conjunto Habitacional.

⁹² D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

Para não correrem o risco de ficar sem casa, estar em dia com a prestação tornou-se para muitos uma questão de honra: “(...) *toda a vida a prestação nós num atrasamo nunca! (...) o que nós temo é nome (...).*”⁹³

O medo de perder a casa se deveu a uma conjuntura econômica instável e desfavorável pela qual passava a maioria da população brasileira nos anos 1980. Como não podia deixar de ser, com todas as mazelas, o reajuste da prestação extrapolava o salário e minava as expectativas do ter/manter o sonho da casa própria.

*“No próximo dia 1º de Julho, três milhões de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação terão reajustadas as prestações da casa própria. O índice estimado pelo Banco Nacional da Habitação é assustador: 130 por cento, para os contratos de aumentos anuais, ou 98 por cento (seguido de uma parcela de pelo menos 40 por cento em janeiro) para quem optar pela semestralidade). O índice previsto pelo BNH, pela primeira vez, desde que o SFH foi criado, irá superar os ganhos salariais dos mutuários. Isto faz prever um aumento da inadimplência e conseqüentemente o aparecimento em maior escala do fantasma da liquidação judicial dos imóveis em atraso. No entanto, mais do que a diferença negativa entre o reajuste anual do salário e o aumento da casa própria, o desemprego é a ameaça maior para uma classe média que cada vez mais perde o seu poder aquisitivo. Estes dois fantasmas - o reajuste e o desemprego - podem tornar irremediavelmente inviável o SFH que virou o trimestre com uma média de oito prestações atrasadas por mutuário...”*⁹⁴

A somatória de tais atitudes e a ausência de posturas políticas do BNH que contemplassem os mutuários, certamente, contribuíram para fomentar, neles, a desconfiança no sistema e alimentar uma sensação de “estarem sendo enganados”. Vale a pena dizer que estas “incertezas” não pararam por aí. Converteram-se em movimentos e organizações dos mutuários, revendo e (re)descobrimdo os seus direitos, pressionando o governo para tornar séria essa política habitacional.⁹⁵

Não se pode afirmar que tais inseguranças e incertezas tenham-se estabelecido somente em relação à política habitacional. Foram décadas que se eternizaram pela miséria, pelas desigualdades, escândalos e corrupções com o dinheiro do trabalhador, e outras formas de violência que solaparam a sociedade brasileira, atingindo, de preferência,

⁹³ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

⁹⁴ “Despejo em massa: mutuários não poderão pagar aumento das prestações”. *PASQUIM*, Rio de Janeiro, 19-05/22/05/83, p.18. Ver também “BNH, fornece informações sobre alterações de multas”. *Correio de Uberlândia*, 13/02/80, p. 02; “Taxas do BNH sufocam chefes de família”. *Correio de Uberlândia*, 21-22/06/80, p.08; “Construção: custo 26%, afirma o BNH”. *Correio de Uberlândia*, 17/06/80, p. 02; “BNH confirma reajuste para Julho”. *Correio de Uberlândia*, 21/05/80, p 01.

⁹⁵ Neste sentido, sugerimos a leitura de LAVERDI, Robson; *“Pelo Direito de Morar - Experiências de Luta por Reforma Urbana (1980-1988)*. Dissertação/Mestrado/PUC: São Paulo, 1988. O autor procura refletir no seu trabalho “sobre as dimensões das lutas vividas pelos movimentos populares e de moradia, que ganharam visibilidade pública no cenário de afirmação de direitos urbanos nos anos 80” (p.08).

os pobres. Nem tampouco podemos dizer que esse estado de miséria, beirando a barbárie, tenha findado.⁹⁶

Esses “sentimentos” não são perceptíveis somente nos jornais, revistas e em outros meios. Podem ser colhidos e sentidos nas memórias dos entrevistados. Eles deixam emergir um pensamento que era compartilhado por muitas pessoas que se encontravam na mesma condição de devedores do BNH. Essas incertezas quase sempre se transformaram em medo: medo de perder a casa, de ter que retomar os caminhos de volta. A fala de D. Laudelina é significativa neste sentido:

“...Ela (a irmã) já morava aqui desde o início do conjunto (Segismundo Pereira). Aí apareceu esta casa aqui, eu nem num acreditava, porque (choros e risos!) no início, o meu sogro parecia que tinha medo de...conjunto...essa coisa assim de casa financiada, sabe? Aquele povo lá...atrás (os mais idosos) tinha muito medo disso! (...) falava que num dava conta...que ia pagá casa pro resto da vida e que num ia dá conta de pagá! (...) só que ó...eu andano direitinho...pagano, porque “Graças a Deus”...eu mais o Osvaldo (esposo) ...nós nunca, nunca; o que nós temo é nome. Nós temo crédito, sabe? Toda a vida a prestação nós num atrasamo nunca! (...) então eu acho a diferença é nisso qu’eu andano direitinho a casa é minha, sabe? Se eu num atrasá...porque aqui, conforme você atrasá... umas três, quatro prestações mais ou menos, né? Eles tomavam a casa...”⁹⁷.

A labuta diária dos entrevistados para estarem em dia com a prestação da casa própria aparece frequentemente nas falas como uma “questão de honra”. Esta expressão traz embutido, além de um valor moral muito caro à pessoa pobre - o nome -, um retorno à certeza de ser dono(a) do imóvel.

Esses sujeitos sociais deixam também revelar nas suas memórias uma face da violência urbana, ao serem expurgados dos seus antigos locais de moradia, onde, certamente, tinham um conjunto de relações construídas, cimentadas em modos de viver. Ao se sentirem contemplados com a casa própria, esses elos tendiam a romper-se:

“(...) igual eu saía demais, quando eu gostava de vim demais pro ‘Saraiva’ (Bairro no qual morou) vinha, brincava caxeta com os meus colegas tudo, tinha... tinha dia qu’ eu ia embora uma hora da manhã prá cá...”⁹⁸

⁹⁶ SZMRECSANY, M. I. Q. F.; LEFEVRE, José Eduardo de Assis. *Grandes Empreiteiras, Estado e Restrução Urbana da cidade de São Paulo - 1970/1996*. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, vol. 2. ANAIS, 1996, em que os autores analisam com profundidade o envolvimento do setor público e privado principalmente em São Paulo, no período pós-64.

⁹⁷ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

⁹⁸ Sr. Odair, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000.

Um lazer cultivado por muitos anos e que, embora a contragosto do Sr. Odair, teve que ser praticamente interrompido. Alega como causa a dificuldade de locomover-se pela cidade face à violência presente na urbe, “...hoje às oito horas já tem que está dentro de casa... que a gente tem medo de sair de casa...”⁹⁹

Marco Túlio lembra que “quando morava no bairro Cazéca não dependia de ônibus”. Esse depender trouxe para o seu cotidiano um *constrangimento* quanto ao uso do transporte coletivo e de outros caminhos a serem percorridos por eles e seus irmãos para chegarem à escola:

“...de lá para alcançar é... o centro Tubal Vilela a gente andava a pé e de lá retornava e ia prá escola, assim tranqüilo. Daí, aqui (no Segismundo) a gente já teve esse constrangimento de ter é...participar do transporte urbano (...). Só que o ônibus dava muita volta (...) era demorado mais tinha (...) passava dentro do Santa Mônica...do Saraiva, era complicado...”¹⁰⁰

A obrigatoriedade do uso regular do ônibus trouxe, para a família de Marco Túlio, um refazer do orçamento financeiro, efetivando, nesse rearranjo, as novas despesas, os estudos dos filhos, como valor moral a ser conservado. A despeito das dificuldades expostas, “ninguém largou a escola.”¹⁰¹

“Olha, eu nem sei como é que o meu pai e minha mãe deu conta não! Porque nós era muito... (risos), nós era nove filhos, com mais um adotivo... dez e todos estudavam. Na transição dessa mudança todos estudavam naquela região do Seis de Junho, José Inácio, Bueno Brandão (Escolas Estaduais) porque eu tinha irmão que estudava lá. E os meus pais deu conta de pagar ônibus prá cada um. Ninguém largou a escola.”¹⁰²

Os Conjuntos Habitacionais foram construídos em séries e entregues ao mesmo tempo aos seus moradores. Por isso, o *mudar-se* para esses locais não significou uma mudança corriqueira tantas vezes acontecidas e relatadas nas trajetórias de vida dos entrevistados. Ela se deu cheia de expectativas; sinalizando para um certo medo frente ao desconhecido: “(...) aqui era um pasto... um brejão; a gente num tinha coragem de atravessá assim de noite não...”¹⁰³, mas trazia, sobretudo, a esperança de uma vida melhor.

⁹⁹ Sr. Odair, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000.

¹⁰⁰ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁰¹ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁰² Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁰³ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

Tal ação gestava no seu movimento interior um recomeçar de famílias desconhecidas entre si, mudando-se simultaneamente para co-habitarem o mesmo espaço: “...no começo era bom demais, aí veio mudano outras pessoas prá cá não sabe de onde, né?”¹⁰⁴

Assim que recebiam a permissão para ocupar as residências, as novas famílias vieram de todos os lados da cidade, trazendo, na sua bagagem, além das esperanças de uma vida melhor, costumes, crenças e valores diferentes. Estampavam no rosto a marca da ambigüidade, em que semblantes alegres se mesclavam com olhares perdidos, que perpassavam os espaços das casas sem forro, sem muro, para se perderem nos horizontes dos cerrados.

Nesse momento, o que os unia nestas igualdades - como o desejo de ter a casa, o local de moradia, os problemas com a infra-estrutura, o desconhecimento entre si -, por mais estranho que soe aos nossos ouvidos, eram as diferenças. Diferenças a serem superadas no processo de construir relações a serem estabelecidas ali, exigindo, conseqüente e simultaneamente, de todos, a (re)elaboração de suas experiências: casa nova, vida nova; novos sofrimentos se vislumbavam, delineando dificuldades a serem enfrentadas cotidianamente, ora individuais, ora coletivas. Um novo espaço se apresentava para ser conquistado, demarcado:

“(...) fui a primeira moradora (...). Era um parágrafo (...) aqui era só mato...era um pasto ...até ó, onde é o CAMARU (Centro de Amostra e Aprendizado Rural). Então, Deus me livre! (risos) era tristeza! (risos) Nossa Senhora! Num tinha nada vezes nada! Tudo que precisava tinha que í lá embaixo (ao centro da cidade). O cê vê eu morava lá nas Tabocas... (Bairro, hoje, chamado Bom Jesus) pertinho do centro, né? Quando eu vim (Santa Luzia) eu assustei; nossa moço, eu saí do centro pra vim morá aqui, sem ônibus, sem nada... E depois a gente acostuma... melhorou muito.”¹⁰⁵

O susto, a incredulidade de D. Maria Militão frente à realidade encontrada se faz acompanhar de uma significativa sensação de abandono: “...nossa moço, eu saí do centro

¹⁰⁴ Sr. Odair, 47 anos, morador do Santa Luzia, 2000.

¹⁰⁵ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001. Na década de 80, aqui em Uberlândia, a maioria dos pagamentos de tarifas públicas ainda era feita na zona central da cidade, tendo com referência a praça Tubal Vilela. Os serviços de transporte coletivo também se concentravam neste espaço. Atualmente, convivemos com outra realidade. As tarifas públicas (água, luz) e outros recebimentos, por exemplo, podem ser efetuadas de forma descentralizada, inclusive, em casas lotéricas e agências bancárias presentes em alguns bairros. O Sistema de Transporte Coletivo (SIT - implantado em finais dos anos 90) tem um traçado diferente do anterior, visando desafogar o trânsito central, sem perder contudo a noção de se ter, hoje, outros locais como referências centrais, como exemplo o Carrefour, o Center Shopping.

prá vim morá aqui”?¹⁰⁶ Traz implícito nesse desabafo um conjunto de relações constituídas no viver anterior - nas Tabocas - e relegadas em prol da mudança para a casa própria. Ao mesmo tempo, ao nos dizer: “(...) *depois a gente acostuma... melhorô muito,*”¹⁰⁷ significa que outras formas de convivência foram sendo criadas e reformuladas no enfrentamento diário, no caminho escolhido para se chegar ao trabalho, ao comércio; para estar em dia com as tarifas públicas; as idas e vindas à feira, à igreja, para levar os filhos à escola, os esquemas encontrados na vizinhança nos cuidados com as crianças, com os idosos, o lazer possível, as conversas trocadas nos fins de tarde na porta da casa, no ônibus, na esquina. Enfim, rompe-se com práticas de convivência anteriormente elaboradas e constroem-se outras nas experiências dos novos moradores desses conjuntos habitacionais:

*“...E aqui, nessa casa morava umas pessoas que não pagava aluguel, ela já tava devolvida na COHAB (...) aí como eu trabalhava na fábrica de costura e o meu marido já era doente aposentado e o salário não dava prá conseguir a casa; teve que juntá o meu salário com o dele (...) aí nós conseguimos. Mas quando eu mudei prá cá, o trânsito era pior do que está hoje, porque nós pegava o ônibus daqui do Santa Luzia (pra ir ao trabalho) ele dava volta lá pela Santa Mônica, né? Então tinha um ponto final dele perto da Universidade (UFU) a gente parava. Muitas vezes eu combinava mais as minhas colegas que morava aqui, e nós vinha a pé da av. Belo Horizonte aqui. Muitas vezes a gente chegava quase sempre junto com o ônibus (...).”*¹⁰⁸

Chamamos a atenção para o fato de que as novas estratégias criadas pelos moradores, visando superar as dificuldades encontradas, nem sempre se deram de forma tranqüila. Foram reinventadas e ganharam, no decorrer da sua criação, um tom peculiar e significativo no bojo dos seus protagonistas. Ao relatar-nos a experiência vivida para driblar a dureza diária do retorno do trabalho ao lar, mediante as dificuldades com o ônibus, D. Maria Batista refaz todo um percurso percorrido. Na sua mente, deixa fluir as conversas travadas com as amigas, os lugares revividos e lembranças que lhe são caras:

*“...Nós descia da (av.) Belo Horizonte pela Duque de Caxias (rua/centro) aí passava aqui no Saraiva(bairro) e pegava o Lagoinha (bairro) e vinha passava perto do CAMARU, e chegava ali pelo lado do Poliesportivo. (...) Pelo tempo que nós ficava esperando e pela volta que ele dava (...) porque nós ficava o dia todo sentado costurando, sentia bem, combinava e nós vinha a pé (...).”*¹⁰⁹

¹⁰⁶ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

¹⁰⁷ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

¹⁰⁸ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹⁰⁹ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

Aponta, nesse trajeto, uma paisagem de dez anos atrás, bastante diferenciada de hoje, poucas casas espalhadas pelo caminho, estradas de chão e inclusive a certeza de poder andar a pé por aqueles lados, sem ser molestada. “...*Hoje, é impossível este trajeto, é só ônibus. (...) parece que a vida agora tá mais difícil né? Num tem mais aquela tranquilidade de que a gente tinha naquela época*”.¹¹⁰

Indagada sobre a impossibilidade de refazer hoje (2002) este percurso, D. Maria Batista fala da substituição dos caminhos percorridos por grandes avenidas, portando um trânsito pesado, dos aglomerados de casas residenciais e um comércio ativo instalado progressivamente naqueles locais. Ressalta, no entanto, a melhoria dos serviços coletivos ofertados, traduzido num escoamento mais rápido da população bairro/centro e vice-versa (“*É só ônibus, que agora prá nós aqui tá mais fácil prá chegá no centro*”),¹¹¹ resultado de vários embates travados entre os moradores e o poder público.

O conjunto das entrevistas ressalta uma certa satisfação das pessoas em relação à casa própria. Porém isto não anula as tensões advindas dos confrontos. Até porque não foi fácil conseguir a casa. Para tanto, submeteram-se a um sorteio das unidades e isso já cria por si só um estado de ansiedade, de medo de não ser contemplado. Uma vez vencida essa etapa, o trabalho com “as papeladas” é complicado, é burocrático e, muitas vezes, demanda tempo e dinheiro. Se tomarmos como parâmetro a fala de D. Helena, vamos ver que tal sentimento não se dá uniformemente para as pessoas, conforme a imprensa quer fazer passar. As fontes orais vão desconstruindo esse caráter de mesmice. Mesmo porque foram eles que viveram as dificuldades com o transporte coletivo para manterem os filhos na escola, a frequência no trabalho, a falta d’água, de energia elétrica. Ao ouvi-los e ao interpretarmos os seus modos de viver, estamos no mínimo incorporando esses sujeitos à história de Uberlândia:¹¹²

“...Morei no Santa Mônica, sei nem quantos lugar. Depois vim aqui pró Segismundo e tô aqui até hoje e quando nós peguemo essa casa, eu vô te falá; tinha que tê um sapato aqui (dentro) e outro lá (lá fora) porque aqui não tinha asfalto, não tinha nada tudo era barro; teve muita gente que tinha feito inscrição

¹¹⁰ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹¹¹ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹¹² Na “Missão de Trabalho” realizada em abril/2002 sobre Fontes Oraís, a prof.^a Dr^a Iara Aun Khoury lembra-nos que ao trabalharmos com essa modalidade de fonte “*estamos lidando com memória, não apenas com preservação de informações... não apenas como um lugar onde vamos para conhecer o passado mas estamos lidando com a memória como um processo constante de atribuição de significados*” inseridos na relação presente/passado: “*não nos basta conhecer, ouvir as vivências dos nossos sujeitos, temos que incorporá-los na história levando em conta seus próprios valores.*” Cf. tb. KHOURY, Yara Aun; “Narrativas orais na investigação da História Social”. *Projeto História - História e Oralidade*. São Paulo: EDUC, n ° 22, 2001.

que desistiu da casa... e eu não queria aqui, eu queria no Luizote(...)Ele(o esposo)tinha feito prá lá, mas como ele trabalhava (guarda noite) aqui nesse conjunto...muita gente disistiu das casas porque era roça, e digo: home, eu não vou morá na roça não! A gente sofreu muito aqui com o barro com poera, num sabe? A casa pequena que isso aqui ó...(local que estávamos) era um quarto, a sala era ali, modificô porque onde cabia uma cama de casal não cabia um guarda roupa; onde cabia um guarda roupa tem que sê uma cama de solteiro. É porquê essa teve um aumento.”¹¹³

A frustração de D. Helena evidencia-se, uma vez que não pode escolher o local de sua casa, ao sentir as dificuldades de se adequar no diminuto espaço que a estrutura física comportava, ao lidar com os obstáculos advindos da nova situação em que ela se encontrava. Busca, no fato do esposo ter sido trabalhador (vigia noturno) da própria construção do Conjunto Habitacional, uma justificativa: “...o chefe dele pegô e insistiu com ele se não queria uma casa (Segismundo Pereira)... tinha muita gente que desistiu”¹¹⁴.

Durante a entrevista, ela deixa muito claro o seu desejo de morar no Conjunto Luizote de Freitas, onde residia a filha caçula. Acreditava ser lá o local ideal para uma moradia digna, embora muito distante também do centro urbano. D. Helena refere-se ao Conjunto Luizote de Freitas “como uma cidade (...) tem energia elétrica (...) é todo asfaltado e limpinho”. Neste viés, o local citado comporta valores urbanos assimilados pela depoente na sua trajetória: “Era porque táva acostumada nos outros canto tudo tinha energia, vendo televisão, mais será o que Deus quisé ‘segismundo’ né? E sujô mesmo...”¹¹⁵

Não se constrangia ao admitir os sentimentos de tristeza que povoavam a sua mente na ação de apossar-se da casa: “(...) o que eu senti? Eu senti raiva. Nós chegemo aqui ficamos mais de quinze dias sem energia dentro da casa”. Não se conformava com os transtornos causados pela ausência de infra estrutura adequada: a falta de energia elétrica no recinto da sua casa, de pavimentação nas ruas e muitas outras situações indesejadas às quais se submetera.

Evidencia na sua fala um descompasso entre o que foi proposto pelo poder público e a realidade encontrada.

“...raiva, ódio! Aquela (a filha) a Maria estudava e José (esposo) trabalhava à noite. Eu tinha uma neta que morava comigo, hoje ela mora ali, ó... (indicando). A Adriana era indecente ela não saía no terrêro; não pisava no barro, não gostava

¹¹³ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹¹⁴ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹¹⁵ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

*não a danadinha, pequenininha dizia: ‘Não vó, pelo amor de Deus! Se fôr prá pisá no terrero não! (...) tinha que í mais ela ficava quieta, ela num saía do lado de fora neiiiiim! A danadinha era enjuada demais. (...) Maria saía prá escola seis horas, entrava às sete. E nós dormia, né? E quando a Maria chegava do colégio, nós pensava que o dia tinha amanhecido...(risos).’*¹¹⁶

Ela não se sentiu contemplada no seu direito de ter uma moradia digna. Ao nos dizer que quando a filha chegava do colégio “...pensava que o dia tinha amanhecido”, trazia no significado desta frase um sentimento de impotência frente aos valores assimilados e incorporados na sua vivência: *não podia ligá televisão, num podia ligá a geladeira, os pés sujava de barro*, tinha que dormir cedo, isolar-se no silêncio da noite, cuidar dos alimentos para que não se perdessem. O cuidado maior com a casa por causa ora do barro, ora da poeira, trouxe para ela transtornos diários e a necessidade de uma mudança na sua rotina de dona de casa, de criar novos hábitos.

A fala de D. Iracema leva-nos a pensar nos sentidos que norteiam essa aparente aceitação de se mudar para uma casa, em um Conjunto Habitacional, ainda em condições precárias e independente do lugar: “...onde saísse, nos tava feliz demais!”¹¹⁷ Esta expressão guarda sentimentos múltiplos, forjados na prática desses sujeitos. Escondem, dentre outros, um itinerário intenso de mudanças da família, ora para um local, ora para outro, na procura por moradias. Uma procura, muitas vezes, sofrida, tendo como parâmetro o minguado salário e os limites impostos pelos locadores, tais como: limite mínimo do valor a ser pago; cuidados com o imóvel locado; proibição de criar animais; alguns não alugavam imóveis para quem tinha crianças pequenas (“...lá os meninos não podia corré”) ¹¹⁸. Tendo também, às vezes, a necessidade de outras pessoas confirmarem a honestidade do interessado, “...mais eles é gente boa...”¹¹⁹, como relata D. Iracema.

O seu mover-se constante, embora seja uma trajetória dela, lembra-nos que a procura das famílias pobres pelo direito de morar, apesar de ser uma necessidade, não se dá de forma tranqüila. As decisões de se mudarem nem sempre são tomadas por um querer, mas, quase sempre, são enredadas por circunstâncias outras no contexto das suas vivências.

¹¹⁶ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002. Neste viés, é curioso lembrar que as propagandas de edificação de residências luxuosas não estampam a presença de infra-estrutura. Elas já estão dadas. Enquanto que ao se referirem à clientela pobre, aí sim, a água, a energia vêm como qualidade de vida, deixa de ser “direito” para ser “benefício”. Constitui, desta forma, em “atrativo” para se vender àqueles habitantes. Ver “cidade ganha mais um edifício majestoso e de linhas arrojadas” *Correio de Uberlândia*. 13/03/1984, p. 05. “Surge o Segismundo Pereira,” *Correio de Uberlândia*. 06/10/1981, p. 01.

¹¹⁷ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002

¹¹⁸ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002

¹¹⁹ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

“...Primeiro eu fiquei na casa de uma sobrinha minha, pertinho da engenharia (UFU). (...) aí nós alugô uma casa na Santa Mônica na rua dez, nós morô três meses. Aí tinha um amigo que veio da roça, que morava na Itumbiara (rua). Ele disse: ‘não! Ocês vão morá na casa onde nós morava’... e a dona não queria alugá prá quem tinha criança. Mais ele falô: ... ‘não eles é gente boa’...nóis foi morá lá; moramo lá um ano e poquinho (...) pagano aluguel, tinha dois menino (pequeno). Depois, nós mudô pra outra casa lá era muito difícil. Os meninos não podia correr, não podia fazer barulho a dona era muito enjoada, né? Aí, tinha um outro amigo nosso que morava numa casa alugada lá na rua Roosevelt de Oliveira (...) era perto da João Naves de Ávila, perto do Tribuna (ex-bar) (...) êles ia mudá e arrumô prá nós essa casa lá. Era uma casa grande (...) partida no meio... morava duas famílias. (...) nós ficô lá quase seis anos quando mudamos aqui pro Conjunto...”¹²⁰

O nosso contato com as pessoas, ao relatarem as suas vivências, tem demonstrado um caminho marcado por disputas acirradas pelo espaço, pelo lugar de morar, inseridas num jogo de complexas relações, balizadas em critérios desiguais, mas quais a condição financeira quase sempre é o elemento mensurador para se obter uma casa.

Somando a essas formas de disputa, para ter a casa própria, os moradores dos conjuntos mencionados tiveram que passar também pelo crivo do sorteio das unidades além da inscrição prévia. Recorrer a esse método indica-nos que o número de casas construídas estava abaixo da demanda. Entretanto, o processo possibilitou também atender interesses outros, que estão presentes na memória de Marco Túlio, morador do Segismundo Pereira:

“...meu pai fez a inscrição... prá ele não saiu, né? Minha mãe precisou de ajuda de político pra conseguir tirá essa casa lá. Alí tem pessoa... os primeiros que mudaram foi por indicação mesmo! (decisivo). O governador era o Aureliano...não! Era o Francelino Pereira (risos) ele entregando a chave...com um chaveirinho, assim cor de laranja assim de pressão...tirando foto e a minha mãe conseguiu fazer isso(risos)! (...) é pela questão da política porque o salário dela não dava... porque o meu pai já era aposentado...”¹²¹

É importante pensarmos o quanto esse momento marcou a trajetória desse depoente, até mesmo por evidenciar relações de favor que envolveram o processo de seleção das casas. O momento da “entrega da chave” pelo governo ao cidadão que a recebia sinaliza para uma dupla reação entre os partícipes, que pode ser analisada como uma troca de favores, de um lado a chave da casa, de outro, o voto eleitoral a ser depositado na urna, nas próximas eleições.

¹²⁰ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹²¹ Marco Túlio Rosa, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

A cumplicidade entre o poder público e o adquirente da casa própria leva-nos a pensar essa relação de favor na qual, de acordo com Pereira, “*O voto toma a figura de uma mercadoria. Longe de expressar a livre afirmação de uma vontade individual, o voto é um mecanismo pelo qual se paga uma ‘dívida’ contraída anteriormente*”¹²².

O intuito do poder público em se beneficiar com os votos, por meio da construção dos conjuntos habitacionais, é muito claro e intensificado cada vez mais nos jornais, mostrando a intencionalidade do ato. Rolnik chama atenção para a relação entre doador e receptor que se coloca na efetivação das benfeitorias públicas, sendo uma “dívida” que o cidadão assume perante o Poder Público, o doador. Diante das evidências, tanto nos jornais, como nas memórias de depoentes, percebe-se a insistente tentativa de se estabelecer um pacto eleitoral em troca do direito do cidadão de ter moradia (o momento da entrega da chave, a suposta relação política envolvendo inscrições das casas no Segismundo, denunciada por Marco Túlio). Todavia é no cotidiano que vai se perceber a dimensão dessa relação de barganha. Mesmo porque essa população vai estar se movimentando, se posicionando no contexto das suas necessidades, fazendo com que o poder público se (re)arranje em torno dos seus objetivos.¹²³

Nos avanços e nos recuos que traspassam o caminhar dessa população, ela vai oferecendo suas respostas e marcando posturas:

*“...Teve aqui, eu esqueci o nome da “praga”, não sei se aquela praga já morreu! (risos). É, esqueci o nome dele (...) e ele falô que tudo isso aqui era ele que tinha arrumado (mostrando a casa), eu falei, você arrumô o quê, você deu pra gente, de presente? Era político, candidato ...esqueci o nome dele. Eu digo ó ... você num deu nada pra ninguém. Prá pessoa pegá a chave tinha que fazê inscrição e sabê quanto ela ganhava... eu falei prá ele. Eu me endireitei e disse: você não deu nada não!”*¹²⁴

A resposta clara de D. Helena reflete o seu entendimento de que aquela casa era sua porque pagou por ela, fez inscrição, apresentou a sua renda financeira. Convicta do seu direito, não se perdeu no jogo do fazer/receber apresentado a ela pelo ilustre visitante, fazendo crer que, nessa relação de barganha, a resposta esperada nem sempre acontece.

Nesse construir de relações, os depoentes vão tornando vivas as suas preocupações com o espaço que ocupam. Marco Túlio deixa implícito que existem perspectivas

¹²² PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*. 2201, p. 06.

¹²³ ROLNIK, Raquel; “Compromissos: legislação urbana e cidadania”. In: *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Stúdio Nobel./Fapesp. 2º ed. 1997, p. 170.

¹²⁴ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

diferentes para as pessoas, no que tange à moradia. Perspectivas que acabam por influenciar no aspecto do conjunto, pois quem tem a sua casa, quase sempre, consegue modificá-la. Segundo ele, uma casa que não sofre interferência visual é sinal de que o seu dono não mora nela. Esse raciocínio leva-o a pensar na existência de *um movimento de aluguel* no Conjunto Segismundo Pereira.

“...a paisagem modificou de uns 50 por cento só! Porque teve muito gente que ...pegô prá alugá... a gente vê que não modifica é sinal que a casa tem um proprietário que nunca morou ali, né? O movimento de aluguel ali é muito persistente. Tem muita gente que mora de aluguel...”¹²⁵

Entre os vizinhos, espera-se que, por ser “dono da casa”, os cuidados com ela sejam maiores. O que se deseja é que a instabilidade de inquilinos, advinda da rotatividade do aluguel, ceda lugar à estabilidade do morador/proprietário, construindo a oportunidade de cimentar relações duradouras:

“Então, é uma oportunidade de sentir o que é liberdade. Vai passar prá dentro duma casa que futuramente vai ser daquela família, prá poder aumentar... num precisa tá pedindo permissão prá isso... prá fazer... que vai aumentar! E outra, aí você já começa a contar com o vizinho que vai ter a mesma oportunidade de estar ali ao lado, há muito tempo...conviver, ver as gerações futuras. Eu já tive esta oportunidade de vê. A sensação é muito gratificante, é muito boa! Tem momento triste mais é a sensação da liberdade de qu’eu falo!...”¹²⁶

Nesse tempo de estudo, andar pelos conjuntos habitacionais tornou-se para nós uma prática quase rotineira, envolvendo conversações, contato com moradores buscando não só entrevistá-los, mas tentando perceber melhor seus modos de vida.¹²⁷

Estar com eles propiciou-nos uma forma diferenciada no ato de investigar, no qual as solitárias horas mergulhadas nos documentos escritos eram substituídas por um outro ritmo, a dinâmica dos moradores.

Sem a presença do gravador, a conversa com essas pessoas fluía quase sempre de forma descomprometida. O que não quer dizer que muitas delas não tivessem sido proferidas sob sigilo, o que não nos deixa à vontade para falar destas. Decerto, todas as

¹²⁵ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹²⁶ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹²⁷ Encontros valiosos que me renderam agradáveis conversas, almoço na casa de D. Maria Batista, cafezinho passado na hora acompanhado de pão de queijo oferecido pelo casal, D. Laudelina e o Sr. Osvaldo, da recepção calorosa de D. Maria Militão, vencendo toda uma tensão que envolve a primeira entrevista; e muitos outros momentos que, de uma forma ou de outra, me propiciaram aprofundar um pouco mais nas complexas vivências dos meus sujeitos.

conversas converteram-se em informações preciosas para o trabalho. Vale ressaltar que muitos dos problemas abordados nessas conversas informais já tinham sido evidenciados nos depoimentos, reforçando aí talvez uma problemática dos moradores; outros não.

O Sr. Irineu, por exemplo, lembra que, nos primeiros anos de convivência no Conjunto, *“havia uma amizade muito grande entre os vizinhos da rua, faziam rodas de viola, cantavam, realizavam galinhadas,”* ou seja, criavam uma forma própria de lazer. Entende que, nesse momento, estavam muito próximos uns dos outros. Hoje (2002), relata que essa relação de amizade já se encontra transformada, talvez porque muitos desses vizinhos mais antigos já se mudaram, e as casas foram posteriormente revendidas e ocupadas por novos moradores.

Alega também, como fator propiciador dessa relação de vizinhança da qual sente saudades, o isolamento do Conjunto, que, naquele momento, contava com poucos ônibus, intermediando o local com o centro urbano, com a ausência de linhas de telefone, e um tempo maior que todos tinham para estarem juntos. De acordo com o Sr. Irineu, os seus vizinhos, e ele também, trabalham muito mais hoje, para garantirem a sobrevivência.

Outro elemento importante levantado por ele é que se sentia preocupado com a incidência de “causa mortis” entre os moradores, vitimados atualmente pelo câncer. No início da formação do residencial, esta causa incidia sobre alcoolismo e, na sua maioria, eram homens. À medida que o tempo foi passando, as suas impressões apontaram as *doenças do coração*.

Pusemo-nos a pensar sobre as possíveis razões que levaram o Sr. Irineu a tais conjecturas. Mesmo porque apontavam para questões sérias e gerais como uma (des)atenção à saúde no Brasil. Com políticas públicas de Saúde que não se envolvem em uma prevenção efetiva,¹²⁸ e a crescente ingestão de álcool, da droga pelas pessoas, sobretudo, os jovens.

Os problemas suscitados pelo Sr. Irineu, de uma certa forma, são também preocupações externadas na maioria das conversas, nos depoimentos, refletindo uma

¹²⁸ Os problemas cardíacos, muito deles, têm como causa o Mal de Chagas, doença transmitida pelo *Tripanossoma cruzis*, vulgarmente conhecido como “barbeiro”. Este vetor é hóspede cruel de habitações rudes - casas de pau a pique cobertas de capim - típica das zonas rurais (levando em consideração o estado de pobreza e miséria presente no Brasil, este tipo de habitação, às vezes, faz parte da paisagem periférica urbana), ligando-me à realidade de muitos desses moradores terem vindo da zona rural e até que ponto podem ter sido ou não vítimas de tal contaminação. O Mal de Chagas é considerado uma doença endêmica no Triângulo Mineiro. NEVA, Franklim A. "Tripanossomíase Americana (Doença de Chagas)". In: GOLDMAN, Lee M. D. P.; BENNETT, M. D. P. (orgs.). *Tratado de Medicina Interna*. Cap. 423, 21ª edição. Vol. 02. p. 2180-2184.

problemática presente nos conjuntos habitacionais, mas que extrapolam a localidade e configuram-se na cidade, no mundo.

“Naquela praça alí (Segismundo Pereira) (...) tem muito adolescente alí se prostituindo... muito mexendo com droga...”¹²⁹

“Muita gente qu’a gente viu crescer tá envolvido com droga, né? (...) quando a gente liga a T.V. vê aquela fila de gente desempregada, fila de gente nos hospitais é fila prá tudo quanto é lado (...). Eu acho que é o mundo que nós tamo vivendo, num é só em Uberlândia não... tá em todas as cidades...”¹³⁰

Ao mencionarem a droga, a violência, o desemprego, a fome, os depoimentos passam-nos também uma sensação de impotência frente à realidade: *“...E a gente vê porque nem é escondido não (...) e tem que ficá calado (...) a gente tá vendo e faiz de conta que não tá veno...eu tenho medo...”¹³¹*

No âmbito dos conjuntos residenciais, onde todos praticamente se conhecem, o usuário de droga é citado pelos depoentes como ocupante assíduo dos lugares públicos. Tomam conta das praças, das quadras de jogos.

“Gostaríamos de ter um pouquinho de privilégio de sentá na praça... com os filhos da gente e... numa sorveteria daquela ali e podê tomar um sorvete... porque hoje tá difícil assim, né? É assaltante, é drogado... na escola, na rua...”¹³²

Os moradores, nas suas narrativas, levantam as dificuldades de conviverem com problemáticas tão complexas. Referimo-nos tanto às drogas consideradas proibidas, a maconha, a cocaína, o temível craque, como às não proibidas, o cigarro, a bebida, os remédios, com todas as faces que as envolvem: o tráfico, a busca de dinheiro fácil; o medo; o silêncio; a violência; o seqüestro; o poder paralelo dos contrabandistas; o desemprego; a fome. O que mais os assusta é o fato de tudo isto estar sendo considerado quase normal, corriqueiro.

Assim, o reestruturar desses moradores acontece de forma contínua. Não se dá apenas pela precariedade da infra-estrutura encontrada, da pouca condição financeira ou da má qualidade da habitação. Está inserido em um contexto maior, envolvendo a cidade, à medida que questionam, vivem e sofrem no seu dia a dia os efeitos da droga, da violência, do desemprego, do medo e das angústias propiciadas por tais problemáticas. Ao fazerem

¹²⁹ Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001

¹³⁰ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹³¹ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

¹³² Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

(ou desejar fazer) as reformas nos espaços da moradia ou de todo o Conjunto Habitacional, também as fazem no sentido de cimentarem o seu pertencimento à cidade.

Capítulo III

A construção de territórios pelos moradores dos Conjuntos Habitacionais

A construção de territórios pelos moradores dos Conjuntos Habitacionais

Em artigo intitulado “Casa Própria”, o jornal Correio de Uberlândia, a pretexto de felicitar um colega de trabalho, ressalta reformas e ampliações feitas em uma moradia de Conjunto Habitacional:

*“Muito feliz e dominado por forte alegria, o nosso companheiro de trabalho, Luís Fernando Quirino! Desde Sexta feira ele, com os seus familiares, está residindo em casa própria, no Conjunto Segismundo Pereira, bem acomodados, pois, antes da mudança reformas e ampliações foram feitas, oferecendo o Luís Fernando aos seus entes queridos, uma casa funcional e com todo o conforto (...)”*¹³³

A pessoa a que se refere o documento é um conceituado jornalista da cidade de Uberlândia, que, ao comprar a sua casa no conjunto, teve condições financeiras de reformá-la antes de se mudar para ela, tornando-a *confortável e funcional*, demonstrando, com este gesto, que a casa do jeito que lhe fora entregue deixava a desejar.

As casas dos Conjuntos Habitacionais são padronizadas, com poucos metros quadrados de área interna e cômodos muito pequenos, acabamento simplificado e precário. Esses elementos são apontados, pela maioria dos moradores, quando expressam, nas suas falas, a vontade (e a ação de alguns) pela reforma das casas, “ajeitando-as” às suas necessidades. D. Iracema, ao mesmo tempo que fala da sua alegria de ter a casa, aponta-nos como foi difícil para a família adequar-se a ela:

*“Pois é, nós mudô aqui foi ficou feliz demais. (...) aqui a casa arrumadinha o piso grosso e tudo...mas a gente ficô feliz demais. Era muito pequeno é...na época que nós vêi nós tinha 4 filhos, 02 rapazes e 02 menino. Aí a geladeira ficava na sala porque na cozinha não tinha área, num tinha nada, num tinha muro. (...) prá movimentá era aquele aperto doido, o chão de piso grosso, então aquela poeira muito grande. Prá lavá era muito apertado. Passá o pano não podia...tinha era que lavá de qualqué maneira né? E num podia tá lavano e aquele barro muito grande qualqué coisinha... que a gente tava costurano se caísse no chão era aquele pó vermelho...tinha só um tanquim de lavá roupa... Mas mesmo assim eu era feliz (...) o que mais achava difícil era quando chovia né? Quando a gente ia saí na rua...aquele barro demais, aquele barro preguento vermelho demais(risos). Achava difícil demais saí na rua...porque se pudesse ficá só dentro de casa era que nós achava bom... que era muito barro mesmo, aquele barro que atolava (...). Os meninos já tava grande brincava demais no barro também, né? (...) brincava na rua de bola, sujava muito bem, né? Mais parece que a gente nem num via que era tão difícil”.*¹³⁴

¹³³ “Casa própria”. *Correio de Uberlândia*, 12/01/1982, p. 03.

¹³⁴ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

A sua casa ainda conserva o modelo padrão de construção que compôs o Conjunto Segismundo Pereira, com um total de 1055 unidades, entregues aos moradores no final de 1981.

Foto 4- Casa de D. Iracema
Av. Oscar Miranda, n° 676- Conjunto Habitacional Segismundo Pereira/2002

Apesar da foto ser recente (2002), a casa de D. Iracema chamou-nos a atenção por ainda manter-se quase intacta, para desespero dela, que nutre o desejo de reformá-la.¹³⁵ A foto mostra-nos a frente da casa, com a pintura original já envelhecida nestas duas décadas, vitrô pequeno ornado com faixa vertical escura em reboco chapisco (crespo). Conserva o

¹³⁵ Ao falar-me sobre a vontade de reformar a casa, D. Iracema lamenta o fato de este ser um *desejo* só dela do qual o esposo não compartilha justificando *que ele não é muito preocupado com isso*. Mesmo a simples reforma realizada no domicílio – a pintura interna, o muro alto, a área de serviços e outros pequenos detalhes - se deram por sua iniciativa, inclusive financeira.

mesmo telhado em formato triangular e as telhas comuns tipo “Francesa.” É uma unidade com três quartos, sala, cozinha, banheiro e um hall, ocupando 43.21 m² de construção, numa área de 240 m².¹³⁶

Parte do quintal da frente está cimentado, preservando, entretanto, área dele para a horta caseira, onde se misturam pés de couve, jiló, pimenta, cebolinha e bananeiras.

A porta aberta (foto 5) convida-nos a adentrar na sala da casa, onde a proximidade dos móveis, o telhado sem forro, indica-nos a simplicidade da moradia. D. Iracema, sentada no seu sofá, relata que a mudança interna da casa restringe-se às paredes com pintura clara a base de cal, renovada por ela anualmente. O piso, que era o conhecido “piso grosso”, hoje está coberto por cimento vermelho.

Foto 5 - Casa de D. Iracema (interior).
Av. Oscar Miranda n° 676, Conjunto Habitacional Segismundo Pereira - abril/2002

¹³⁶ Carnê referente ao IPTU, 31/03/86 – Anexo 04 a.

Na cozinha (foto 6) vê-se, na extensão do telhado, uma telha de vidro, na tentativa de manter mais claro o interior do cômodo, após ter sido construída a área dos fundos, cuja passagem foi aberta na parede ao lado da geladeira. Indício da falta de projeto, pois o proprietário vai fazendo os seus “puxados” de acordo com as suas necessidades e possibilidades financeiras.

Foto 6 - Casa de D. Iracema (interior).
Av. Oscar Miranda n° 676, Conjunto Habitacional Segismundo Pereira – abril/2002.

Entrar nessa casa, adequar os móveis, ocupar os espaços e transitar por eles foi relatado por D. Iracema como uma façanha, uma mistura de *felicidade e jeitinhos*, exigindo dos ocupantes uma atenção talvez redobrada: “*prá movimentá era aquele aperto doido.*”¹³⁷ A conservação dos hábitos de higiene - “*prá lavá era muito apertado, passá o pano num podia... tinha era que lavá mesmo, né?*”¹³⁸ -, o trabalho com a costura para que o pano não

¹³⁷ D. Iracema, 66 anos, moradora do Santa Luzia, 2002.

¹³⁸ D. Iracema, 66 anos, moradora do Santa Luzia, 2002.

se perdesse no *meio do barro*, da limpeza da poeira que teimava em permanecer, enfim, os infundáveis *jogos de cintura*, adotados pelos moradores, dizem-nos que essas construções deixavam muito a desejar: “*é uma cozinha que só cabia o fogão e a mulhé*”(…).¹³⁹ Não podemos perder de vista que, por serem pessoas com baixo poder aquisitivo, certamente não existia a possibilidade de terem exauros de móveis, primando-se pelo necessário ao convívio familiar: fogão, camas, colchões, estante para a sala, televisão, geladeira. Mesmo sendo o essencial, não cabiam na casa:

*“É... foi uma festa... eu me lembro qu’eu falei assim: eu num quero mudá durante o dia não. Eu quero mudá de noite. Quando nós chegô aqui...eu lembro direitinho... o Edivaldo (filho) num tinha 16 anos (...), aí quando ele tirô os colchões de dentro do caminhão ele tirô correno (risos)... porque tava com vergonha, porque nem colchão tinha direito...nós num tinha! E eles minha filha(os filhos) até chorava de alegria de tão bão que achava. A casa era... a cozinha pequenininha (...) cabia somente o fogão e a pia num cabia mais nada, nada...”*¹⁴⁰

A reorganização dessas famílias, fosse pelo tamanho da casa que não comportava todos os utensílios, fosse pela busca de um maior espaço que atendesse suas necessidades, trouxe a vontade (ou até mesmo a exigência) de reformar a casa.

No seu dia-a-dia os moradores foram modificando essa paisagem e interferindo nos espaços, imprimindo a eles as suas marcas. À medida que foram atuando, foram demarcando, a seu modo, o território que ocupam. Alguns depoimentos explicam-nos como essas mudanças ocorreram:

*“as casas aqui (no Santa Luzia) era todas iguais...mais agora muita gente, por exemplo essa daí da esquina (apontando o local) é, ...antes de chegá na esquina tem uma (casa) azul. Ela era amarela! (...) a minha casa aqui era ó...aqui (o local que estávamos), era o quarto (hoje é sala). Era dois quartos, sala e cozinha; a cozinha era bem pequenininha né? A sala, conjugada com a cozinha, e o banheiro. Forrei ela (a casa) de telhinha (telha Eternit) porque num dei conta de pô laje (...) nenhuma tinha laje... se tem hoje é porque puseram; o acabamento era no cimento grosso mesmo! Depois é que nós pois a cerâmica e tal. Mas tudo era no cimento mesmo, todas no mesmo padrão”*¹⁴¹

Essas interferências, muitas vezes, se dão com o tempo. Justamente por serem individuais, vão acontecendo a passos lentos, reguladas pela disponibilidade financeira dos seus moradores: “*..E agora, se assim Deus permiti eu vô pô laje. Tenho muita vontade de pô laje na minha casa!*”¹⁴²

¹³⁹ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁴⁰ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁴¹ D. Maria Militão, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2001. Primeira entrevista.

¹⁴² Sr. Gino, 50 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Para realizarem *reformas* nas suas casas, os depoentes criaram algumas estratégias. D. Iracema nos diz que, para fazer a sua área de serviços, foi *comprando devagarzinho as têia, o bacião, as maderas, depois um sobrinho fez prá mim...*¹⁴³. O Sr. Osvaldo, teve que esperar sair a sua aposentadoria para realizar esse desejo:

*“...então aí, eu recebi o atrasado do dia que deu entrada nos papel até hora qu’eu conseguí aposentá (...) a onde que deu prá reformá a minha casa! (...) Então o negócio é isso aí... mas se fosse só o salário mesmo, táva do jeitim qu’eu comprei aqui(risos)...”*¹⁴⁴

Nesse sentido, tais ações não podem ser vistas como mero arranjos. São transformações carregadas de sinais, de sacrifícios, de emoções e de desejos que gradativamente vão quebrando a rigidez da padronização e questionando a ordem imposta a esse moradores. As fotos a seguir trazem imagens retratando a mesma casa, porém, em tempos diferentes (1986 a 2002), mostrando externamente modificações significativas:

Foto 7 - Casa/ padrão. Av. Dr. Laerte Vieira Gonçalves, n° 2837 - Conjunto Habitacional Segismundo Pereira - Coleção UberCity - 80 -169 CDHIS/UFU. 1986.

¹⁴³ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁴⁴ Sr. Osvaldo, 58 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Foto 8 - Av. Dr. Laerte Vieira Gonçalves, n° 2837 - Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, 2002 - construção do muro alto na frente da casa.

Além das mudanças internas, as externas, como a construção de muros altos com portões diferenciados, em substituição aos pré - moldados, dão um toque pessoal às residências, fugindo das padronizações impostas pela política habitacional. A foto 8 também nos mostra a construção agregada ao projeto inicial (à esquerda) aumentando a área disponível com novos cômodos.

Muitas reformas foram exigidas também pela má qualidade dos materiais de construção usados. Visando ao menor custo, as empreiteiras “economizavam” no material empregado, o que provocou uma deterioração rápida dos imóveis. Esta situação é constatada pelos moradores:

“eu achei assim as casas... como se fosse uma mansão porque... quando a gente entra numa casa financiada a gente já adianta falando que ela é da gente, né? Naquele momento tem a sensação da posse, então... como vejo as casas hoje? Hoje eu percebo que elas foram feitas frágil. Num sei como é que foi os recursos para esta construção, né? Se era empreiteira que fazia e a COHAB que pagava, eu num sei. Mas foi muito ruim: o reboco sem cimento, era só um saibro; terrível, caindo... areia... a parede trinca até hoje! Lá (no Segismundo Pereira) tem gente que derrubou a casa intêeeeeeerinha e fêz outra...”¹⁴⁵

¹⁴⁵ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2001.

Ao dizer: “...quando a gente entra numa casa financiada a gente já adianta falando que a casa é da gente,(...)”, esta expressão deixa fluir uma noção de *provisoriidade*, evidenciando desconfianças múltiplas em relação à política habitacional implantada, tanto no que diz respeito à qualidade técnica escolhida, ao material empregado, exigindo reformas na casa, quanto aos possíveis usos e abusos dessa política.

Os sentimentos vividos por essas pessoas em relação à casa própria diversificam-se. D. Maria Helena, mesmo recebendo a sua casa, não se sentiu contemplada em relação a uma infra-estrutura, considerada por ela inadequada; fato que não contou para D. Iracema e para Marco Túlio, que, no momento da mudança (1981), viam a casa como mansão, mas depois perceberam os problemas na estrutura do imóvel.

Para a maioria, o desejo de ter casa e a alegria da conquista estavam fortemente presentes, mesmo diante dos obstáculos a serem transpostos: - *o barro na rua, ônibus superlotados, a estrutura física da casa que não cabem os móveis* - exigindo para um maior conforto reformas imediatas.

Visualizar as reformas externas realizadas nos domicílios pelos moradores possibilitou-nos perceber momentos marcantes nos seus modos de viver. Com elas, as casas foram se diferenciando, pontuando, aqui e ali, os poucos vestígios da padronização anterior: casas grandes com diferentes telhados, muros altos comprimindo pesados portões; exibindo diversidade de cores nas pinturas, nos puxados quase artesanais, ora para um lado, ora para outro. Entretanto, em meio a essas diversificações, existem também casas que se mantêm pequenas, ou minimamente reformadas e outras denunciando um certo abandono.

Mas, visualmente, o que predomina, é a reforma nas unidades. Dentre elas, está o (re)aproveitamento dos quintais com casas construídas nos fundos para abrigarem os filhos que se casam, parentes, ou até mesmo para serem alugadas, visando complementar a renda familiar.

As formas de arranjar a casa indicam-nos uma adaptação e recriação das pessoas nos espaços propostos. D. Maria Helena mostra-nos a sua criatividade, fazendo emergir uma (re)elaboração do seu modo de viver:

“... a gente sofreu muito aqui com o barro com a poeira num sabe? A casa pequena (...) Hoje não tem nada disso mais; tá tudo cimentado. Tem partido no meio pra duas casas; tem essa aí... é a dele (do esposo) e eu tenho a minha na frente. No fundo tem um barraquinho, onde crio galinha, a outra é meu de por trem...”¹⁴⁶

¹⁴⁶ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira ,2002.

As duas imagens abaixo retratam a casa de D. Maria Helena hoje, em 2002. Lembrando o padrão das casas nos Conjuntos Habitacionais, é possível acompanhar pelas fotos as transformações físico-espaciais realizadas pela família.

Foto 9 - A casa de D. Maria Helena Furtado. Rua José Eurípedes Duarte n ° 42, Segismundo Pereira /2002.

Foto 10 - A casa de D. Maria Helena Furtado. ((Re)aproveitamento do quintal)
Rua José Eurípedes Duarte n ° 42, Segismundo Pereira/2002.

O muro pré-moldado, contendo três relógios de captação e mensuração de energia elétrica, indica-nos a presença de três casas no mesmo terreno (foto 9): uma, a original do conjunto, a outra, que foi construída na parte da frente da casa, cujo valor do aluguel é destinado ao Sr. José, esposo de D. Maria Helena. A terceira foi construída nos fundos e o aluguel é repassado à D. Maria Helena (foto 10, à esquerda, onde se vê apenas parte do beiral do telhado e da parede). Ainda nesta última, percebe-se um intenso (re)arranjo no quintal, onde paredes e plantas parecem se abraçar no diminuto espaço disputado por casas, galinheiro, quartinho de despejo e o que restou de plantas possíveis de serem cultivadas nas latas, nos caixotes e xaxins (cebolinha, pimenta, flor de maio, begônia). A meia figura de D. Maria Helena (80 anos) parece contemplar o que restou.

Na calçada, vê-se a árvore - “*Bálsamo madeira de Lei*,” segundo ela - e dois “assentos” destinado ao seu lazer da tarde. Refere-se aos banquinhos de toco de árvore, como sendo o “*lugar de fofocas...*”:

*“...Eu num gosto de í na casa de vizinho não! Eu gosto de ficá ali fora... de tarde... sentada. Tem vez que passa um e senta; tem vez que passa e me cumprimenta e eu ficando pensando às vezes... meu Deus quem será?...”*¹⁴⁷

No posto de vigilância, D. Maria Helena vai estabelecendo a seu modo a relação com a vizinhança. Mantém um olhar atento para o vai-e-vem da molecada na rua, para que os meninos não risquem a sua lixeira e, muito menos, maltratem a árvore. Enfim, entre o lazer e o controle, faz emergir uma briga constante tentando garantir o espaço privado da sua casa, os seus pertences e, ao mesmo tempo, vai solidificando os seus valores.

*“Ainda tenho as minhas plantas...é só assim...planta de comida é cebola (cebolina), é coentro...tem muita (...) qualidade de planta lá dentro que não dá flor, porque eu tinha muita rosa mas depois que inventaram de fazer esses cômodo aí foi que acabou.”*¹⁴⁸

O aproveitamento dos quintais se dá também inserido numa dimensão mais complexa, a da sobrevivência, em uma visível necessidade de complementação da alimentação e da renda financeira.

Na construção e reconstrução das convivências entre os moradores, muitos conflitos eclodiram, provenientes do próprio desconhecimento do vizinho ou do companheiro de rua:

¹⁴⁷ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁴⁸ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

“...Aqui agora, tá uma beleza mais isso era uma baderna feia, sabe? (falando baixinho) a casa aqui do lado era uma ‘casa de encontro’ e assim um tempo, é... (...) o muro era de placa, baixinho. Do meu vitrô aqui, neu deitá aqui eu via tudo ali (...). Depois é qe’eu fui descobrir o quê que era aquilo! Se você vê aí... você num fala que é não!”¹⁴⁹

A descoberta de D. Laudelina, em relação ao local onde se propiciavam “encontros amorosos”, chocou-a. Os seus valores morais conflitavam, talvez, com um conceito de família elaborado na sua trajetória, fortemente defendido e resguardado no interior da sua residência. Esses valores foram ameaçados nessas circunstâncias pelas fragilidades das fronteiras entre sua casa e a casa vizinha.

Nesse sentido, a entrevista foi revelando aos poucos todo um re-pensar de D. Laudelina, que, por se dizer uma pessoa católica praticante, sentia-se mal entre o seu dever de cristã e a sua não aceitação frente ao que considerava imoral ou pecado *nas práticas das vizinhas*. O fato a incomodou muito, mas levou-a a refletir:

“...elas nunca vieram no meu portão. Depois é qu’eu fui pensá bem; se eu quero tê Deus, como é qu’eu vô fazê desse jeito, num é? Eu falo tanto em Deus (...). Percebi que era direito eu morá e elas também. Essa era a forma delas de ganhá dinheiro... e o direito delas também; elas escolheram... foi o ganha-pão delas. Isso era problemas delas.”¹⁵⁰

Para viver na sua casa, que para ela é “a representação do céu na terra”, foi necessário admitir as vizinhas que, mesmo sendo “diferentes”, passaram a ser vistas, por ela, como filhas de Deus.¹⁵¹

A busca pelo espaço privado apresentou-se como algo a ser conquistado por esses moradores. Inseridos numa prática cotidiana de relações, os avanços e os recuos vão aos poucos demarcando os territórios, seja na busca da fé ou na construção do muro alto, que impediu D. Laudelina de ver e sentir o que lhe desagradava na relação de vizinhança, seja pela reação de D. Helena, que se indignava toda vez que uma bola era arremessada da rua e *estragava as suas plantas*, levando-a a tomar algumas atitudes nem sempre agradáveis

¹⁴⁹ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁵⁰ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁵¹ THOMPSON, ao nos privilegiar com sua explicação sobre o “fazer-se” da classe operária inglesa, toma a religião como elemento nessa formação, alertando-nos que “nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e as experiências (...) Entretanto, dispersos pela bíblia, haverá textos explicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente tanto o contexto de luta de classes quanto o da peregrinação espiritual” THOMPSON, E. P. “O Poder Transformador da Cruz”. In: *Formação da Classe Operária Inglesa (Maldição de Adão)*, Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 278/279.

“...prometi que ia rasgá de pexêra a bola, num sabe? Lá na frente (...) tinha um canteiro de alface (...) tinha muita samambaia (...), mais essas moças batia bola de mais (...) ficava brincando...caía nas plantas da gente (...) eu ficava, prometi que ia rasgá de pexêra a bola num sabe? Muitas vezes eu pegava a bola, já... ía, né? E um dizia: não mãe, entrega a boa e tal...”¹⁵²

“O cair da bola, o riscar da lixeira” são tidos por D. Maria Helena como agressões, falta de respeito. Tais atitudes suscitavam na depoente conflitos de valores relacionados à educação dos filhos, que, dentro da sua forma de pensar, nos dias de hoje, não é mais a mesma coisa. Explicando-nos sobre essa diferença de educação dos filhos, informa-nos que o seu neto, Genilsom, com 12 anos de idade, ainda menino “...táva bateno bola na rua e a bola caiu dentro do quintal da vizinha...”¹⁵³ A senhora, a dona do quintal, reclamou para o pai do garoto, o qual por causa da travessura do filho,

“(...) entrô, pegô um currião e cascô o corô nele, ... ‘ocê nunca mais vai batê bola no meio da rua prá cá no quintal de ninguém, prá ante de’eu chegá suado, nervoso com fome, prá tomá banho e jantá a vizinha chegá logo dando mal informação, toma um côro’. Foi um exemplo, mas os outros num fâiz assim (...) ninguém dá educação ouviu?”¹⁵⁴

Este conviver a que se submeteram os moradores não foi algo muito fácil. Os relatos têm evidenciado diferentes formas de enfrentamento dos vários problemas encontrados por eles, seja pela ausência de uma infra-estrutura, seja derivada dos novos relacionamentos a serem construídos. Nessas vivências, as reformas nas casas e construções outras feitas no espaço do Conjunto (prédios para Igrejas, Escolas, o Poliesportivo) constituem-se como ponto importante de análise.

Percebemos nas frentes das casas, nas laterais, nos espaços ociosos do quintal, construções de cômodos abrigando pequenos comércios (bares, borracharias, locadoras, mercearias, lojas de tecidos, de roupas, sapatarias, barbearias, salões de cabeleireiros, sorveterias e outras variedades) não previstos no projeto original. Na foto abaixo, embora ainda existam nas casas resquícios do modelo padrão, como o telhado em formato triangular coberto por telhas comum tipo “Francesa,” o que predomina são as reformas quebrando a rigidez anterior, com as construções de muros altos e portões diversificados, garagens e cômodos para comércio ocupando a área frontal dos terrenos. Esse conjunto de

¹⁵² D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁵³ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁵⁴ D. Maria Helena, 80 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

reformas vai aos poucos desordenando a padronização e compondo, por sua vez, um novo visual.

Foto 11 - Conjunto Habitacional Segismundo Pereira.
Av. Jerônima Lucas Barros, sentido Santa Luzia/2002.

Essas mudanças levam-nos a refletir sobre o que as pessoas sentiram ao receber as suas casas. Vendo-as todas iguais, a mesma cor, a mesma metragem dos cômodos, o acabamento interno. A única variável era a quantidade de dormitórios que constituía uma unidade e que incidia no valor das prestações: *“Tinha casa de quatro, três e dois quartos...as de quatro era as de esquina, a nossa era de três...”*¹⁵⁵

A imprensa via a uniformização dos conjuntos habitacionais de forma pragmática:

¹⁵⁵ Marco Túlio, 33 anos, morador do Segismundo Pereira, 2002.

“(...) o único modo de responder à necessidade imediata de ter um teto, para aqueles que não têm recursos tempo e cultura. A estandardização dos conjuntos, não é um capricho do BNH mas é uma exigência da elevação de nível de vida, de uma classe toda ao mesmo tempo, que se sente valorizada e exclamando com felicidade, ‘graças a Deus, sou proprietário, tenho alguma coisa para deixar para os meus filhos, quando eu faltar’¹⁵⁶ .

Discordamos dos ditos da imprensa, ao considerar impossível atender ao trabalhador de uma outra forma, a não ser pelas construções dos Conjuntos residenciais nas circunstâncias referidas.

Entendemos, também, que a uniformização dos conjuntos habitacionais anula os sujeitos; suprime a individualidade; impõe uma característica de mesmice aos moradores. Traz nessa forma de “igualdade”, além do lucro para alguns poucos, a rotulação e a massificação para os mutuários, tidos pela imprensa “*como aqueles que não tem recursos, tempo e cultura*”. Destitui-lhes da ação de serem sujeitos sociais, donos das suas práticas sociais, tornando-os vulneráveis à manipulação.

As reformas efetuadas não são meras casualidades. Representam uma exteriorização da não aceitação dos moradores ao que receberam no momento da entrega da casa própria. No silêncio da suposta aceitação da moradia, nos moldes disponibilizados pelo poder público, as transformações ocorridas são extremamente significativas. Transmitem-nos uma contra resposta dos moradores à estandardização, à maneira como os Conjuntos foram criados e para que o foram.

Com o olhar voltado para as mudanças físicas ocorridas nos conjuntos habitacionais, pudemos visualizar uma paisagem salpicada de cores: pelo verde das árvores (os buritis que vicejam atrevidos na lagoa; as sibipirunas; os pés de abacate, os limoeiros, mangueiras, acerolas e as bananeiras nos quintais), contrastando com os matizes das paredes realçadas pelas pinturas novas, outras esmaecidas com o tempo e o escuro inconfundível do asfalto.

Neste mosaico de cores, chamou-nos a atenção o abandono em que se encontram algumas construções, com vidros quebrados, destelhados e paredes pichadas. São construções diferentes das residências e situam-se em locais isolados no Conjunto Santa Luzia¹⁵⁷. O abandono registrado foi o que restou da proposta inicial dessas construções de serem os Centros Comerciais do Conjunto, conforme nos aponta o artigo abaixo:

¹⁵⁶ “Casa popular é solução ou não? *A Notícia*. Uberlândia, 18/02/83 p.02.

¹⁵⁷ Estou me referindo aos três estabelecimentos localizados respectivamente no Conjunto Habitacional Santa Luzia: o primeiro, à avenida Jaime de Barros e os outros dois, às avenidas Geraldo Abrão e Alípio Abrão na mesma quadra. Dos três focos analisados, escolhi para o trabalho apenas dois: o da avenida Jaime de Barros e

“A companhia de habitação do Estado de Minas Gerais -COHAB-MG-, torna público que está recebendo desde o dia 04 (quatro) de novembro de 1981, proposta para locação de lojas nos centros Comerciais dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia em Uberlândia (...).”¹⁵⁸

A propaganda da COHAB torna clara a pretensão de demarcar a área comercial, determinando com isso os limites entre tal área e a residencial, sobretudo, visando auferir lucros com os aluguéis das lojas.

foto 12 - Centro Comercial abandonado no Conjunto Habitacional Santa Luzia.
Av. Jaime de Barros, sentido Segismundo Pereira/Santa Luzia / 2002.

um dos outros dois por estarem em condições iguais de depedramento, evitando, assim, um excesso de fotos.
Ver fotos 12 e 13.

¹⁵⁸ “COHAB/MG”. *Correio de Uberlândia*. 07/11/1981, p. 01.

Foto 13 – Centro Comercial abandonado no Conjunto Santa Luzia.
Av. Geraldo Abrão, Santa Luzia/2002.

A proposta de centralização das atividades comerciais nestes locais não foi aceita pelos moradores do Santa Luzia. O abandono dos prédios e o (re)aproveitamento das frentes das casas para instalar ali o comércio, indica-nos uma resposta inaudível (e ao mesmo tempo “gritante”), mas visível, do querer desses moradores, sobrepondo-se à vontade do poder público.

Hoje, podemos ver no Santa Luzia uma área comercial efetiva e intensa em toda a extensão da avenida Jaime de Barros que corta o Conjunto. As reformas, feitas para este fim, precipitaram-se para a frente das residências, numa mistura labiríntica dos espaços da casa com o bar, com a mercearia, a pamonharia. As garagens transformaram-se em salões comerciais, reservando um espaço apertado nas laterais para entradas na casa principal e, em algumas, para a casa dos fundos. Verifica-se também a presença de outros estabelecimentos comerciais espalhados por todo o Conjunto, guardando as mesmas características descritas acima.

Foto 14 Área comercial “criada” pelos moradores.
Av. Jaime de Barros, sentido bairro São Jorge. Conjunto Habitacional Santa Luzia/2002.

Foto 15 Área comercial “criada” pelos moradores.
Av. Jaime de Barros, sentido bairro São Jorge. Conjunto Habitacional Santa Luzia/2002.

Com as adaptações feitas nas frentes das casas para abrigar estabelecimentos comerciais diversos, a padronização inicial dos conjuntos cede lugar a outra, criada pelos próprios moradores, visível nas portas de aço, na ausência dos afastamentos, nas marquises sobre as calçadas.

Essa resposta tão efetiva dos moradores direciona a nossa reflexão também para questões voltadas para o trabalho, condição responsável pela sobrevivência das pessoas. Em um momento em que o desemprego se fazia alarmante¹⁵⁹, os moradores viam no espaço da casa própria uma possibilidade de trabalho autônomo, garantindo o seu sustento e o da sua família. Talvez alugar uma loja no pretenso local reservado pela COHAB-MG, aliado às prestações da casa, fosse traumático para o minguado orçamento das famílias que ali residem. Contudo chamou-nos a atenção a unanimidade da recusa.

Nessa perspectiva, as mudanças que ocorreram nos espaços da moradia e nos conjuntos são extremamente significativas. São ações que personalizam, que identificam, que efetivam direitos, que tornam vivos os sujeitos sociais no *fazer-se* histórico. As pessoas, independentes das propostas oficiais dos conjuntos, fazem da sua casa o lugar onde os seus valores se solidificam, e dos Conjuntos Habitacionais, o lugar da construção de suas experiências. Vão imprimindo neles, aos poucos, as suas marcas, demarcando territórios e acima de tudo, garantindo o pertencer à cidade.

¹⁵⁹ “Aumento do desemprego”. *A Notícia*. Uberlândia, 15/06/82, p. 01. Esta matéria denuncia, o aumento do desemprego no país, principalmente, vinculado ao aumento salarial, onerando, segundo eles, as despesas das Empresas com os encargos sociais. Tornando assim uma bola de neve na qual o trabalhador de baixa renda sofria a maior conseqüência.

Capítulo IV

Na luta por direitos: experiências de participação política

Na luta por direitos: experiências de participação política

Por duas décadas, à sua maneira, os moradores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia estão se movimentando, seja por meio da Associação de Moradores, dos Clubes de Mães, dos Colegiados das Escolas, ou simplesmente se agrupando em torno daquilo que consideram direitos seus. Os moradores foram criando os seus espaços de luta com o Poder Público, para terem, nos seus conjuntos, a Creche, o Centro de Formação do Menor, as Praças, o Poliesportivo, a Feira livre, o Centro de Saúde, as Escolas.

Desde 1982, os jornais vêm noticiando a atuação dos moradores, mesmo antes da criação das suas Associações:

*“Matagal e falta de iluminação na única praça do conjunto; problemas comunitários como de um telefone, transporte coletivo e preço do asfalto, posto de saúde e posto dos correios e telégrafos, foram temas debatidos por quase duas horas, entre moradores do Conjunto Segismundo Pereira e o Secretário de Ação Social José Carneiro no final da semana”.*¹⁶⁰

À medida que foram se inteirando da realidade precária que os cercavam (as casas iguais, pequenas, mal construídas, o mato que margeava os conjuntos e reveladores da distância bairro/centro/trabalho, as deficiências de infra-estrutura), a união passou a ser, para essa população que reivindica, mecanismo de intervenção, muitas vezes, exercendo pressão sobre o poder público, buscando se fazer presente na construção desta cidade.¹⁶¹

Os problemas vividos em decorrência da deficiência dos serviços básicos nos mostram um pouco dessa luta. Nos anos 1980, não bastava ter elementos indicadores da energia (postes condutores da rede), se os cortes desses serviços eram freqüentes, ou, lembrando os relatos dos depoentes, se estes não estivessem ligados no interior das residências. Não era suficiente propagar que os serviços de água estavam instalados, se as caixas d’água eram pequenas – 500 litros – e não atendiam `as necessidades diárias dos moradores. Não adiantava divulgar na mídia local que o transporte coletivo existia, pois, na

¹⁶⁰ “Moradores do Conjunto buscam esclarecimentos”. *Correio de Uberlândia*. 20/04/1982, p. 06.

¹⁶¹ Lembrando o trabalho de SADER, que, ao analisar os movimentos sociais da década de 1970 em São Paulo, reconhece principalmente a sua pluralidade e a diversidade com que eles emergem, fundamentados nas necessidades diárias desses sujeitos. “As lutas do dia-a-dia eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam as suas privações enquanto injustiça que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar pelos seus direitos. Eles brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modos possíveis de mobilizar-se para alterá-lo”. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 210.

realidade, o serviço era bem diferente do propagandeado, isto é: o transporte coletivo circulava com grandes intervalos e eram superlotados, face ao número reduzido dos carros, obrigando os usuários a saírem mais cedo de casa, para chegarem ao trabalho, ou, até mesmo fazendo esse percurso a pé, de bicicleta ou de carona.

A efetividade desses serviços com certa qualidade iria ser fruto da luta cotidiana desses moradores. Na área de transportes, a Lei Municipal que regulamentava a prestação do serviço de transporte coletivo foi editada em 1980 e trazia, no seu Artigo 1º, a obrigatoriedade da(s) concessionária(s) responsável(is) por esses serviços (no caso a TRANSCOL) de os estenderem a todos os Conjuntos Habitacionais¹⁶².

Entretanto a Lei não regulamentava como esse serviço seria prestado, qual o número de carros que deveria ser disponibilizado àquela população, quais seriam os intervalos e horários a serem considerados em dias úteis, nem tampouco nos finais de semana e feriados. Sem regulamentação pormenorizada, a prestação dos serviços era organizada à revelia pela Empresa, tendo a Prefeitura Municipal como órgão fiscalizador e os moradores como usuários: “...os ônibus vinha cheio demais aí quando passava no ponto cheio de gente num parava (...) eles xingava tudo (...) vinha do serviço correndo prá casa prá fazê janta e tal.”¹⁶³

Retrocedendo um pouco mais sobre o transporte coletivo na cidade de Uberlândia, vamos ter, em 1977, uma Lei Municipal regulamentando esses serviços e, inclusive, abrindo precedentes para concorrência pública na área. No seu artigo 2º, a Lei estabelece a obrigatoriedade da concessionária em manter “*comunicação entre os diversos bairros da cidade ou entre eles e o centro urbano.*”¹⁶⁴

Chamou-nos atenção o seguinte fato: se já existia essa Lei normatizando tais serviços entre os bairros, por que, então, uma outra específica para os Conjuntos Habitacionais, três anos depois, exigindo a extensão destes? Podemos supor que, frente à obrigatoriedade exigida, não havia o interesse da empresa prestadora em levar os seus serviços a essa população. Entendemos que, na visão empresarial, a extensão de tais serviços não se apresentava como lucrativa para a empresa, levando a crer que a distância

¹⁶² Lei nº 3.147, de 29/05/1980. “Estabelece critério de atendimento à Conjuntos Habitacionais e dá outras providências. Art 1º - As empresas concessionárias de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, ficam obrigadas a estender os benefícios do transporte coletivo, aos moradores de todos os conjuntos habitacionais efetivamente entregues ao povo.” P. 68. Coleção UBERLÂNDIA/CDHIS/UFU.

¹⁶³ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁶⁴ LEI nº 2.701 de 01/12/1977 Prefeitura Municipal de Uberlândia.

entre os Conjuntos, quando da sua criação, e as comunicações possíveis naquele momento se faziam inexecutáveis, passíveis muito mais de prejuízos do que dos lucros desejáveis.

Outro elemento a ser levado em consideração, capaz de ter *dificultado*, em parte, o cumprimento da Lei sobre a prestação dos serviços de transporte coletivo nos Conjuntos, usado pela Empresa, foi a ausência da pavimentação asfáltica “(...) *que, desde o planejamento dos referidos conjuntos residenciais, sempre foi cogitado entregar as casas que os integram, com o devido asfalto nas ruas.*”¹⁶⁵

A proposta de asfaltarem as ruas dos Conjuntos arrastou-se por todo ano de 1981, ganhando forças desde o momento em que a COHAB/MG determinou uma liberação de verba de 45 milhões de cruzeiros especificamente para estes serviços¹⁶⁶. O valor oferecido correspondia, segundo a Prefeitura Municipal, a 75% do total: “*Assim antes da assinatura dos contratos com os futuros moradores, a Prefeitura deseja ter uma conversa franca sobre o assunto...*”¹⁶⁷ propondo que estes dividissem entre si o restante dos 25%.

Nesse sentido, observa-se pelos jornais que alguns embates aconteceram entre as partes – moradores/PMU –, tentando resolver a questão do asfaltamento. Entretanto, de acordo com a imprensa, a demora em efetuar-lo deveu-se ao “desacordo” de trinta moradores que não aderiram ao “pacto asfáltico”, criando um impasse e prolongando-o até que o período das chuvas impossibilitasse definitivamente a sua execução naquele ano.

Em 1982, outros artigos noticiam o *início* dos serviços de pavimentação: “*Virgílio confirma o asfaltamento dos novos Conjuntos*”, “*Asfalto é fato consumado*”, “*Definida a implantação do asfalto.*”¹⁶⁸ Em todos eles, percebe-se os mesmos argumentos: contribuição da COHAB de 75% do total, o empenho da Prefeitura Municipal em realizá-lo e moradores que aceitam e alguns poucos que recusam. Até que, em meados do ano em curso, o Prefeito “faz apelo aos moradores” para que cheguem a um acordo favorável:

“Entrevistado ontem pelo canal 8 (TV Triângulo) no Jornal das Sete, o Prefeito Municipal Virgílio Galassi fez um apelo aos seus amigos dos Conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, no sentido que concordem em asfaltar as ruas e que o façam até o final deste mês (Julho de 1982). Se até no dia 31, não houver anuência também dos 30 moradores que estão segurando o início das obras, a Prefeitura Municipal vai perder o benefício que recebeu do BNH e os dois

¹⁶⁵ “Asfalto é fato consumado”. *A Notícia*. Uberlândia, 04/03/1982, p. 01.

¹⁶⁶ “COHAB/MG pode determinar verba para o asfaltamento do Segismundo”. *Correio de Uberlândia*. 13/08/1981, p. 01.

¹⁶⁷ “COHAB/MG pode determinar verba para o asfaltamento do Segismundo”. *Correio de Uberlândia*. 13/08/1981 p.01

¹⁶⁸ Sendo eles: *Correio de Uberlândia*. 04/02/1982, p. 01. *A Notícia*. Uberlândia, 04/03/1982, p. 01 e 15/04/1982, p. 01.

*Conjuntos vão ficar com suas ruas sem asfalto, até que no futuro, os moradores venham a pagar os cem por cento para acabar com a poeira.*¹⁶⁹

O artigo permite-nos algumas reflexões: o asfalto é um valor urbano assimilado pela maioria dos cidadãos como algo imprescindível à vida na cidade e é preconizado como uma marca do desenvolvimento, trazendo, na sua execução, uma valorização do bem imóvel envolvido. Além do que, para que uma rua seja asfaltada, tem que ser levada em consideração, principalmente, a queda natural da água para se permitir, com maior fluidez, o seu escoamento, evitando, assim, alagamentos, barro, poeira, sinalizando para uma maior higienização e outros benefícios supostamente advindos deste à saúde.

Nesse sentido, soa estranho dizer que alguém na cidade se recuse a ter este benefício, o asfalto. Entendemos que *não querer* não seria bem o termo. Acreditamos mais na impossibilidade dessas pessoas de arcarem com (mais uma) despesa no orçamento familiar, já bastante dividido entre a alimentação possível, prestação da casa, passagem de ônibus coletivo para se chegar ao trabalho, a escola dos filhos. Como nos lembra D. Iracema, tem que *tirar da boca mesmo* para arcar com tudo isto¹⁷⁰. Estamos falando de sobrevivência, de renda mínima, o que infelizmente a maioria da população conhece muito bem e este viver é uma dificuldade pouco entendida por aqueles que transitam em uma esfera diferente.

O “apelo” do Prefeito parece ser enfático, não permitindo escolhas. Assim, nesse “pegar ou largar”, o Prefeito, usando das suas prerrogativas, põe fim ao “impasse”. Para isso, jogou com os dois lados da moeda: ou concordavam todos com a proposta ou os “trinta” moradores discordantes muito provavelmente responderiam aos demais pela não efetivação do benefício. Isto é: com a evidência do Prefeito na mídia, “convocando” os moradores a aderirem ao “pacto asfáltico,” ele se redimia publicamente da não execução da obra, relegando a culpa para os “trinta” que se recusavam a aceitá-la, independente ou não

¹⁶⁹ “Virgílio faz apelo aos moradores do Segismundo e Santa Luzia”. *Correio de Uberlândia*. 22/07/1982. p. 01.

¹⁷⁰ Por exemplo, tomando por base o sr. Antônio Alves de Lima, o esposo de D. Iracema, que sempre trabalhou no nível de apoio, em dezembro de 1981, recebia um salário de CR\$ 21.222,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros). Pagou a primeira prestação da casa própria no valor de CR\$5.038,21 (Cinco mil e trinta e oito cruzeiros e vinte e um centavos), sobrando-lhe CR\$ 16.183, 79 (dezesesseis mil, cento e oitenta e três cruzeiros e setenta e nove centavos)para manter uma família de seis pessoas. Ou seja, a prestação englobava ¼ do seu orçamento. De acordo com a mostra feita quando da minha visita à COHAB/MG, relatados em nota de roda pé à página 72, 21% destas famílias sobreviviam com salários aproximados com o do sr. Antônio, demonstrando que qualquer despesa a mais seria muito difícil. Lembrando que o valor do salário mínimo em dezembro era de C\$11.928,00 (onze mil novecentos e vinte e oito cruzeiros, Decreto/86.514/81 de 01/11/1981. Nestes cálculos, o Sr. Antônio, nesse mês, recebia pouco menos que dois salários mínimos. Procurei saber também, o valor correspondente à prestação do asfalto pago na época, mas, não foi possível.

de poder pagar por ela, mesmo porque, mais do que tê-los como “entraves” ao serviço proposto, o discurso do Prefeito colocava moradores contra moradores:

“(...) o Prefeito lamentou a iniciativa destes trinta moradores, que não têm feito outra coisa senão impedir as negociações (...), pois, segundo os outros moradores, eles (os trinta) preferem gastar com bebidas, ao invés de poupar e pagar, mesmo com sacrifícios as prestações (...) deixando até seus entes queridos passarem privações.”¹⁷¹

Assim, em vez de avaliarem as dificuldades pelas quais passavam, e incentivar a união dos moradores, o artigo abria brechas para a emissão de juízos de valor, uns sobre os outros, reduzindo (os trinta) trabalhadores/ moradores a irresponsáveis pais de famílias. Ao que tudo indica “os moradores responderam prontamente ao apelo do Prefeito” e “... estão ficando livres da poeira e da lama(...)”.¹⁷²

A ausência de pavimentação das ruas dos conjuntos servia, portanto, como desculpa para um serviço precário do transporte coletivo. A exemplo, “...a rua J no Segismundo, que é utilizada pela passagem dos ônibus é uma das mais sacrificadas, apresentando irregularidades e causando problemas para a perfeição...”¹⁷³ do serviço. Assim, a Transcol se justificava, liberando para as áreas desprovidas da pavimentação uma quantidade restrita de carros em circulação, já velhos, os quais, com os buracos e barro na rua, estavam sempre quebrando, ocasionando inúmeros transtornos aos usuários: interrupções constantes nos horários propostos, infinitas esperas nos pontos de ônibus, acidentes com passageiros e pedestres e, o que é mais complicado nisso tudo, os atrasos ao trabalho que sempre traziam e (trazem) repercussão negativa ao trabalhador.

Entretanto, uma vez resolvido o problema do asfalto, o transporte coletivo continuou sendo questionado pelos moradores dos conjuntos: “(...) as queixas quanto ao transporte coletivo localizaram-se entre o preço alto das passagens e a má prestação dos serviços (...)”¹⁷⁴

Todas as questões levantadas fazem-nos pensar nas inúmeras dificuldades enfrentadas por esses moradores, que, por serem conjuntos habitacionais novos e pobres, em uma cidade movida pela ótica do capital, já se constituíam por si só um problema. Os novos moradores tiveram que lidar, portanto, com a possível resistência da Empresa em

¹⁷¹ “Virgílio faz apelo aos moradores do Segismundo Pereira e Santa Luzia”. *Correio de Uberlândia*. 22/07/1982, p. 01.

¹⁷² “Sem poeira o Conjunto Habitacional”. *Correio de Uberlândia*. 21/09/1982, p.01.

¹⁷³ “José Carneiro anuncia asfaltamento dos novos conjuntos”. *Correio de Uberlândia*. 30/12/1981, p. 06.

¹⁷⁴ “Mutuários fazem reivindicações”. *A Notícia*, Uberlândia, 28/04/1983, p. 02.

prestar-lhes os serviços. Em 1987, uma ata da ADESP registra a continuidade das reclamações:

“...o problema é sério e chega a ser crítico, o ônibus deveria estar passando de oito em oito minutos, foi o que o Secretário divulgou; funcionou assim, apenas vinte dias, depois voltou a passar de meia em meia hora, quarenta a quarenta e cinco minutos e até de uma hora e mais. Os moradores estão perdendo dias de serviços por este problema.”¹⁷⁵

Somente com a pressão dos moradores, que sofriam na pele as deficiências do transporte coletivo, é que os horários foram se restabelecendo. Mesmo assim, tem que ser levado em consideração que as almeçadas melhorias vieram a passos lentos, como nos lembra a depoente: “... aí depois um abaixo – assinado, com muito pedido ... do presidente do bairro e tudo, é que conseguiram que passasse ônibus direto”.¹⁷⁶

O abaixo-assinado vem mostrar o engajamento das pessoas nas lutas comunitárias, engajamento que vai se dando, quase sempre, de acordo com as condições pessoais de cada um. À medida que o morador se identifica com alguma causa, vai participando dos movimentos coletivos.

Nos depoimentos e nas conversas dos moradores, a Igreja tem-se apresentado como um espaço propiciador de novos aprendizados. Os adeptos, independente da religião que professam, vão descobrindo formas de se relacionarem não só entre si, mas, alcançando outros movimentos sociais atuantes nos Conjuntos Habitacionais.

Inserido nesse prisma da Igreja como espaço de fomentação de trabalhos voltados para os moradores, os jovens do Conjunto Segismundo Pereira organizaram-se em um movimento - “JUSJOB”- Juventude Unida São João Batista¹⁷⁷. Tiveram como eixo de trabalho a preocupação primeira de expandir a “formação social religiosa”.

As atividades, segundo Silnando, um dos seus líderes, constavam de leituras bíblicas orientadas por roteiros, e, em dias previamente marcados, faziam-se as discussões propostas pelo grupo. Mas as ações não se resumiram nos estudos propostos. Usando

¹⁷⁵ Livro de Atas/ ADESP/12/11/1987 p.44

¹⁷⁶ D. Maria Militão, moradora do Santa Luzia, 62 anos. 2001.

¹⁷⁷ Essas informações, foram colhidas recentemente em conversa com Silnando Silvério Pereira, ex-morador do Segismundo Pereira na década de 1980. Foi fundador do JUSJOB juntamente com mais dois companheiros, André Luiz Gonzaga e “Miltinho”, Miltom Honório de Oliveira, também moradores do local. Silnando desligou-se da ADESP em 1987, por discordar da forma como os trabalhos estavam sendo conduzidos. Hoje, em 2003, é militante do SINTET/UFU/Sindicato dos Técnicos Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia e graduando dos Cursos de História/UFU. Na oportunidade, Silnando forneceu documentos interessantes para a pesquisa, dentre eles o documento que compõe o anexo 4b. deste trabalho mostrando umas das muitas atividades que envolveram esses moradores. Ver também Livro/Atas/ADESP, no período de 1982/1984 marcadas pelas lutas iniciais.

recursos próprios e muita criatividade, organizavam eventos: bailes, jogos, concursos (ver Anexo 4b.), para angariar fundos destinados à construção da Igreja Católica, mas tinham também como preocupação, além da obtenção de recursos financeiros e da diversão, manter os jovens longe da droga. De acordo com Silnando, para aqueles que já a usavam, estabeleceram-se “acordos de convivências”, ou seja, não faziam esse uso em recintos fechados nos encontros que organizavam. Acreditavam, com esta atitude, inibir a disseminação da droga, evitar problemas com a polícia e, ao mesmo tempo, propiciar a integração da juventude do local.

Entretanto, além dessas propostas, as atuações do JUSJOB alcançaram outros horizontes. Envolveram-se com as “mães” e a ADESP, na implantação (e administração) da Creche no Segismundo Pereira. As ações desenvolvidas iam desde a arrecadação de móveis (berços, colchões) e utensílios, necessários à montagem da Instituição, à criação da horta no terreiro da creche, nas idas e vindas ao CEASA (Central de Abastecimento próximo ao Conjunto), solicitando e recolhendo verduras para serem usadas na alimentação das crianças e *“aquelas que sobravam eram guardadas em sacolas e distribuídas entre as mães. Entendiam que a casa era uma extensão da creche”*. Mais ainda, recolhiam fundos para pagar o salário do funcionário que fazia a ronda noturna.

Nesse caminhar, o JUSJOB somou-se a outros movimentos da cidade, exteriorizando as suas ações em prol das creches, protestando, na Câmara Municipal, contra a rejeição do Projeto Lei 051/83. Este projeto tinha por objetivo destinar verbas às creches da cidade.¹⁷⁸

D. Laudelina lembra que “tomou conhecimento do trabalho da AMOSP – Associação dos Moradores do Segismundo Pereira – somente em 2001”. Quando o Sr. Roberto, atual presidente da Entidade, foi até a Igreja Católica, em uma das celebrações religiosas da qual ela participava.

Na oportunidade, o visitante convidou os paroquianos para um ciclo de palestras a ser realizada pela AMOSP, em comemoração do aniversário do “bairro” Segismundo Pereira:

¹⁷⁸ “Povo protesta contra ato do PDS”, *Primeira Hora*, Uberlândia, 04/10/1983, p. 01. Na foto do jornal que registra este ato político, vê-se faixa com escritos: “JUSJOB Juventude Unida São João batista – Uberlândia/MG”. Vale a pena dizer que parte da liderança do movimento vai depois compor posteriormente, os quadros da diretoria da ADESP e, da formação da “diretoria provisória da delegacia regional, ASMUTH – Brás”, (Associação dos Mutuários do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), eleita *“em uma assembléia que reuniu mais de 500 pessoas na Praça Clarimundo Carneiro, que tinha por finalidade de defender os mutuários das prestações abusivas advindas do BNH”*. “Mutuários elegem diretoria da ASMUTH-Brás a nível regional”, *Primeira Hora*, 20/09/1983, p. 05

“É... foi só este ano, eu fiquei das mais feliz, sabe? Falei: ‘Nossa tanto tempo que a gente mora aqui ... e agora que a gente veio... Bem, sabê a gente sabia...da Associação (de Moradores) mas que teve comunicação, assim prá todo mundo ficá sabendo do horário... das palestras qu’ia tê ... eu fiquei feliz... é interesse da gente fica sabeno ... porque uma pessoa dessa ... interessada... certamente vai melhorar pra gente, né!’”¹⁷⁹

De uma certa forma, D. Laudelina acabou se recriminando por “morar no bairro” e por não participar da Associação. Independente de saber da sua existência, atribuiu à ausência de comunicação sua interação tardia nos movimentos, apesar da sua identificação com várias causas abraçadas. O vínculo com as atividades realizadas na Pastoral tornou-a receptiva a novos convites.

A figura do Sr. Roberto apresenta-se, nesse caso, como um elo de integração entre os participantes das atividades religiosas e a AMOSP. Fato relevante, pois, ele é evangélico, membro da Igreja Assembléia de Deus e, ao visitar outros centros religiosos, divulgando os trabalhos da Entidade que representa, demonstra, nessa atitude, compreender a sua função de líder comunitário. Diz achar imprescindível a divulgação dos trabalhos comunitários em todos os locais de acesso e, principalmente, os centros religiosos, por serem espaços que aglutinam muitas pessoas. Mesmo porque, de acordo com ele, existem, no “bairro” Segismundo Pereira¹⁸⁰, dezenove Igrejas Evangélicas, duas Católicas e quatro Centros Espíritas, arrebanhando os moradores. Independente da religião professada, moradores vão abrindo brechas nesses espaços e, à sua maneira, o trabalho com a comunidade vai ganhando novas roupagens.

D. Iracema declara que, antes de mudar-se para o Segismundo Pereira, o seu dia-a-dia restringia-se ao trabalho fora e em casa. Aos domingos *“ia à missa e pronto”*.¹⁸¹

Essa rotina foi alterada. Integrou-se, juntamente com outros moradores, a um grupo de orações e, em seguida, este grupo iniciou a luta pela construção do prédio da Igreja Católica e *“nunca mais parou”*.¹⁸² Há vinte anos realiza bazares, faz visitas aos doentes e às famílias carentes, participa de cursos de formação religiosa, de congressos, confraternizações e tornou-se Ministra da Eucaristia. Afirma com orgulho que *“nunca tinha participado de uma igreja assim, só de ir à missa.”*¹⁸³

¹⁷⁹ D. Laudelina, 56 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2001.

¹⁸⁰ Lembrando que o destaque na palavra “bairro” se dá realçando o trabalho da AMOSP desenvolvido no bairro como um todo e não só no Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, que é um dos objetos desta pesquisa.

¹⁸¹ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁸² D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁸³ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

Ao identificar-se com esse trabalho, consegue perceber a diferença entre ser participante do ritual da celebração – missa – e tornar-se atuante em movimentos sociais articulados por essa instituição. Aos poucos, vai transpondo as barreiras do seu alheamento, do papel construído sobre a mulher (“...mulhé é prá ficá em casa, rezá e pronto corrê prá casa, né?”¹⁸⁴) e consegue forças para contornar os problemas conjugais advindos da sua nova atuação, ocupando cada vez mais seu lugar, no lar e fora dele:

*“...Quando comecei a participá ele (o esposo) foi falano (...) qui eu num parava em casa (...) fui conversano, num desisti.... e isso foi muito bom porque eu era muito assim só de dentro de casa, de tá participando das coisas, nunca saí, era só em casa, ir à missa e pronto”.*¹⁸⁵

No redimensionamento dos seus viveres, as pessoas apresentam momentos de coesão, de compartilhamento de sentimentos, dividindo ações, unindo-se em torno de idéias capazes de trazer significados (embora diferentes) à maioria. O “mudar-se” para um mesmo local, praticamente ao mesmo tempo e em um espaço limitado, fez com que eles se tornassem “os Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia” e “os Moradores do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira”. Na observação de D. Maria Batista e do sr. Irineu, mesmo queixosos da pouca participação dos moradores nos trabalhos comunitários “os mesmos nunca os deixaram na mão”.

Apostando na defesa dos interesses dos moradores, D. Maria Batista relata o envolvimento deles com a Escola Estadual Dona Alexandra Pedreira, onde seus filhos estudaram na década de 1990. Apontando o dedo para o local, faz questão de chamar a nossa atenção para a visão externa da Escola, informando que está sempre pintadinha, limpa e decorada. A quadra recém cercada por tela, o muro alto com pintura renovada periodicamente são frutos de um trabalho desenvolvido pela diretora, professores, alunos, pais e outros moradores. Isto é: a “diretora” não fica à espera da verba pública, coloca-se em ação e a resposta da comunidade se dá desde o trabalho braçal, pintura de parede, decoração, capina, remoção de entulhos, a realizações de promoções beneficentes e de lazer – festival de sorvete, galinhadas, bingos. Essa interação (de acordo com D. Maria Batista) é constante e se faz presente também nos possíveis usos do local para reuniões e encontros outros, comunitários, permitidos e incentivados pela diretora.

¹⁸⁴ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

¹⁸⁵ D. Iracema, 66 anos, moradora do Segismundo Pereira, 2002.

Dessa forma, o envolvimento do corpo escolar com a comunidade, a nosso ver supera, em parte, o egoísmo de uma escola intra-muros, onde a *coisa pública* adquire a conotação de privado, à medida que ela se fecha. Essa interação possibilita que se cumpram os diversos (e possíveis) usos do espaço público, apontando também para uma escola, em que, apesar de sistematizada, a prática dos seus agentes certamente extrapola os níveis de reprodução de conteúdos e alcança, nesse fazer comunitário, outros patamares: a vida lá fora. Nesse nível, ganham todos, a escola e os moradores que participam.

Os moradores dos Conjuntos contam hoje com outros centros educacionais¹⁸⁶, ultrapassando a luta inicial, que se assentava na conquista da reforma da primeira escola. Brigar pela reforma da escola, mesmo antes de ser inaugurada, aponta o descaso do Poder Público com a educação e evidencia, para esses moradores, a dimensão da luta a ser enfrentada por eles para verem os seus filhos estudando mais próximos de casa.

Aliada à preocupação dos moradores nesta direção, a não implantação do 2º grau no Santa Luzia foi denunciada por uma moradora como motivo da interrupção dos estudos dela e de seus irmãos. Como eles, muitos outros jovens daquele local encontravam-se em situação idêntica.¹⁸⁷

¹⁸⁶ “O Conjunto Santa Luzia teve como primeira conquista a Escola anexa da Escola Estadual Maria Conceição Barbosa de Souza, que funcionou em dois galpões da COHAB até 29 de agosto de 1987. (...) Em 22 de setembro de 1985, foi inaugurado o Pré escolar municipal Santa Luzia e, em 1986, conseguiu junto ao governador do Estado Dr. Hélio Garcia a autorização para a construção do novo prédio com o 2º grau para a Escola Estadual Professor Inácio Castilho, inaugurada em 29 de agosto de 1987 (...) e, em 1º de abril de 1990, a Escola Estadual Rio das Pedras e fevereiro de 1991 a Escola Estadual Dona Alexandra Pedreiro. (...) Em 09 de abril de 1984 fundou a creche Santa Luzia (...) Em 10 de março de 1985 foi fundado o Centro de Formação Comunitário Santa Luzia para o menor de 07 a 14 anos e em 1989, este centro foi ampliado, sendo que em 1992 tanto a Creche como o Centro de Formação” foram trocadas portas e colocadas as grades de proteção nos vitrês (...) “ainda em 1996 foi iniciada a construção do novo prédio do Centro de Formação” (...) Em 1998, “providenciaram a regularização dos papéis do imóvel e reformas do Centro de Formação do Menor, que atualmente atende cerca de 60 crianças de 6 a 13 anos”. “Conjunto Santa Luzia 20 anos de existência”, *A Voz Do Povo*, Uberlândia, novembro de 2001. P. 03. No Conjunto Segismundo Pereira, a luta pela creche iniciou-se em agosto de 1982 (ver livro *Ata/ADESP /22/081982* p. 22); teve a sua inauguração em 17/10/82, ver livro *Ata/ADESP/24/10/1982* p.25. Na reunião do dia 05/05/1986, foi requerida a reforma da creche pelos moradores. *Livro Ata/ADESP* p. 37. O Centro de Formação do Menor foi confirmado em reunião da ADESP do dia 05/08 1987, *livro Ata/ ADESP/* p. 44. Para conseguirem o Pré Escolar no Segismundo, foi feito uma abaixo-assinado e enviado ao Secretário Prof. Nelson Bonilha, ver *livro Ata/ADESP/05/02/1984* e foi instalado em agosto de 1985, ver artigo: “Uberlândia ganha mais duas escolas” *Correio de Uberlândia*, 15/08/198, p.01. Hoje, o Centro de Formação do Menor “*atende 80 crianças, de 06 a 13 anos, em dois períodos. As crianças almoçam na Entidade, tomam café da manhã, lancham e desenvolve diversas atividades como: Informática, música, artesanato, horticultura, reforço escolar...*” A Associação de Moradores do Segismundo Pereira AMOSP, desde 1990, administra no Centro de Formação do Menor “*uma Biblioteca Comunitária – B.C.A – com um acervo de 4000 livros(...) e realizações de programações especiais como: a hora do vídeo e contação de histórias...*” *Boletim Informativo AMOSP/2002*. Esta relação, além da intenção de mostrar quais são as escolas de um ou do outro Conjunto, aponta também para a *fragmentação da conquista*, isto é: os moradores vão conseguindo aos poucos as suas reivindicações.

¹⁸⁷ “Santa Luzia reclama de problemas sem solução”. *Primeira Hora*, Uberlândia, 26/05/1983, p. 01. Os entrevistados mencionam que, ao se mudarem para os Conjuntos Habitacionais, os seus filhos estudantes do 2º grau continuaram os estudos nas escolas dos bairros onde moravam anteriormente, como a Escola

Intermediados pela rotina do seu dia-a-dia, os moradores dos conjuntos vão buscando ora aqui, ora ali os rumos para os seus viveres em lutas, diferenciadas entre si, tentando trazer para a paisagem local ações concretas e necessárias às suas vidas. Nelas, o Centro de Saúde configura-se como prioridade desde o início¹⁸⁸.

Como resultado de uma luta, que percorreu os anos iniciais da década de 1980, moradores e Poder Público inauguram, a partir de 1983, os Centros de Saúde nos seus espaços físicos¹⁸⁹, sendo que o do Segismundo Pereira, na época, era uma Unidade Didática Avançada – UDAs -, uma parceria entre a UFU e a Prefeitura Municipal.

Entretanto, mais do que lutar para ter no local o Centro de Saúde – UDAs -, os moradores do Segismundo Pereira, na década de 1990, tiveram outros embates com o Poder Público no sentido de manter aquela unidade. Nesta luta, contaram com o apoio e a ação do SINTET (Sindicato dos Trabalhadores Técnico – administrativos da Universidade Federal de Uberlândia), que, nesse momento, se encontravam em greve por melhores salários. Porém, esse confronto desaguou em frustrações.

*“Olha o Sindicato nosso teve um papel muito importante quando ameaçava fechar os postinhos, inclusive o do Segismundo Pereira. Chegou a sê um movimento de quase dois dias, de levar quase duzentas pessoas para dentro do postinho de saúde para não fechá-lo. Mas já era causa vencida e não conseguiu reverter o caso, lá no Jaraguá (bairro)foi o único que não fechou...”*¹⁹⁰

Uma vez fechado a UDAs do Segismundo Pereira, a Prefeitura criou outras estratégias para chegar aos seus objetivos: atualmente, os moradores dessa área são atendidos no Centro de Saúde do Santa Luzia e na Unidade de Atendimento Intensivo do bairro Pampulha, inaugurados nos finais de 1990, em nome da municipalização da Saúde.

O trabalho comunitário dos moradores no Santa Luzia em busca do Centro de Saúde deu-se, em parte, em uma luta integrada com a Associação dos Moradores de outros

Estadual Prof. José Ignácio de Sousa, Escola Estadual Bueno Brandão. A partir de 1987, o 2º foi implantado no Santa Luzia.

¹⁸⁸ “Moradores do Conjunto buscam esclarecimentos”. *A Notícia*, Uberlândia, 20/04/1982, p. 06, referindo-se ao Segismundo Pereira.

¹⁸⁹ “Inaugura ambulatório periférico”. *A Notícia*. Uberlândia, 18/01/1983 p. 01.

¹⁹⁰ Marco Túlio Rosa, morador do Segismundo Pereira, 33 anos, 2001. Em conversa recente com D. Nadir Eterna Moreira Silva (moradora do Segismundo, dona de um comércio neste local e paciente da UDAs), assegurou-me que participou de várias mobilizações dos moradores - reuniões, abaixo - assinados e vigílias - contra o fechamento da UDAs, acrescentando ainda, no seu desabafo, que não houve explicação alguma por parte do Poder Público a respeito do ato. Ainda sobre o fechamento das UDAs, ver fotos “Fontes visuais: fotografias”. In: *Projeto Memória – SINTET/UFU*, sobre “a vigília dos funcionários e moradores em defesa dos postos periféricos” na greve de 1998, em 29/04, p 91. Na oportunidade, esclareço que o fechamento das UDAs atingiu também as que ficavam nos bairros Luizote de Freitas, Jardim Brasília e Santa Mônica, em Uberlândia.

conjuntos: o Alvorada, o Santa Rosa/Liberdade. A promessa do poder público seria de viabilizá-lo até o final do ano 1984, em parceria com a PMU e Estado/MG, o que foi cumprido.

Faz-se interessante ressaltar nesse processo que o envolvimento dos moradores em prol do Centro de Saúde se deu não só no sentido da sua instalação. Vários encontros dessas Associações com a Secretaria Municipal levaram à criação de critérios de seleção na área de auxiliar de saúde e serviços gerais, qualificação exigida: ser morador(a) do conjunto, estar desempregado, condição sócio/econômica. Os inscritos seriam submetidos à prova escrita específica e entrevistas. Uma vez selecionados, passariam por treinamentos especiais.

Nesse processo, cada Associação elegeu um representante para acompanhar cada etapa do movimento, na tentativa de garantir as decisões acatadas e maior qualidade dos serviços a serem prestados nos Centros de Saúde.

“Neste recente processo de seleção, o envolvimento de moradores dos três bairros foi significativo para o estabelecimento de critérios de seleção. De acordo com o secretário de saúde do município, Flávio Goulart, foram acatadas sugestões das associações, como, por exemplo, a preferências às pessoas que moram no bairro e que estão desempregadas”¹⁹¹

Buscou-se com essa atitude, além de diminuir o número de desempregados no “bairro”¹⁹², propiciar um melhor atendimento à saúde, apostando no conhecimento dos funcionários sobre os problemas vividos no local.

Para Ildebrando Alves de Miranda – Presidente da Associação de Moradores –, em 1984, a inauguração do Centro de Saúde do Santa Luzia “*é um direito do povo que tem que ser respeitado pelo poder público*”. Foi um marco da união dos moradores, incentivando o diálogo e os questionamentos que compunham o trabalho da Associação.¹⁹³

Em 1986, teve-se notícia de um encontro entre Prefeito e Associação de Moradores, trazendo nas suas reivindicações a necessidade de ampliar o espaço físico do Centro de Saúde, criando salas para aumentar o atendimento médico - clínico geral e psicólogo¹⁹⁴ -,

¹⁹¹ “Secretaria seleciona Auxiliares de Saúde e Médicos”. *Primeira Hora*. Uberlândia, 15/08/1984, p. 01.

¹⁹² Alertando para o uso do termo “bairro” envolvendo a todos os moradores e não só aos do Conjunto Habitacional Santa Luzia.

¹⁹³ Moradores acompanham construção de centros médicos pela EMCOP (Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares). *Primeira Hora*. Uberlândia, 05/05/1984, p. 03.

¹⁹⁴ “Zaire vai ouvir os moradores do Santa Luzia”. *Correio de Uberlândia*. 27/02/1986, p. 06.

sinalizando uma constante movimentação desses moradores, procurando cada vez mais os seus espaços.

É interessante ressaltar as nuances que envolveram (e envolvem) o trabalho comunitário e as possíveis respostas do Poder Público aos anseios dessas pessoas. Como o Centro de Saúde, a creche, as escolas, as conquistas efetivas dessas políticas públicas vão sendo conseguidas por etapas. A reivindicação é feita e, muitas vezes, de acordo com a pressão dos moradores, marca-se uma “assinatura de convênios, de contratos”, ou lança-se a chamada Pedra Fundamental; depois (e aí não dá para medir o intervalo), tem-se a inauguração do espaço físico: com um pouco de sorte, ele já vem equipado para o seu funcionamento. O desempenho das etapas é quase sempre regulado por uma (co)relação de força. De um lado, os moradores e, de outro, o Poder Público.

O andar pelos conjuntos mostrou-nos também a diversidade das formas institucionalizadas do lazer, a praça, o parque infantil e outros já relatados; assim como as maneiras sutis de convivência: as conversas nas calçadas, principalmente pelos idosos e crianças, nos inúmeros bares que esticam as suas marquises pelas calçadas dos vizinhos, ou espalham suas mesas pelo canteiro central da avenida. Todo esse visual sugeriu-nos uma prática de convivência das pessoas naquele local, no hábito de “jogar conversa fora”, bebendo, disputando partidas de sinuca e, ainda, permanecendo debaixo das sombras das árvores em toscos banquinhos de madeira e pequenas mesas na disputa por um jogo de cartas, ou, simplesmente, ouvindo música pelo som do carro. Estar com essas pessoas, seja pelos jornais, entrevistas, conversas, seja pelo nosso andar nesses conjuntos, possibilitou-nos perceber a dinâmica das relações sociais estabelecidas, os territórios construídos por esses moradores e, sobretudo, como eles vão se constituindo em sujeitos desta cidade.

Portanto, a luta dessas pessoas, para viver nesta cidade a despeito da exclusão, também se faz nas formas de lazer que vão imprimindo nesses conjuntos. Como bem nos lembra Marco Túlio, elas perpassavam pela caminhada a pé da molecada pela praça Tubal Vilela, quando ainda era possível fazê-la nos finais dos anos 1970; pelas caçadas de tatu e de frutos silvestres no cerrado que cercava o novo espaço de moradia; pelas peladas de futebol disputadas na porta das casas, com os arremessos descuidados de bola nas janelas, irritando a vizinhança tão próxima; pelo entretenimento que o cerrado proporcionava ao Sr. Venceslau. À medida que eles vão perdendo os espaços do cerrado, da rua, outros, vão sendo construídos: a praça, o Poliesportivo, a feira livre.

No lazer institucionalizado, o Poliesportivo ganha um destaque especial. A foto abaixo, (frente e verso) segundo o sr. Irineu, demarca o local no qual os “atletas” do lugar

queriam que se construísse o Poliesportivo. Nos cartazes que decoram a mesa, o sentimento da exclusão e a denúncia se imbricam nos tons coloridos das letras: “*Segismundo um bairro esquecido*” e “*Aqui não tem como desfrutar do lazer*”. No verso, da foto, eles próprios se identificam e apontam uma das estratégias usadas para atingirem os seus objetivos: um abaixo assinado:

Foto 16 (a) – Conjunto Segismundo Pereira, 1984.

Moradores fazendo um abaixo-assinado pedindo a construção no local, do Poliesportivo, sendo construído posteriormente. O local confronta-se à direita com a rua Jerônima Lucas Barros, Segismundo Pereira. A foto foi cedida pelo Sr. Irineu Castanhêra.

Foto 16 (b) – Verso da foto 16, identificando-se.

Embora a experiência descrita restrinja-se aos moradores do Conjunto Segismundo Pereira, o Santa Luzia também levou à frente as suas estratégias para ter, no local, o Poliesportivo. Assim, em 1992, atletas dos dois Conjuntos foram notícias no jornal local, disputando a “Copa União dos Bairros”, em acirradas partidas de futebol, em que a “*Associação Atlética Segismundo Pereira sagrou-se campeã (...)*”¹⁹⁵

Nessa dinamicidade dos moradores, um outro movimento que também se destaca no Conjunto Habitacional Santa Luzia é o do “Amigos da Lagoa”, visando a recuperação e conservação da lagoa que divide o conjunto.

O local onde foi edificado o Conjunto Habitacional Santa Luzia é cortado pela nascente do Córrego Lagoinha, um dos afluentes que compõe a bacia Hidrográfica de Uberlândia. Os moradores afirmam que essa região tinha muitas minas, hoje, a maioria delas já está drenada. A lagoa se insere em uma Reserva de Preservação Permanente de 280.000m², tombada pelo decreto Lei nº 3.568/1987/PMU (ver Anexo 5).

O movimento em prol da lagoa foi levado inicialmente pela Associação dos Moradores do Santa Luzia, fundada em 1983. Foi denominado, inicialmente, “O meio ambiente somos nós”, em seguida, trocado para “Amigos da Natureza” e “Amigos da Lagoa”. Atualmente, está sob a responsabilidade de um grupo de moradores liderado por D. Maria Batista, em decorrência de conflitos internos envolvendo a Diretoria da Associação do “bairro” e moradores. De “Amigos da Lagoa”, o grupo se converteu, em 2002, para Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia – APA – registrada em 05/01/00.¹⁹⁶

D. Maria Batista lembra que:

*“...antes de começá esse movimento, a lagoa tinha muito lixo, o povo jogava bicho morto dentro da lagoa mesmo (...) é uma luta que nois começô e vem se realizando. A minha esperança é que vai sê feito alguma coisa (...) hoje a gente vê que tem gente trabalhando lá, que limpa em volta da cerca (...) o mato vai cresceno eles vai limpano (...) tudo cercado a gente vê a tarde o povo fazendo caminhada.”*¹⁹⁷

¹⁹⁵ “O Poliesportivo Santa Luzia foi mais movimentado em 1992 “*A Voz do Povo*”. Uberlândia, dez/1992, p. 03.

¹⁹⁶ “Conjunto Santa Luzia – 20 anos de existência” – *Jornal A Voz do Povo*. novembro de 2001.p. 03. Sobre o conflito relatado, tentei contato com o atual presidente da Entidade, mas não foi possível, ficando mesmo só com o parecer dos entrevistados e de algumas pessoas que se manifestaram a respeito, em conversas informais. Comentam que, no início de 2003, haverá nova eleição para a Diretoria da Associação dos Moradores, resolvendo possivelmente o conflito.

¹⁹⁷ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

Para além do aprendizado, do cuidado na recuperação da lagoa, o significado dessa fala, por um lado, aponta-nos para um conjunto de práticas exercidas pelos moradores que não souberam ou não se deram conta do que fazer com os “seus” lixos, independente da sua coleta regular no local. Revelando também um desconhecimento de convivência com a natureza.

“... Na época que nós foi mudano aqui no Santa Luzia essa lagoa era limpa ... era lugar que criança tomava banho; era lazer (...) Quando faltava água, muita gente descia prá lavá roupa. E era um lugar limpo e muito bonito, né? à medida que os moradores foram jogando lixo, o espelho d’água foi diminuindo e cedendo lugar a todo tipo de entulho.”¹⁹⁸

A preocupação com o meio ambiente no Santa Luzia chama a atenção para o interesse, tanto do poder público como de cada morador, em assumir a responsabilidade pela defesa da lagoa, mesmo porque, segundo os próprios moradores, antes desse movimento não havia no local indício algum de cuidados com a área em questão, haja vista a Lei de tombamento da Reserva ser de 1987.

A luta nesse sentido evidencia o que já vinha sendo notório, uma inversão dos papéis. Tal iniciativa, que seria de total responsabilidade da Prefeitura Municipal, criar políticas públicas efetivas para se preservar e conservar o meio ambiente, coube aos moradores ainda que contraditória entre as práticas presentes (a alternância de se jogar o lixo, a devastação da madeira na área preservada, ligações clandestinas de esgoto e o trabalho concomitante de se preservar o local).

O projeto denominado “ O meio ambiente somos nós” foi um dos frutos dessa preocupação, que teve seus feitos na década de 1990, compreendendo mais um trabalho levado pela Associação dos Moradores do local. Culminou com um *abraço* à área verde (foto 17). Realizado em 1997, este evento conseguiu envolver moradores, alunos e professores das escolas municipais e estaduais, do local e dos bairros próximos, transformando-se em uma *manifestação* denominada pelos participantes de “*ecológica*”.

¹⁹⁸ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

Foto 17 – Conjunto Habitacional Santa Luzia, 1997.
Abraço simbólico à lagoa.
Foto cedida pelo Sr. Irineu Castanhêra.

Contou com mais de 3000 participantes, que abraçaram simbolicamente a lagoa, com distribuição de folhetos explicativos sobre a importância de preservar o meio ambiente. A foto, feita pelos moradores, registra, politicamente, essa preocupação. De acordo com os seus organizadores, Sr. Irineu e José Eurípedes:

“Este movimento fez agilizar o processo de proteção ambiental por parte da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no sentido de atender às reivindicações dos moradores. Foram construídos 2.670 metros lineares de alambrado com tela galvanizada em volta da área verde e posteriormente o calçadão (...) Um grupo de pessoas, denominados de “Amigos da Lagoa”, continua a luta pela preservação do meio ambiente.”¹⁹⁹

¹⁹⁹ “Conjunto Santa Luzia 20 anos de existência”. *Jornal A Voz do Povo*. Uberlândia, nov., 2001, p. 03.

Para o Sr. Irineu, esse movimento, pressionou algumas empresas instaladas no local, como a Auto Viação Triângulo, que poluía a nascente com resíduos de óleo diesel. A empresa reconheceu o fato e fez um aterro de areia tentando minimizar a filtragem do resíduo. O que, na visão do morador, não resolveu em si a gravidade do problema. Afirma que isso é apenas um começo. D. Maria Batista falou-me também da sua preocupação com o uso de agrotóxicos pela horta de particulares instalada próximo à nascente, afirmando que está tomando providências quanto a isso.

Inseridos na vigilância à Reserva, D. Maria Batista diz que os moradores, em parceria com a Prefeitura Municipal, realizaram vários mutirões para limparem a área preservada. Foi um trabalho difícil, às vezes, nauseante, mas que cumpriu em parte os seus objetivos, pois nessas inspeções detectaram alguns pontos de escoamento de esgoto. Convocaram então o DMAE²⁰⁰ para explicar o *caso dos esgotos*.

Na oportunidade, esse departamento justificou serem estes “clandestinos”, parecer que não convenceu os moradores que insistiram na denúncia. Diante disso, o órgão vistoriou a rede e admitiu a existência de manilhas quebradas, o que, provavelmente, ocasionou o *desvio* de parte do esgoto para a rede pluvial, desembocando *naturalmente* na lagoa. Após esta constatação, a rede danificada foi consertada.²⁰¹

A ação do DMAE, fazendo “ouvidos moucos” à denúncia de ligação de esgotos clandestinos, e o não convencimento dos moradores sobre tal ação, levaram-nos a manterem a denúncia junto ao órgão, fazendo com que o DMAE não só reconsiderasse o fato, mas que tomasse atitude competente. Isto veio mostrar a importância da mobilização dos moradores, exigindo que a Prefeitura se posicionasse frente aos problemas enfrentados por eles.

Caldeira, ao trabalhar a criminalidade em São Paulo, percebe na cidade os vários muros que incentivam o crime, a violência, a desigualdade, a segregação social. Ao fazê-lo, trás para o debate o descaso do Poder Público em relação à qualidade dos serviços públicos prestados na periferia, uma infra – estrutura marcada pela precariedade. A autora ressalta que a melhoria desses locais só se efetiva por meio dos movimentos sociais

²⁰⁰ DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto. Esse mutirão foi registrado em vídeos e fotografados. De acordo com D. Maria Batista, eles tomaram esse cuidado para mostrar principalmente às autoridades municipais o que os moradores estavam falando.

²⁰¹ Mesmo assim, o problema com o escoamento de esgoto para a lagoa não foi de tudo solucionado. Dia recente, a convite de D. Maria Batista fui passear com ela na área preservada. Percebemos que a água da lagoa estava com um tom escuro/esverdeado e exalando mau cheiro, denunciando ainda a presença de esgoto, fato que deixou indignada a D. Maria e os transeuntes que por ali passavam, apontando que a luta ainda não findou.

levados pelos seus moradores. Só por meio da luta que essa população consegue fazer-se ouvir pelo Poder Público, legitimar-se e solidificar o *pertencer* à cidade.

Colocando-se sempre em busca dos seus direitos, a população vai criando seus espaços e estratégias de sobrevivência. A luta dos moradores possibilita uma concordância com o pensamento de Caldeira, à medida que vão percebendo a ausência de políticas efetivas nos seus locais de moradia, vão por meio dos embates tornando-as reais. Uma vez que não é proposta do poder público perder as estratégias de “barganha” com a população pobre.²⁰²

Diante disso, torna-se pertinente refletir sobre o uso inadequado do lixo e as nuances que envolvem o trabalho comunitário, no Santa Luzia. Ambos compõem parte do viver, dos hábitos e educação dessa gente. Se, por um lado, há diferentes ações e posturas desses moradores, é graças a essa diversidade que se problematizam questões da cidade, neste caso, o destino do lixo.

A (des)educação em relação ao meio ambiente, a (des)atenção e o uso inadequado do lixo lamentado por D. Maria Batista não dizem respeito só ao Santa Luzia. Espaços ociosos, lotes vagos cheios de lixo doméstico, entulhos e restos de animais mortos, são visíveis na cidade tanto em locais periféricos, como centrais, nobres e nas áreas de lazer.

Ainda recentemente, manchetes na mídia local denunciaram tal prática, apontando para o (des)compromisso do poder público e da população para com o meio ambiente.²⁰³ As práticas negativas em relação ao lixo, à degradação do meio ambiente, trazem uma reflexão sobre os possíveis usos dos espaços públicos e privados. Ao retirar o lixo de dentro da casa e desprezá-lo em lugares indevidos, como do outro lado do quintal ou jogá-lo por cima do alambrado que cerca a lagoa, torna limpo o espaço da casa, propriedade privada indicadora do que “é meu”. A extensão deste, o terreno baldio, a praça, a cachoeira significam o *não ser de ninguém*.

A discussão que envolve o respeito pelo que é público é complexa e traz, na sua reflexão, questionamentos do seu oposto, o privado, das relações com a propriedade privada e o individualismo. Exige dos interessados (poder público/ população) mais que uma vontade: uma mudança de atitudes, de pensamento, de senso político, de práticas sociais. O desrespeito inicia-se inclusive com a prática abusiva das construtoras do

²⁰² CALDEIRA, Teresa P. do R. “Segregação Urbana, Enclaves Fortificados e Espaço Público”. In: *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo* São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000, p. 237.

²⁰³ “Impunidade garante o lixo”. *Correio de Uberlândia*, 06/11/02, p. 02. “Centrais de entulho não atendem à Lei e se transformam em depósito e Entulho de caçamba é jogada em área não centralizados”. *Correio de Uberlândia*, 09/11/02, p. B2. “Lixo ocupa espaço de Poliesportivo”. *Correio de Uberlândia*. 06/11/02, p. A6.

mercado imobiliário, aliadas com o poder público, que permitiu (e permite) loteamentos e construções de bairros contíguos às nascentes, como é o caso do Conjunto Santa Luzia e outros.²⁰⁴

A contragosto do poder público o trabalho comunitário sobrevive, mesmo quando a perseverança do grupo em levar o movimento para frente nem sempre traga o retorno esperado, seja pelo morador ou pelos seus líderes. Dona Maria Batista e sua filha Lourdes queixam-se de que os moradores, na sua maioria, não compartilham dos anseios gerados pelo projeto “...*nós tamo num grupo pequeno (...) sempre reunino e discutino (...)*”²⁰⁵, a despeito dos recursos usados para os convencerem a participar das reuniões: “... *nós saímos nas portas, faz o convite, vai nas escola, convida os meninos, manda recadinho pros pais vim dá a sua opinião (...) mas são poucas as pessoas interessadas...*”²⁰⁶

Buscando entender o *quase* desinteresse dos moradores pelo projeto em questão, D. Maria Batista vê nessa atitude uma *descrença* das pessoas em relação ao trabalho comunitário e aponta para ela uma justificativa:

*“muita gente fala que nós tamo fazendo isso é para aparecer, né? Mais eu sempre falo ó... num é política, num é nada; é o amor ao lugar que nós tamo morando, né? prá vê se melhora, pra gente vivê bem, num é?”*²⁰⁷

Entendemos que o trabalho voltado para o social seja permeado por avanços e recuos. Neste fluir, vai gerando significados diferentes para as pessoas, como também para os que o lideram. Para D. Maria Batista, sua filha Lourdes e o Sr. Irineu, recuperar e preservar a nascente é um movimento ecológico; para o senhor Adejardes a área em questão é um “*pulmão de Uberlândia que nem o Sabiá (Parque Municipal).*” Para outros, uma porta de entrada para esconderijos de marginais, usuários de drogas, à medida que se limpe a mata e façam-se trilhas por ela (acordos do projeto) e ainda arriscam a dizer que é “*melhor deixar do jeito que tá*”. Alguns aproveitam o calçadão para realizarem

²⁰⁴ Como o Conjunto Santa Luzia, outros foram construídos junto aos mananciais hidrográficos em Uberlândia: Conjunto Residencial Nosso Lar, Mansour e Luizote de Freitas. “*Apesar de ter sido criado para garantir a preservação e a conservação do Córrego do Óleo – a maior microbacia urbana que compõe o rio Uberabinha e servir como opção de lazer, o Bosque Ingá tem sido alvo de constantes agressões por parte dos moradores da região, que abrange os bairros (...) quatro nascentes abastecem o córrego (...)*” “Área do Bosque Ingá é alvo de agressão”. *Correio de Uberlândia*, 13/11/02, p. B2. Ver também o artigo que fala sobre “desmatamento” em área de mata nativa próximo ao Parque Exposição CAMARU (extensão do Santa Luzia), no qual a Prefeitura Municipal *propõe* fazer uma vistoria para apurar suspeita de desmatamento ilegal e uso indevido do local por empresas para deságüe de entulhos e extração de terra. “Desmatamento ameaça reserva”. *Correio de Uberlândia*. 14/11/02, p. 33.

²⁰⁵ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

²⁰⁶ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

²⁰⁷ D. Maria Batista, 60 anos, moradora do Santa Luzia, 2002. Primeira entrevista.

caminhadas; assim os vários pensamentos e usos possíveis e diversos vão sinalizando as diferentes concepções e posturas frente ao Projeto da Lagoa e a outros trabalhos comunitários que envolvem essa população.

As referências feitas à área preservada, “*movimento ecológico*”, “*pulmão de Uberlândia*”, lugar “*pra gente vivê bem*”, são bastante significativas. Trazem inseridas nelas a noção de que os benefícios oriundos dessa preservação ultrapassam o pequeno espaço da casa, do conjunto, tomam outras dimensões, espalham-se pela cidade.

Enredados nesse entretecer de significações, leva-se em conta também que o envolvimento interior da pessoa é que vai motivar a sua forma de participação, tornando-a “pronta” a desvencilhar-se das amarras que se fazem presentes no dia-a-dia do trabalhador: a jornada de trabalho, a complementação da renda familiar com trabalho extra e o cansaço corporal advindo desta somatória; a dificuldade de se chegar em casa, a começar pela espera no ponto de ônibus coletivo e a superlotação deste a ser encarada diariamente. Ou então, superando todos os limites do cansaço, tem-se o enfrentamento de estudos à noite, visando a uma melhor oportunidade no mundo do trabalho. Além de tarefas outras por realizar (sabe-se lá que hora) no interior do domicílio; tudo isso sem desprezar, contudo, o poder dos meios de comunicação – televisão por exemplo –, que “aprisionam” silenciosamente a família entre muros da casa. Enfim, são um conjunto de motivos que impedem as pessoas de participarem, ou não, das reuniões, dos encontros realizados no bairro.

É certo que as amarras são muitas. Elas existiram (e existem) e, por vários momentos, emperraram (e emperram) os movimentos sociais. No entanto, a história desses moradores tem apontado que essas amarras não os deixaram rígidos, estáticos.

Considerações Finais

Considerações Finais

O trabalho realizado, até certo ponto, respondeu às minhas inquietações, mas percebi que, à proporção que foi se dando este caminhar, muitas questões ficaram e outras novas emergiram sobre o “fazer” desta cidade. Dentre elas, ressalto a continuidade da prática especulativa dos espaços urbanos que procurei refletir nesta dissertação, mas, cuja dimensão ultrapassa, a meu ver, os limites de qualquer trabalho, pois se revigora com novas estratégias a cada dia, a cada Administração. Basta percorrer a cidade e pairar o nosso olhar sobre os espaços vazios espalhados nos vários locais. Na urdidura da urbe, enquanto uns são usados, outros tantos se multiplicam nas suas mais variadas formas.

Neste viés, a “Rotina” Imobiliária e a “RCG” (grupo construtor Rodrigues da Cunha Guaritá) lançaram, em Uberlândia, nos finais de 2001, o Residencial Jardim Botânico, trazendo, no seu folder, propostas de construções de “casas” para “populares”, financiadas pela Caixa Econômica Federal via FGTS, ou simplesmente propiciando, no local, a aquisição de lotes, alcançando, ao todo, 1500 unidades disponíveis, entre casas construídas e os lotes vagos.

Na primeira semana de 2003, por curiosidade, visitei o local: de carro, saí dos limites que cercam o bairro Santa Luzia, adentrei por uma via de acesso não muito nova, mas recentemente remodelada, asfaltada, ampliada com mão/contra-mão e canteiro central, margeada por todos os lados por cerrado. Percorri mais ou menos dez minutos nesta estrada e cheguei ao destino. Ao chegar, a sensação que tive foi a de que “eu já havia visto (e revisto) aquele filme”. Havia no local, além do mato, arruamentos pavimentados, um escritório de vendas rodeado por gramados, amplo estacionamento, alambrados cercando o local e bandeirolas coloridas “aconavam-me” para entrar. Vendedores solícitos receberam-me. Disse-lhes do meu interesse em ver as casas. Apontaram-me a direção. Segui um pouco mais e umas quinhentas casas semi - acabadas e ainda outras, nos seus alicerces, despontavam em pleno cerrado. Como não poderia deixar de ser, as casas são padronizadas, possuem uma sala conjugada (estar, jantar), variam entre dois ou três quartos, com suítes ou não, um hall, banheiro social, cozinha, área de serviços e garagem. O terreno mede 280m², e a área construída varia entre 80,02m² e 96,86m². O imóvel, sendo totalmente financiado, as prestações corresponderiam entre R\$350,00 e R\$400,00 (trezentos e cinquenta e quatrocentos reais). Para financiá-las, a renda exigida é de C\$1.700,00 (um mil e setecentos reais), ou seja, em torno de oito salários mínimos.

Do Residencial, olhando em direção ao pôr do sol em Uberlândia, a verticalização no centro da cidade vislumbra-se ao longe. Entre os dois pólos, a desoladora paisagem marcada pelo cerrado aparece fomentando, nesta visualização, a nossa interpretação sobre a prática perversa da especulação imobiliária na urbe. Na maquete exibida, em frente a unidade – modelo existe, no projeto, uma avenida a ser construída futuramente (sabe Deus quando), no sentido residencial/centro, o que reduziria o percurso para dez minutos. Por certo, um novo reestruturar de viveres de trabalhadores em busca da casa própria se dará ali. Trabalhadores que possuem emprego ou rendimentos fixos, atendendo às exigências de financiamento do empreendimentos.

No mesmo período, finalzinho de 2002, o bairro Morumbi, situado em um outro expoente da periferia de Uberlândia, apresenta uma ocupação dos seus arredores por centena de famílias sem teto. Nesse “fazer-se”, o cerrado é arrancado, e na terra vermelha, barracos cobertos por lona preta, papelões, restos de telha Eternit equilibram-se sobre toscas madeiras. As portas, improvisadas, quase sempre por plásticos, enroladas para cima ou para os lados, convida-nos a adentrar nos propostos espaços da moradia. Na realidade desses locais, homens, mulheres, jovens casais, idosos, acompanhados pelo olhar aparentemente despreocupado das crianças, dos animais (o gato, o cachorro, o cavalo) misturam-se na construção das cercas, limitando os quintais das casas.

Entre os ocupantes do local, corre o boato de que a Imobiliária Morumbi, responsável pela construção e venda das casas que compõem o bairro e supostamente “dona” da gleba de terra que o cerca, perdeu na justiça uma ação pública, judiciária, movida pela Prefeitura Municipal, cobrando as despesas referentes à prestação dos serviços públicos, coletivos (água, energia elétrica, esgoto, telefone) instalados naquela região. Na dúvida de ser ou não ressarcida, a Prefeitura “incentivou”, por vias não oficiais, a ocupação de tal lugar pelos sem teto, no sentido de forçar uma negociação entre as partes litigiosas.

Por um lado, a ocupação demonstra a persistência do déficit de moradia para pessoas pobres e os recursos usados por elas para verem efetivados os seus direitos. E isto não é boato. É concreto. Por outro lado, se forem verdadeiras as informações, persistem também os “interesses” do Poder Público em resolver os seus “problemas”, dos quais a população pobre continua sendo o alvo. Pelo visto, a pobreza, a (re)expulsão, a exclusão, a perversidade do mercado imobiliário vão se reelaborando como práticas sociais na urbe, provocando a luta diária de milhares de famílias para solidificar o pertencer à cidade, o que se efetiva nos seus mais variados confrontos. Oscilando entre avanços e recuos, coerências

e contradições, as lutas desencadeadas pelos moradores ao longo de suas trajetórias vão dando sentido à busca por permanecer na cidade.

No Segismundo Pereira e no Santa Luzia, hoje, 2003, muitos moradores já quitaram as suas casas; outros vivem a expectativa desse processo, porém, dentre estes, há também aqueles que ainda se assombram com o fantasma do “perder” a casa, mediante o atraso das prestações. Como D. Maria Militão, cuja aposentadoria, após décadas de trabalho prestado, e já tendo criado a sua família, não lhe trouxe a segurança almejada: “...*eu vô esperá agora em setembro pra vê se pego um dinheiro emprestado (...) e quitá as prestações.*”²⁰⁸

As questões levantadas por essa depoente não são problemas que dizem respeito só a ela. Elas extrapolam os limites do Santa Luzia e repousam sobre a vida de milhões de aposentados no Brasil. Condenados a sobreviverem o resto das suas vidas com um míngua salário a ser dividido entre moradia, doença, alimentação, tem-se a perpetuação do viver precário, muito mais sentido na velhice quando as forças esmorecem, a doença instala-se e as oportunidades de superar a renda escassa se rareficam ou até mesmo inexistem. De qualquer forma, D. Maria Militão ainda compõe o grupo dos “privilegiados” que se inserem nas condições impostas pelas políticas habitacionais adotadas neste país. Mas, como vimos, ela não atinge a todos.

As situações aqui expostas apontam-nos para uma persistência de demanda por moradia em Uberlândia. As políticas habitacionais continuam a atender à parcela pobre da população que tem rendimentos, deixando as invasões como única opção para as pessoas que não têm condições de enfrentar um financiamento para aquisição de sua moradia. Ter a casa, por si só, não “resolve”, no entanto, a busca por pertencimento, almejada por esses sujeitos; é um constante “fazer-se” face às necessidades, sempre renovado frente às esperanças de um viver melhor.

Com o valor das prestações das casas do residencial citado no início destas considerações, que é de oito salários mínimos, e o valor proposto pela Caixa Econômica Federal para viabilizar novas aquisições de casas, veiculado em recente artigo tanto da Folha de São Paulo como no Correio, de Uberlândia, variando entre um salário e meio a cinco salários mínimos (de trezentos a mil reais), só poucas famílias poderão arcar com a aquisição da casa própria. Muitas delas continuarão excluídas do processo.²⁰⁹

²⁰⁸ D. Maria Militão, 62 anos, moradora do Santa Luzia, 2001.

²⁰⁹ Pela ordem apresentada no texto, podemos verificar os artigos “Cidade tem déficit de moradia popular na periferia, mas setor imobiliário evita riscos e prefere priorizar o alto padrão”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/01/2003, p. E1 e “PMU estuda a adoção de novo programa”. *Correio de Uberlândia*, 19/01/2003, p. B3;

A exemplo da ocupação dos arredores do bairro Morumbi, terão que cavar as suas próprias estratégias para conseguir a sua moradia, para garantir seus territórios na cidade, sejam nas ocupações, nas favelas, nas auto-construções. O que significa que essas famílias, ao conseguirem se fixar “na casa”, terão que ir cotidianamente construindo os seus viveres, levando em consideração as circunstâncias que as enredam, isto é, a divisão do orçamento familiar para acudirem toda a sua sobrevivência. Mesmo porque, como Petuba nos aponta, nas ocupações de terras dos sem teto na busca por moradia, ao se tornarem efetivas, como no bairro Dom Almir, essas casas, ao contrário do que muitos pensam “não saem de graça” para os seus ocupantes, e nem eles o querem. Depois da ocupação, a luta é pela regularização do terreno. Uma vez regularizados, os seus novos proprietários pagarão uma mensalidade até acertarem o valor do terreno e ainda terão que se virarem na auto-construção das suas casas, no pagamento das tarifas públicas e todas as despesas relacionadas à continuação da vida.

Nessas formas das famílias buscarem a casa própria, seja nos Conjuntos Habitacionais, nos residenciais, seja nas ocupações, nas favelas, elas interrogam as políticas sociais vigentes, que se dizem voltadas para a população pobre. São políticas excludentes, que se rearticulam cada vez mais nos seus próprios interesses, alimentando a desigualdade, a prática da especulação imobiliária, a expulsão de milhares de famílias para a periferia da cidade.

Diante disso, o trabalho do historiador torna-se contínuo na investigação dos modos de viver desses sujeitos, como eles vão ocupando os espaços da cidade, e, sobretudo, nessas disputas, como vão, nela, construindo os seus territórios. Ele tem também a função de denunciar ao questionar as tramas tecidas no cotidiano urbano, dando visibilidade às lutas contra a segregação social e a pobreza que marcam o viver a (e na) cidade. Indo contra a proposta de cidade “ideal” que insiste em não reconhecê-los.

que, embora atentem para suas realidades locais, trazem informações sobre o déficit de moradia, alguns programas inseridos na política habitacional e os valores financeiros que os sustentam.

Bibliografia

Bibliografia

ARAGÃO, José Maria. “Criação do BNH e do SFH”. In: *Sistema Financeiro da Habitação: Uma Análise Sócio Jurídica da Gênese, Desenvolvimento e Crise do Sistema*. Curitiba/Juruá.1999.

ALMEIDA, Antônio de. “Os trabalhadores e seus espaços: Cultura, experiência e Cotidiano nos Estudos Históricos sobre Identidade Coletiva”. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (orgs.). *Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: UFU, 2001, p. 27 a 42.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. “Novas Visões sobre a Complexidade da Segregação Sócio-Espacial Urbana no Final dos anos 90”. *Revista da Pós-Graduação em Geografia*. Rio de Janeiro UFRJ/PPGG. Semestral, vol. 1, setembro 1997, p. 64-91.

BENÉVOLO, L. *As Origens da Urbanística Moderna*. Trad. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1981, p. 51-75.

BESSA, K. C. O. “O Significado da Especulação Imobiliária no Espaço Urbano de Uberlândia- MG”. *História & Perspectivas. Uberlândia*. EDUFU, n. 16/17, jan./dez. 1997, p. 121-147.

BONDUKI, Nabil. “Crise, habitação e luta pela moradia no pós-guerra”. In: KOWAKICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, edição revista e atualizada, 1994.

CABRAL, Selmo Gonçalves. *Contratos do Sistema Financeiro de Habitação sob a égide do Código de Defesa do Consumidor e sua Aplicação Jurisprudencial*. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

CALDEIRA, Teresa Peres do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

CARVALHO, T. C; *Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1999.

CASTRO, Sandra; “Apogeu e crise do populismo” (1945-1964). In: SADER, Éder e outros. *Movimento Operário Brasileiro-1900/1979*. Belo Horizonte. VEGA, 1980, p. 51-82.

CRUZ, Heloísa Faria. *Na Cidade sobre a cidade. Cultura letrada Periodismo e vida urbana – São Paulo – 1980/1915*. Tese (Doutorado em História) Faculdade Filosofia, Letras e Humanas/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

ESSUS, Ana Maria Mauad de S. A; “O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder no Rio de Janeiro da belle époque”. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997, p. 281/292.

FENÉLON, Déia Ribeiro. “Trabalho Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação”. *Projeto História* (4). PUC, 1985, p.21-37.

_____. “Historiador e a Cultura Popular: História da classe ou história do povo?” *História & Perspectivas* (6). Uberlândia/UFU, 1992, p. 5-24.

FONTANA, Josep. “Repensar a História para reprojeter o futuro”. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 05-39.

FRÚGOLI JR., H “A Metrópole Apartada nos Centros Especializados”. In: *São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo/MARCO ZERO, 1995, p. 73-105

HAROVEL, Jean Louis. “O Urbanismo da Era Industrial”. In: *História do Urbanismo*. Campinas: Papyrus, 1990, p. 101-148.

HOBSBAWM, E. J. “O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 273-297.

KHOURY, Yara Aun. “Narrativas Oraís na Investigação da História Social”. *Projeto História - História e Oralidade*, n.22. São Paulo: EDUC, 2001, p. 79-104.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVERDI, Robsom. *Pelo Direito de Morar: Experiências de Luta por Reforma Urbana-(1980-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1998.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da Pobreza na Sociedade Burguesa: assistência social institucionalizada. Uberlândia – 1965-1980*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

MARTINS, I. C.; RAMIRES, J. C. L. Capital Imobiliário e Espaço Urbano: uma contribuição ao estudo da evolução da cidade de Uberlândia.(*Relatório final de pesquisa, CNPq*).Geografia/UFU. Uberlândia. 1995, 93 p.

MEDEIROS, E. Antunes; *Trabalhadores e Viveres Urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Dez Anos de Economia Brasileira: história e historiografia (19554-1964)”. *Revista Brasileira de História* v. 14, n. 27. São Paulo, ANPUH/MARCO/ZERO.

MARTINS, I. C.; RAMIRES, J. C. L.; SOARES, B. R. “A Expansão Urbana em Uberlândia e a ação da Imobiliária Tubal Vilela”. *Sociedade e Natureza*. Uberlândia: EDUFU, 9 (17):57-80, jan./jun. 1997.

MORAES, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: Trajetórias e Vivências de Carroceiros na cidade de Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

PRETEICEILLE, Edmond. “Segregação. Classes e Política na grande Cidade”. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, ano X, n. 02, ago./dez. 1996, p. 15-37.

PEREIRA, Laurindo Méckie. *Dependências, Favores e Compromissos: Relações Sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

PETUBA, Rosângela M. Silva. *Pelo direito à cidade: Experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir (1990-2001)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberlândia: administração, finanças e economia*. Uberlândia/MG: Oficinas Livraria Kosmos, 1922.

REIS, Maucia Vieira dos. *Alvorada: memórias de um bairro – Uberlândia – Anos 80/95*. Monografia /História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

RELPE, E. “A Invenção do Planejamento Urbano Moderno: 1890-1940”. In: *A Paisagem Urbana Moderna*. Lisboa: Edições70, 1987, p. 51-90.

RODRIGUES, J. F. S. *Trabalho, Ordem e Progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – setor de serviços – 1924-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A construção dos territórios urbanos. *Projeto História - Espaço e Cultura* (18). São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999, p. 135-155.

SACHS, Celine. “Introdução” e “O crescimento econômico, e a questão da habitação em São Paulo”. In: *São Paulo políticas e Habitação Popular*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 19-64.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e Produção do Espaço Urbano em Uberlândia*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SCAGLIONE, Luiz R. T. *A crise do SFH e a necessidade do Setor Imobiliário*. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1993.

SZMRECSANYI, M, I, Q, F; LEFEVRE, José Eduardo de Assis. “Grandes Empreiteiras, Estado e Reestruturação Urbanística da Cidade de São Paulo – 1970-1996”. In: *ANAIS* (2). Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1996.

TELLES, Eduard E. “Segregação Racial e Crise Urbana”. In: *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1994.

THOMPSON, E. P. “Intervalo: a Lógica Histórica”; “O Termo Ausente”. In: *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-61; 180-201.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias”. *Projeto História* (15). São Paulo: EDUC, 1997, p. 51-84.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Fontes

A) Documentos Oficiais

Lei Orgânica do Município de Uberlândia, 06/06/1990.

Lei nº 2.701, 01/12/1977. Coleção Uberlândia/CDHIS/UFU

Lei nº 3.147, 29/05/1980. Coleção Uberlândia/CDHIS/UFU.

Lei nº 6766, 19/12/1979. BUCCI, Mário Cesar; “Legislação”. In: *Parcelamento do Solo: Loteamento*. Campinas. São Paulo: Editora Jurídica Mizuno, 1998, p.1246-1259.

Os Códigos de Postura 1950, 1967 e 1988.

Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia, 09 de fevereiro de 1954.

B) Jornais

(seqüenciais) – Correio de Uberlândia - anos - 1980 a 1987

A Notícia - anos -1980 a 1985

Primeira Hora – ano – 1982 a1985

(esporádicos) – Correio de Uberlândia – anos – 1970, 1973, 1979 e 31/08/2001

Pasquim. Rio de Janeiro – anos – 1980 e 1983

C) Publicações

Revistas:

Veja – ano - 1987

Vida Industrial – ano – 1993

Anais:

“Sistema financeiro de Habitação”. In: Anais/Seminário. Belo Horizonte – AJUFE – (Associação dos Juizes Federais do Brasil) 12 a 14/09/2000.

Cartilhas:

Guia Turístico: Uberlândia Capital do Cerrado. Uberlândia/MG, Secretaria Municipal Indústria, Comércio e Turismo/PMU, 1995, pp. 05-06.

Projeto memória – SINTET-UFU/Célia Rocha Calvo (org.)

Uberlândia: SINTET-UFU / 2002, 158p.

D) Atas

Associação de Moradores do Segismundo Pereira – Sede: Centro de Formação do Menor.

Rua Joaquim Carlos Fonseca, 447, Bairro Segismundo Pereira. Uberlândia.

06/06/82 (folhas avulsas)

Livro / ano: 1982/1990; 1990 a 1992.

Correspondências recebidas, enviadas; documentos diversos; prestação de contas, referentes aos anos de 83,84,85,86,87.

E) Mapas

Uberlândia – Bairros/2000

Conjuntos habitacionais: Segismundo Pereira e Santa Luzia

F) Fotos

Coleção Uber- City – 80/CDHIS/1986 (Fotos 2; 7)

Arquivo pessoal/2002 (Fotos 1; 3; 4; 5;6; 89; 10;11; 12; 13; 14; 15)

Cedida por moradores: 1984; 1997 (Foto 16;17)

G) Entrevistas

10 entrevistas feitas com moradores dos Conjuntos Habitacionais

Relação dos Entrevistados

1 – D. Maria de Lourdes Militão é moradora do Conjunto Habitacional Santa Luzia, desde 1981 tem 62 anos, aposentada/UFU. Veio de S. João da Boa Vista / S.P em finais dos anos 70. Morou anteriormente no antigo bairro das Tabocas, hoje, Bom Jesus. Entrevista concedida em sua residência, dia 22/06/2001.

2 – Romeiltom Gomes Júnior morador do Conjunto Habitacional Santa Luzia, desde 1981 tem 21 Anos. É estudante Universitário/Biologia/UNIT e funcionário Público Municipal. Entrevista realizada na residência de seus familiares, em julho de 2001. Nasceu em Uberlândia, morou anteriormente no bairro Tibery.

3 – Odair Pereira Carrijo mudou-se para o Conjunto Santa Luzia em 1981. Tem 47 anos é funcionário público federal/UFU. Esta entrevista, excepcionalmente foi realizada por Célia Rocha Calvo, em 2000 e, cedida para o meu trabalho. Sr Odair é natural de Uberlândia, morou anteriormente nos bairros Operário e Saraiva.

4 – Marco Túlio Rosa morador do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira desde 1981, tem 33 anos. É funcionário público federal/UFU e estudante universitário/Filosofia/UFU. A entrevista foi realizada na minha residência por solicitação do mesmo, dia 02/12/2001. Nasceu em Uberlândia, morou anteriormente no bairro Cazéca.

5 – Sr. Gino (Luís Antônio Gino) morador do Segismundo Pereira, desde 1981. É técnico em fisioterapia, aposentado/UFU. Porém, ainda exerce particularmente a sua profissão para complementar a sua renda. Tem 50 anos. Nasceu em Passos/MG. Mudou-se para Uberlândia em 1962 na companhia dos pais. Morou anteriormente no “Fundinho” e no bairro Santa Mônica. Entrevista realizada no local de trabalho, dia 28/06/2001.

6 – D. Laudelina de Fátima é moradora do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, desde 1985. Tem 56 anos é dona de casa. Nasceu no Município de Araguari/MG. Morou na zona rural até 1979 quando se mudou para Uberlândia, no bairro Tibery. Entrevista realizada na sua residência, dia 01/12/2001

7 – Sr. Osvaldo Rodrigues do Nascimento é morador do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira desde 1985. Tem 58 anos, está aposentado. Nasceu na zona rural, Município de Uberlândia, permanecendo nela até 1979, quando se mudou para o bairro Tibery. Entrevista realizada na sua residência, dia 01/12/2001.

8 – D. Maria Batista da Silva é moradora do Conjunto Habitacional Santa Luzia, desde 1982. Nasceu no Rio Grande do Norte, tem 60 anos. Veio para Minas Gerais em 1957, morou tanto em cidades da região, como na zona rural. Ao mudar-se para Uberlândia, morou primeiro no bairro Saraiva. Trabalhou como costureira na década de 80, hoje está aposentada. Foram realizadas com D. Maria Batista duas entrevistas, ambas na sua residência. A primeira foi dia 26/04/2002 e a outra dia 22/11/2002.

9 – D. Maria Helena Furtado tem 80 anos, é moradora do Conjunto Segismundo Pereira, desde 1981. Nasceu no Rio Grande do Norte e, com 45 anos veio para o Triângulo Mineiro morando em diversos lugares, tanto em cidades como na zona rural (por 10 anos). Nutria a vontade de fixar residência em Ituiutaba/MG. Contra seu gosto, mudou-se para Uberlândia

para o bairro Santa Mônica (de aluguel), e posteriormente adquiriu a sua casa própria no Segismundo Pereira. Entrevista concedida na sua residência dia 27/04/2002.

10 – D. Iracema Alves de Lima, 66 anos, é moradora do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira. Natural do rio Grande do Norte, veio para Minas Gerais com 16 anos acompanhando os pais. Voltou para o Norte, casou-se e regressou para a região de Minas, para a zona rural. Em 1974 mudou-se para Uberlândia; morou em casa de aluguel nos bairros Roosevelt de Oliveira e Santa Mônica. Em 1981 comprou sua casa no Segismundo Pereira, onde fixou residência. Entrevista concedida em 28/04/2002 na sua casa.

Anexo IV (*a e b*)

Corrêa, Maria Amelia Ayd
De que lugares fala essa história ? : as matrizes
teórico-metodológicas na produção discente do Programa
de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFF (1989-1996) /
Maria Amelia Ayd Corrêa. __ Rio de Janeiro, 2001.
xiii, 214f.

Dissertação (Mestrado em História Social) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto
de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, 2001.

Orientador : Maria Manuela Ramos de Sousa Silva

1. Historiografia. 2. História – Metodologia. 3. História –
Teses. I. Silva, Maria Manuela Ramos de Sousa (orient.).
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Filosofia e Ciências Sociais. III. Título.

De que lugares fala essa história ?

As matrizes teórico-metodológicas na produção discente do
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFF (1989-1996)

Maria Amelia Ayd Corrêa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada por:

Prof^a Dr^a Maria Manuela Ramos de Sousa Silva (Orientadora)

Prof^a Dr^a Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Prof. Dr. Carlos Fico da Silva Jr. (UFRJ)

A meu pai Ediçon e a minha mãe Jalile que
me ensinaram a ser forte e a ser vulnerável.

Agradecimentos

A Maria Manuela Ramos de Sousa Silva, orientadora, amiga, intelectual com coração tolerante diante do meu largo momento de improdutividade. Foi ela quem suportou minhas angústias e tolerou a ocasião em que outras questões de vida demandavam minha atenção. Todo este apoio, porém, não diminuiu sua atuação como profissional exigente e competente.

Aos professores das disciplinas cursadas no IFCS/UFRJ, e especialmente a Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes de disciplina cursada na UFF, que sabem tanto de ciências humanas e, além disso, sabem ser humanas. Ao Prof. Carlos Fico, que sugeriu vários textos aqui utilizados e ainda participou da banca de qualificação, junto com a Prof^a Virgínia Fontes; eles muito contribuíram com suas sugestões para o desenvolvimento do projeto. A Silvia Petersen que nos enviou texto de sua autoria lá do sul. A Prof^a Aidyl de Carvalho Preis que cedeu uma série de documentos de seu arquivo pessoal. Aos entrevistados Vânia Fróes, Maria Yedda Linhares, Aidyl Preis, Ismênia Martins e Francisco Falcon que disponibilizaram seu tempo com enorme boa vontade.

Ao pessoal da Secretaria da Coordenação do PPGH/UFF: Rita de Cássia de Miranda Rodrigues, Rita Aparecida Januária, Flávio Alves e Miriam. Aos coordenadores do Programa no período que realizei minha pesquisa, Hebe Castro, que autorizou o acesso inicial à documentação da coordenação, e Guilherme Neves, que facilitou nosso acesso a vários documentos, inclusive cedendo alguns de seu arquivo pessoal. Ao pessoal do Setor de Arquivo do Jurujuba: Márcia Baptista de Figueiredo, Coordenadora do Setor de Arquivo Intermediário, e Solange Barbosa Bittencourt, Diretora da Divisão de Arquivo da UFF. A Eleonora da reitoria. A Valéria e Márcia da PROPP e ao seu coordenador Vitor Francisco Ferreira.

A Sabrina Medeiros, Cid Valle, Daniele del Giudice, Elivana Riter, José Fernando Rodrigues de Souza, e Rita de Cássia Feldman que das formas mais variadas deram apoio amigo imprescindível. Dr^a Marisa Eiko Gushiken aliviou as dores físicas permitindo a retomada do trabalho; sua competência foi fundamental. Agradecimentos especiais a Linovaldo Lemos e sua vida nova, e a Bernadete Gusmão - minha Adélia Prado campista- acolhedora amiga, a quem quaisquer palavras seriam poucas.

A família de quem me manteve tão distante, e não só pelos quilômetros da BR-101 que separam Campos do Rio de Janeiro e de Niterói: Mônica, Carla e Paulo Ney, irmãos queridos que contribuíram das mais diferentes formas; Gabriel e Raphael acataram minhas ausências; minha mãe muito atuou como amiga e facilitadora nos momentos em que fazer o mestrado era o mais simples e dar conta das questões novas que a vida apresentava o mais difícil.

Financeiramente, de formas diferenciadas, recebemos apoio da Faculdade de Filosofia de Campos, da CAPES e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos. No CEFET queremos agradecer aos colegas da Coordenação de Ciências Humanas que lecionaram aulas que estariam sob minha responsabilidade para que pudesse cursar o mestrado.

Não há dúvidas de que este trabalho foi muito solitário e ao mesmo tempo muito coletivo, e me deixa feliz que haja tantos nomes a agradecer.

“Nenhum barulho de uma fabricação, de técnicas, de opressões sociais, de posições profissionais ou políticas perturbava a paz da relação dos intelectuais com as idéias: um silêncio era o postulado desta epistemologia.”

Michel de Certeau

“O historiador depara-se com uma realidade teórica (formal e pré-estabelecida pelo conhecimento científico), uma realidade historiográfica (saber construído pelos historiadores, discurso interpretativo) e uma realidade documental (fragmentos de representações de natureza diversa, veículos de informação). A tarefa do historiador está em circular por estes três níveis de representação do real e, através da crítica histórica, estabelecer as relações entre eles.”

279D, p. 6

Resumo

Buscando investigar o ofício do historiador e o processo de produção do conhecimento histórico, a dissertação faz um levantamento das matrizes teórico-metodológicas que fundamentam a produção discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, no período de 1989 a 1996, através da elaboração de um inventário dos autores, conceitos, procedimentos e fontes utilizados naquela produção.

Résumé

À partir de la recherche du travail de l'historien et du processus de production de la connaissance historique, la dissertation fait un soulèvement des matrices théorique et méthodologiques qui fondementent la production des élèves du Programme de Maîtrise en Histoire de l'Universidade Federal Fluminense, pendant la période 1989-1996, par moyen de l'élaboration d'un bilan des auteurs, des concepts, des procédés et des sources utilisés dans cette production.

Lista de siglas e abreviaturas

AC - área de concentração / **ACs** - áreas de concentração

LP - linha de pesquisa / **LPs** - linhas de pesquisa

PPGH/UFF - Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da UFF, criado sob a denominação de Curso de Mestrado em História

Forma abreviada de referência a catálogos, processos e projetos

Catálogo Falcon - UFF. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação*. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História. Niterói: EdUFF, 1986.

Catálogo Fróes - FRÓES, Vânia (Coord.). *Catálogo e Teses e Dissertações*, 1974/1995. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

Processo de Credenciamento do Doutorado - UFF. *Processo de Renovação do Credenciamento do Mestrado e Credenciamento do Doutorado*. 1988.

Projeto da Reforma Curricular de 1983 - Projeto da Reforma Curricular do Curso de Mestrado em História, aprovado pelo respectivo Colegiado em reunião realizada no dia 06 de junho de 1983. xeroc.

Projeto de Criação do Curso - UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. *Projeto do Curso de Pós-Graduação em História*. Niterói, s.d. (1971).

Projeto de Recredenciamento de 1982 - UFF. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Mestrado em História. *Solicitação do Recredenciamento do Curso de Mestrado em História*. Niterói, xeroc., s.d. (1982).

Projeto Preliminar - UFF. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Comissão de Pós-graduação. Curso de Mestrado. *Projeto Preliminar*. Mimeog., 07 jul. 1971.

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela nº 1 - Produção por Linha de Pesquisa (1975-1979).....	37
Tabela nº 2 - Produção por Linha de Pesquisa (1980-1987).....	39
Gráfico nº 1 - Referencial Teórico / Autores (1989-1996).....	137
Gráfico nº 2 - Referencial Teórico / Conceitos (1989-1996).....	138
Gráfico nº 3 - Fontes (1989-1996).....	139
Gráfico nº 4 - Temas Centrais (1989-1996).....	140
Gráfico nº 5 - Temas Secundários (1989-1996).....	141
Gráfico nº 6 - Corte espacial - Brasil X Continentes (1989-1996)	142
Gráfico nº 7 - Corte espacial - Brasil (1974-1988).....	143
Gráfico nº 8 - Corte espacial - Brasil 1989-1996).....	144
Gráfico nº 9 - Corte Cronológico - Outras regiões: Europa, África, América Latina -exceto Brasil- e Ásia (1989-1996).....	145
Gráfico nº 10: Corte cronológico - Brasil (1974-1988).....	146
Gráfico nº 11: Corte cronológico - Brasil (1989-1996).....	147
Gráfico nº 12: Corte cronológico - Brasil República (1974-1988).....	148
Gráfico nº 13: Corte cronológico - Brasil República (1989-1996).....	149

Lista de Anexos

Anexo n. 1 - Índice de Coordenadores e Subcoordenadores do Programa (1971-2000).....	123
Anexo n. 2 - Quadros de Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Setores Temáticos.....	124
Anexo n. 3 - Professores visitantes estrangeiros que atuaram no programa ministrando disciplinas e/ou orientando pesquisas entre 1972-1980.....	127
Anexo n. 4 - Corpo docente do PPGH/UFF de 1971-1999.....	129
Anexo n. 5 - Gráficos.....	136
Anexo n. 6 - Entrevistas.....	150
Anexo n. 7 - Número de dissertações e teses defendidas por ano (1974-1999).....	183
Anexo n. 8 - Índice das dissertações e teses defendidas no PPGH/UFF (1989/1996).	185

Sumário

1. Introdução.....	01
2. Dos lugares institucionalizados: áreas de concentração e linhas de pesquisa no Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em História da UFF (1971-1996).....	16
2.1. A Universidade Federal Fluminense e o PPGH/UFF.....	19
2.2. Criação, estruturação e estabilização do Curso de Mestrado em História (1971-1981).....	26
2.3. A reestruturação do Curso de Mestrado e a criação do Curso de Doutorado (1982-1996).....	44
2.4. A últimas alterações (1997-2000).....	56
3. As matrizes teórico-metodológicas na produção discente do Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em História da UFF (1989-1996).....	61
3.1. Referenciais teóricos.....	63
3.2. Referenciais metodológicos.....	83
3.3. Temas, espaços e periodizações.....	98
3.3.1. Temas.....	98
3.3.2. Espaços.....	107
3.3.3. Periodizações.....	112
4. Conclusão.....	116
5. Anexos.....	122
6. Fontes.....	205
7. Bibliografia.....	210

1. Introdução

Nossa atenção em relação aos estudos históricos sempre esteve voltada para os processos de produção deste conhecimento e não apenas para os resultados que as pesquisas apresentavam ou para as novas explicações que surgiam se contrapondo a teses mais antigas. O tom de certeza a partir do qual muitos conhecimentos eram produzidos e difundidos se destacava e verificava-se a predominância de um silêncio em relação à prática de sua produção e, especialmente, em relação ao ofício do historiador.

Às vezes este silêncio se afigurava como uma necessidade do intelectual de assegurar a veracidade de suas afirmações em face do mundo acadêmico e assim garantir a aceitação do seu trabalho junto a seus pares; outras vezes como expressão da sincera convicção do autor de que sua fala, enquanto argumentação científica, poderia ser comprovada. Colhia-se ainda as expectativas de que discutir as questões que interferem e informam a produção do conhecimento não caberia ao historiador e que os resultados da pesquisa, objetivo central do pesquisador, seriam as informações que mereciam ser veiculadas. Um vazio subterrâneo se fazia, ainda que com exceções, quanto aos processos nos quais os conhecimentos tinham sido produzidos.

Uma crítica simplista poderia ter-nos levado a uma defesa extrema da relatividade do conhecimento não só nas ciências sociais mas também nas exatas, e numa quase transformação do historiador em um especialista da epistemologia, da filosofia ou da sociologia do conhecimento. Nossas leituras nos encaminharam noutra perspectiva, porém: a de perceber a produção do conhecimento histórico como mais um dos processos sociais possíveis e necessários de serem averiguados pelo historiador.

As leituras de Michel de Certeau fundamentam a opção de examinar, neste trabalho, a própria atividade da produção histórica, de considerá-la enquanto objeto de reflexão do historiador, de perceber a história como uma “operação”. Este encaminhamento demanda reflexões sobre o “*lugar social*”, as “*práticas ‘científicas’*”, e as “*escritas*” historiográficas (CERTEAU, 1982, p. 66).

A perspectiva na qual este trabalho está incluído é, pois, a necessidade de se produzir estudos que tenham como tópico não apenas a sociedade *lato sensu*, objeto

comum da pesquisa histórica em suas várias vertentes, mas, e necessariamente como parte desta sociedade, as práticas do espaço acadêmico e o próprio fazer histórico, que se constituem, como quaisquer outras, em práticas sociais. Credita-se a urgência de uma retomada da reflexão sobre o ofício do historiador e das regras que o definem.

Esta pesquisa se detém, porém, mais especificamente sobre a percepção da escrita enquanto explicitadora de parte destas práticas e possível indicadora de elementos do lugar social a partir do qual o historiador produz seu texto. Embora Certeau defina o “lugar social” como “(...) um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”, utilizamos aqui o conceito de forma mais específica devido a impossibilidade de tratarmos todas estas questões. Assim entende-se lugar social como o lugar onde ocorrem a produção e a redefinição dos referenciais teórico-metodológicos a serem empregados na produção das pesquisas.

Entre os historiadores a reflexão sobre a produção do conhecimento histórico não é uma constante. José Roberto do Amaral Lapa na introdução à primeira edição de seu estudo sobre a Historiografia Brasileira Contemporânea, publicado em 1976, denunciava “(...) a pobreza bibliográfica, sob o ponto de vista quantitativo, de que se dispõe” em relação à historiografia brasileira (LAPA, 1981, p. 8).

O levantamento do que se produziu de mais significativo até hoje sobre o assunto no país permite verificar que não só faltam trabalhos, como a abordagem sobre a qual a maior parte dos mesmos se funda é limitada a três tipos básicos de análises.

A tendência dominante é a de exames que se restringem à avaliação dos resultados das pesquisas, principalmente através da comparação dos trabalhos desenvolvidos sobre um mesmo tema. Este tipo de metodologia -acompanhamento de um tema desde sua origem na produção intelectual, com análise dos trabalhos sobre ele realizados- se desenvolveu no Brasil principalmente a partir da década de 1960, quando começou-se a verificar uma produção historiográfica mais volumosa no país, e acabou incorporada pela maioria dos historiadores na atualidade. Ela é necessária, mas não suficiente.

Num outro conjunto de trabalhos agrupamos aqueles nos quais se realiza uma tomada das principais obras e autores da historiografia brasileira. São geralmente os

estudos que se referem à “cultura historiográfica” brasileira ou à intelectualidade brasileira, seja ou não de historiadores¹.

Num terceiro grupo encontramos levantamentos que privilegiam uma busca temático-cronológica, verificando quais são os temas e períodos mais pesquisados. Neste sentido é bastante orientadora a produção dos catálogos de universidades e de outras instituições apresentando a produção existente, quase que exclusivamente com comentários a partir do critério temático e cronológico².

Alguns catálogos, no entanto, chegam a fazer comentários mais específicos, como o catálogo Produção Histórica no Brasil, coordenado por Capelato, que apresenta no vol. 1 uma avaliação da “Escola uspiana de história”. Este volume aponta a necessidade de produção de mapeamentos que forneçam subsídios para uma definição de uma política de pesquisa na área de história e permitam à comunidade de historiadores tomar conhecimento das tendências historiográficas mais recentes. Neste artigo as autoras fazem uma avaliação da produção uspiana a partir de linhagens historiográficas, definindo a existência de três gerações básicas naquela produção.

Assim, são pouquíssimos os esforços despendidos no sentido de averiguar de que forma interferem nas pesquisas, desde o processo inicial de definição da problemática a ser examinada, os elementos teórico-metodológicos, institucionais, editoriais, etc., que asseguram ou constroem a difusão de uns ou outros autores, abordagens e problemas. É mais comum que este tipo de discussão seja feita em artigos do que em estudos aprofundados com este objetivo exclusivo.

Dentre as produções de maior fôlego, um marco inicial de exceção são os trabalhos de José Honório Rodrigues. Grande parte de sua produção está concentrada entre os anos 40 e 70. Dela podemos destacar alguns de seus textos principais como *Teoria da História do Brasil*, sua primeira obra sistematizada sobre o tema, publicada em 1949. Para uns, talvez o menos importante de todos que o autor produziu, por sua falta de sustentação teórica (IGLÉSIAS, 1988, p. 73). Para outros considerado “a obra básica sobre a matéria” (MATOS, 1971, p. 528). *A pesquisa histórica no Brasil*, foi publicado em 1952, e *História da história do Brasil: a historiografia colonial*, em 1979.

¹ Neste grupo citamos MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP/RJ: DIFEL, 1979; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e nação. SP: Ática, 1990; ou ainda MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed., SP: Ática, 1998.

² Cf., por exemplo, VALLADARES e SANT’ANNA, 1992.

Nos anos 70 a produção de José Roberto do Amaral Lapa³ buscou traçar um diagnóstico das tendências que marcavam os estudos históricos no Brasil, naquele momento, apontando que a história produzida se opunha, em métodos e “tendências ideológicas” àquela praticada até 1945. Predominariam o revisionismo factual e as inovações metodológicas.

A década de 90 é marcada pela produção de alguns trabalhos que recolocam as questões teóricas, metodológicas, de paradigmas e do ofício do historiador em destaque. Entre 1992 e 1994 Carlos Fico e Ronald Polito⁴ publicaram trabalho em que apresentam reflexões sobre as condições da história no país, buscando “resgatar a produção, a reprodução, o consumo e a crítica do conhecimento histórico”, o que foi possível devido ao conceito ampliado de historiografia com o qual os autores trabalham: “estamos entendendo por historiografia não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica.” (FICO e POLITO, 1992, p. 19). Trouxeram a lume novos terrenos que anteriormente não tinham sido tratados de forma sistemática pela historiografia como, por exemplo, os processos de editoração e de repercussão da produção historiográfica, através da organização e análise de dados referentes a mercado editorial, artigos de historiadores publicados em jornais de grande circulação ou em revistas não-especializadas, teses de livre-docência, resenhas, presença de historiadores na mídia, etc.

O conjunto de ensaios publicados sob a organização de Cardoso e Vainfas⁵, em 1997, contribui com um mapeamento dos vários campos da história que é produzida no país e uma discussão sobre os modelos teóricos e os instrumentos metodológicos disponíveis na produção nacional.

Helenice Ciampi associa as discussões teóricas e metodológicas da historiografia ao ensino de história nas graduações. Faz um “exercício de rastreamento das tendências

³ LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: a história em questão*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981 (1ª ed., 1976) e *História e Historiografia: Brasil pós-64*. RJ: Paz e Terra, 1985.

⁴ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto; UFOP, 1992-1994, 2 vol.

⁵ CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. RJ: Campus, 1997.

teóricas, metodológicas e historiográficas” da graduação da PUC/SP entre 1971/88, buscando discutir a “história pensada” e a “história ensinada”⁶.

Claro esteja que não se pretende aqui defender a supremacia das reflexões sobre teoria ou sobre a prática do historiador em relação aos estudos de caráter mais empirista, mas sim que o historiador não pode prescindir destas reflexões tão necessárias ao seu próprio ofício, inclusive para a realização mais eficaz daqueles. Também as pesquisas sobre este ofício podem assumir características empiristas, como é o caso deste trabalho que ora se redige⁷, da mesma forma que o estudo de qualquer outra temática.

Se a função da história é “descrever, pensar e explicar” a história vivida das sociedades humanas (LE GOFF, 1992, p. 7), há que se considerar a operação historiográfica como parte desta história (CERTEAU, 1982). É necessário que o historiador se perceba enquanto sujeito histórico, e a seu ofício enquanto prática social que deve ser averiguada em todos os aspectos que lhe concernem.

Nosso trabalho se insere neste tema buscando apontar dados que possam contribuir para uma avaliação da produção historiográfica brasileira, através do levantamento das matrizes teórico-metodológicas que têm predominado na produção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, através do estudo de um caso específico: o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, daqui em diante denominado PPGH/UFF.

Nosso recorte se justifica ao concordarmos com Fico e Polito que, a partir principalmente da consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil, “(...) a quase totalidade da produção historiográfica brasileira efetiva-se neles (...) ou em torno deles” (FICO e POLITO, 1994, p. 148), embora sabendo-se que não é apenas nestes programas que se realiza a produção do conhecimento histórico (FICO e POLITO, 1992, p. 40).

Janotti e D’Alessio chegam a considerar a produção acadêmica “um campo particular da historiografia” por criar “seus próprios padrões temáticos, discursivos, teóricos, metodológicos e críticos”, ainda que “(...) intrinsecamente solidária aos demais

⁶ CIAMPI, Helenice. *A História Pensada e Ensinada* - da Geração das Certezas à geração das Incertezas. SP: EDUC, 2000. A este último, infelizmente, só tivemos acesso quando esta dissertação já se encontrava em sua fase final de redação.

⁷ Este estilo foi concedido a este trabalho já que seu objetivo é o de realizar um *levantamento* da produção do programa de pós-graduação pesquisado. Um estudo mais aprofundado de todas as questões identificadas não seria possível no tempo que dispúnhamos e demandaria outra proposta de texto.

elementos constitutivos da totalidade do pensamento histórico” (JANOTTI e D’ALESSIO, 1993, p. 59-60). Segundo Durham, a própria avaliação da produção científica das universidades pela CAPES se confunde com a avaliação da pós-graduação (DURHAM, 1986a, p. 42).

Embora opiniões divergentes tenham sido dadas por outros historiadores como Fernando Novais⁸ ou Francisco Falcon, este último chamando a atenção para a produção histórica e para os processos de formação acadêmica anteriores à criação das primeiras pós-graduações no país (FALCON, 1996, p. 11 e 13) defendemos serem as pós-graduações o espaço da mais ampla produção historiográfica nacional.

Embora haja certamente importante produção fora da universidade e nem toda produção universitária se atenha às dissertações e teses produzidas pelos alunos dos mestrados e doutorados podendo-se citar, por exemplo, a produção dos historiadores que estão vinculados aos corpos docentes, acreditamos que a produção dos programas de pós-graduação seja a mais numerosa e represente de forma contundente os conflitos que perpassam a comunidade dos historiadores da atualidade.

No universo das universidades brasileiras nossa opção pelo estudo da Universidade Federal Fluminense se deve a vários fatores. Nos dois maiores centros de pesquisa historiográfica do país, São Paulo e Rio de Janeiro, que tanto concentram a maioria dos historiadores quanto formam em suas graduações e pós-graduações grande parte dos pesquisadores que atuam em outras regiões, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de São Paulo, reuniam algumas características em comum: além de se constituírem em centros de referência de nível nacional, possuem os cursos de mestrado e doutorado em História com produção mais antiga e mais volumosa dentre as universidades públicas.

Nossa escolha recaiu sobre a Universidade Federal Fluminense tanto pela maior facilidade de acesso às fontes, quanto porque a consideramos mais representativa da situação nacional que a USP⁹, já que esta possuiria a maior estrutura de produção do

⁸ Ao apresentar uma tipologia da historiografia, afirma Novais: “A pesquisa histórica não é exclusiva da universidade. Quer dizer: há uma historiografia universitária e uma historiografia não-universitária” (NOVAIS, 1990, p. 108).

⁹ Em 1976, por exemplo, pôde-se verificar um total de 597 alunos matriculados na pós-graduação da USP, enquanto a segunda universidade com maior número de alunos, a PUC/SP contava com 105. A UFF aparece em terceiro lugar com 56 alunos matriculados (WESTPHALEN, 1976, p. 13).

país e, exatamente por isto, seria menos reveladora da produção nacional, ainda que sempre se constitua num referencial central.

Quanto ao corte temporal, embora para Falcon a historiografia brasileira esteja marcada “profundamente” desde há uma parte dos anos 1950 e durante a década de 1960 por uma dialética entre a “tradição” -aqui se referindo ao “*empirismo positivista* ou *metódico*”- e a “inovação” -representada pela “*Escola dos Anais*” e a “*perspectiva teórica marxista*”- (FALCON, 1996, p. 9), optamos por desenvolver nossa pesquisa a partir dos anos 1980. Considera-se que na historiografia sempre estiveram presentes os conflitos entre os antigos e novos paradigmas, mas aqui interessa mais de perto verificar as múltiplas referências dos últimos anos de produção historiográfica.

Delimita-se como corte da pesquisa, então, o período que vai de 1989 a 1996. Este corte exclui de um olhar mais acurado os anos iniciais do programa estudado (1971 a 1988), assim como os últimos anos de sua produção, os posteriores a 1996. Detém-se em uma fase específica do que identifica-se como o segundo período da produção do PPGH/UFF (1989-1996), corte que pode ser melhor compreendido a partir da leitura do capítulo 2.

Utiliza-se como *corpus* documental as dissertações e teses elaboradas pelo corpo discente do programa de pós-graduação do qual se trata. Consideramos que este *corpus* e os referenciais historiográficos, epistemológicos, metodológicos, teóricos e institucionais nele presentes, são evidenciadores de critérios de aproximação e distanciamento entre os grupos que no Programa atuam¹⁰, e que são (re)elaborados no espaço singular no qual se realiza a pesquisa.

Nossa proposta é apresentar o perfil teórico-metodológico do PPGH/UFF no referido período, através do levantamento das matrizes teóricas-metodológicas presentes em sua produção discente.

Considera-se que a predominância de tais e quais matrizes não se deve apenas ao avanço intelectual da produção historiográfica, compreendido enquanto evolução fundada em destreza mental por parte de seus agentes, ou de um movimento necessariamente ascendente das competências historiográficas -o que por si só já expressa tanto uma visão evolucionista, como uma concepção da existência de “*inteligências desencarnadas*” (FEBVRE apud CHARTIER,1988). Avalia-se que a

¹⁰ BOURDIEU, 1999.

variação no uso das matrizes se deve também às disposições sócio-político-institucionais que constituem seu lugar de elaboração. Assim concordamos com a apreciação de Lynn Hunt quando afirma que

“(…) na década de 1960 deu-se grande ênfase à identificação das tendências políticas de um autor, à tentativa de situar-se como historiador num mundo político e social mais amplo. As questões são agora mais sutis, mas não menos importantes. Os historiadores estão se conscientizando cada vez mais de que suas escolhas supostamente objetivas de técnicas narrativas e formas de análise também têm implicações sociais e políticas.” (HUNT, 1992, p. 27).

Dessa forma a prática científica, longe de neutra, é vista como referenciada a “escolhas” que precisam ser tornadas cada vez mais explicitadas e que exprimem concepções e práticas de grupos nos quais os pares se reconhecem, e que tendem a isolar os demais que ocupam posição secundária na correlação de forças naquele momento.

Não pretendendo tornar a leitura por demais enfadonha ao possível leitor que neste trabalho se aventure, mas considerando que os critérios e definições sobre quais dados foram coletados e como o foram são efetivamente importantes (FICO e POLITO, 1992, p. 21), pois alterações nestes critérios podem produzir resultados diferenciados, reputou-se adequado explicitar a compreensão que se tem dos conceituais empregados, de forma a que tenha claro o leitor o que se busca na produção quando se aponta investigar as suas matrizes teórico-metodológicas.

Verificou-se inicialmente a possibilidade de emprego de conceitos como “modelo”, “abordagens”, “paradigmas”, “linhas”. Pronuncia-se, no entanto, pelo emprego de “matrizes” como conceito explicitador do perfil que busca-se traçar na produção do PPGH/UFF, o perfil dos referenciais teóricos e metodológicos que dão forma àquela produção.

Este conceito logo remete à idéia de fonte primeira ou força geratriz e denota uma ênfase que não se adequa à análise da produção: os trabalhos muitas vezes não são *gerados* a partir de uma matriz teórica, e sim o pesquisador, estando já com seu objeto de pesquisa delimitado e sua problemática constituída, busca, num momento próximo, mas segundo ou terceiro, definir os referenciais de teoria e método que embasariam sua pesquisa.

Recorre-se, assim, especificamente ao conceito de matriz apresentado por D'Alessio e Janotti, que permite uma operacionalidade satisfatória, pois assegura que os dados coletados e que delineiam as matrizes possam ser considerados como conjuntos permissores de um sentido para aquela produção, sem tanto engessar o processo de pesquisa. Segundo D'Alessio e Janotti:

“constatam-se momentos da produção que a datam e, por conseguinte, a historicizam. (...) Criam-se espécies de códigos que são empregados repetitivamente, expressando-se no vocabulário utilizado e nos autores referidos. Poder-se-ia chamá-los de formulações discursivas, usadas na análise de diferentes situações históricas, indiferentes às barreiras temporais e espaciais”. (D’ALESSIO e JANOTTI, 1996, p. 126)

Compreende-se, pois, por matrizes as “formulações discursivas” que são usadas na análise de diferentes situações históricas, muitas vezes se sobrepondo às diferenças temporais e espaciais que se apresentam nos diferentes objetos de estudo, e que permitem a definição de referenciais fundamentadores de uma dada produção.

Para se traçar o perfil do PPGH/UFF através da verificação das matrizes teórico-metodológicas de sua produção realizou-se o levantamento das teorias e dos métodos que lhe configuram, iniciando-se pelas teorias.

É comum encontrarmos na historiografia o uso indistinto de epistemologia e teoria. Ainda que as reflexões epistemológicas sejam mais raras que as teóricas, elas são às vezes indistintamente empregadas. Faz-se aqui a diferença que se reputa entre uma e outra, objetivando esclarecer o que entende-se por teoria neste trabalho.

Nota-se que a confusão que geralmente se faz entre epistemologia e teoria se deve à difusão da noção de epistemologia enquanto simplesmente reflexão geral e primeira sobre determinado tema ou questão do conhecimento, sugerida pela origem etimológica da palavra: o de ciência do conhecimento. Seu significado é outro, no entanto. Por epistemologia não se compreende quaisquer reflexões de caráter precedente, básico e amplo, relativas ao pensamento humano, mas especificamente “(...) o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências (...) e

até mesmo o estudo de seu desenvolvimento real e histórico” (LALANDE, 1999, p. 313-314 e 448-449)¹¹.

Já teoria, geralmente definida por oposição a quatro princípios, é neste trabalho compreendida no quarto sentido dado: o primeiro, “por oposição à prática”, como um conhecimento independente de suas aplicações, especulativo; segundo, “por oposição à prática normativa”, constituindo o bem ideal, um modelo perfeito ansiado; terceiro, “por oposição ao conhecimento certo”, como construção produzida de forma hipotética, mas não evidenciada, um conhecimento considerado *a priori*; e quarto “por oposição ao pormenor da ciência”, como ampla síntese considerada um conjunto de hipóteses prováveis e que se propõe a explicar um grande número de fatos (LALANDE, 1999, p. 1128).

Emprega-se o termo nesta quarta acepção, considerando teoria o conjunto de suposições prováveis designadas a partir de verificações precedentes e que podem ser empregadas em outras pesquisas atuando como mediadoras nas investigações que em outro momento se opera. Ela assim não prescinde da prática, ainda que a ultrapasse, não se constitui num modelo ideal de comportamento, nem mesmo pode ser dada como apreciação do que é certo sem que tenha sido de alguma forma evidenciada.

Cardoso destaca a “função instrumental” das teorias que é bastante consentida neste trabalho:

“(…) elas servem não só para organizar enunciados considerados verdadeiros depois de comprovados, mas constituem também o quadro em que a verificação é possível (não se pode verificar uma hipótese legal ou qualquer outra proposição, isolada de um conjunto teórico) e fornecem princípios de inferência” (CARDOSO, 1992, p. 79).

Quando investiga-se os referenciais teóricos no *corpus documental* busca-se, pois, por proposições que foram produzidas, na sua maioria, em outras pesquisas,

¹¹ É comum também uma certa confusão entre epistemologia e teoria do conhecimento. Entende-se esta última não no seu sentido mais restrito -“estudo da relação que o sujeito e o objeto mantém entre si no ato do conhecer” (LALANDE, 1999, p. 1128)-, mas no seu sentido ampliado, defendido por E. Leroux, que a define como “estudo que incide sobre a natureza, o mecanismo geral e o alcance do conhecimento humano”, ainda que esta perspectiva seja criticada por vários filósofos que a consideram ilusória, como Gaston Berger, que apóia sua discordância na proposição de que para criticarmos qualquer conhecimento necessariamente temos que lhe opor outro também dado como certo por si mesmo. Consideramos, pois, que a epistemologia estuda o conhecimento mais em pormenor na multiplicidade das ciências, enquanto a teoria do conhecimento o faz numa unidade do próprio pensamento sobre as ciências.

historiográficas ou não, e que são aplicadas na produção do PPGH/UFF de forma a permitir a operacionalização das reflexões, produzindo tanto conclusões específicas em relação ao objeto posto no momento, como possíveis modificações nesta teoria.

Busca-se identificar as teorias a partir das referências a autores e conceitos, mas aqueles não são percebidos enquanto produtores individuais de obras monumentais. As referências obtidas nos levantamentos remetem a filiações teóricas que permitem identificar grupos produzidos em disputas no campo científico, que partilham de aproximações e distanciamentos teórico-metodológicos¹².

Quanto aos conceitos, são aqui entendidos enquanto categorias operacionais que instrumentalizam as operações mentais, construções lógicas assentadas num quadro de referências teóricas das quais são também definidoras. Se constituem em recursos essenciais empregados pelos historiadores e permitem inferir as matrizes que fundamentam a efetivação da prática do historiador.

O levantamento tanto de autores como de conceitos se deve à compreensão de que o conceito só tem sentido a partir do significado que lhe concede o autor. A aproximação autores/conceitos permite um perfil mais específico tanto de um como do outro dado. São levantamentos intrinsecamente complementares.

O segundo referencial que buscamos na produção é o do método. Embora não distanciado da teoria, não se confunde com esta. Por método entendemos, num sentido restrito, um conjunto de instruções e procedimentos; um programa que define antecipadamente uma seqüência de operações a serem executadas visando um resultado determinado. Neste sentido o método inclui tanto o plano geral de trabalho quanto os atos específicos que permitem sua execução. Seu objetivo é definir as atitudes manuais, intelectuais ou de emprego de recursos que permitam a coleta de dados e a discussão das hipóteses, o que se dá sempre a partir de uma dada teoria.

Mas método é um conceito subordinado ao de metodologia. Numa proposição mais abrangente, metodologia pode ser entendida como a “atividade crítica dirigida pelos cientistas para os procedimentos, teorias, conceitos e/ou descobertas produzidos pela pesquisa científica” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 465). Não deve-se,

¹² Segundo Bourdieu a apreensão do indivíduo como uma “individualidade criadora” promove um “sentimento de irredutibilidade e de reverência” e seria fruto do obstáculo epistemológico estruturalista de apreender o indivíduo diretamente perceptível (BOURDIEU, 1999, p. 185). Concordamos com esta proposição e buscamos assegurar a compreensão do indivíduo enquanto produtor num campo social específico, o intelectual.

pois, confundir metodologia com teoria, com procedimentos¹³, ou com método, pois a metodologia, enuncia não o método em si, mas o estudo do conjunto de métodos empregados (LALANDE, 1999, p. 680).

Nesta pesquisa reporta-se a “referenciais teórico-metodológicos” comutativamente a “referenciais teórico-metódicos”, porque a segunda expressão teria um significado específico na literatura especializada que conduziria as reflexões para a chamada escola metódica, direção que não se pretende dar.

Os métodos utilizados pelos historiadores sempre presumem o emprego de fontes, posto que não é outro o trabalho destes profissionais além daquele de mediatizar os dados coletados nas fontes com as teorias, hipóteses, e explicações às deles precedentes, através de suas reflexões e argumentações. O uso de uma ou outra fonte se deve sempre a escolhas, mas pode também se dever a contingências como a existência, por exemplo, de uma única fonte que possa disponibilizar informações sobre a questão tratada, o que se deve, inclusive, ao não arquivamento de certos documentos pelas gerações passadas ou de seu trato adequado pelas gerações presentes. De qualquer forma o trabalho do historiador sem estes registros, utilizados em formas cada vez mais variadas a partir da “revolução documental” (LE GOFF, 1997, p. 99), não pode ser operado. E esta é uma afirmativa comum entre os historiadores da segunda metade do século XX, mesmo por parte daqueles que fizeram a crítica à escola histórica positivista que privilegiava o documento escrito.

Buscamos, pois, inventariar as fontes empregadas na produção do PPGH/UFF, compreendendo-as como produtos fabricados pela sociedade, conforme as relações de forças que nela definiam o poder (LE GOFF, 1997, p. 102).

A escolha da realização do levantamento das fontes nesta pesquisa se deve à percepção de que a historiografia seleciona as fontes a serem empregadas de acordo com as questões que pretende tratar, questões estas sempre delineadas por pressupostos teóricos e historiográficos. Deveu-se também à frequência com que se nota o emprego de certos tipos específicos de fontes em determinadas abordagens vinculadas a matrizes específicas. A seleção das fontes e as rotinas que lhe são aplicadas são desta forma esclarecedoras das tendências presentes na produção pesquisada. Segundo D’Alessio e Janotti as fontes selecionadas, elementos próprios da fase de investigação, “oferecem

¹³ DICIÓNARIO de Ciências Sociais. RJ: FGV, 1986, p. 754.

visibilidade a uma expressiva cultura histórica acadêmica brasileira” (D’ALESSIO e JANOTTI, 1996, p. 126).

Procedeu-se, ainda, ao mapeamento dos temas centrais e secundários, cortes espaciais e cortes cronológicos da produção objetivando uma melhor compreensão das tendências historiográficas da produção.

Não se faz neste trabalho, no entanto, um levantamento das discussões historiográficas presentes na produção do PPGH/UFF, no seu aspecto mais propriamente dos resultados das pesquisas, das discussões sobre questões específicas ligadas a um tema ou hipótese. Esta tarefa demandaria um esforço que as disposições deste trabalho não comportariam. Considera-se, porém, que este é um trabalho de análise historiográfica, posto se compreender que as questões de teoria e método são à historiografia inerentes.

Le Goff, ao tratar do conceito de história defende que a historiografia ou “história da história” estudaria a “evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global”, seria um ramo da ciência histórica, possuindo esta a tarefa de explicar a “história vivida” (LE GOFF, 19992, p. 7). Concorda-se com o autor, ao compreender-se a historiografia como o estudo das reflexões produzidas pelos historiadores. Se a ciência histórica estuda a história-acontecimento ela produz sua própria história e à historiografia caberia discutir o conjunto de resultados convergentes e divergentes obtidos, os elementos que intermediam a produção do conhecimento, os debates sobre as teorias históricas¹⁴, por fim as reflexões sobre o ofício do historiador, que interferem diretamente no resultado das pesquisas e que devem ser consideradas passíveis de estudo pela historiografia.

As principais fontes utilizadas no desenvolvimento deste trabalho foram de cinco tipos básicos. Pesquisamos documentos produzidos pelo próprio PPGH/UFF ou por outros setores da universidade, mas a ele referidos, que puderam ser obtidos na secretaria do Programa, ou gentilmente cedidos por (ex)-coordenadores de seus arquivos pessoais, ou ainda no setor central de arquivos da UFF. Foram basicamente livros de atas de reuniões do colegiado, projetos de criação/estruturação dos cursos de

¹⁴ Não se refere aqui, conforme explicitado anteriormente, à teoria enquanto conhecimento especulativo, o que resultaria numa Filosofia da História ou Teoria da História. Credita-se aqui as reflexões produzidas pelos historiadores no processo de produção do conhecimento histórico e que funcionam bastante como hipóteses gerais e que amiúde são retomadas para serem aplicadas por outros historiadores como elementos referenciais e instrumentalizadores em suas pesquisas.

mestrado/doutorado, processos de credenciamento/recredenciamento, regulamentos e documentos variados comuns a uma secretaria de pós-graduação.

Também utilizou-se de catálogos produzidos pela própria instituição ou por outras instituições, sempre manuseados em duas perspectivas, como obra de referência que apresenta dados coligidos e ordenados de uma forma tal a facilitar a pesquisa por parte de outros pesquisadores, e como objeto de estudo, como fonte primária, por sempre permitirem a verificação da percepção que o Programa, através de seu Colegiado ou coordenador, tinha autorizado circular.

Dentre estes destaca-se aqueles que passamos a denominar simplesmente de Catálogo Falcon e Catálogo Fróes¹⁵. O primeiro produzido em 1985 pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação traz um capítulo introdutório redigido pelo então Coordenador do PPGH/UFF Francisco Falcon sobre o processo histórico de constituição do programa. O segundo, mais atualizado, de 1996, foi coordenado pela Profª Vânia Fróes quando também esta exercia a função de coordenadora. Reúne a produção do PPGH/UFF de 1974 a 1995, explicita sua compreensão do que seja catalogar -“(...) é produzir índices que remetam a um determinado universo empírico, identificando aí os princípios e suportes que o constituem” (Catálogo Fróes, p. XI), e não uma simples produção de listas-, além de apresentar um capítulo introdutório intitulado “A maioria de um centro de pesquisa”. Nele propõe que um dos objetivos do catálogo é permitir ao PPGH/UFF tornar-se “(...) transparente possibilitando um olhar dos outros sobre nós mesmos (...) e reforçar nossa identidade, conhecendo-nos mais precisamente e dando-nos a conhecer”.

Em relação aos catálogos produzidos por outras instituições salienta-se aquele coordenado pela Profª Maria Helena Rolim Capelato, que abrange a produção de todas as pós-graduações em História do país, no período de 1985 a 1994. Este catálogo é fruto do “Projeto Pós-Graduação-ANPUH: pesquisa, informação, intercâmbio” e do Departamento de História da USP, e divulga dados indispensáveis à definição do perfil

¹⁵ Sua referências completas são, respectivamente, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação*. Mestrado em História. Coord. Francisco José Calazans Falcon. Niterói: EdUFF, 1985 e FRÓES, Vânia (Coord.). *Catálogo de Teses e Dissertações, 1974/1995*. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

da produção na área de história em âmbito nacional através do levantamento das linhas de pesquisa que têm vigorado.

Outro tipo de fonte utilizada são as orais. Realizou-se entrevistas com os ex-coordenadores do programa que exerceram suas funções de 1971 a 1996. O objetivo central era verificar como o próprio programa havia discutido as questões que se destacava nesta pesquisa e também solicitar dos entrevistados sua avaliação sobre alguns pontos que se apresentaram relevantes, permitindo uma verificação dos conflitos de interpretações e memórias construídas (POLLAK, 1992). Optamos por anexar as entrevistas ao final do trabalho por tê-las considerado de extrema importância e ponderando a dificuldade de outros pesquisadores acessarem este material posteriormente.

O *corpus* documental é composto pelo conjunto de dissertações defendidas no Programa desde 1974 e pelas teses de doutorado defendidas a partir de 1989. Consideramos que a realização desta pesquisa a partir apenas da leitura de resumos de trabalhos apresentados em catálogos poderia produzir conclusões incompletas e inadequadas. Procedeu-se assim sempre à leitura dos capítulos introdutórios que especificavam as diretrizes e os referenciais da pesquisa e amiúde à leitura dos trabalhos integrais ou em sua quase totalidade.

Também utilizou-se legislações e documentos produzidos por vários setores do governo que de forma geral disciplinam as pós-graduações.

A hipótese central, cuja validade busca-se verificar neste trabalho, é que os elementos teórico-metodológicos não são apenas formais, mas direcionam as pesquisas interferindo diretamente em seus resultados e explicitam os caminhos que têm sido tomados pela historiadores no programa estudado.

No capítulo 2 delinea-se um histórico do PPGH/UFF através do levantamento das linhas de pesquisa e das áreas de concentração¹⁶ que nele vigoraram. No capítulo 3 apresenta-se as matrizes teórico-metodológicas que permitem a definição do perfil do programa, além dos levantamentos feitos em relação a temas, espaços e periodizações que predominam naquela produção.

¹⁶ Daqui em diante, por AC entenda-se área de concentração e por LP linha de pesquisa.

2. Dos lugares institucionalizados: áreas de concentração e linhas de pesquisa no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da UFF (1971-1996)

O objetivo deste capítulo é traçar o histórico do PPGH/UFF desde sua criação em 1971 até o momento no qual se redige este texto, o ano de 2000, com ênfase no corte central da pesquisa que é de 1989 a 1996, tendo como viés as ACs e LPs vigentes.

Tal escolha de fio condutor deve-se ao entendimento de que um estudo das ACs e LPs articulado ao estudo da produção a elas vinculada permite mapear as principais convergências e divergências teórico-metodológicas que em um ou outro momento estiveram presentes na produção do programa.

Há constantes discussões sobre os distanciamentos entre as ACs e LPs oficiais de um programa e a produção do mesmo¹⁷. Fico e Polito advertem que:

“a questão das linhas de pesquisa é importante: elas não deixam de ser, em muitos casos, uma simples formalidade, embora haja exemplos de grande sintonia entre tais linhas e a efetiva produção de teses e dissertações (...). O que termina acontecendo, no quadro de linhas de pesquisa apenas formalmente estabelecidas, é uma concentração de temas ou abordagens por orientadores que, assim, exercem o papel de lideranças intelectuais aglutinadoras de um grupo homogêneo” (FICO e POLITO, 1996, p. 169).

Concordando com esta posição ao afirmar que as linhas de pesquisa geralmente derivam das pesquisas efetivas que estão sendo realizadas pelo corpo docente do curso de pós-graduação, Petersen nota as conhecidas dificuldades de se reunir os professores em linhas que funcionem como eixos dos cursos, e defende que as LPs teriam por propósito “direcionar, *de modo específico, um conjunto de pesquisas para o objeto que constitui a área de concentração ou ênfase do curso*” (PETERSEN, 1996, p. 158, grifo da autora).

Mas, ainda que se considere que as ACs e LPs não pré-determinam as diretrizes das pesquisas desenvolvidas ou mesmo que parte da produção às vezes até se oponha às

¹⁷ Cf., por exemplo, a entrevista com a Prof^a Maria Yedda Linhares, vide anexo nº 6.

mesmas, elas são aqui vistas como representativas das discussões que estão sendo travadas no interior do programa. Avalia-se que as ACs e LPs que obtiveram primazia e que foram oficializadas não só revelam escolhas como também denunciam recusas e permitem que se analise as razões das preferências por umas e não por outras, o que acaba por expressar as propensões daquele programa.

Sem pretender fazer uma história oficial do PPGH/UFF, no que poderia-se acreditar pelo destaque que neste capítulo damos às opções ratificadas por seu Colegiado, busca-se mapear algumas questões que melhor permitem compreender a diversidade de métodos e teorias históricas que as posições oficiais acabavam por acatar, rejeitar ou ainda suplantar. Este processo de recusa-escolha muitas vezes ocorreu não por simples necessidade de acompanhamento das mudanças na produção historiográfica brasileira e mundial, mas por expressar transformações na percepção do mundo e do ofício do historiador por parte dos professores e alunos que atuavam no programa, ou ainda por razões administrativas e políticas que interferiam, por exemplo, na composição do corpo docente.

Um outro estudo que seria bastante significativo para completar este nosso trabalho seria o levantamento dos projetos de pesquisa que foram reprovados pelo programa quando das seleções dos candidatos ao mestrado e ao doutorado.

A despeito da qualidade destes projetos, justificativa geralmente utilizada para sua reprovação, a verificação da historiografia e dos referenciais teórico-metodológicos que os mesmos apresentavam poderia permitir uma melhor compreensão de quais matrizes historiográficas foram sendo recusadas pelo PPGH/UFF em dados momentos. Esta pesquisa não foi possível, no entanto, por não haver um arquivamento dos projetos reprovados, via de regra desde os períodos iniciais da pós-graduação no Brasil e mesmo nos dias atuais.

Quanto à definição do que se entende por ACs e LPs, diante das dificuldades de conceituação, seguimos as diretrizes que predominaram no PPGH/UFF. O Regulamento do Curso encaminhado pela direção do ICHF anexo ao Ofício nº 15/71 esclarecia, baseando-se no Parecer nº 77/68 do Conselho Federal de Educação, o que se entendia

por AC: “(...) o campo específico em que o candidato deverá desenvolver suas atividades de pesquisa ou equivalentes (...)”¹⁸.

Já o Relatório do Seminário sobre Linhas de Pesquisa de 1995 do PPGH/UFF enumera, ainda que diante das dificuldades de uma definição precisa, alguns aspectos que dariam uma noção aproximativa do que seria uma LP, dentre eles:

“(...) * as linhas de pesquisa se constituem em um dos elementos que permitem definir a identidade de um Programa de Pós-graduação, juntamente com as áreas de concentração e outros elementos como por exemplo, no nosso caso, os setores temáticos.

“(...) * as linhas de pesquisa são eixos que funcionam como denominadores comuns das atividades de pesquisa docentes e discentes sem que, necessariamente, suponham a existência de laboratórios, núcleos ou grupos de estudo como pré-condição de existência de cada linha de pesquisa e sem se confundir com estes.

“(...) * a definição destas linhas de pesquisa deve ser encarada como algo dinâmico e deve ser capaz de acolher modificações conforme a realidade das pesquisas e pesquisadores existentes (...)”. (UFF. ICHF. PPGH. *Relatório do Seminário sobre Linhas de Pesquisa*. 29 de novembro de 1995. xeroc. p. 1).

Concordando com estas perspectivas a avaliação que se faz nesta dissertação é que a “identidade” do programa é possível de ser apreendida através dos “eixos” ou “denominadores comuns” que necessariamente acolhem um processo “dinâmico” de pesquisa.

A proposição que fundamenta este capítulo é a de que existe uma correlação intrínseca entre as ACs e LPs definidas em um programa de pós-graduação e os resultados da prática acadêmica.

Esta relação não significa, no entanto, forçosamente, uma vinculação de positividade. Muitas vezes esta ligação aparece como uma oposição, em outras como superação. De qualquer forma o quadro teórico-metodológico, a temática, o corte cronológico ou espacial, etc. utilizados pelos pesquisadores freqüentemente têm um

¹⁸ UFF. Reitoria. Ofício nº 15/71 da Diretora do ICHF, Aidyl de Carvalho Preis, à Presidente da COMPEG, Ceres Marques Moraes, encaminhando o Regulamento do Curso de Pós-Graduação em História. 15 de jan. 1971. O Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação de 1976 mantém o mesmo conceito, ao tratar do regime didático-científico: “Por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudo escolhido pelo candidato”. UFF. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação*. 1976, p. 17. Também os demais regulamentos específicos do PPGH/UFF do período por nós estudado mantiveram esta tendência de conceituação.

diálogo estabelecido, mais ou menos explícito, com as ACs e LPs nas dissertações e teses, mesmo nas produções dissonantes do conjunto, já que foram aceitas no programa para serem defendidas. Assim, as afirmações de que nem sempre há uma vinculação entre as definições oficiais e a produção acadêmica são neste trabalho rejeitadas. A perspectiva presente nesta pesquisa não é a do consenso e nem a da exclusão, mas dialógica.

Mais que isto, os movimentos de aproximação e distanciamento entre as matrizes teórico-metodológicas que fundamentam as ACs e LPs e a produção discente, embora sejam mais visíveis em uma ou outra dissertação/tese, podem ser encontrados convivendo em um mesmo texto na maior parte dos trabalhos. Parece que os autores buscam burlar e apoiar as diretrizes dadas pelos cursos em uma medida por eles considerada segura o suficiente tanto para apresentar um texto criativo, o que permitiria seu trabalho ser reconhecido como inovador, quanto para se manter dentro das falas comumente aceitas na academia, o que lhes permitiria ser reconhecidos como pares por parte dos leitores especializados (BOURDIEU, 1978, p. 125-128).

Sem pretender que a história tenha que ser genealógica, mas buscando delinear um perfil do curso visando explicitar em que quadro mais amplo se insere o período que optamos por discutir nesta dissertação (1989-1996) passamos a situar o PPGH na história da UFF e a traçar o histórico do programa a partir das ACs e LPs.

2.1. A UFF e o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História

Embora extremamente questionada em seu conteúdo a Reforma Universitária¹⁹ promovida pelo governo militar em finais dos anos 60 propunha, como informava o Conselho Federal de Educação, órgão regulamentador da educação nacional, modernizar a estrutura educacional do ensino superior do país tanto do ponto de vista didático-pedagógico quanto administrativo.

Em linha gerais pode-se reunir em cinco o conjunto das mudanças propostas: a abolição da cátedra e a instituição dos departamentos, a implantação do sistema de institutos, a organização do currículo em duas etapas -o básico e a formação

¹⁹ A reforma foi desencadeada pela lei 5.540/68 e consagrada pela lei 5.698/68. Seus princípios foram incorporados pela 5.692/71 que regeu a educação nacional até os anos 90, quando da promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei nº 9.394/96.

profissionalizante-, a flexibilidade curricular através do sistema de créditos e da semestralidade, e o estabelecimento de dois sentidos de organização - um vertical, com os departamentos, as unidades e a reitoria, e outro horizontal, com a criação dos colegiados (DURHAM, 1986b, p. 2010).

Giannotti destaca que os efeitos da reforma universitária não foram muito positivos, pois a reforma teria levado ao “(...) crescimento rápido e atabalhado do ensino superior (o que) teve como conseqüências as universidades mal-aparelhadas, laboratórios ineficientes, bibliotecas paupérrimas e professores incompetentes” (GIANNOTTI *apud* LAMPERT, 1993, p. 55). As condições de ensino e pesquisa seriam piores para os professores da área de ciências sociais que geralmente atuavam e atuam nos cursos de graduação e pós-graduação com uma carga horária de aulas muito grande e assim mesmo empenhariam-se, na maioria das vezes, para realizar pesquisas e trabalhos de extensão.

Dentre os princípios da reforma aquele que mais aqui nos interessa é o incremento à pesquisa em território nacional, principalmente através da criação dos cursos de pós-graduação.

Desde 1973 o Grupo de Trabalho da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura havia se ocupado no sentido de propor as medidas iniciais para a definição da política de pós-graduação. Em 1974 o mesmo ministério instituiu o Conselho Nacional de Pós-Graduação que preparou o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) aprovado pelo decreto nº 76.056 de 30 de julho de 1975 pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, que apresentava uma análise da evolução da pós-graduação no Brasil, propunha as diretrizes básicas para a superação dos principais problemas daquele sistema e indicava as metas de sua expansão (PNPG, p. 29-31)²⁰.

Segundo o PNPG o processo de urbanização e industrialização pelo qual passava a sociedade brasileira demandava inovações técnicas e qualificação de mão-de-obra que atendessem aos investimentos do capital. Este plano teria trazido “inequívoca melhoria na área de pós-graduação”²¹.

²⁰ Embora não tenham sido diretamente utilizados em nosso trabalho são fundamentais para um estudo da pós-graduação brasileira alguns outros documentos que tratam da política educacional e científica; são eles: o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), o Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

²¹ UFF. Projeto de Recredenciamento de 1982, p. 3.

Avaliações menos otimistas podem ser encontradas, no entanto. Segundo Durham, a modernização do modelo universitário brasileiro então existente ocorreu dentro do espírito autoritário que marcava o regime de 1964. A modernização teria assumido a forma de um “planejamento racional do estado imposto de cima para baixo” e o estado teria concedido à pós-graduação a função de reorganização da universidade (DURHAM, 1986a, p. 42). Esta exigência conduzia a uma pressão sobre os vários níveis de ensino, particularmente o superior, ao visar desta forma a qualificação dos trabalhadores e o desenvolvimento de pesquisas que permitissem a proposta modernização da sociedade.

Embora a importação de tecnologias e métodos político-administrativos trouxesse a absorção de conhecimentos, fazia-se necessário deflagrar um processo autônomo de pesquisa, o que somente seria possível com a formação de recursos humanos que constituíssem núcleos iniciais de pesquisa e ampliassem os que estavam em funcionamento²².

O projeto modernizador, sobretudo desenvolvimentista que a maior parte dos governos tentava implantar no país desde os anos 50, havia gerado uma conjuntura favorável à expansão universitária. A obtenção do “status” universitário era um dos mais procurados meios de ascensão social por parte dos setores médios urbanos das crescentes cidades.

O *boom* da criação dos cursos de pós-graduação no Brasil, destacadamente nos anos 70, foi direcionado para as ciências exatas, as tecnológicas e até as sociais aplicadas. Sua preocupação era essencialmente com necessidades conjunturais do mercado de trabalho e visava otimizar possibilidades de retorno de capital investido num tempo curto e com resultados efetivos.

É importante destacar que os investimentos governamentais não estavam de início voltados para a área das ciências humanas, ainda que estas também fossem contempladas com diminutos recursos .

A necessidade de atender às exigências do Estatuto do Magistério Superior quanto a titulação acadêmica, pois todos os professores que atuavam no ensino superior naquele momento passaram a ter quatro anos para obter a titulação exigida, fez com que

²² Segundo dados do PNPG, em 1975 havia no Brasil 50 Instituições de Ensino Superior com cursos de pós-graduação sendo 25 federais, 10 estaduais ou municipais e 15 particulares (PNPG, p. 32).

se abrisse espaço para as ciências sociais. Assim foram sendo estabelecidos mecanismos para disciplinar a estrutura e o funcionamento dos cursos de pós-graduação que foram ganhando fôlego, campo e perspectivas (LAMPERT, 1993, p. 53).

No caso específico de História nos anos iniciais da década de 70, entre 1971 e 1974, foram instalados 8 cursos de mestrado no país: na UFF, UFPR, PUC/RS, PUC/SP, UFGO²³, UFPE, FFCLSCJ/Bauru -este já desativado-, e USP²⁴ que oferecia também o doutorado desde 1971 (FICO e POLITO, 1992, p. 33). Ao final da década de 1980 se chegou a 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado e, segundo relatório do Processo de Avaliação da CAPES de 1999, encerrou-se a década de 90 com 26 cursos de mestrado e 14 de doutorado em todo o país.

Foi neste contexto da reforma universitária e do desenvolvimento das pós-graduações que se estruturaram a Universidade Federal Fluminense²⁵ e o Programa de Pós-graduação em História da UFF, de início simplesmente denominado Curso de Mestrado em História.

A criação de uma universidade fora da cidade do Rio de Janeiro era demanda antiga das elites conservadoras do antigo estado do Rio de Janeiro que ansiavam o estabelecimento de uma universidade local que contrabalançasse a influência do então principal centro universitário do país situado naquela cidade.

O Estado da Guanabara, capital da República e centro cultural do país, reunia grande parte das atenções na educação e na cultura e isto incomodava as demais elites políticas:

“A República completou a violenta operação, dilacerou e transformou o antigo Município Neutro em nova Unidade Federada de certo modo rival e concorrente do Estado do Rio. Economicamente o Estado ficou tributário forçado do seu

²³ Segundo Westphalen o Curso de Pós-graduação em História ministrado pela Universidade Federal de Goiás não teria sido inicialmente considerado um programa autônomo e sim uma extensão do Programa da USP, pois o mesmo seria desenvolvido a partir de um convênio com esta universidade (havia o envio de professores para ministrarem as aulas e as defesas das dissertações ocorriam na USP). Vários documentos, no entanto, como a Avaliação da Pós-graduação da CAPES de 1996, apresenta o curso como tendo iniciado em 1972.

²⁴ Para uma avaliação de alguns dos problemas iniciais enfrentados pelo programa de pós-graduação da USP verificar JANOTTI, 1976, p. 19-25.

²⁵ As primeiras universidades criadas no país surgiram a partir da Reforma Francisco Campos de 1931: a USP em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935. Na década de 40 surgiram as universidades católicas. A Universidade de Brasília foi criada em 1961. A UFF surgiu quase que ao mesmo tempo que a UnB, porém através de um processo bastante diferenciado. Enquanto a UnB representou um projeto de reformulação da concepção de ensino superior, a UFF surgiu da integração de instituições já existentes e da busca de sua modernização.

magnífico porto, socialmente permaneceu na esfera da criação que alimentava seu módulo centralizador; culturalmente, na influência das escolas secundárias, técnicas superiores, da sua imprensa de grandes tiragens, de suas bibliotecas, teatros e museus”²⁶.

Até 1960 já tinham ocorrido três tentativas frustradas de criação de uma universidade em Niterói. Em 1950, através do decreto nº 808 que foi sustado pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro Amaral Peixoto; através de outro projeto de nível federal do deputado Celso Peçanha rejeitado pelo Congresso; e também por intermédio da lei estadual nº 3.656 de junho de 1958 de autoria do deputado estadual Dayl do Carmo Guimarães que não entrou em vigor.

A partir da mobilização da opinião pública através do movimento estudantil sob a liderança da União Fluminense de Estudantes, da realização de comícios, do apoio dado pelo jornal O Fluminense e da ajuda dada pelo governador Roberto Silveira foi finalmente aprovada a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFERJ) em 1960.

Criada através da Lei n. 3.848, de 18/12/60 a UFERJ foi constituída através da incorporação de cinco faculdades²⁷. Três escolas estaduais²⁸ e duas faculdades particulares²⁹ já existentes em Niterói foram federalizadas e a ela incorporadas pela Lei n. 3.958, de 13/09/61³⁰.

O período de criação da universidade é um momento de crise nacional agravada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros e pela morte do Governador Roberto Silveira. É não menos momento de crise institucional ligada às demandas internas da universidade como a necessidade de organização de uma estrutura administrativa, de uma política de pessoal, de elaboração do estatuto, de integração das diversas

²⁶ BACKEUSER, Everardo. “Raízes históricas da Faculdade de Filosofia”. Aula inaugural de 24 de maio de 19?. Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia (1947-1953) *apud* UFF. CEG. ICHF. Departamento de História. *Projeto: Contribuição para uma história da UFF. Sub-Projeto: A estrutura da UFF*. Coord. Prof. Humberto F. Machado. Niterói, 1987, xeroc., p. 4.

²⁷ Faculdade de Direito de Niterói, Faculdade Fluminense de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade Fluminense de Odontologia e Faculdade de Medicina Veterinária.

²⁸ Escola de Enfermagem, Escola Fluminense de Engenharia e Escola de Serviço Social.

²⁹ Faculdade Fluminense de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas.

³⁰ Completando a atual estrutura da UFF, o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) foi doado à universidade pela Prefeitura Municipal de Niterói em 1964, com o objetivo de integrar ensino, pesquisa e assistência médico-hospitalar.

unidades... Estas necessidades foram parcialmente supridas com a instalação da reitoria, o que por si só provocou uma série de conflitos³¹.

Um dos principais se referia às disputas entre as antigas faculdades particulares e as federais que compunham a UFF. Politicamente pode-se nomear dois grupos básicos em disputa: aquele representado pelo Reitor Deoclécio Dantas que defendia a “subversão da ordem” e apoiava os congressos dos estudantes, e o outro grupo liderado do Reitor Durval de Almeida Baptista Pereira que assumiu a universidade e saudou o golpe de 1964 pois, segundo ele, o governo implementaria medidas “saneadoras” que libertariam o país do “avanço comunista”³².

A antiga UFERJ passou a denominar-se Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1965 através da Lei 4.831 de 5/11/65. Segundo um projeto produzido pelo Departamento de História em 1987 a transformação da UFERJ em UFF deve ser entendida como consequência da não efetivação por parte da universidade de sua “vocação regional”, do não desenvolvimento de um projeto acadêmico voltado para o estado do Rio de Janeiro, proposta discutida desde sua implantação. Ainda segundo o mesmo documento, a UFF “(...) é uma grande universidade, porém muito mais representativa do Grande Rio e não do antigo Estado do Rio”³³.

A partir de 1968 o número de cursos na universidade praticamente dobrou. Para atender às exigências da reforma universitária foram aprovadas através do Plano de Reestruturação de 1969 modificações em sua estrutura e funcionamento³⁴.

Como parte destas modificações foi formado dentre outros três centros universitários³⁵ o Centro de Estudos Gerais (CEG)³⁶. A estrutura implantada era mais

³¹ UFF. CEG. ICHF. Departamento de História. *Projeto: Contribuição para uma história da UFF. Sub-Projeto: A estrutura da UFF*. Coord. Prof. Humberto F. Machado. Niterói, 1987, Projeto 3, xeroc., p. 5.

³² Cf. texto do referido reitor: PEREIRA, Durval de Almeida Baptista. *Contribuição da história da Universidade Federal Fluminense. A luta para a sua criação e os fatos que geraram as crises dos primeiros anos de sua existência de 1947 a 1960*. Niterói, s. ed., s.d.

³³ UFF. CEG. ICHF. Departamento de História. *Projeto: Contribuição para uma história da UFF. Sub-Projeto: A estrutura da UFF*. Coord. Prof. Humberto F. Machado. Niterói, 1987, Projeto 3, xeroc., p.7-8.

³⁴ Cf. além do Plano de Reestruturação o decreto nº 62.414 de 15/03/68 e o Estatuto da UFF de 1968.

³⁵ Os outros três centros universitários da instituição são o Centro de Estudos Sociais Aplicados (CES), o Centro de Ciências Médicas (CCM) e o Centro Tecnológico (CT).

³⁶ O CEG é, dos quatro centros acadêmicos da instituição, “(...) o maior (...) e congrega todos os estudos que dão sustentação às diferentes formas de intervenção no mundo (...)” (UFF, *ICHF em Revista*, 1997, p. 10). O CEG se compõe de oito unidades: o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, ao qual está vinculado o Programa de Pós-graduação em História, o Instituto de Artes e Comunicação Social, o Instituto de Letras, o Instituto de Geociências, o Instituto de Biologia, o Instituto de Física, o Instituto de Química e o Instituto de Matemática.

“(...) moderna e flexível do que a da antiga Faculdade de Filosofia, em termos didáticos, pedagógicos e curriculares” (Projeto Preliminar, 1971, p. 3).

Como parte do CEG foi criado em 1968 e instalado em 1969 o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)³⁷ que integra desde sua criação vários departamentos, dentre os quais o Departamento de História, ao qual estão vinculados os Cursos de Graduação e Pós-graduação *Lato Sensu* em História, além do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História (PPGH), este último matéria de estudo desta pesquisa.

De acordo com o Projeto Preliminar a flexibilidade trazida pela reforma universitária, em comparação com a estrutura das faculdades de filosofia, “(...) abriu perspectivas concretas para a implantação dos cursos de pós-graduação” (Projeto Preliminar, 1971, p. 3).

O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da UFF é academicamente subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)³⁸, um dos órgãos de supervisão e coordenação que assessoram diretamente o Reitor³⁹, e que tem por função principal “(...) a coordenação e supervisão dos Cursos de Pós-Graduação da UFF”⁴⁰.

Segundo o Catálogo Falcon e outros documentos produzidos pela coordenação do PPGH/UFF, o apoio “firme e decidido” dado desde o início ao Curso de Pós-graduação em História pelos órgãos superiores da UFF, principalmente a atual PROPP, se constituiu num dos fatores de estabilidade e crescimento do curso (Catálogo Falcon, 1986, p. 11).

Definiu-se para o estudo do PPGH/UFF três períodos básicos. O primeiro, da criação, estruturação e estabilização do curso, que compreende a década de 1970, cujo

³⁷ O ICHF é caracterizado em um documento do próprio instituto como “(...) um espaço aberto e crítico, com seus professores, funcionários e alunos participando das diversas questões que envolvem a Universidade e a sociedade brasileira, dando suas contribuições, divergindo, debatendo de uma forma democrática, sabendo respeitar as diferenças e especificidades - esta é a grande marca do ICHF.” (UFF, *ICHF em Revista*, 1997, p. 7 e 9).

³⁸ A hoje denominada PROPP pode ser identificada nos documentos da universidade com outras denominações, dependendo da estrutura específica da instituição em períodos diferenciados. São elas: COMPLEX, COMPEG (Comissão Executiva de Pesquisa e Pós-graduação) e, a partir de 1975, COPP (Coordenação Superior das Atividades de Pesquisa e Pós-graduação).

³⁹ A Reitoria é o órgão central executivo da Universidade ao qual estão vinculados vários órgãos de Supervisão e Coordenação, Assistência e Assessoramento, Colegiados de Grau Superior, e Órgãos Complementares, que elaboram e executam projetos em suas respectivas áreas.

⁴⁰ UFF. COPP. *Cursos de Pós-Graduação*. Niterói, 1979 (?). p. 7.

início é assinalado pela criação do Curso de Mestrado em História em 1971 e cujo término é marcado em torno de 1982 pela significativa redução da participação dos brasilianistas, pela definição de um corpo docente regular e pelas discussões para a revisão das ACs e LPs então vigentes.

A partir de 1982 podemos detectar um segundo período que teve dois momentos básicos. Até em torno de 1988 o curso passou por uma reorganização da qual salientamos a implantação de novas ACs e LPs, a criação dos setores temáticos e a introdução do doutorado. Um segundo momento notabilizou-se pela consolidação das modificações implantadas e a ampliação considerável da produção discente. É exatamente neste segundo momento que se insere o corte temporal de nossa pesquisa: 1989-1996. A permanência de uma mesma AC desde 1988 e das mesmas LPs de 1982 a 1996 poderia, enganosamente, manifestar uma imobilidade da produção. Nosso objeto está aí demarcado exatamente para verificar as pluralidades internas num aparente contexto de fixidez.

Por fim, o terceiro período é definido a partir de 1997 quando há mudança das LPs ainda que seja mantida a AC. Deste período, entretanto, assinalamos apenas as principais alterações com o intuito de permitir uma compreensão dos caminhos que estavam tomando as discussões no PPGH/UFF no final da década de 90, sem a intenção de aprofundá-las.

2.2. Criação, estruturação e estabilização do Curso de Mestrado em História (1971- 1981)

“- Excetuando-se a busca de fontes desconhecidas e a necessidade eventual de entrevistas com personagens vivos, qual é o melhor lugar para se pesquisar a história do Brasil ?

- Nos Estados Unidos, infelizmente.”

(Entrevista concedida por Thomas Skidmore Revista Veja, 24/nov./1971)

O Curso de Mestrado em História criado na UFF em 1971 está entre os primeiros implantados no país⁴¹. Sua formação se insere nas exigências feitas à época

⁴¹ Em 1971 havia apenas uma pós-graduação *stricto sensu* em história no Brasil, a da Universidade de São Paulo (USP) funcionando com os cursos de mestrado e doutorado e com duas áreas de concentração.

de atendimento da necessidade de organização da pesquisa em âmbito nacional e da formação de quadros para o magistério de nível superior⁴².

Estas exigências, embora tivessem sido consideradas lugar comum à época, na avaliação da comissão que redigiu o Projeto Preliminar para a criação do Curso de Mestrado em História, também foram observadas como sendo de real importância devido a “capacidade criadora” e ao “desenvolvimento da sociedade” que estariam associados ao desenvolvimento da pesquisa⁴³. Mas, segundo a referida comissão, além destas tarefas caberia à pós-graduação na área de ciências sociais uma outra função: atuar como elemento “impulsionador e crítico” da sociedade, na definição dos vínculos entre esta e a universidade.

Na década de 70 o crescimento da pós-graduação em âmbito nacional passava, segundo avaliação do governo federal, por uma série de dificuldades como “(...) o isolamento e a desarticulação das iniciativas, o insuficiente apoio e orientação por parte dos órgãos diretores da política educacional e, na maior parte dos casos, uma grande diversidade de fontes e formas de financiamento”⁴⁴.

O Prof. Falcon sugere no Projeto Preliminar que dentre os múltiplos problemas dos estudos em nível de pós-graduação também estariam “(...) as relações entre o que se costuma chamar de ‘cultura geral’ e ‘cultura especializada’ e a associação entre ensino e os estudos e a pesquisa” (Projeto Preliminar, 1971, p. 2).

Ainda que aproximados por algumas dificuldades comuns, cumpriu a cada curso um histórico próprio a partir de suas atribuições e facilidades específicas. O ponto de partida para a criação do Curso de Mestrado em História da UFF, futuro PPGH, foi o Departamento de História da UFF que se originara no Curso de Graduação de História e Geografia da antiga Faculdade Fluminense de Filosofia quando da federalização da mesma em 1961.

⁴² Segundo o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação da UFF de 1976, “Os cursos de Pós-Graduação da UFF têm como objetivo a formação, o aperfeiçoamento e a pesquisa do magistério superior e a preparação de profissionais de alto nível”. UFF. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação*. 1976, p. 11. Observa-se, assim, que o mestrado em história da UFF segue as diretrizes gerais comuns a todos os cursos de pós-graduação que estavam sendo criados. Embora este regulamento seja de 1976 parece ser o primeiro produzido pela instituição para as pós-graduações.

⁴³ UFF. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Comissão de Pós-graduação. Curso de Mestrado. *Projeto Preliminar*. Mimeog., 07 jul. 1971.

⁴⁴ BRASIL. Decreto n. 76.056. 30 de julho de 1975. Aprova o Plano Nacional de Pós-Graduação *apud* UFF. Coordenação Superior das Atividades de Pesquisa e Pós-Graduação, 1979 (?), p. 32.

Em conjunto com a eleição do primeiro Chefe do Departamento de História da UFF em fevereiro de 1968, Prof. Luiz Cezar Bittencourt Silva, foi eleita como Secretária do Departamento a Prof^a Aidyl de Carvalho Preis. Posteriormente, como Diretora do ICHF, foi uma das principais incentivadoras para a criação de cursos de pós-graduação naquele instituto tendo, em setembro de 1970, constituído uma comissão para estudar a viabilidade de sua implantação presidida pelo Prof. Francisco José Calazans Falcon.

Embora as conclusões da comissão em dezembro de 1970 apontassem para “(...) a impossibilidade do início imediato de qualquer curso de mestrado dadas as deficiências verificadas” no ICHF (Projeto Preliminar, 1971, p.1), houve posicionamento favorável da comissão para se priorizar a implantação do Curso de Mestrado em História, já que Antropologia e Ciência Política possuíam pós-graduação em outras instituições no estado da Guanabara, respectivamente no Museu Nacional e no IUPERJ, e a graduação de Psicologia estava em funcionamento há pouco tempo, não estando ainda qualificada para a abertura de uma pós-graduação.

Formou-se uma Comissão de Pós-Graduação no Departamento de História, também presidida pelo Prof. Falcon, para planejar e orientar as medidas necessárias à implantação do curso. Mas, conforme podia-se verificar no decreto nº 67.348 de 06/10/70 que definia os setores prioritários na perspectiva governamental, a pós-graduação em história e de forma geral na área de ciências humanas não tinha prioridade⁴⁵. Além disso faltavam condições adequadas de funcionamento dentro do próprio ICHF e do Departamento de História como uma infra-estrutura de desenvolvimento de atividades regulares e sistemáticas de pesquisa e de aperfeiçoamento docente, a organização quantitativa e qualitativa de outros recursos como bibliotecas, instalações apropriadas, etc.

Ainda que houvesse dificuldades para a implantação imediata do curso, em janeiro de 1971 a Prof^a Aidyl Preis apresentou à Comissão Executiva de Pesquisa e Pós-Graduação da UFF (COMPEG) o Regulamento do Curso de Pós-Graduação em História, justificando este rápido encaminhamento a partir dos “entendimentos verbais”

⁴⁵ “O governo não queria criar cursos de história. As ciências humanas, sobretudo a história, souberam ‘com engenho e arte’, como diziam os cronistas do século XVI, aproveitar-se da conjuntura e fazer levar adiante seu projeto” (Entrevista com a Prof^a Ismênia Martins. Cf. anexo nº 6).

mantidos com a presidente da COMPEG e a partir da importância concedida pelo governo federal à criação dos cursos de pós-graduação no país naquele momento⁴⁶.

A diretora do Instituto ainda valeu-se de uma definição interna da COMPEG⁴⁷ que apoiava a realização de atividades de pós-graduação para setores que ainda não pudessem aspirar a atividades mais sistematizadas na busca de tornar, o mais rápido possível, o curso exequível⁴⁸. Como uma resposta aos obstáculos já referidos, a previsão era de uma implantação por etapas, com o início dos trabalhos no segundo semestre de 1971 e a instalação definitiva do mestrado no segundo semestre de 1972⁴⁹, por acreditar-se que havia possibilidades de serem as faltas supridas.

No ofício a Prof^a Aidyl Preis enunciava seis fatores que garantiriam estas possibilidades. Seriam eles:

“ (...) 1º) a tradição de um Curso de Graduação (...), 2º) a qualidade reconhecida do referido curso, (...) 3º) vários professores tiveram suas inscrições ao doutoramento na Universidade de São Paulo em diversas áreas devidamente aceitas estando em elaboração as respectivas teses, (...) 4º) a renovação constante por parte do corpo docente que tem se traduzido em experiências didáticas novas, (...) 5º) o fato do Estado do Rio de Janeiro, apesar de ser um dos mais tradicionais da união e de ter se caracterizado como Província de maior força política e progresso sócio-econômico, não ter ainda uma bibliografia publicada em quantidade e qualidade consideráveis e suas fontes primárias se manterem intactas (...), 6º) a possibilidade de interessar várias instituições e o próprio governo fluminense nesse trabalho altamente importante à comunidade e que permitiria uma experiência proveitosa e prática da pesquisa” (Ofício nº 15/71, p. 2-3).

Em 07 de julho de 1971 a Comissão de Pós-Graduação apresentou um “Projeto Preliminar” que, após ter sido discutido nas reuniões de departamento e ter sofrido

⁴⁶ Cf. UFF. Reitoria. Ofício nº 15/71 da Diretora do ICHF, Aidyl de Carvalho Preis, à Presidente da COMPEG, Ceres Marques Moraes, encaminhando o Regulamento do Curso de Pós-Graduação em História. 15 de jan. 1971. A elaboração de um regulamento para os cursos de pós-graduação era uma das exigências do Conselho Federal de Educação que primeiro deveria ser cumprida.

⁴⁷ “A fim de atender a necessidades mais prementes -considerando inclusive o problema da futura contratação de professores já com pós-graduação- a COMPEG deverá apoiar, em caráter temporário ou transitório a realização de atividades de pós-graduação que atendam apenas parcialmente a um ou outro crédito, quando o setor respectivo, considerado capaz sob certos aspectos fundamentais, não puder ainda realizar um tratado mais amplo e sistemático para efeitos da obtenção do primeiro credenciamento”. Estratégia Executiva de Pesquisa e Pós-Graduação da COMPEG.

⁴⁸ Cf. o Ofício nº 15/71.

⁴⁹ A previsão para esta data se deve ao fato de que nela o curso viria a contar com três ou quatro professores com o título de mestre e um ou dois com o título de doutor.

algumas modificações⁵⁰ originou o “Projeto do Curso de Pós-Graduação em História”⁵¹, aprovado pela COMPEG através do processo nº 603/71 em 21 de setembro de 1971.

Este Projeto de Criação do Curso, assim como o Projeto Preliminar, previa um conjunto mais amplo de etapas do que o Ofício nº 15/71, que deveriam culminar com a instalação do curso de mestrado apenas em 1973 e do doutorado em 1975.

Segundo a Prof^a Aidyl Preis um dos momentos determinantes do processo de arregimentação de esforços para a instalação do curso foi uma reunião do Conselho Universitário na qual foi discutida a reportagem de capa da Revista Veja de nov./71 que denunciava que grande parte dos documentos brasileiros estavam sendo levados para os Estados Unidos e que a produção historiográfica sobre o Brasil estava lá sendo realizada. Esta denúncia teria sido o elemento definidor para um posicionamento favorável do Reitor no sentido de facilitação das condições para o início do curso.

Ainda no segundo semestre de 1971 a Prof^a Aidyl de Carvalho Preis foi indicada como a primeira Coordenadora do Curso de Mestrado, assumindo a coordenação pelo período de 1971 a 1983⁵².

O primeiro edital foi publicado em outubro de 1971 e a primeira seleção efetivada em novembro do mesmo ano⁵³. Realizou-se um “curso de aperfeiçoamento” ou “curso para graduados”⁵⁴ em História Econômica do Brasil ministrado pela Prof^a Nícia Villela Luz, da USP, cujas atividades foram reconhecidas como créditos para o mestrado e já significaram o início deste nível de ensino. O doutorado somente viria a ser criado em 1984 e implantado em 1985.

⁵⁰ Estas modificações “(...) solicitadas por aqueles docentes mais diretamente interessados em matricular-se no futuro curso (...)” (Catálogo Falcon, 1986, p. 11) podem ser verificadas no Projeto de Criação do Curso: “Os atuais professores lotados no Departamento de História terão a sua inscrição nos cursos para graduados deferidas independentemente das provas de seleção previstas e do número de vagas fixados pelo Departamento” (Projeto de Criação do Curso, p. 13).

⁵¹ Daqui em diante referido como Projeto de Criação do Curso.

⁵² Cf. o anexo nº 1 para verificação da gestão dos coordenadores e subcoordenadores do programa de 1971 a 2000.

⁵³ A primeira turma teve 18 alunos matriculados. Em 1972 houve 10 matrículas. 1973 foi o único ano em que não houve novos alunos matriculados. A partir de 1974, que teve 23 matrículas, o PPGH manteve sempre um número não inferior a 20 matrículas, tornando-se este número cada vez mais elevado.

⁵⁴ “Visam tais cursos criar condições mínimas em termos de atividade pós-graduada que não só possibilitem mas até mesmo justifiquem sua ulterior ampliação em termos de mestrado” (Projeto de Criação do Curso, 1971, p.11). O curso com a referida professora, que já era previsto no Projeto de Criação do Curso, versou sobre a “Urbanização no Recôncavo da Guanabara” e teve seu início em finais de 1971. O segundo Curso para Graduados foi ministrado no primeiro semestre de 1972 pelo Prof. Pedro Freire Ribeiro, professor da UFF.

Desde o início das discussões sobre a implementação do mestrado havia a preocupação com o que se entendia por estudos pós-graduados. A opção pela ênfase à pesquisa era explicitada já no Ofício nº 15/71 que afirmava que o início das atividades da pós-graduação visava o treinamento dos professores em técnicas adequadas de pesquisa. Esta intenção está presente em quase todos os demais documentos do programa.

No Projeto Preliminar a pesquisa é referida como a “atividade definidora por excelência da pós-graduação”. Os cursos que enfatizam o ensino são considerados repetidores, ainda que desenvolvam estudos em nível mais profundo do que os realizados na graduação. A preocupação maior do curso deveria ser com os “problemas de método e de atitude científica” e não com “os conteúdos específicos” de uma ou outra disciplina.

O mesmo projeto, notando que parecia evidente para a maioria dos envolvidos a necessidade de se articular ensino e pesquisa quando se falava de estudos pós-graduados, salientava que “(...) definida a pesquisa e o seu papel preeminente seria certamente em função dela e de seus problemas específicos que caberia ao estudante organizar seu currículo” (Projeto Preliminar, 1971, p. 2)⁵⁵. O PNPG em 1975 também determinava a integração entre ensino e pesquisa.

No entanto, uma verificação em outros documentos, como o Regulamento Geral do Cursos de Pós-Graduação da UFF de 1976, pode demonstrar que esta compreensão não era um consenso à época. O Regulamento afirmava apenas que o mestrado e o doutorado visavam o aprofundamento de conhecimentos adquiridos na graduação⁵⁶.

Não obstante as dificuldades iniciais, a década de 70 caracterizou-se por ser o período da estruturação do curso. Em 25 de agosto de 1976 o Conselho Universitário ratificou, através da resolução nº 80/76, a aprovação que tivera sido feita pela COMPEG em 21 de setembro de 1971 do Projeto de Criação do Curso.

⁵⁵ Este entendimento praticamente predominava. Cecília Maria Westphalen numa comunicação apresentada no XXVIII Reunião anual da SBPC concluía que “(...) os cursos de Pós-Graduação em História deverão ser os centros de excelência da pesquisa história, com vistas à construção de uma historiografia brasileira, nacional e científica” (WESTPHALEN, 1976, p. 18).

⁵⁶ UFF. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação*. 1976, p. 11.

Em 1974 não só foram aprovadas as oito primeiras dissertações⁵⁷ como foi publicado um livro com trabalhos produzidos pelos alunos do curso sob a orientação do Prof. Richard Graham intitulado *Ensaio sobre a Política e a Economia da Província Fluminense no século XIX*.

A aprovação em 1975 de apenas uma dissertação⁵⁸ não significou a médio prazo uma desestabilização no curso, mesmo porque as seis dissertações defendidas em 1976 tinham sido concluídas em 1975⁵⁹. Embora defendidas sob a orientação de Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Freire Ribeiro, a maior parte delas estava ligada a projetos que tiveram a orientação inicial dos Prof^s Richard Graham e Stanley Hilton. A partir de então, o curso manteve sempre o mínimo de quatro trabalhos defendidos por ano, e teve o maior número de defesas, quarenta, em 1997⁶⁰.

Nestes anos iniciais discutia-se qual seria a mais adequada conceituação para uma AC e para uma LP. É comum encontrar-se nos documentos denominações como “setores de concentração”, “área de concentração maior” e outros sem uma definição precisa. Segundo a Prof^a Vânia Fróes, aluna da primeira turma, professora do curso desde 1987 e coordenadora no período de 1992 a 1996, sempre houve dificuldades nestas conceituações:

“(…) os critérios para a definição das linhas foram muito variados e é bom desmistificá-los. Há desde critérios de caráter

⁵⁷ Os autores destas oito dissertações defendidas em 1974 foram, por ordem cronológica de defesa: 1. Marize Arcuri Magalhães, 2. Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira, 3. Rachel Soihet, 4. Dylva Araújo Moliterno, 5. Sônia Bayão Rodrigues Viana, 6. Vânia Fróes Bragança, 7. Ana Maria dos Santos e 8. Hildiberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque Júnior, todos professores da graduação e, com exceção dos Prof^s Marize Magalhães e Hildiberto Albuquerque Júnior, todos integraram posteriormente o corpo de professores da mesma pós-graduação. Quanto aos orientadores, eram todos brasilianistas: três trabalhos são de orientação do Prof. Stanley Eon Hilton e cinco do Prof. Richard Graham. As dissertações n. 4 e n. 8 estavam inscritas na área de concentração de História Política e Social e tratavam do Brasil no século XIX; a n. 4 se detinha na constituinte de 1823 e a n. 8 no republicanismo fluminense de finais do século. Já as dissertações n. 1, 2, 3, 5, 6 e 7 estavam inscritas na área de História Econômica e Social; destas seis, duas tratavam da economia do período Vargas (n^{os} 1 e 2), uma do movimento feminista no Brasil no início do século XX (n. 3), e três eram de História Regional (n^{os} 5, 6 e 7).

⁵⁸ Esta dissertação, n. 9, é de autoria de Berenice Cavalcante Brandão, teve como orientador o Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, versou sobre as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil durante o período Vargas e estava inscrita na área de História do Brasil.

⁵⁹ A principal característica deste grupo de dissertações é o surgimento dos estudos na área de História da América. As dissertações n. 14 e n. 15 estavam inscritas nesta área e tratavam da “Evolução política no Chile”, de 1879 a 1925 (n. 15) e da diplomacia brasileira na Revolução Mexicana (n. 14); os dois trabalhos tiveram o mesmo orientador, Prof. Pedro Freire Ribeiro. Embora constando como tendo sido defendida em 1977, aproximáramos desta dupla de História da América, a dissertação n. 16, de Célio Pereira da Silva, sobre a “Experiência liberal na Colômbia (1848-1886)”, do mesmo orientador. Das seis dissertações defendidas em 1976, as outras quatro vinculavam-se à História do Brasil, duas tratando do século XIX (n^{os} 10 e 11) e duas tratando do período Vargas (n^{os} 12 e 13).

⁶⁰ Para esta afirmativa consideramos os dados de 1971 a 1999.

quase que pessoal, ou seja, dos professores que se tem atuando no programa numa determinada época, até critérios de perspectivas historiográficas. A própria definição do que se entende por linha de pesquisa até hoje não está clara nas discussões nem mesmo dos fóruns nacionais da pós-graduação.” (cf. anexo nº 6).

De qualquer forma o curso teve que enfrentar a problemática da enunciação primeiro de suas ACs e depois, mas ainda na década de 70, das LPs. Neste sentido, seguindo o primeiro regulamento proposto para o curso, se entendia por área de concentração: “(...) o campo específico em que o candidato deverá desenvolver suas atividades de pesquisa ou equivalentes (...)”⁶¹.

Neste sentido o Projeto Preliminar e o Projeto de Criação do Curso definiam duas ACs para serem implementadas: História Econômico-social e História Político-social⁶². A implantação destas ACs, entretanto, não se deu de forma homogênea e sem embates e é interessante notar como diferentes memórias foram construídas acerca desta questão.

O Catálogo Falcon informa que História Econômico-social e História Político-social teriam sido implementadas logo no início do funcionamento do curso mas que a partir do segundo semestre de 1972 com a chegada e a influência dos brasilianistas as ACs teriam sido redefinidas para História do Brasil e História da América.

Também em entrevista o Prof. Falcon afirma que a mudança das ACs História Econômico-social e História Político-social para História da América e História do Brasil se deve certamente à influência dos brasilianistas. Segundo o Prof. Falcon em discussões com os Profs. Richard Graham e Stanley Hilton a postura dos brasilianistas em defesa da implantação de História do Brasil ficava clara. Já História da América teria sido introduzida devido a disponibilidade de atuação de um professor com doutorado integrante do corpo docente da casa, o Prof. Pedro Ribeiro, que havia feito concurso para titular em História da América⁶³.

⁶¹ UFF. Reitoria. Ofício nº 15/71 da Diretora do ICHF à Presidente da COMPEG, 15 de jan. 1971.

⁶² Embora o Catálogo Falcon informe que o Projeto de Criação do Curso definia três áreas de concentração, História Econômica, História Política e História Social (cf. Catálogo Falcon, 1986, p. 12), pudemos verificar que o documento apresentava apenas duas áreas. Esta observação cabe não apenas ao Projeto de Criação do Curso como também ao Projeto Preliminar que o antecedeu. Em entrevista, o Prof. Falcon esclareceu que havia-se inicialmente considerado três áreas tendo-se, ao final, optado por duas devido a condições práticas de implantação, visando inclusive uma economia de recursos (cf. entrevista com o Prof. Francisco Falcon, anexo nº 6).

⁶³ Cf. entrevista com o Prof. Francisco Falcon concedida em 09/12/2000, anexo nº 6.

O Catálogo Fróes, através de seu “Quadro demonstrativo da produção anual por linhas de pesquisa”, também nos permite chegar a semelhante conclusão: História Econômico-social e Político-social teriam sido as primeiras ACs a serem implantadas. O quadro elenca trabalhos defendidos entre 1974 e 1976 em História Política e Social e História Econômica e Social e trabalhos defendidos em História do Brasil e História da América entre 1975 e 1979 (Catálogo Fróes, 1996, p. 340-343).

Um estudo dos históricos dos alunos demonstra que há realmente históricos emitidos pela secretaria do curso que estabelecem como “área de concentração maior” História Econômico-social e História Político-social para alunos que cursaram entre 1971 e 1974. Mas também há casos de históricos emitidos sob a denominação História Econômico-social e História Político-social para cursos até 1977 e com data de emissão não muito posterior ao período cursado.

Estas observações são válidas ainda que consideremos o tempo decorrido entre a entrada do aluno no curso até a sua saída, e observemos a diferença de data entre o término do curso pelo aluno e a emissão do histórico.

Em entrevista a Prof^a Vânia Fróes esclarece que

“(…) História da América e História do Brasil não substituíram as outras como área de concentração. O cotidiano mostrou que os formadores que ministravam mais a História Política estavam mais ligados à História da América e os de História Econômica e Social mais ligados à História do Brasil”⁶⁴.

Mas mesmo assim, conforme ainda elucida a referida professora, muitos brasilianistas também orientavam trabalhos em História Econômico-social.

A dificuldade na definição de qual AC vigorou e em que período pode ser compreendida, segundo a Prof^a Aidyl Preis, por ser a própria legislação para as pós-graduações ainda bastante incipiente no país àquela época e não haver uma exigência tão clara de definição das ACs.

Ainda segundo a Prof^a Aidyl Preis até o primeiro credenciamento do curso teria havido uma associação entre História Econômico-social e Político-social, e História da América e do Brasil. História Econômico-social e História Político-social teriam

⁶⁴ Entrevista concedida em 05/12/2000. Cf. anexo nº 6.

encontrado maior divulgação no cotidiano do curso por serem “(...) terminologias com as quais os alunos estavam mais familiarizados”⁶⁵.

É a própria Prof^a Aidyl que defende, no entanto, que América e Brasil foram escolhidas como ACs porque os dois critérios que discutia-se para sua definição eram o “corte geográfico e o corte temático” e que o geográfico pareceu mais abrangente pois permitiria dentro dele vários cortes temáticos. Estas opções não teriam se dado pela influência dos brasilianistas pois os mesmos quando chegaram já teriam encontrado a escolha feita ⁶⁶.

A Prof^a Ismênia Martins avalia que América e Brasil foram implementadas principalmente devido a carência de recursos humanos para a execução das outras áreas, já que os professores disponíveis seriam os brasilianistas e alguns outros professores nacionais de notório saber ou com teses defendidas, adeptos de uma história mais “tradicional” e que tendiam a rejeitar o novo corte proposto na USP⁶⁷.

A mesma leitura fez a comissão que redigiu o Processo de Credenciamento do Doutorado de 1988. Segundo a comissão deve-se ressaltar que

“(...) as limitações do quadro docente regular do Departamento, assim como a dependência dos interesses e especializações dos professores visitantes inviabilizaram as áreas de concentração originalmente concebidas, redefinindo-se as mesmas como de História do Brasil e História da América” (Processo de Credenciamento do Doutorado de 1988, p. 8).

Estas diferentes interpretações são bastantes significativas pois, embora não permitam a definição precisa de até quando foi implantada uma ou outra AC, tornam possível mapear duas das disputas historiográficas nas universidades brasileiras dos anos 70.

Uma delas: qual deveria ser o principal critério para o corte epistemológico da análise historiográfica, o geográfico ou o estrutural ? Esta discussão tinha sido acionada no Brasil através da USP, onde cada vez mais os historiadores tendiam a rejeitar o corte tradicional, geográfico, e a optar pelo novo viés⁶⁸.

⁶⁵ Entrevista concedida pela Prof^a Aidyl Preis em 11/01/2001. Cf. anexo nº 6.

⁶⁶ Cf. entrevista com a Prof^a Aidyl Preis, anexo nº 6.

⁶⁷ Cf. entrevista com a Prof^a Ismênia Martins, anexo nº 6.

⁶⁸ Cf. entrevista com a Prof^a Ismênia Martins, anexo nº 6.

A outra disputa: qual o significado político das opções historiográficas dos pesquisadores? Questão posta numa época em que, segundo nos esclarece a Prof^a Vânia Fróes, na prática, “(...) tudo que era econômico-social era entendido como de vanguarda e marxista e tudo que era da esfera do político ou político-social era considerado algo mais da história tradicional”⁶⁹.

Diante da divergência das memórias construídas e dos dados coletados e avaliando-os decidiu-se considerar que História Econômico-social e História Político-social deram as primeiras diretrizes para o curso de mestrado⁷⁰.

Isto pôde ser percebido nos primeiros cursos para graduados e em quase todos os documentos produzidos inicialmente para a criação do curso⁷¹. Estas, e não América e Brasil, devem ser consideradas como as ACs implementadas em 1971, ainda que o primeiro credenciamento, encaminhado em 1977 e aprovado em 1978⁷², definiu História do Brasil e História da América como ACs desde 1971.

Considera-se que História da América e História do Brasil foram implementadas a partir do segundo semestre de 1972. Embora todas as dissertações defendidas em 1974 fossem sobre a história do Brasil, a primeira dissertação defendida em uma AC em História do Brasil data de 1975 e em História da América de 1976.

Quanto às LPs⁷³ foram indicadas pela primeira vez em 1975 em relatório enviado à CAPES⁷⁴. As LPs nele enunciadas eram História da América Latina, História dos Estados Unidos, História do México e História do Brasil, e tiveram defesas até 1979. Consideramos este como seu período de vigência: 1975-1979 (cf. anexo nº 2).

⁶⁹ Entrevista concedida em 05/12/2000. Cf. anexo nº 6.

⁷⁰ Para um acompanhamento das ACs implementadas no programa cf. o anexo nº 2.

⁷¹ As primeiras dissertações defendidas em História Econômico-social e em História Político-social datam de 1974, ou seja, o primeiro ano de defesas. Dos quatro mais importantes documentos produzidos na fase inicial de criação do curso, apenas o Estudo Preliminar e o Ofício n. 15/71 não fazem qualquer apontamento sobre qual deveria ser a AC implantada. Os outros dois documentos, o Projeto Preliminar e o Projeto de Criação do Curso, definem História Econômico-social e História Político-social. O primeiro documento no qual se especifica História do Brasil e História da América como AC, ainda que sem data, certamente foi produzido em 1971 ou 1972 intitulado apenas “Curso de Mestrado de História”.

⁷² Os credenciamentos são processos posteriores ao início do funcionamento dos cursos. Este primeiro credenciamento pode ser encontrado na bibliografia desta dissertação sob a seguinte referência: CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Credenciamento do curso de pós-graduação em História - nível de mestrado. Processo n. 4.341/77. Parecer n. 2.157/78 CESu, 2º grupo. Aprovado em 05/07/78. Relator Tarcísio Meirelles Padilha. Documenta nº 212, Brasília, jul. 1978. O “Cumprimento das exigências constantes do Parecer n. 104/78” do referido processo 4.341/77 indica História do Brasil e História da América como AC desde 1971.

⁷³ Para um acompanhamento das LPs implantadas no programa cf. o anexo n. 2.

⁷⁴ A partir deste relatório o curso obteve suas cinco primeiras bolsas.

Pode-se verificar um equilíbrio numérico na produção entre os estudos de América e os de Brasil neste período. Entre 1975 e 1979 foram defendidas 24 dissertações em História do Brasil e 24 em História da América⁷⁵, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela nº1
Produção por Linha de Pesquisa (1975-1979)

Áreas de Concentração	Linhas de Pesquisa	Nº de Defesas
História da América	História da América Latina	23
	História do México	01
	História dos Estados Unidos	00
<i>Subtotal</i>		24
História do Brasil	História do Brasil	24
<i>Total</i>		48

Fontes: Catálogo Falcon e Catálogo Fróes.

Este equilíbrio numérico não deve ser considerado incongruente por estar a instituição instalada especificamente no Brasil, se considerarmos as finalidades do curso explicitadas no Regulamento Específico do Curso de Mestrado em História aprovado em 1977, especialmente a finalidade exposta na alínea “c”:

- “a) estimular e desenvolver as qualidades criadoras dos graduados em história e áreas afins;
- b) aprofundar conhecimentos em domínios regionais da história;
- c) formar pesquisadores, sobretudo nos domínios de História da América e do Brasil;

⁷⁵ Neste período, 1975-79, os trabalhos ficaram assim distribuídos: nenhum estudo em História dos Estados Unidos, o que é ainda mais revelador do que o fato de ter sido esta LP enunciada, 01 estudo para a LP História do México (n. 14) e 23 trabalhos em História da América Latina, assim distribuídos: 04 sobre a Argentina (n^{os} 25, 40, 49 e 50), 03 sobre o Paraguai (n^{os} 28, 35 e 48), 03 sobre o Peru (n^{os} 22, 26, e 27), 02 sobre o Chile (n^{os} 15 e 29), 02 sobre a Colômbia (n^{os} 16 e 33) e 02 sobre o Uruguai (n^o 21 e 24). Outros países aparecem como tema de um único trabalho de pesquisa cada um: Bolívia (n. 34), Cuba (n. 63), Equador (n. 23), Panamá (n. 39) e Venezuela (n. 19). Ainda há mais dois estudos de América Latina que não se referem a um país especificamente (n^{os} 43 e 47).

d) contribuir para a formação de professores universitários de História de alto nível profissional e fornecer condições permanentes de aperfeiçoamento e atualização”⁷⁶.

Pode-se notar uma mudança de orientação a partir do Regulamento de 1981 quando, ao definir as finalidades do curso, embora se mantenha a preocupação com a “História das Américas,” grafada desta forma no plural, começa-se a destacar os estudos de Brasil. Isto pode ser verificado na alínea “a” do artigo 1º que informa ser finalidade do curso “(...) formar pesquisadores, sobretudo nos domínios da História das Américas e *particularmente do Brasil*”⁷⁷.

Se entre 1975-1979 a posição de História da América e História do Brasil se apresenta em equilíbrio, neste segundo momento o destaque começa a pender para História do Brasil, o que acabou configurando uma ruptura na década de 80, quando os estudos de Brasil se tornaram bastante volumosos e os de América tenderam a praticamente desaparecer.

Esta inclinação crescente para que o curso privilegiasse os estudos em História do Brasil em detrimento da História das Américas se mantém até hoje, ainda que outros cortes geográficos tenham despontado.

Seguindo este caminho de avaliação da produção em América e Brasil, podemos observar entre as quatro LPs que vigoravam entre 1980 e 1987⁷⁸ três LPs na área de Brasil com um total de 68 defesas. A única LP na área de América teve 5 defesas para período quase idêntico ficando América com uma média de menos de uma defesa por ano, conforme disposto na tabela a seguir.

⁷⁶ Regulamento Específico do Curso de Mestrado em História, 1977. Aprovado pela N.S. nº 124/77. p. 2. Título 1, art. 1º.

⁷⁷ Regulamento Específico do Curso de Mestrado em História. Niterói, xeroc, 1981. Aprovado pela resolução nº 63/81 do Conselho de Ensino e Pesquisa. p. 1. Grifo nosso.

⁷⁸ A implantação destas LPs será discutida no próximo item deste capítulo.

Tabela nº 2
Produção por Linha de Pesquisa (1980-1987)

	Linhas de Pesquisa	Período de Defesas	Nº de Defesas
B r a s i l	Sistemas Agrários no Brasil dos séc. XVIII e XIX	1980-1986	13
	Industrialização, Operariado e Camadas Populares no Rio de Janeiro, séc. XIX e XX	1980-1987	21
	História Social das Idéias no Brasil, séc. XIX e XX.	1980-1987	34
<i>Subtotal</i>			<i>68</i>
América	Escravidão e Abolição na América Latina e no Caribe (séc. XVIII e XIX)	1981-1987	05
<i>Total</i>			<i>73</i>

Fonte: Catálogo Fróes, p. 341.

Após 1987 pôde-se encontrar não mais que três trabalhos sobre História da América⁷⁹. Quanto aos demais regulamentos do PPGH/UFF, um aprovado ainda na década de 80⁸⁰ e outro aprovado em 1990⁸¹, não há qualquer referência à História da América e História do Brasil.

Em contrapartida cresceram significativamente os esforços em estudos de “domínios regionais”, conforme pode ser verificado no Regulamento de 1977, que apresentava esta perspectiva como uma das finalidades do curso. Esta tendência pode ser igualmente verificada na produção discente não só desta década como também na produção das décadas seguintes e se constituía numa característica comum nos cursos de pós-graduação que estavam sendo abertos na década de 70.

⁷⁹ Referimo-nos às dissertações nº 255 “Ocupação de um território novo. Povoamento, produção e urbanização no sudeste da Província de Buenos Aires (Argentina), Necochea (1881-1914)”, de María Verónica Secreto e nº 257 “Cidades inumanas. Condições de vida dos trabalhadores de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1930-1945)” de Norberto Osvaldo Ferreras, e à tese nº 264 “Reforma agrária, pequena propriedade e renda da terra na América Latina: a experiência da Bolívia (1952-1979)” de Canrobert Costa Neto, todas defendidas em 1995, tendo sido as duas primeiras sob orientação da Profª Eulália Lobo, e a outra sob orientação do Prof. Hamilton Monteiro. Os dados foram pesquisados até 1996.

⁸⁰ UFF. CEG. ICHF. Curso de Pós-Graduação em História. Programas de Mestrado e Doutorado. *Regulamento Específico do Curso de Pós-Graduação em História*. Niterói, mimeog., s/d (198?).

⁸¹ UFF. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Específico do Programa de Pós-Graduação em História*. Niterói, xeroc, 1990.

Interessante notar que o Regulamento de 1981, embora mantenha as demais alíneas, ainda que reformuladas, (cf. alíneas “a”, “c” e “d” do Regulamento de 1977, citadas acima), suprimiu exatamente a alínea “b” que mencionava a história regional⁸².

Esta exclusão nos parece ainda mais interessante quando verificamos que a chamada história regional se tornou uma das prioridades do curso até os anos 90 e dessa forma foi apresentada em vários documentos da coordenação produzidos nos anos 80 e 90. Na definição das LPs de 1980 e de 1997, por exemplo, a História Regional aparece como linha de pesquisa (cf. anexo n. 2).

Quanto ao corpo docente⁸³ do período de 1971 a 1981 utilizou-se largamente a contratação de professores visitantes através de convênios e acordos de cooperação que facilitavam a contratação de brasilianistas, sobretudo norte-americanos⁸⁴, diante do pequeno número de professores disponíveis para lecionar na pós-graduação no Brasil, ainda que observemos a presença de alguns professores da USP, da Universidade do Brasil, do Museu Nacional e da própria UFF⁸⁵.

Em entrevista a Prof^a Aidyl Preis informou que:

“na área do Rio de Janeiro, em consequência do Ato Institucional nº 5 de 1968, numerosos professores gabaritados foram atingidos e estavam exilados ou aposentados. Restou-nos buscar apoio na Universidade de São Paulo, onde conseguimos apenas a adesão da eminente professora Dr^a Nícia Villela Luz que estava aposentada. Outros convites feitos não foram aceitos considerando a defasagem salarial entre a Universidade de São Paulo e as universidades federais” (cf. anexo nº 6).

Quanto aos brasilianistas, segundo a Prof^a Aidyl Preis, o curso não teria procurado por sua contratação mas, ao contrário, a CAPES é que teria primeiro oferecido a possibilidade de financiar seu trabalho na UFF. Haveria um interesse da CAPES, em decorrência da rápida expansão dos cursos de pós-graduação, de desenvolver um programa de incremento para formar uma massa de pesquisadores no

⁸² Com exceção do regulamento de 1977 nenhum outro regulamento do curso faz referência à história regional.

⁸³ Para uma verificação do corpo docente do PPGH de 1971 a 1999 cf. o anexo nº 4.

⁸⁴ Para verificar os professores estrangeiros que atuaram no curso no período de maior presença dos mesmos, 1972 a 1980, cf. o anexo nº 3.

⁸⁵ É importante registrar que antes dos formatos modernos dos programas e cursos de pós-graduação as titulações eram obtidas através de outros processos que geralmente compreendiam a elaboração quase que isolada das teses pelos pesquisadores, sem a exigência de cumprimento de uma certa carga horária de aulas e demais atividades curriculares.

país. Interesse que coincidiu com a necessidade da UFF naquele momento de obter professores para a pós-graduação.

O contexto da guerra fria, acirrado na América a partir da revolução cubana, teria estimulado os investimentos estrangeiros nas pesquisas sobre América Latina. Várias foram as fundações que atuaram neste sentido como a Fundação Ford e a Latin America Fellowship. Era amplo o prestígio dos brasilianistas. A Revista Veja de 24 de novembro de 1971 trazia como matéria de capa denúncia de que a História do Brasil estava sendo escrita nos Estados Unidos. Segundo a reportagem, durante os últimos dez anos cerca de quinhentos pesquisadores americanos tinham estado no Brasil⁸⁶.

Destacando a importância da atuação dos brasilianistas a reportagem afirma que “os pesquisadores americanos, em dez anos de trabalho, fizeram um completo levantamento da história do Brasil” (VEJA, p. 34), ou ainda que “(...) as pesquisas dos ‘brazilianists’ derrubaram falácias bastante vivas na atualidade da política brasileira” (VEJA, p. 35).

Na mesma reportagem, numa perspectiva mais crítica, pode-se encontrar avaliações como a seguinte: “mesmo baseadas em sólidas entrevistas e em profundos conhecimentos, as conclusões dos pesquisadores americanos não podem ser consideradas por ninguém como a voz do oráculo” (VEJA, p. 36).

Ora supervalorizando o significado das pesquisas dos brasilianistas para a História do Brasil, ora avaliando mais apropriadamente sua produção historiográfica, a reportagem indicava algumas importantes pesquisas e demonstrava a carência de uma maior produção historiográfica nacional sobre a história do país.

Segundo a Prof^a Ismênia Martins os brasilianistas foram importantes pois teriam pesquisado especialmente temas contemporâneos que não tinham ainda uma ampla atenção por parte da historiografia brasileira⁸⁷. Importante observar, também, que houve diferentes levas de brasilianistas que traziam interesses e perspectivas metodológicas diferenciadas.

Em 1971 a liberação de verbas para financiar a presença dos brasilianistas já não era tão volumosa, porém, conforme afirmaram alguns deles naquele ano: “(...) agora, com a queda das verbas das fundações, o trabalho vai ficar muito reduzido. Já está

⁸⁶ Revista Veja, nov./71, p. 36.

⁸⁷ Cf. entrevista, anexo nº 6.

muito difícil se conseguir uma bolsa. Precisamos urgentemente de um novo Fidel Castro para que os cofres se abram” (VEJA, nov./71, p.).

Quanto o acesso à documentação, segundo o Prof. José Honório Rodrigues, “(...) as portas se abririam com mais facilidades para um estrangeiro. Um brasileiro é sempre mais ou menos temido. Achem que ele pertence a este ou aquele partido e vem com idéias preconcebidas”⁸⁸. Segundo o Prof. Falcon, considerando-se as defesas que o Prof. Rodrigues costumava fazer da atuação dos brasilianistas não se pode entender sua fala como expressão de uma tendência anti-americanista. A crítica se referia às diferenças de acesso à documentação no país para um profissional brasileiro e um estrangeiro de acordo com a política estabelecida na época, e explicitava as dificuldades para um brasileiro fazer história do Brasil contemporâneo (cf. anexo nº 6).

O período de principal presença brasilianista no curso foi entre 1972 e 1976⁸⁹, com importantes presenças até em torno de 1980. Uma de suas principais contribuições para o curso foi, segundo a Prof^a Vânia Fróes, que eles colocaram os estudantes em trabalho direto com os arquivos, enquanto predominava no Brasil uma produção histórica muito preocupada com as “grandes sínteses” (cf. anexo nº 6).

Dentre os brasilianistas, aqueles que tiveram maior número de orientações à época na UFF foram os Profs. Richard Graham e Stanley Eon Hilton que, embora tivessem permanecido no curso apenas até 1974, deixaram vários projetos inicialmente por eles orientados e que foram defendidos até o ano de 1976.

Mas o Projeto Preliminar do curso previa o estabelecimento de convênios e contratações que permitissem a atuação de professores visitantes qualificados apenas em caráter temporário. O curso deveria obter sua autonomia em relação ao corpo docente (Projeto Preliminar, 1971, p. 8).

Em 1975, a implantação do Programa Nacional de Pós-Graduação a ser aplicado no quinquênio 1975-9 normatizou os cursos e ao mesmo tempo permitiu um melhor planejamento. A pós-graduação ia se tornando parte sistemática das universidades

⁸⁸ Revista Veja, nov./71, p. 38.

⁸⁹ Não obstante, em 1987 foi defendida a última dissertação do PPGH/UFF orientada por um brasilianista, Robert Wayne Slenes, de autoria de Gladys Sabina Ribeiro, “ ‘Cabras’ e ‘pés-de chumbo’: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)”, dissertação nº 125. Importante notar, porém, que o referido professor se estabeleceu no país tendo se vinculado à UNICAMP após sua passagem pela UFF.

nacionais e possibilitando aos historiadores uma formação mais profissional e científica e o surgimento de um corpo docente regular .

O Processo de Recredenciamento de 1982 esclarecia que a contratação de professores estrangeiros se devia à falta de número suficiente de profissionais brasileiros qualificados, pois havia apenas um curso de doutorado no país, o da USP. Acusava, entretanto, que a participação de professores visitantes estrangeiros, “(...) por sua participação instável, inibia realizações que exigiam continuidade” (Processo de Recredenciamento de 1982, p. 1).

A substituição dos professores visitantes estrangeiros por um quadro regular na década de 80 (cf. anexo nº 4) se deu através de três processos básicos. Primeiro, a atuação na pós-graduação dos professores do Departamento de História da UFF, grande parte tendo realizado o mestrado no próprio curso da UFF, com destaque para os integrantes da primeira turma, e o doutorado na USP, ou em outras universidades do Brasil; alguns o fizeram no exterior e retornaram entre 1984 e 1987.

Segundo, a partir de modificações na situação política em finais dos anos 70, o processo de redemocratização do país se refletiu também na UFF permitindo a contratação de professores brasileiros que atuavam no exterior. Inicialmente como visitantes e depois incorporados ao programa foram fundamentais as entradas de professores como Maria Yedda Leite Linhares, Ciro Flamarion Cardoso e Eulália Maria Lahmeyer Lobo.

Também foram realizadas contratações de novos professores, por intermédio dos concursos abertos à época, alguns como auxiliares ainda que já com o título de doutores. Desta forma o corpo docente passava por uma ampliação.

Pequeno número de professores visitantes seria mantido apenas para assegurar o intercâmbio, através de convênios, dentre os quais se destacaram aqueles com a Universidade de Toulouse-Le Mirail (CAPES - COFECUB), com a Fundação Fulbright e com a Universidade de Costa Rica (Convênio CNPq - CONICIT). Vão se retirando os brasilianistas, e a presença de professores através de convênios vai deixando de ser imprescindível e assumindo apenas um caráter de revigoramento e oxigenação e permitindo a manutenção de diálogo com profissionais de outras instituições de dentro e fora do país.

Desta forma foi possível dar maior estabilidade à produção do curso, alargar a oferta de disciplinas, fazer escolhas de LPs sem condicionamentos às opções de professores visitantes, assim como integrar a graduação e a pós-graduação, já que o departamento tomou por regra que todos os professores que atuavam na pós também deveriam atuar na graduação, conforme destacaram as Prof^{as} Vânia Fróes e Ismênia Martins (cf. entrevistas, anexo nº 6). Canais de participação política estavam sendo abertos e procedeu-se à descentralização administrativa na vida universitária a partir da mobilização dos docentes e discentes.

2.3. A reestruturação do Curso de Mestrado e a criação do Curso de Doutorado (1982 - 1996)

“A história total não consiste em dizer tudo acerca de tudo -o que seria uma pretensão absurda e irrealizável-, mas sim em dizer aquilo de que depende a totalidade, e aquilo que depende da totalidade”.

(Pierre Vilar citado no documento *Criação de setores temáticos e Criação de disciplinas*, p. 5)

As décadas de 80 e 90 foram para o curso período de importantes mudanças. As transformações foram iniciadas em finais da década de 70, ocorrendo principalmente de 1978/79 a 1981/83, se ampliaram em 1988, e se consolidaram nos primeiros anos da década de 90.

Estas transformações podem ser compreendidas a partir de alguns fatores básicos:

- a significativa redução da presença no corpo docente do programa de professores visitantes estrangeiros, marcadamente a partir de 1978/9;
- a formação de um corpo docente regular de professores integrantes do Departamento de História da instituição atuando na pós-graduação;
- o interesse por outros conjuntos de temas, matrizes teóricas e métodos por parte dos professores e dos mestrandos e doutorandos;
- as reavaliações políticas em âmbito nacional e o processo de “abertura gradual”;
- a implementação do decreto de dezembro de 1980 que reestruturava a carreira docente do magistério superior nas universidades federais e que demandava uma

dedicação exclusiva dos professores, ao mesmo tempo que fazia uma série de exigências de trabalho;

- uma tendência observada de ampliação do tempo médio de defesa das dissertações nas pós-graduações de todo o país no período inicial, que significou um aumento de qualidade nos trabalhos defendidos⁹⁰.

Dentro deste contexto as principais modificações operadas no PPGH foram o Processo de Recredenciamento do Curso de Mestrado e a criação do Curso de Doutorado, a reforma curricular de 1983, a aprovação do novo Regulamento dos anos 80, a implantação de novas LPs em 1980 e 1982 e de novas ACs em 1982 e em 1988, além da criação dos Setores Temáticos também em 1988.

Destas modificações aqui interessam primeiro aquelas feitas junto às LPs. Após uma série de discussões no Colegiado do Curso⁹¹ novas LPs foram implementadas e vigoraram no curto período de 1980 a 1981. Foram elas: Escravidão e Abolição na América Latina e no Caribe (séc. XVIII e XIX); História Regional, com duas vertentes - Sistemas Agrários no Brasil dos séc. XVIII e XIX, e Industrialização, Operariado e Camadas Populares no Rio de Janeiro (séc. XIX e XX)-; e História Social das Idéias no Brasil (séc. XIX e XX).

É importante considerar que “Sistemas Agrários no Brasil dos séc. XVIII e XIX” e “Industrialização, Operariado e Camadas Populares no Rio de Janeiro, séc. XIX e XX”, geralmente são citadas apenas como “Sistemas Agrários” e “Camadas Populares” e recebem destaque, embora a linha de História Social das Idéias sempre tivesse maior número de defesas.

Mas embora estas linhas tivessem sido consideradas “interessantes e enriquecedoras” numa avaliação posterior do próprio PPGH, não atendiam às necessidades do curso. Segundo o Projeto da Reforma Curricular de 1983 a implantação destas LPs foi considerada insatisfatória “(...) sobretudo, talvez, pela falta de mecanismos tanto práticos quanto institucionais que garantissem a coesão interna de cada linha permitindo seu funcionamento como entidade coletiva” (Projeto da Reforma Curricular de 1983, p. 1-2).

⁹⁰ O final dos anos 90, ao contrário, assistiu a um movimento inverso, o da redução do tempo para as defesas.

⁹¹ Cf. as atas de reuniões do Colegiado.

Assim, embora tivessem chegado a constar do processo de credenciamento de 1982⁹², pois à época da presença da Comissão Verificadora (out./82) os debates no Colegiado que viriam a definir outras LPs ainda não estavam concluídos, foram logo substituídas (Catálogo Falcon, p. 14).

Neste período de ebulição o processo de credenciamento foi encaminhado em outubro de 1982 pois o primeiro credenciamento de 1978 havia autorizado o funcionamento do curso, como de praxe, por cinco anos. O credenciamento culminou com parecer favorável do CFE em 1983⁹³. Constaram da solicitação deste credenciamento os subprogramas do Projeto FINEP, que foram anexados ao processo e indicados como “Linhas de Pesquisa em estudo”.

Este foi um projeto encaminhado à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em 1982 visando a solicitação de recursos para a operacionalização de um plano a ser desenvolvido em conjunto no espaço institucional do PPGH/UFF. Dele constava um programa de estudos intitulado “Cidade e campo no complexo regional do Rio de Janeiro séculos XIX e XX”. Este projeto não buscou apenas verbas para o PPGH, mas fundamentou-se na “(...) convicção de que cada universidade deve estar organicamente vinculada à comunidade regional na qual se situa” (Projeto da Reforma Curricular de 1983, p. 2).

Segundo a Prof^a Ismênia Martins, principal organizadora do Projeto FINEP, era fundamental um trabalho conjunto no departamento:

“(...) eu entendia que tinha que haver um projeto departamental forte. O Projeto FINEP foi um instrumento para viabilizar isto. Foi uma maneira de construir um projeto conjunto no próprio espaço institucional” (cf. entrevista, anexo nº 6).

O projeto agregou os grandes eixos de produção do programa à época, conforme pode-se verificar em seus três subprogramas e buscou dedicar-se a questões ligadas à província/estado do Rio de Janeiro.

Estes subprogramas eram os seguintes: “O modelo de estagnação e a problemática da decadência - o Rio de Janeiro (Província - Estado): 1850-1950”, coordenado pela Prof^a Maria Yedda Leite Linhares e pelo Prof. Robert W. Slenes;

⁹² UFF. CEG. ICHF. Curso de Mestrado em História. *Solicitação do Recredenciamento do Curso de Mestrado em História*. Niterói, xeroc., s.d. (1982).

⁹³ CFE, Parecer nº 230/83, de 06 de maio de 1983.

“Processos industrializantes, condições de vida e movimentos operários (fins do século XIX - década de 1930)”, coordenado pelas Prof^{as} Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Ismênia de Lima Martins; e “Análise de discursos e suas ideologias na transição do trabalho escravo para o trabalho livre”, coordenado pelo Prof. Francisco José Calazans Falcon.

Seu principal objetivo era discutir o quadro difundido da “decadência” das regiões antes florescentes e da falta de dinamismo das comunidades jovens da província/estado do Rio de Janeiro e representava “(...) uma primeira tentativa de focar as relações entre a agricultura e o capitalismo no Rio de Janeiro numa perspectiva sócio-econômica mais ampla e com estudos concretos” (Projeto de Recredenciamento de 1982, p. 5).

Assinalava já haver trabalhos de caráter mais localizado no que se refere à abolição da escravidão e à crise cafeeira, mas denunciava as principais carências nas pesquisas: a falta de uma síntese que permitisse a abertura de novas possibilidades teóricas de abordagem e especificamente de estudos sobre os “sistemas de uso da terra”.

Firmado em 17 de outubro de 1983 entre a FINEP e a UFF e com uma previsão inicial de funcionamento de 24 meses, o projeto teve sua primeira etapa implantada no segundo semestre de 1983 e concluída em 1986 com estudos relativos ao período de 1870 a 1945. A segunda etapa foi iniciada no segundo semestre de 1987 e tratava do período de 1945 a 1964.

Segundo o Prof. Falcon o subprojeto do qual caberia à ele a coordenação não chegou a ser executado devido a cortes de verbas, pois a FINEP, que tinha tido seu auge nos anos 70 como agência financiadora, se encontrava com verbas escassas nos anos 80.

As discussões do Projeto FINEP e das reformas que estavam sendo realizadas, inclusive através da realização de seminários, foram direcionadas pela preocupação com a “qualidade”, a “excelência” e a “(...) busca de intensificação da vinculação efetiva das atividades docentes do curso às de pesquisa” (Projeto da Reforma Curricular de 1983, p. 3).

A aprovação do novo regulamento em 1981 assegurava a todos os professores e a uma representação discente (na proporção de 1/5 do corpo docente) participação no

Colegiado do Curso⁹⁴. Assim desenvolveu-se um “espírito de participação ativa eficaz” que teria contribuído para a ampliação das discussões sobre as modificações que eram necessárias (Catálogo Falcon, 1986, p. 15).

Ao mesmo tempo o Colegiado, que aprovava na reunião de 06 de junho de 1983 o Projeto da Reforma Curricular do Curso de Mestrado em História, o encaminhava⁹⁵. As principais inovações com a nova estrutura implantada no curso foram, segundo Falcon,

“(…) a abertura oferecida aos alunos, em termos de opções e flexibilidade, desde as provas de seleção aos temas das dissertações, passando pela articulação dos cursos das áreas de concentração e de domínio conexo.” (Catálogo Falcon, 1986, p. 15).

Estas inovações foram facilitadas porque, a partir da Resolução nº 5 de 10/03/83 do CFE, não mais seria necessária a informação imediata de mudanças que fossem feitas nos cursos de pós-graduação ao referido Conselho, podendo as mesmas ser avaliadas, e mantidas ou não, quando do encaminhamento dos recredenciamentos⁹⁶, permitindo assim uma adequação das “estruturas formais” dos cursos de mestrado aos seus “conteúdos efetivos”.

Novas LPs foram implantadas em 1982 a partir do amadurecimento das experiências com práticas pedagógica e de pesquisa e buscavam um modelo “mais abrangente e coerente teoricamente”. Eram elas História Social da Agricultura, também chamada História Agrária, História Social da Industrialização e da Urbanização, e História Social das Idéias. Nas justificativas novamente ressaltava-se o corte regional e o compromisso da instituição com a região fluminense na qual a universidade estava fixada e optava-se pela História Social enquanto elemento articulador.

Em 1982 também definiu-se novas ACs em substituição à História do Brasil e à História da América. Acompanhando as LPs, eram quase idênticas àquelas em seu enunciado: História Econômica e Social da Agricultura, História da Urbanização e da

⁹⁴ O regimento anterior, de 1977, assegurava participação apenas para 4 professores e nenhuma participação discente, embora o programa já tivesse por prática permitir a participação a todos os professores e a uma representação discente.

⁹⁵ Embora não venham a ser aqui por nós abordadas em seus aspectos curriculares, as modificações efetivadas na reforma de 1983 estão explicitadas no Projeto da Reforma Curricular de 1983, p. 8-22.

⁹⁶ O novo recredenciamento do PPGH/UFF deveria ser feito, e foi, em 1988.

Industrialização, e História Social das Idéias⁹⁷. História Econômica e Social da Agricultura passou no cotidiano do curso a ser denominada apenas História Social da Agricultura.

História da América e História do Brasil chegaram, contudo, assim como as LPs implantadas em 1980, a constar do processo de credenciamento de 1982 pois, à época da presença da Comissão Verificadora, as discussões no Colegiado referentes às ACs também não estavam concluídos (Catálogo Falcon, 1986, p. 14).

As LPs implantadas em 1982 vigoraram até 1996, tendo sido as linhas que mais tempo permaneceram no curso⁹⁸. Elas mantinham um núcleo central que as vinculava às áreas de concentração vigentes.

Este núcleo, consenso entre os membros do PPGH em torno de 1985, acabou sugerindo a próxima AC, a História Social. Em um movimento oposto ao que vigorara até 1979, quando a tendência era se definir as LPs em decorrência das ACs, as transformações de 1980 a 1983 destacaram a definição primeiro das LPs e depois das ACs, o que estava de acordo com a “importância renovada” que a Resolução nº 05/83 concedia às LPs.

Quanto a escolha de apenas uma AC pela primeira vez no programa, há que se considerar razões organizacionais, como o funcionamento que ocorria, na prática, das LPs como ACs. A criação de mais de uma AC reclamaria a formação de praticamente outro programa. Além disso a escolha por História Social não era isolada, pois esta se tornou a AC de muitos cursos de pós-graduação em todo o país.

Na justificativa para a escolha desta área, presente em vários documentos produzidos pela coordenação do programa desde 1982⁹⁹, fica clara a opção por uma História Social produzida a partir de como a compreendia o grupo dos Annales, especialmente Febvre e Bloch. A idéia matriz trazia implícita um programa de “história global”, de “história total”.

⁹⁷ A criação destas ACs foi encaminhada através do Processo nº 7671/83, aprovada pela resolução nº 114/83 do Conselho Universitário da UFF, e publicado no Boletim de Serviço da UFF nº 236 de 20/12/83.

⁹⁸ Estas LPs eram as que estavam em vigor no período que mais diretamente nos interessa nesta dissertação (1989-1996).

⁹⁹ Cf., principalmente, “Organização e Regime Didático-Científico da Pós-Graduação em História da UFF”, de 1988 (?); “Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas”, 1988; e “Relatório que o Curso de Pós-Graduação em História encaminha ao Conselho Federal de Educação para efeito de renovação do credenciamento do Mestrado e do Doutorado”, 1994.

Pronunciava-se a favor de uma história que representasse a síntese da “história da civilização material, do poder e das mentalidades coletivas”¹⁰⁰, pois não entendia-se que houvesse uma história econômica e outra social. Haveria “(...) somente história em sua unidade”¹⁰¹.

Segundo as justificativas do PPGH/UFF, ainda que a História Social tivesse surgido em parte articulada aos estudos de quantificação em história, ainda que estivesse sendo usada num sentido mais restrito, como defendeu Soboul¹⁰², e ainda que se soubesse dos posicionamentos dos “partidários ortodoxos” de uma chamada “nova história” que costumavam optar “(...) pela extrema desagregação ou setorização dos estudos históricos quando não pela volta à narração em detrimento da preocupação estrutural”¹⁰³, o programa optava pela História Social.

Ela era entendida como uma “síntese global” que não se faria pela simples soma de trabalhos monográficos, mas que se constituiria “(...) numa explicação integrada em todos os níveis da atividade humana em cada época considerada”¹⁰⁴.

Quanto às habilidades de pesquisa, o mesmo documento, ainda que não compreenda a comparação como o método básico a ser empregado, propunha, uma história que utilizasse a “atitude comparativa (...) como um procedimento de controle das generalizações explicativas pela confrontação empírica de hipóteses”. Deveria incluir instrumentos de generalização como a atitude comparativa ou a construção de modelos. Esta história poderia ser considerada como “ciência social” e buscaria passar

¹⁰⁰ DUBY. Hombres y estructuras de la Edad Media, p. 250 *apud* UFF. ICHF. Curso de Pós-Graduação em História. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 3.

¹⁰¹ FEBVRE. Combates pela história, p. 40 *apud* UFF. ICHF. Curso de Pós-Graduação em História. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 3.

¹⁰² “(...) a história social (...) quer ser uma disciplina particular dentro do conjunto das ciências históricas. Neste sentido mais preciso, aparece vinculada ao estudo da sociedade e dos grupos que a constituem em suas estruturas e a partir do ângulo da conjuntura, nos ciclos como na longa duração” (SOBOUL. “Description et mesure en histoire sociale” in LABROUSSE et al. *L’Histoire sociale*. p. 9 *apud* UFF. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 3).

¹⁰³ UFF. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 8.

¹⁰⁴ UFF. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 4.

da “descrição” à “explicação” com um profundo interesse pela síntese global, sem impedir a especialização”¹⁰⁵.

Quanto ao Curso de Doutorado as discussões para sua criação tinham sido colocadas em andamento desde 1982¹⁰⁶, tendo-se efetivado esforços na preparação de um projeto de criação do curso¹⁰⁷. O pedido de autorização junto à universidade foi deferido em 21 de novembro de 1984, o que permitiu o início de seu funcionamento ainda em 1985 através do processo de seleção e início das aulas.

Em 1987 elaborou-se o Processo de Renovação do Credenciamento do Mestrado e Credenciamento do Doutorado, aprovado em 1988¹⁰⁸. Neste processo justifica-se o intento de criação do doutorado devido

“(…) a experiência acumulada criticamente ao longo de mais de dez anos de funcionamento do Curso de Mestrado, um quadro docente satisfatório em número e competência acadêmica, e na demanda acumulada a nível nacional mas sobretudo do Grande Rio.

Destaca-se, outrossim, que o Curso de Mestrado nesta fase apresentava-se à Comunidade Acadêmica nacional, não apenas através da projeção individual de vários de seus docentes mas, institucionalmente, com um perfil científico definido e promoção de vários eventos, a apresentação dos resultados de pesquisas coletivas que consolidavam o prestígio do curso, que já desfrutava o conceito A da CAPES, e se recebia alunos de todas as regiões do país. (Processo de Credenciamento do Doutorado de 1988, p. 10-11).

¹⁰⁵ O documento cita Lucien Goldmann para fundamentar esta posição: “o problema metodológico consiste em explicitar o nível, a estruturação do objeto que permita agrupar exclusivamente fatos de suficiente parentesco para iluminarem-se reciprocamente e, ao mesmo tempo, de suficiente diversidade para dar de si uma lei estrutural que não seja simples descrição de um fato individual. Trata-se de achar o nível estratégico único e preciso (...)”. E ainda cita Febvre “Especialista ou sintetizador ? Ambas as coisas ao mesmo tempo, pois é preciso ser ambas as coisas. Generalizar no concreto, sem se preocupar com abstrações feitas em série: é este o último cume que deve ser coroado pelo historiador, o mais alto, o mais difícil”. (UFF. ICHF. Curso de Pós-Graduação em História. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 5-7).

¹⁰⁶ Embora tenhamos encontrado referências apresentando o mestrado como um programa e o doutorado como outro programa (por exemplo o Catálogo Fróes, p. XIV ou o Processo de Credenciamento do Doutorado de 1988, p. 14), segundo orientação da PROPP existe apenas um Programa de Pós-graduação em História na UFF que reúne dois Cursos, o Mestrado e o Doutorado.

¹⁰⁷ Integraram a comissão designada pelo Colegiado para elaborar o projeto de criação do doutorado os Profs: Francisco José Calazans Falcon, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Maria Yedda Leite Linhares e Victor Vincent Valla.

¹⁰⁸ Dos três cursos de pós-graduação em História existentes no país com conceito A até então apenas o da UFF não possuía o nível de doutorado.

O Curso de Doutorado seguiu definições quase idênticas às aquelas em prática no mestrado. Como AC, História Social; como LPs História Social da Agricultura, História Social da Urbanização e da Industrialização¹⁰⁹ e História Social das Idéias.

Lembrando que as etapas sugeridas inicialmente para a criação da pós-graduação em história na UFF em 1971 previam a instalação não apenas do mestrado, mas também do doutorado, verificou-se como eram apresentadas as proximidades e os distanciamentos entre eles naquela documentação inicial.

Um dos primeiros documentos do curso já designava ser objetivos tanto do mestrado como do doutorado “(...) formar professorado de alto nível que possa atender à expansão quantitativa do curso superior (e) desenvolver pesquisa histórica através de uma preparação adequada de pesquisadores” (Ofício n. 15/71, p. 5).

Ainda que o Projeto de Criação do Curso e o Projeto Preliminar de 1971 retirassem dos mestrandos a responsabilidade de elaborar trabalhos necessariamente originais este último determinava que deveria “(...) ser exigida do aluno uma intensa prática de pesquisa a fim de que o aluno pudesse manipular as técnicas de coleta de dados empíricos e proceder à análise dentro de uma orientação metodológica precisa” (Projeto Preliminar, 1971, p. 7).

O Projeto de Criação do Curso também “(...) evidenciava o papel extremamente fecundo a ser desempenhado ao longo da pós-graduação tanto pela elaboração da monografia ou dissertação de mestrado, quanto pela tese de doutoramento” (Projeto de Criação do Curso, p. 3).

Embora o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da UFF de 1986 especificasse diferenças entre os cursos de mestrado e doutorado¹¹⁰, podemos afirmar

¹⁰⁹ Com a implantação do setor temático em História Antiga e Medieval em 1988 a LP História Social da Urbanização e da Industrialização passou a ser denominada somente de História Social da Urbanização ou História Social Urbana.

¹¹⁰ “É exigida para a obtenção do grau de mestre, dissertação ou outro tipo de trabalho equivalente (...) nos quais o aluno demonstrará domínio do tema escolhido, atualização bibliográfica e capacidade de sistematização. (...) Para a obtenção do grau de doutor é exigida defesa de tese, trabalho de pesquisa que importará em real contribuição para o conhecimento do tema”. UFF. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação*. 1976. p. 21. Apóia-se aqui no Parecer 977/65 do CFE que especifica: “Artigo 9º - A dissertação de mestrado deverá evidenciar conhecimento da literatura existente e a capacidade de investigação do candidato, podendo ser baseada em trabalho experimental, projeto especial ou contribuição técnica. Art. 10º - A tese de doutorado deverá ser elaborada com base em investigação original devendo representar trabalho de real contribuição para o tema escolhido”.

que elas não foram consideradas significativas pelo PPGH/UFF no que se refere à originalidade e uso de fontes primárias.

A Prof^a Vânia Fróes confirma esta posição em sua entrevista :

“Na verdade nunca entendemos a originalidade, necessidade de uso de fontes, etc. apenas no doutorado. Aqui a exigência de trabalhos com fontes primárias e originalidade houve desde o início (...) Portanto, acho que a diferença se dá mais no nível de problematização, nas técnicas de abordagem e até mesmo na inserção na historiografia”¹¹¹.

Quanto a organização didático-pedagógica havia uma insatisfação nos anos 80 quanto ao volume de créditos que tinham que ser cumpridos pelos doutorandos no curso. Tencionava-se reduzir sua carga para que pudessem ser cumpridos em dois anos e se disponibilizasse um tempo mais amplo para a pesquisa propriamente dita.

Os dois grandes objetivos do mestrado e do doutorado no momento da criação deste último incluíam a “discussão dos problemas teórico-metodológicos do conhecimento histórico” e a “orientação individual dos estudos e pesquisas”, buscando-se a “formação do pesquisador” e a “produção de conhecimento” (UFF, Catálogo Falcon, 1986, p. 10).

Alguns problemas ainda permaneciam na estrutura organizacional do PPGH/UFF. Desejava-se organizar a produção em história antiga e medieval que ainda não possuía LPs próprias ou um tratamento específico¹¹².

Para solucionar este problema foi feita a implantação de Setores Temáticos¹¹³, aprovados em 1987 e com início de funcionamento em 1988. Buscavam responder a necessidade de melhor qualificação dos profissionais que atuavam em cursos de graduação nas áreas de História Antiga e Medieval em todo o país -em torno de 150 cursos à época- sem que para isto fosse necessária a criação de outro programa na UFF, além de atender em parte a demanda nas áreas consideradas carentes pela CAPES: Antiga, Medieval e América. Veja a justificativa apresentada no documento de sua criação:

“(...) atender uma demanda específica no setor de História Antiga e Medieval, além de constituir uma resposta positiva do curso à iniciativa da CAPES de

¹¹¹ Cf. entrevista com a Prof^a Vânia Fróes, anexo nº 6.

¹¹² UFF. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 11.

¹¹³ Cf. anexo nº 2.

criação de um programa especial para áreas carentes em História” (UFF. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, 1988, p. 11).

Embora já existisse à época um Curso de Mestrado no Rio de Janeiro com o setor de História Antiga, o curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), decidiu-se ainda assim investir no Curso de Mestrado em História Antiga na UFF.

Primeiro em virtude da existência de demanda suficiente para justificar outro curso, devido o número de cursos de graduação existentes no Grande Rio; segundo por haver uma opção mais clara na UFRJ por estudos romanos, segundo o projeto de criação dos setores, enquanto a UFF se dedicaria prioritariamente aos estudos de Oriente Próximo e Grécia antigos; da mesma forma haveria um entendimento com o mestrado da UFRJ quanto a história medieval visando a não duplicação inadequada de esforços.

A criação dos setores temáticos também viria corrigir uma “distorção” do curso: a preferência quase unânime pelos estudos em História do Brasil, principalmente referente aos séculos XIX e XX, e com crescente interesse pelas décadas mais recentes.

Segundo avaliação da própria coordenação este crescente interesse pela história do Brasil e cada vez por períodos mais atuais

“(…) em si é explicável e não apresentaria maiores problemas se não estivesse levando a um interesse exclusivo e estreito dos alunos da pós-graduação na sua maioria por História do Brasil vista como referencial único das suas atividades de Mestrado ou Doutorado (…) estamos formando (…) pessoas com debilidades evidentes em sua cultura histórica geral” (UFF. *Criação de setores temáticos. Criação de disciplinas*, 1988, p. 14-15).

Foram fixados dois Setores Temáticos em 1988: História Antiga e Medieval, e História Moderna e Contemporânea. Com a implantação destes setores temáticos a LP História Social da Urbanização e da Industrialização passou a ser chamada apenas História Social da Urbanização ou História Social Urbana, o que seria mais adequado ao setor de História Antiga e Medieval, cujos estudos não incluiriam processos de industrialização¹¹⁴.

¹¹⁴ “O mundo foi maciçamente rural até fins da Idade Moderna no caso da Europa Ocidental, até muito depois em outras partes do mundo, incluindo América Latina (...) O antigo Oriente próximo nos defronta com a questão do surgimento da cidade pela primeira vez na História humana. A Antigüidade greco-romana, mundo rural, concentrava paradoxalmente e não sem grandes riscos, pensam alguns - o poder, as riquezas e o consumo sobretudo nas cidades”. (UFF. *Criação de Setores Temáticos e Criação de Disciplinas*, p. 18 e 20).

O setor de História Antiga e Medieval, por seu número reduzido de recursos humanos, teria o atendimento à sua demanda avaliado anualmente no período de publicação do edital de seleção e estaria disponível apenas para o nível do mestrado em 1988. Logo este quadro se modificou e passou-se a oferecer este setor também para pesquisadores a nível de doutorado¹¹⁵. Já o setor de História Moderna e Contemporânea funcionava desde seu início para o mestrado e para o doutorado.

Os setores temáticos foram e atualmente ainda são articulados às LPs e à AC. Os temas relacionados à História do Brasil, maioria na produção do PPGH/UFF, estão incluídos no setor temático de História Moderna e Contemporânea.

Levantamentos feitos pela coordenação do PPGH/UFF mostraram que nos anos 1988 e 1989, período inicial de execução dos setores temáticos havia, dos 43 alunos matriculados, 30 alunos no setor de Moderna e Contemporânea, ou seja, 70 %. No setor de Antiga e Medieval constavam 13 matriculados, o que corresponderia a 30% do total e poderia ser considerado número elevado diante do reduzido número de professores atuando neste setor no Programa além da já referida preferência pelos estudos de Brasil.

Junto a primazia da História do Brasil na produção do programa, embora a história regional não aparecesse definida enquanto linha de pesquisa¹¹⁶, “(...) ficou implícito que o ‘regional’, em termos de espaço fluminense, seria preocupação prioritária em todas as áreas” (UFF, Catálogo Falcon, 1986, p. 13).

Esta posição aparece de forma ainda mais explícita em 1988 quando se afirma que:

“(...) a característica marcante e desejável de nossa pós-graduação, é seu compromisso majoritário (não exclusivo, claro, nem seria algo positivo) com a região em que atua, ou seja, a ênfase em temas relativos à cidade e à capitania/província/estado do Rio de Janeiro (...). Para nós a História do Brasil é indubitavelmente prioritária e dentro dela a História Fluminense”¹¹⁷.

¹¹⁵ A primeira dissertação de mestrado em História Antiga e Medieval foi defendida em 1992; é a de nº 178 intitulada “Atenas e a invenção dos bárbaros”, de Marcos Alvito Pereira de Souza. A primeira tese de doutorado, de nº 208 “A realeza dos macedônios (VIII e VII ºC.): uma história do outro”, de Neyde Theml, foi defendida em 1993. As duas foram de orientação do Prof. Ciro Cardoso.

¹¹⁶ A História Regional aparece como LP de 1980 a 1982 e entre 1997 e 1999.

¹¹⁷ UFF. *Criação de setores temáticos*. Criação de disciplinas. 1988, p. 15.

Para esta postura mais uma vez apresenta-se o argumento básico da “(...) convicção de que cada universidade deve estar organicamente vinculada à comunidade regional na qual se situa” e que os investimentos, principalmente a partir de 1988, nos estudos mundiais atuariam como apoio aos estudos nacionais e regionais, e não em detrimento destes¹¹⁸.

Em entrevista a Prof^a Vânia Fróes lembra que a “(...) tendência para se estudar o Rio de Janeiro pontualmente”¹¹⁹ já vinha deste o primeiro curso do PPGH/UFF ministrado pela Prof^a Nícia Villela sobre a Urbanização no Recôncavo da Guanabara em 1971.

Em 1991 houve nova reforma curricular, e a Renovação do Credenciamento do Mestrado, a terceira renovação, e do Doutorado, a segunda, em 1994 tendo-se mantido a AC e as LPs então em vigor.

2.4. As últimas alterações (1997- 2000)

Nos aspectos que aqui têm nos interessado das ACs e LPs, as principais modificações pelas quais passou o PPGH/UFF neste terceiro período se deveram às discussões para a implantação de novas LPs em 1997 e em 2000.

Em 1997 passaram a vigorar História Cultural, Economia e Sociedade, Poder e Política e História Regional. Esta mudança se deveu a alguns fatores, como mudanças no corpo docente com a aposentadoria da Prof^a Eulália Lobo, o falecimento da Prof^a Maria Bárbara Levy, e à necessidade de se adequar as LPs à efetiva produção do programa. As LPs não atuariam como estimuladoras para que a produção discente se desse em outras frentes mas encerrariam a função de sistematizar a produção que já estava sendo efetivada em certas matrizes.

Os princípios básicos que regeram a definição destas LPS foram o “princípio da identidade” que permitiria a tradução da fisionomia do PPGH/UFF para o próprio programa e para o público externo; o “princípio do pluralismo” que garantia o respeito às diferenças no interior do programa; o “princípio da flexibilidade” que facilitaria adaptações às novas realidades da pesquisa e dos pesquisadores; e o “princípio da

¹¹⁸ UFF. *Criação de setores temáticos*. Criação de disciplinas. 1988, p. 16.

¹¹⁹ Cf. anexo nº 6.

tradição” pois haveria uma tradição consolidada no programa em algumas direções de pesquisa¹²⁰.

A LP Poder e Política se deveria a retomada dos estudos de história política, não mais na perspectiva *évènementielle* e sim a partir do diálogo com outras disciplinas, destacadamente a antropologia, e com ênfase nas questões do estado e dos movimentos políticos como ações sociais.

Quanto a História Cultural, uma grande maioria de professores estava trabalhando com esta matriz e esta presença parece ser bastante crescente. Economia e Sociedade reuniriam os estudos mais voltados para as análises econômicas e para as específicas questões sociais. História Regional ocupa espaço enquanto LP, mesmo havendo a proposição do departamento de buscar temas não nacionais.

Durante o período em que este trabalho estava sendo redigido o Colegiado revia as LPs a serem implantadas a partir de 2000, e que tenderiam a ser assim denominadas: Cultura e Sociedade, Economia e Sociedade e Poder e Sociedade. Estas informações ficam apenas registradas, pois não foi possível incorporá-las a este estudo.

Quanto à AC, vigorando desde 1988, cortando toda a década de 90 e iniciando a nova década em 2000 ainda está a História Social.

Atualmente o PPGH/UFF é um dos três programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes em universidades públicas do estado. As demais universidades públicas que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Rio de Janeiro são a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), oferecendo o curso de mestrado desde 1979 e o de doutorado desde 1992, e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que oferece apenas cursos de mestrado: o de História das Relações Internacionais, desde 1992, e o de História Política, desde 1995.

Além das instituições públicas, segundo relatório da CAPES, apenas mais duas particulares possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* em história no estado: a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado desde 1987 e doutorado desde 1998 em História Social da Cultura, e a Universidade Severino Sombra (USS), apenas com o mestrado em História Social.

¹²⁰ UFF. *Relatório do Seminário sobre Linhas de Pesquisa*. 29 de novembro de 1995. xeroc. p. 2.

Ao todo, no país, pode-se contar, considerando-se as universidades públicas, 26 universidades que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de história (cf. Processo de Avaliação da CAPES, 1999).

Quanto à formação dos professores do programa percebe-se, numa análise comparativa de sua formação acadêmica entre as décadas de 70 e 90, período inicial do curso e final deste estudo, que durante a década de 70, dos 38 professores que atuaram no curso¹²¹ 17 (44.7%) obtiveram suas titulações mais altas no Brasil. Destes 17, 6 (35.2%) obtiveram suas titulações na antiga Universidade do Brasil, 4 (23.5%) na USP e 1 (5.8%) em cada uma das seguintes universidades: UFF, UnB, UNESP, PUC-Rio, Universidade da Bahia, UFMG.

Os outros 21 professores (55.2%) obtiveram suas titulações mais altas à época no exterior, contando-se 9 (42.8% dentre os 21) nos EUA (Universidade de Washington, Universidade de Columbia, Universidade da Califórnia, Universidade da Flórida, Universidade de New Orleans, Universidade do Texas); 3 (14.2%) na França (Universidade de Paris), 2 (9.5%) na Inglaterra (Universidade de Oxford), 2 (9.5%) na Espanha (Universidade de Madri); 1 (4.7%) na Alemanha (Universidade de Saarbrücken), 1 na Argentina (Universidade Nacional de Córdoba), 1 no Uruguai (Universidade do Uruguai) e 1 no Peru (Universidade do Peru).

Assim pode-se observar que:

- . mais da metade dos professores que atuaram no programa naquela década tinham obtido suas titulações no exterior - fossem brasileiros ou não.
- . dos que obtiveram suas titulações no Brasil, a maioria o fez na Universidade do Brasil, seguida pela USP.
- . dos que obtiveram suas titulações no exterior, quase a metade o fez nos EUA, vindo em segundo e terceiro lugares, respectivamente França e Inglaterra.

¹²¹ Para estes dados incluímos os professores visitantes estrangeiros devido a sua importância numérica e de atuação no curso.

Já na década de 90, mais precisamente em 1998, dos 43¹²² professores que compunham o corpo docente do programa, pode-se encontrar 9 que obtiveram titulação no exterior e correspondem a 20.9% do total. Os outros 34 que obtiveram titulação no Brasil correspondem a 79% do total, e todos eles o fizeram em centros de pesquisa dos estados do Rio e São Paulo.

Estes professores obtiveram suas titulações maiores assim distribuídos: 19 (44.1% do total de professores) na USP, 7 (16.2%) na UFF, 5 (11.6%) na UNICAMP, 1 (2.3%) na UFRJ, 1 (2.3%) no IUPERJ, 1 (2.3%) na Universidade do Brasil; 4 (9.3%) na França (Universidade de Paris e Universidade de Toulouse), 2 (4.6%) nos EUA (Universidade do Texas e Universidade de Columbia), 2 (4.6%) na Inglaterra (Universidade de Londres) e 1 (2.3%) na Espanha (Universidade Complutense de Madri).

Concluimos que:

- . mais da metade dos professores que atuavam no programa em 1998 tinham obtido suas titulações no Brasil;

- . dos que obtiveram suas titulações no Brasil, a maioria o fez na USP, vindo em segundo lugar a própria UFF;

- . dos que obtiveram suas titulações no exterior, a maioria o fez na França, vindo em segundo lugar, com o mesmo número de formados, EUA e Inglaterra.

A partir dos dados apresentados pode-se primeiro avaliar que a principal mudança na formação do corpo docente do programa entre as décadas de 1970 e 1990 foi a opção significativamente maior pelas universidades nacionais.

¹²² Ainda que no anexo nº 4 indiquemos o corpo docente do programa com as universidades de suas titulações aqui seguem enumerados apenas aqueles que estavam atuando em 1998, por ordem alfabética: Ana Maria dos Santos, Almir Chaiban El-Kareh, Ana Maria Mauad de S. Andrade Essus, André Laino, Angela Maria de Castro Gomes, Bernardo Kocher, Carlos Gabriel Guimarães, Cezar Teixeira Honorato, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Daniel Aarão Reis Filho, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Fernando Antonio Faria, Francisco José da Silva Gomes, Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira, Gizlene Neder, Gladys Sabina Ribeiro, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, Humberto Fernandes Machado, Ilmar Rohloff de Mattos, Ismênia de Lima Martins, Jorge Luiz Ferreira, Lana Lage da Gama Lima, Luis Felipe Miranda de Souza Ribeiro, Luiz Carlos Soares, Magali Gouveia Engel, Marcelo Badaró Mattos, Marcia Maria Menendes Motta, Marco Antonio V. Pamplona, Margarida de Souza Neves, Maria de Fátima Silva Gouvea, Maria Fernanda Baptista Bicalho, Mario Grynspan, Mariza de Carvalho Soares, Martha Campos Abreu, Moacir Fecury Ferreira da Silva, Rachel Soihet, Ronald José Raminelli, Ronaldo Vainfas, Sheila Siqueira de Castro Faria, Sonia Regina de Mendonça, Vânia Leite Froes, Virginia Maria G. de M. Fontes, Williams da Silva Gonçalves.

Pode-se notar que estaria sendo alcançada uma das determinações do Plano Nacional de Pós-Graduação aprovado para execução entre os anos de 1975-77, que tinha como um dos pressupostos de trabalho que

“(…) os cursos de Pós-Graduação no sentido estrito - Mestrado e Doutorado- devem ser regularmente dirigidos para a formação de Recursos Humanos para o próprio Ensino Superior”¹²³.

Em segundo lugar é possível destacar num cotejamento entre os dois períodos (décadas de 70 e 90) a redução significativa de formação nas universidades estadunidenses, inclusive pela redução da participação dos brasilianistas no programa, embora deva-se considerar que permanece um pequeno número de profissionais brasileiros que buscam naquele país sua formação.

Outra referência que destaca-se, e com uma ampliação acentuada, é a formação na escola uspiana. Cada vez é maior o número de profissionais que buscam naquela instituição suas titulações acadêmicas, o que pode ser explicado pelo fato do doutorado da USP ser o mais antigo do país e possuir a maior estrutura organizacional e acadêmica.

Quanto à formação nas universidades da França, Inglaterra e EUA, embora a primeira tenha ultrapassado a Inglaterra e os EUA na formação de historiadores no quadro docente da UFF, houve uma redução percentual de sua participação no total, principalmente devido a ampliação da procura pela USP.

Já em relação à formação nas universidades latino-americanas (exceto o Brasil), que na década de 70 contava com 14.2% do total de titulações estrangeiras (Uruguai, Peru e Argentina), os dados da década de 1990 apontam um índice zero.

No quadro nacional mantém-se a hegemonia dos estados do Rio e São Paulo, não encontrando-se nenhum integrante do corpo docente ora pesquisado que tenha obtido seu último título em formação acadêmica fora destes estados.

Quanto ao papel dos orientadores, pode-se verificar desde o Projeto Preliminar de 1971 a preocupação com a definição dos méritos entre os orientadores e os currículos. Propôs a comissão que redigiu o projeto que houvesse uma flexibilidade entre

¹²³ MEC. Plano Nacional de Pós-Graduação, 1975, p. 31.

“(...) a tendência extremamente livre e atomizadora, na qual o orientador assume um papel não só predominante mas quase exclusivo, e a tendência mais ou menos rígida, a base de currículos mais ou menos fixos, onde a idéia de ‘curso’ retoma as suas habituais conotações. (Busca-se) uma relativa flexibilidade, mantendo-se o papel do orientador num meio termo considerado o mais conveniente” (Projeto Preliminar, 1971 p. 1).

Estava-se atento a uma possível “hipertrofia do papel do orientador”, denunciando que nestes casos a flexibilidade curricular e o papel da pesquisa seriam sensivelmente prejudicados. Esta discussão não aparece, porém, na documentação pesquisada referente as décadas de 80 e 90.

3. As matrizes teórico-metodológicas na produção discente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da UFF (1989-1996)

“(O PPGH/UFF) adquiriu uma personalidade própria, ele tem características muito específicas, quer se concorde ou se discorde delas. É possível identificar o perfil deste programa, embora seja multifacetado. E são exatamente estas múltiplas partes que compõem o seu perfil. O fato dele não ter uma orientação numa só direção abre várias possibilidades.”

(Francisco Falcon, entrevista, 09/12/00)

Para o levantamento das matrizes teórico-metodológicas presentes na produção discente do PPGH/UFF fundou-se a coleta de dados em alguns indicadores básicos.

Para o referencial teórico inventariou-se “autores” e “conceitos”. Para o referencial metodológico “procedimentos” e “fontes”. Também foram tratados os cortes temáticos, espaciais e cronológicos, ainda que estes indicadores *per se* não possam ser considerados indícios de matrizes teóricas e metodológicas. Sobre eles discorreremos, porém, pois quando articulados à produção historiográfica que mais sistematicamente os utiliza, contribuíram para que algumas qualificações que buscávamos fossem apontadas.

Os procedimentos para a seleção dos autores e dos conceitos foram basicamente dois. Primeiro a identificação através de sua explicitação pelo próprio autor da dissertação/tese, geralmente nos capítulos iniciais nos quais costuma-se delinear os

elementos teóricos e metodológicos constituintes da pesquisa¹²⁴. Este procedimento não excluiu a necessidade de uma verificação no texto de seu emprego efetivo, pois há casos em que a indicação inicial feita pelo autor não corresponde ao referencial presente no texto.

Nestes casos verificou-se ter o pesquisador se preocupado em apresentar as questões epistemológicas/teóricas/metodológicas que lhe inquietavam enquanto historiador, mas que não eram diretamente constituintes daquela pesquisa específica, ainda que de alguma forma a tivessem influenciado. Explicita-se um distanciamento entre as reflexões iniciais do pesquisador e aquelas advindas do andamento da pesquisa por ele realizada, e que são mais comumente apresentadas em capítulos de meio e fim do trabalho¹²⁵.

Esta disparidade, notada mais amiúde entre as dissertações do que entre as teses, pode ser explicada pela falta de experiência dos pesquisadores mestrados, por dificuldades de acesso às fontes inicialmente pensadas, pela exigüidade de tempo para a realização do projeto inicial, pela distância entre a pesquisa que se desejava desenvolver e as possibilidades de acompanhamento do Programa, ou pelo amadurecimento intelectual do pesquisador, que durante o processo da pesquisa acaba por revisar alguns dos princípios iniciais. Embora estes casos não se constituam na maioria, sua presença demandou sistematicamente uma atenção própria à coerência interna do texto integral das dissertações/teses pesquisadas.

Um segundo procedimento buscou identificar, não apenas nos ditos capítulos introdutórios, mas através da leitura de todo o trabalho, os referenciais nele empregados.

¹²⁴ Refere-se aqui às introduções, a capítulos de revisão historiográfica, de revisão teórica, capítulos que apresentam a trajetória intelectual do autor e sua articulação com a pesquisa, e capítulos enunciadores do quadro teórico-metodológico, de forma semelhante ao que ocorre nos projetos de pesquisa. Chegou-se a fazer um levantamento das historiografias tratadas nas revisões historiográficas, mas optou-se por não fazer um comentário à parte sobre as mesmas neste trabalho, pois esta tarefa demandaria a realização específica de um outro texto. Muitas vezes, porém, as concordâncias/divergências historiográficas foram consideradas bastante esclarecedoras quanto a dúvidas que nutríamos, inclusive devido a frequência com que algumas dissertações/teses fazem apenas a discussão historiográfica específica do tema e não também a de teoria e método. É interessante notar que há várias dissertações/teses em que o autor faz uma “revisão teórica” (cf., por exemplo, a 155M), à semelhança da já conhecida “revisão historiográfica”, buscando apresentar a gama de perspectivas teóricas que têm sido produzida por pensadores e que têm refletido na historiografia.

¹²⁵ Cada trabalho apresenta uma história própria. Há casos em que facilmente se verifica uma distância entre os vários capítulos do trabalho, por exemplo introduções escritas antes do corpo do texto e da realização da pesquisa. Em outros fica claro que foi feita uma revisão em todos os capítulos ao final do processo de produção buscando assegurar a coerência de todo o texto.

Esta rotina foi mais utilizada nos casos em que o autor fornecia os suportes de teoria e método concomitantemente à apresentação dos resultados da pesquisa.

Embora esta apareça como uma prática mais comum nas teses de doutorado do que nas de mestrado, não consideramos que permita estabelecer uma tipologia neste sentido diferenciando as dissertações das teses. Seu registro era, no entanto, necessário, pois confirmou a pertinência de se ter acesso a alguns trabalhos em toda a sua extensão, o que demandou um tempo bem maior junto ao *corpus* documental do que inicialmente se havia pensado. Esta necessidade de acesso a todo o texto em certo número dos trabalhos, mas não na totalidade dos mesmos, foi útil também no sentido de asseverar a integridade do método proposto no projeto inicial¹²⁶.

É importante esclarecer que não foram considerados todos os autores/conceitos aos quais os pesquisadores faziam referência, o que tornaria o trabalho improdutivo. Foram considerados tão somente aqueles que mais efetivamente tivessem embasado a pesquisa.

Esta seleção, de quais seriam os autores/conceitos que deveriam ser inventariados, foi a tarefa que demandou maior cautela, pois exigia ao mesmo tempo, a compreensão das teses apresentadas pelos autores, em trabalhos com temas e perspectivas os mais variados, e uma verificação no próprio texto dos conceitos e pensadores que informavam aquela produção. Coube em vários momentos uma ruptura com o documento no sentido de discordar das proposições dos próprios autores que, ou indicavam um número extremamente amplo de referenciais teóricos, ou os indicavam de forma imprópria. Selecionou-se, assim, os autores e conceitos que efetivamente arregimentavam as questões postas nas pesquisas.

Quanto aos referenciais metodológicos fez-se o inventário das fontes primárias, buscando inferir como o uso de um ou outro tipo de fonte permite identificar as matrizes teóricas e metodológicas, e os procedimentos que têm integrado o processo de produção do conhecimento. Eles serão melhor esclarecidos no tópico específico a eles dedicado.

¹²⁶ A proposta inicial presumia ser possível o levantamento dos referenciais teórico-metodológicos nos textos das dissertações/teses através do acesso principal aos capítulos introdutórios e conclusivos dos trabalhos e somente secundário aos textos integrais. Buscamos uma checagem do procedimento que propúnhamos fazendo uma coleta inicial de dados apenas através dos capítulos introdutórios e depois através da leitura completa da obra pesquisada, sem verificar alterações significativas.

3.1. Referenciais teóricos

No levantamento feito quanto aos referenciais teóricos arrolamos um total de 129 autores que têm sua produção fundamentando as dissertações/teses. Em alguns casos o pesquisador faz referência à produção ampla do dito autor, ainda que textos ou livros específicos sejam citados. Em outros refere-se a um conceito, livro, reflexão ou pesquisa específicos, inclusive esclarecendo possíveis discordâncias em relação a outros trabalhos do mesmo autor. De uma forma ou de outra sua produção pode ser apontada como tendo concorrido para a elaboração da perspectiva teórica que fundamenta a pesquisa realizada pelo mestrando/doutorando. Dentre estes 129 destacamos 27 que apareceram referenciados em três ou mais trabalhos (cf. Gráfico n. 1)¹²⁷. Quanto aos conceitos, dos 101 relacionados, 16 sobressaíram (cf. Gráfico n. 2) estando presentes em três ou mais dissertações/teses¹²⁸.

¹²⁷ Os 27 podem ser encontrados no Gráfico n. 1. Os demais 102 autores que tiveram menos de três referências são citados a seguir, por ordem alfabética; o número entre parênteses indica o número de vezes em que o autor aparece como referencial teórico na produção do Programa: ADORNO, Theodor (02); ARCHETTI, Eduardo (01); ARON, Raymond (01); BARDIN, Laurence (02); BARRACLOUGH, Geoffrey (01); BARTHES, Roland (01); BLOCH, Marc (01); BOBBIO, Norberto (01); BOSERUP, Ester (01); BRAUDEL, Fernand (02); CAMUS, Albert (01); CANDIDO, Antonio (01); CARVALHO, José Murilo (01); CASSIRER, Ernest (01); CASTELLS, Manuel (02); CHAUI, Marilena (01); CHAUNU, Pierre (01); CHRISTOPHE, Charle (01); COURTÉS, Joseph (01); CRIBB, Joe (01); DELUMEAU, Jean (02); DUMONT, Louis (01); ELIADE, Mircea (01); ELIAS, Norbert (01); ESCARPIT, Robert (01); FEBVRE, Lucien (01); FERRO, Marc (02); FINLEY, Moses I. (01); FOSSUM (01); FRANCASTEL, Pierre (01); GEORGE, Pierre (01); GIDDENS, A. (01); GIRARDET, Raoul (01); GOMES, Angela de Castro (01); GORENDER, Jacob (02); GOUBERT, Pierre(01); GILLE, Bertrand (01); GURVITCH, Georges (01); GUSDORF, Georges (01); HABERMAS, J. (02); HELLER, Agnes (01); HENRY, Louis (01); HIMMELFARB, Gertrude (01); HORKHEIMER, Max (01); HUTCHEON, Linda (01); IVANOV, V. V. (01); KAUTSKY, Karl (01); KRISTEVA, Julia (01); KUHN, Thomas (01); KULA, Witold (01); KUZNESOF, Elisabeth (01); LABROUSSE, Ernest (01); LA CAPRA, Dominick (01); LADRIÈRE, Jean (01); LATOUR, Bruno (01); LEACH, R. (01); LEBRU, (01); LEFEBVRE, Georges (01); LEFEBVRE, Henri (02); LENIN (02); LEROY-GOURAM, A. (01); LEVI, Giovanni (01); LIMA, Luís Costa (01); LIPIETZ, Alain (01); LIVERANI, Mario (01); LOJKINE, Jean (01); LÖWY, Michael (01); MANDROU, Robert (01); MANNHEIM, Karl(01); MATTOS, Ilmar Rohloff (01); MAYER, Arno (01); MERCER, B. E. (01); MERTON, (01); MEUVRET, Jean (01); MICHELS, Robert (02); MOORE Jr., Barrington(01); MORIN, Edgar (01); MOSCA, Gaetano (02); MUNFORD, Lewis (01); NISBET, Robert (01); NORA, Pierre (01); OFFE, Claus (02); ORTIZ, Renato (01); PANOFSKY, Erwin (02); PARETO, Vilfredo (02); POULANTZAS, Nico (02); REITON, (01); SAHLINS, Marshall (01); SANTOS, Milton (01); SANTOS, Wanderley G. dos (01); SCHAFF, Adam (01); SCHUMPETER, J. (01); SEVCENKO, Nicolau (01); SINGER, Paul (01); SMITH, R. (01); SORLIN Pierre (02); TOURAINE, Alain (01); VILLAR, Pierre (02); WAIBEL, Léo (01); WALLERSTEIN, Immanuel (01); WILLIAMS, Raymond (02).

¹²⁸ Os 16 conceitos podem ser encontrados no Gráfico n. 2. Os demais 85 são indicados a seguir, por ordem alfabética; quando possível é fornecido o autor a partir do qual o conceito é utilizado: abastecimento (01); acumulações endógenas (01); alienação religiosa (GODELIER, M., 01); alteridade (HARTOG, François; VERNANT, Jean Pierre, 01); aparelho ideológico (ALTHUSSER, Louis, 01); capital mercantil residente (01); capital simbólico (BOURDIEU, 02); cidadania regulada (01); civilização

Desde o começo das defesas em 1974, verifica-se a forte presença dos referenciais marxistas em quase toda a produção¹²⁹, principalmente no período inicial (1974-1988)¹³⁰, como pode ser verificado, por exemplo, nas dissertações¹³¹ 1M, 3M, 4M, 7M, 8M, 9M, 11M, 17M ou 19M¹³².

(01); classe em si/classe para si (01); classe senhorial (MATTOS, Ilmar, 01); coerção e consenso (GRAMSCI, 01); comunidade (MERCER, B. R., 01); conflito social (02); conjuntura econômica (01); consciência possível (GOLDMANN, L., 01); contravenção (01); corporativismo (OFFE, Claus, 01); cumplicidade (ESCARPIT, Robert, 01); disciplina (FOUCAULT e THOMPSON, 01); elite (MOSCA, Gaetano e PARETO, Vilfredo, 02); elite política (CARVALHO, José Murilo de e CHARLE, Christophe, 01); esquerda (BOBBIO, Norberto, 01); estado de exceção (POULANTZAS, Nicos, 01); estatismo (proposto pelo autor em lugar de “populismo”, 01); exotismo (01); família (SMITH, R., 01); forças produtivas (01); fronteira (FEBVRE, 01); fronteira agrícola (WAIBEL, Léo, 01); fronteira fechada (01); gênero (ROSEN, Ruth; SORJ, 02); guerra (ANCONA, Clemente, 01); hábito mental (PANOFSKY, E., 01); *habitus* (BOURDIEU, P., 02); identidade individual e coletiva (LAFER, Celso, 01); ilustração brasileira (BARROS, Roque Spencer Maciel de, 01); indústria cultural (Escola de Frankfurt, 02); instituição (GOFFMAN, Erwing, 01); instituição policial (GLEIZAL, Jean Jacques, 01); intertextualidade (KRISTEVA, Julia, 01); intimidade (01); luta de classe (01); memória (BOSI, Ecléa, baseada em HALWBACHS; Michel Pollak, 02); mercado (01); mercado interno (01); mercadoria (Marx, Karl, 01); mobilidade (01); modernização conservadora (MOORE, Barrington, 01); moderno (PRADO, Décio de Almeida, 01); modo de produção asiático (01); moeda (CRIBB, Joe, 01); nação (02); narrativa (LIMA, Luiz Costa, 01); negociação da ordem (FREITAS, Renan Springer de, 01); objetividade/subjetividade (01); obra (01); paisagem (GEORGE, Pierre, 01); paródia (VIEIRA, João Luiz, 01); partido político (GRAMSCI, 01); política (01); política social (SANTOS, Wanderley Guilherme dos, 01); populismo (O'DONNELL, Guillermo, 01); processo civilizador (ELIAS, Norberto, 01); progresso (01); real/irreal (01); recepção (CHARTIER, 01); região (02); relações sociais de produção (02); revolução cultural (GRAMSCI, 01); revolução passiva (GRAMSCI, 02); sagrado (DI NOLA, Afonso, 01); semiótica (ECO, Humberto, 02); sentimento (FLANDRÍN, J. L., 01); símbolo (GEERTZ, 01); sistema agrário (02); sistemas de comunicação (DARNTON, R., 01); sociabilidade (AGULHON, Maurice e TREBITSCH, Paul, 02); sociabilidade geracional (SIRINELLI, Jean-François, 01); sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 01); solidariedade orgânica (MAFFESOLI, Michel, 01); super-estrutura (01); *trade off* (PRZEWORSKI, Adam, 01); via prussiana (LENIN, 01); vida material, (01).

¹²⁹ As análises marxistas já tinham ampla aceitação na historiografia brasileira desde os anos 50/60. Segundo Novais, esta forte presença dos estudos marxistas seriam um elemento diferenciador da produção intelectual no Brasil e norte-americana/européia: “entre nós o marxismo não é -como no chamado Primeiro Mundo- uma doutrina entre outras; trata-se, por assim dizer, do referencial do debate de idéias (...) o marxismo está sempre presente em nosso horizonte intelectual, forma, por assim dizer, o caldo de cultura - o que não acontece nos Estados Unidos e na Europa” (NOVAIS, 1990, p. 113).

¹³⁰ Sendo o corte cronológico desta pesquisa o de 1989-1996 o período anterior da produção do Programa (1974-1982/1988) será aqui denominado primeiro período.

¹³¹ As dissertações/teses serão sempre mencionadas através de um número correspondente à ordem cronológica de sua defesa no Programa. A referência dos trabalhos do primeiro período são dadas nas notas de rodapé. Para obter os dados daqueles defendidos no período específico desta pesquisa (1989-1996) o leitor deverá remeter-se ao Anexo n. 8 - Índice de dissertações/teses.

¹³² 1M: *O desenvolvimento econômico na época Vargas (1930-1939)*, Marize Arcuri Magalhães; 3M: *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*, Rachel Soihet; 4M: *A constituinte de 1823: uma interpretação*, Dylva Araújo Moliterno; 7M: *Vida econômica de Itaboraí no século XIX*, Ana Maria dos Santos; 8M: *O republicanismo fluminense (1887-1891)*, Hildiberto Cavalcanti de Albuquerque Júnior; 9M: *O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre a igreja e o estado - 1930-1937)*, Berenice Cavalcante Brandão; 11M: *Atividades capitalistas em sociedade escravista, estudo de um caso. A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (de 1855 a 1865)*, Almir Chaiban El-Kareh; 17M: *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*, Sonia Regina de Mendonça; 19M: *O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gomes (1908-1935)*, Luiza Maria Magalhães Saraiva.

A dissertação 1M, inauguradora da produção, com a discussão fundada em categorias como “estruturas”, “fatores econômicos” e “infra-estrutura” é bastante representativa da década de 70 pois, ao mesmo tempo em que estão assinalados conceitos típicos do marxismo, não há a predominância de um denominado marxismo economicista e mecanicista¹³³. Atenta-se geralmente para a diferenciação que fez o próprio Marx em relação ao papel “determinante” que possui a estrutura econômica, e que não significaria necessariamente um papel “dominante”¹³⁴. As referências ao econômico tendem a esclarecer que, por exemplo no caso da dissertação 1M que trata do desenvolvimento econômico, este “(...) é visto como um processo de transformação das estruturas em que fatores econômicos e não-econômicos agem” (1M, p. 1-7, grifo nosso).

Neste sentido pode ser citada a dissertação 3M, que indica como conceitual utilizado “mudanças estruturais”, “sistema produtivo”, “transformações econômicas”, “força de trabalho”, etc. Esta pesquisa, inserida no que se denominaria estudos de gênero, faz uma articulação entre as aspirações femininas e as condições econômicas e sociais nas quais elas se davam¹³⁵.

A dissertação 4M é outro exemplo de como os referenciais marxistas, em cortes econômicos, predominavam nos anos 70 a ponto de ser necessário justificar um trabalho de cunho político que se pretendia integrado àquela matriz:

“Embora reconhecendo que nos rumos da história os fatores econômicos têm uma posição marcante e até determinante nos acontecimentos, não podemos estudá-los com isenção dos acontecimentos políticos ocorridos no mesmo período. Aliás as ações políticas exercem uma influência importante no correr da história (...) são capazes de esclarecer pontos essenciais que não ficariam totalmente desvendados com uma análise unilateral” (4M, p. IV-V).

¹³³ As remissões são aos debates dos anos 50 sobre o caráter determinante do econômico e as possíveis relações mecânicas daí advindas nas interações entre a infra-estrutura e a superestrutura, que aqui não cabe retomar.

¹³⁴ Cf. GEBRAN, Philomena. *Conceito de modo de produção*. RJ: Paz e Terra, 1978 apud MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos*. Uma questão de interdisciplinaridade. RJ: Vozes, 1985.

¹³⁵ “O impulso à industrialização, dinamizando a economia e as conseqüentes modificações sociais, que se aceleraram com a Revolução de 1930, possibilitaram a efetivação das aspirações de Bertha Lutz” (3M, p. 55).

A dissertação 9M, de 1975, também exemplifica as preocupações com a dita superestrutura ao se ocupar de forma central das “instituições político-jurídicas” (9M, p. 16).

A predominância da matriz marxista na primeira fase de produção do Programa não é absoluta, porém. Alguns dos primeiros registros de outras matrizes podem já neste período ser encontrados, ainda que se constituam quase que como exceção até em torno de 1982.

A dissertação 6M¹³⁶, por exemplo, utiliza referenciais weberianos e a 12M¹³⁷ referenciais althusserianos. Este último é também o primeiro trabalho que faz referências a leituras gramscianas. A dissertação 55M¹³⁸, de 1979, afirma sua “opção pelo estruturalismo genético” (55M, p. 16). Na dissertação 65M¹³⁹, de 1981, encontra-se referências a Michel Foucault, embasando a proposta de “recuperar a vida ‘cotidiana’ e pensar um caminho de superar a velha história acontecimental e reanalisá-la como matéria-prima para a história social” (65M, p. VI).

Também pode-se encontrar neste primeiro período da produção um variado número de trabalhos que se ocupam quase que somente da coleta de dados, e sua discussão a partir de uma historiografia específica sobre o tema, sem que haja qualquer argumentação de cunho mais especificamente teórico. Entende-se que esta postura faz com que haja uma perda significativa na qualidade dos trabalhos, uma certa complacência com a neutralidade científica e a valorização da história monumental¹⁴⁰.

São geralmente estudos políticos que não têm preocupação em definir sua linha teórica de trabalho, como se a ordenação e a discussão dos dados coletados nas fontes se bastassem em si mesmas. Sua posição se limita geralmente a tentar rever a produção da “historiografia tradicional” sobre o tema, sem que haja grandes inovações teóricas no trato do objeto.

¹³⁶ 6M: *Município de Estrela (1846-1892)*, Vânia Fróes Bragança.

¹³⁷ 12M: *A educação brasileira no estado novo (1937-1945)*, Marinete dos Santos Silva.

¹³⁸ *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1817 a 1877*, José Luiz Werneck da Silva.

¹³⁹ *Camponeses e criadores na formação social da miséria no Porto da Folha no sertão de São Francisco (1820-1920)*, Francisco Carlos Teixeira da Silva.

¹⁴⁰ No período posterior pode-se encontrar um número maior de trabalhos que explicitam seus pressupostos teóricos e metodológicos e, mais ainda, a defesa clara da necessidade de fazê-lo como, por exemplo, na dissertação 148M: “(...) suponho que a História Profissional deve amparar-se num rigoroso suporte teórico-metodológico sempre explicitado e nunca suposto” (148M, p. 51).

Também há dissertações nas quais se busca aproximações entre a matriz marxista e outras mais, ou menos novas, como ocorre na dissertação 11M, de 1976, que, ainda que utilizando referenciais marxistas, indicava fundamentar-se em Braudel, posto que, segundo ela, a história só poderia ser global quando fosse “total em sua base” (11M, p. 2). De forma semelhante a dissertação 79M¹⁴¹, de 1983, que trata das idéias escravistas, enfoca uma abordagem ainda pouco comum até então, a das continuidades e permanências, e explicita sua inserção “no campo de estudo das ideologias”, redirecionando a tendência dos temas econômicos, e esclarecendo que as ideologias apareciam inseparáveis do conceito de “classes sociais”.

De qualquer modo a presença de fundamentos marxistas na produção percorre toda a década de 70 e a de 80 de forma vigorosa, conforme se pode verificar ainda nas dissertações 59M¹⁴², de 1980, e 76M¹⁴³, de 1983; nelas são centrais questões como “modo de produção” e “modo de produção escravista colonial”.

Somente a partir de finais dos anos 80 começa-se a verificar uma redução significativa do emprego deste referencial e a ampliação de ocorrência de outros matrizes¹⁴⁴. Podemos delimitar até em torno de 1982 um tipo de produção, e a partir daí, com um corte mais profundo em 1988, a introdução e ampliação do uso de outras categorias de análise. A partir de então é perceptível a ruptura na produção do período por nós pesquisado (1989-1996) em relação ao período anterior (1974-1988), não apenas quantitativa, mas qualitativamente.

A verificação desta ruptura no *corpus* documental corroborou o corte que já tínhamos detectado no capítulo 2 quando da introdução de novas ACs e LPs em 1982 e da implantação dos setores temáticos e da AC História Social em 1988. Não se defende aqui que a mudança de ACs, LPs e setores temáticos tenha produzido um imediato deslocamento das matrizes historiográficas na produção discente, mas que sua própria modificação por parte do Colegiado explicita as transformações que estavam sendo

¹⁴¹ 79M: *Idéias escravistas no Brasil colonial*, Ronaldo Vainfas.

¹⁴² 59M: *A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste: um estudo de caso das atividades manufatureiras na região fluminense (1840-1880)*, Luiz Carlos Soares.

¹⁴³ 76M: *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense (1860-1888)*, Humberto Fernandes Machado.

¹⁴⁴ Tratando do estudo do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação brasileiros, Márcia D’Alessio e Maria de Louders Janotti também detectaram esta modificação em período semelhante ao aqui tratado: “É interessante notar as transformações no interior do discurso historiográfico: entre 1985 e 1994 vai desaparecendo a utilização do vocabulário marxiano, tão presente na década anterior” (D’Alessio e Janotti, 1996, p. 133).

implementadas. Pode-se afirmar que há correspondência entre as fontes de caráter acadêmico-administrativo legitimadas pelas Coordenações e pelo Colegiado do Programa (projetos de credenciamento, regulamentos, etc.) e a produção discente¹⁴⁵.

Mas, mesmo havendo uma redução numérica dos trabalhos de matriz marxista a partir da década de 80, comparativamente a outras matrizes utilizadas, seu papel deve ser considerado ainda fundamental durante toda a década de 90. Isto pode ser explicado por sua quase absoluta presença entre 1974-1982/88, que garantiu que a diminuição de sua atuação não provocasse sua exclusão da produção do Programa. Também a renovação das perspectivas desta matriz acabou por garantir novas possibilidades de seu uso, diante das problemáticas que outros campos do conhecimento, e mesmo a historiografia, produziram.

Assim, continua-se a notar seu uso relativamente reduzido mas ainda significativo e reiterado, principalmente através de um conjunto de autores, que pode ser definido pela denominação genérica de marxista, como Edward P. Thompson, Antonio Gramsci, Eric Hobsbawm, Adam Przeworski e o próprio Karl Marx.

Deste conjunto de autores alguns dados se destacam, como:

- Thompson e Gramsci não são apenas os autores mais referenciados dentro do grupo marxista, mas o são em toda a produção do Programa no período de 1989-1996;

- a presença de Marx como diretamente apresentado enquanto referencial teórico em trabalhos bastante recentes, como nos anos de 1993 e 1994, garante que a redução do número de trabalhos marxistas não signifique a exclusão desta matriz da produção do Programa, e que sua presença ocorre não só através de autores descendentes;

- a presença de autores que buscam atualizar a teoria marxista no sentido de adequá-la para as reflexões sobre questões postas a partir do segundo quartel do século XX, como a cidadania e as novas relações entre os trabalhadores e o estado, citando-se Adam Przeworski;

- a forte influência da historiografia inglesa nos estudos brasileiros sobre trabalho/trabalhadores/capitalismo através das pesquisas de Eric Hobsbawm e Edward Thompson.

¹⁴⁵ Certamente estas alterações poderiam ser também verificadas através das disciplinas, suas bibliografias, ementas, etc. Esta análise não foi por nós empreendida, porém.

Poderia-se ainda citar a presença de autores formados no grupo dos Annales, mas sensíveis às temáticas tradicionalmente marxistas, como Michelle Perrot, sobre a qual se apóiam vários estudos do cotidiano.

Representativa do destaque dado a autores como Thompson e Hobsbawm podemos citar a dissertação 199M. Segundo seu autor:

“Os textos de E. P. Thompson e E. J. Hobsbawm servem como referencial mais importante, a partir do qual procura-se explorar os pressupostos acerca do caráter dialeticamente determinante da instância econômica (material) sobre as demais instâncias da realidade social, da centralidade da problemática da luta de classes, da consciência de classe e da classe como fenômeno e sujeito histórico” (199M, p. 11).

Sobre Thompson, a tese 282D afirma:

“seus estudos sobre a existência e as atitudes dos trabalhadores na Inglaterra do século XVIII, no que concerne à formação de valores e aos processos culturais, através da sua concepção dialética de ‘experiência’ e ‘consciência social’, demonstraram-me o quanto homens e mulheres não são simples reféns de forças históricas. Reconheci que essas nem são externas às suas vidas, nem são determinantes de seus desígnios. A percepção de que são agentes ativos na criação de sua história e na construção de sua identidade cultural colocou-se como ponto de partida para minhas observações teóricas” (282D, p. 17).

Desta feita apreendemos algumas perspectivas que os estudos marxistas deste segundo período da produção discente do Programa encerram:

- o distanciamento de uma dialética afeita à aplicação das categorias marxistas exatamente como nos moldes dados no século XIX ou de uma dialética mecanicizada por autores marxistas mais determinísticos, e o empreendimento de estudos que investiguem novas possibilidades de emprego da dialética nas relações entre infra e superestrutura, e entre elementos de cada corte estrutural entre si;

- uma utilização ampliada e aprofundada da noção de sujeito histórico, com maior liberdade de ação para os sujeitos sociais, sejam eles classes ou indivíduos atuantes socialmente;

- a superação da dominância das questões econômicas e sua substituição pelas questões mais especificamente sociais;

- uma valorização das questões superestruturais, principalmente dos temas afeitos à cultura, na produção de uma história marxista “vista de cima”.

A conclusão de Hunt, ao discutir a nova história cultural, é a de que teria havido um esforço dos marxistas para uma adaptação ou uma inclusão do cultural na matriz marxista de explicação, mas mantendo sempre a experiência social como fundamental, por definição (272M). Já na Escola dos Annales a abordagem cultural teria ganhado força a partir de sua quarta geração, com representantes como Roger Chartier e Jacques Revel, para os quais “(...) o cultural deixa de ser um nível à parte da realidade social; as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, mas campos da prática e da produção cultural” (272M, p. 18-19).

Fundamentando esta análise pode-se citar a dissertação 276D que assim se posiciona sobre o trabalho de Thompson e do grupo de historiadores vinculados ao Partido Comunista Britânico: “(...) propunham -no interior dos marcos conceituais do marxismo- a superação da sobrevalorização de um nível de análise exclusivamente econômico nas explicações históricas” (176D, p. 18-19).

Seguindo esta tendência, o conceito de “classe social” predominante na produção do PPGH/UFF é o de Thompson. As ênfases dadas nas idéias e nas citações do autor são as seguintes. Quanto a elaboração da classe no próprio processo histórico, sem permitir um congelamento de sua formação cita-se, comumente: “a classe se define a si mesma, em seu efetivo acontecer”. Quanto a inversão que as interpretações mais difundidas do marxismo até os anos 60 apresentariam em relação à classe e à estrutura econômico-social, a transcrição é geralmente: “a classe e a consciência são sempre as últimas, não as primeiras do processo real histórico”. Outro elemento caracterizador desta matriz é a valorização do cultural, sem que isto signifique desvinculá-lo das relações sociais de produção:

“as classes surgem com o viver dos homens e mulheres em suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais, com uma cultura e uma expectativa herdada e ao modelar essas experiências e, formas culturais”¹⁴⁶.

¹⁴⁶ As citações são de THOMPSON, E.. *Tradición, Revuelta e Consciencia de Classe*, Barcelona: Crítica, 1979, p. 34-38, *apud* 166M, p. 13-14.

Além do conceito de “classe” o de “consciência de classe” também aparece predominantemente fundado na proposta de Thompson, como ocorre na dissertação 199M, quando o autor desta afirma:

“A ‘consciência de classe’ nada mais é do que o resultado da interação entre dois elementos: por um lado, as condições materiais de existência em que se encontra a classe num dado momento histórico e, por outro, o conjunto dos procedimentos culturais coletivos, mantidos e herdados (das experiências passadas) vividos cotidianamente pelos trabalhadores” (199M, p. 49).

Quanto a Adam Przeworski, fundamenta trabalhos que se referem basicamente às discussões sobre o capitalismo, trabalho/trabalhadores, cidadania e suas relações com o estado, como por exemplo na dissertação 199M:

“Nem a ‘dominação ideológica’ nem a repressão são suficientes para explicar a maneira pela qual os trabalhadores organizam-se e agem sob o capitalismo. O operariado não se compõe de eternos simplórios ou vítimas passivas: os trabalhadores, de fato, organizam-se em sindicatos e, na maioria dos países, em partidos políticos; tais organizações têm apresentado projetos políticos próprios; escolheram estratégias e as seguiram, conseguindo vitórias ou derrotas”¹⁴⁷.

Nos estudos que têm Gramsci como apoio teórico, geralmente as temáticas se aproximam das questões operárias e políticas. Assim esclarece a tese 277D, “a base deste trabalho foi construída a partir de Antonio Gramsci, na sua preocupação em estabelecer a ligação entre cultura, concepção de mundo e transformação política” (277D, p. 23). Os estudos que empregam suas reflexões aplicam seus conceitos de “estado” (151M, 155M), “ideologia” (147M, 148M), “partido político” (224D), “revolução” (150M, 195M, 277D) e “intelectual/orgânico” (147M, 188M, 277D).

Sob a égide do conceito “intelectual” de Gramsci pode-se identificar vários trabalhos preocupados com trajetórias individuais de vida. Ainda que as trajetórias sejam tratadas através do enfoque político e intelectual, e ainda que se entenda intelectual no sentido gramsciano não definido por sua oposição ao trabalho manual ou por autonomia em relação ao lugar que ocupa nas relações sociais como geralmente se fez (cf. 147M), esta articulação entre uma análise marxista e trajetórias de vida parece

¹⁴⁷ PRZEWORSKI, 1989, p. 13 *apud* 199M, p. 50.

exemplificar a capacidade de renovação daquela matriz, e a amplitude de possibilidades dela advindas.

Nestes estudos de trajetórias observa-se uma ruptura em dois sentidos. Primeiro com as biografias clássicas nas quais “(...) o biografado surgia como, desde o berço, predestinado a grandes façanhas” e “(...) o culto ao herói era condição indispensável” (147M, p. 54), posturas visivelmente fundadas em tendências psicologizantes. Em seu lugar foram sendo introduzidas abordagens de trajetórias de vida que permitam maior aproximação entre a história e a sociologia. E, num outro sentido, uma ruptura com uma certa tendência de que a matriz marxista deve ser utilizada no trato apenas de sujeitos históricos coletivos.

A ampliação do uso de outras matrizes pode ser detectada já na primeira dissertação do período central de análise desta pesquisa. A dissertação 140M, defendida em 1989, tem como referenciais centrais os estudos sobre o discurso. Estes estudos geralmente aparecem na LP História Social das Idéias e vêm predominantemente apoiados teoricamente em autores como Eliseo Verón, Tzvetan Todorov e Lucien Goldmann, além de Régine Robin e Paul Ricoeur .

As análises de discurso aparecem várias vezes articuladas ao conceito “ideologia”, o que permite verificar que, ainda que haja um terreno distanciador entre as matrizes que difundiram as análises num e noutro viés, não se considera embaraçoso um trabalho que os vincule. Estas análises denotam, em sua maioria, uma compreensão do discurso e muitas vezes também das “representações” como vinculados aos grupos sociais e não compostos de categorias de pensamento desarticuladas do social.

A dissertação 166M é um exemplo disto. Nela a autora esclarece que pretende “(...) aliar a base material que organiza diferentemente a vida dos diversos grupos sociais ao quadro de representações que norteia a construção de sentido e de cisão de mundo de cada um deles” (166M, p. 8).

Esta é a marca da maioria dos trabalhos tanto sobre “discurso” como sobre “representações” e também pode ser verificada através das dissertações 144M e 140M:

“O discurso, com as representações e categorias de pensamento nele presentes, se insere numa formação discursiva que integra uma formação ideológica. (...) Não está implícito que a conduta dos homens seja determinada unicamente por seus sistemas de valores e representações” (140M, p. 26).

A dissertação 245M compreende que a proposta analítica de Verón também se enquadra nesta compreensão de uma necessária articulação entre “discurso” e “ideologia”:

“Segundo Verón, o ideológico não consiste num tipo específico de discurso, tampouco numa ‘instância’ que ocupe um lugar demarcado na estrutura social, mas ‘pode-se (vê-lo) como sistema de comportamentos rituais da mesma maneira que no agenciamento da gestualidade cotidiana’ (...) Em se tratando desta matéria significante específica -o discurso- o autor articula a manifestação ideológica às suas ‘condições sociais de produção’, enquanto a de poder relaciona-a com os efeitos discursivos”¹⁴⁸.

Expondo a mesma compreensão, a 281M cita-o:

“Sabe-se intuitivamente que o ideológico está em toda a parte: ele figura (de maneira ainda não explicada) em nossas ‘palavras’ e em nossos ‘atos’; semelhante verificação não se pode reduzir a uma figura literária, e uma teoria adequada das ideologias deve explicar como isso é possível”¹⁴⁹.

Mesmo que haja diferenças de enfoque, os elementos comuns à maior parte das dissertações/teses que tratam do discurso são sua articulação com o social e sua capacidade de ser explicador desta instância. Segundo a dissertação 247M, na perspectiva de Verón, o discurso seria um fenômeno social que constituiria “(...) um dos vínculos mais importantes de produção de sentido no interior de uma sociedade”¹⁵⁰. Não chegou a ser possível averiguar até que ponto o discurso é visto como social e até que ponto sua análise poderia se constituir numa explicação do social.

A proposta que mais se distanciaria destas predominantes que enfatizam as articulações entre discurso e referentes sociais seria a de Tzvetan Todorov, que considera que as regras condutoras das obras podem ser encontradas nelas mesmas. Segundo a dissertação 216M, “Todorov faz uma abordagem estrutural de caráter teórico que não se preocupa com a descrição de uma obra concreta, mas vai vê-la sempre como caso ou exemplo das categorias abstratas possíveis” (216M, p. 33).

Comprovando a tendência apresentada inicialmente, porém, verificamos que vários trabalhos que utilizam a poética estruturalista de Todorov complementam seu

¹⁴⁸ 245M, p. 9; as citações contidas no interior são de Verón, Eliseo. *A produção do sentido*. SP: Cultrix, 1980.

¹⁴⁹ Verón, Eliseo. *A produção do sentido*. SP: Cultrix, 1980, p. 62 *apud* 281M, p. 28.

¹⁵⁰ Verón, *apud* 247M, p. 86.

apoio teórico-metodológico empregando também o estruturalismo genético de Goldmann. Este autor compreenderia que as categorias mentais que organizam o universo que um autor cria e a consciência empírica de um grupo social são resultado de uma convivência de grupo e expressam a consciência de classe dominante (216M, p. 61).

A tese 273D também aponta para a renovação teórica que tem predominado, a partir das obras de Roland Barthes, Paul Ricoeur, e Roger Chartier, e enfatiza o papel que tem sido dado não apenas ao autor, mas também ao leitor enquanto produtor no processo de leitura:

“A renovação dos historiadores modernos deveu-se mesmo ao fato de recorrerem a outras disciplinas em busca de métodos e teorias que levassem a uma expansão e redefinição da própria historiografia tradicional. Depois de se aproximarem da antropologia, da psicologia, da economia, da sociologia, apenas para citar algumas influências, os historiadores caminham também em direção à crítica literária (...) Ancorados em teorias literárias, esses estudiosos passaram a considerar os documentos na sua carga de textualidade e a inserir nesses textos uma relação de natureza dupla: do autor e do leitor” (273D, p. 3).

Quando começaram a ocorrer as discussões do conceito de cultura, ainda no primeiro período de produção do Programa, as análises eram mais voltadas para conceitos como “cultura plebéia”, de Thompson, ou articuladas às discussões das “ideologias das classes populares”, por exemplo de Georges Rudé. No segundo período da produção o conceito “cultura” é utilizado a partir de autores e significados diversos. Fundam-se os estudos em Chartier, Ginzburg, e destacadamente Geertz e Bakhtin, com 8 referências cada um dos dois últimos, das 21 referências totais deste conceito. É destacada a presença da noção de “circularidade cultural”.

Mikhail Bakhtin é referencial principalmente para as pesquisas que trabalham com o conceito de “cultura popular” ou que buscam reavaliar as relações entre os campos culturais, privilegiando a perspectiva da “circularidade cultural”, sendo presença de destaque na produção (cf. Gráficos n. 1 e n. 2) .

Sobre a “circularidade cultural” a autora da dissertação 281M, citando uma fala de Ginzburg, define que ela se constituiria numa “(...) influência recíproca entre a

cultura das classes subalternas e a cultura dominante”¹⁵¹. Esta noção estabeleceria, segundo a autora:

“(…) a impossibilidade da existência de uma ‘cultura popular pura’, isolada e completamente desprovida de elementos da cultura dominante. Continuamente os elementos culturais seriam permutados entre as duas culturas - ou diversas culturas -, levando ao questionamento de uma visão ortodoxa de apropriação pura de elementos culturais de uma classe por outra e, também, a afirmação da inexistência de uma cultura popular autêntica” (281M, p. 22).

Este conceito de cultura pode ir sendo detectado em ampla parte dos trabalhos. Apenas para citar mais um, a tese 224D também enfatiza que ele teria conseguido romper com a tradicional divisão entre a cultura popular e a cultura de elite. Poderiam ainda ilustrar as dissertações 142M, 145M, 265M e 284M.

A dissertação 153M, por exemplo, utiliza a definição de Clifford Geertz para quem o termo denotaria

“(…) um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”¹⁵².

A dissertação 272M, definindo o conceito de cultura com o qual trabalha, também remete o leitor a Geertz e à influência do trabalho do mesmo nas perspectivas de Thompson, Darnton e Chartier¹⁵³. Apoiando-se em Chartier afirma que as idéias de Geertz permitiram pensar a cultura de outro modo, qual seja, percebê-la enquanto presente na totalidade das práticas sociais e não apenas nas ditas práticas culturais específicas (272M, p. 24). É a seguinte a citação de Chartier que faz a autora e que encerra a ênfase dada na maioria dos trabalhos:

“O mais grave na acepção habitual da palavra cultura não é, por isso, o fato de ela geralmente respeitar apenas as produções intelectuais ou artísticas de uma elite, mas de levar a supor que o

¹⁵¹ Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. SP: Cia das Letras, 1990, p. 24 *apud* 281M, p. 22.

¹⁵² GEERTZ, Clifford, p. 103 *apud* 153M, p. 8.

¹⁵³ “Já foi mencionada anteriormente a grande influência atual do conceito antropológico de cultura no interior da disciplina histórica. E nesse sentido é possível destacar a presença marcante das idéias de Clifford Geertz em trabalhos de historiadores diversos, como é o caso de E. P. Thompson, Robert Darnton, Roger Chartier e outros” (272M, p. 24).

‘cultural’ só é investido num campo particular de práticas ou de produções. Pensar de outro modo a cultura, e por consequência o próprio campo da história intelectual, exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente culturais, tal como faz C. Geertz”¹⁵⁴.

Quanto à “ideologia”, o conceito sobressai como o segundo mais empregado na produção do Programa e aparece com a maior amplitude de acepções. Pode ser encontrado no sentido que lhe confere Geertz, que o articula à noção de cultura, focando a proposição das significações: “(...) um sistema cultural, uma ideologia que se desenvolveu além do estágio dos simples ‘slogans’ consiste numa estrutura intrincada de significados inter-relacionados em termos dos mecanismos semânticos que os formulam”¹⁵⁵.

Também se utiliza o conceito na acepção dada por Lucien Goldmann. Segundo a dissertação 247M, produzida a partir da proposta teórica deste autor:

“(...) concebemos ideologia como um conjunto de estruturas mentais criadas por uma dada coletividade, que organizam e estruturam a sua apreensão do mundo, bem como orientam as ações desta em relação ao seu meio social. Esta visão caracteriza a ideologia como uma estrutura e, como tal, naturalmente implícita nos documentos e ações produzidas pela coletividade” (247M, p. 85-86).

Em alguns casos, como na dissertação 86M, aparece a busca de articulação entre “ideologia” e novos enfoques de análise como, por exemplo, “cotidiano” (cf. 86M).

“Ideologia” ainda aparece sob as denominações dadas por Eliseo Verón, Raymond Williams, Marx, Engels, Marilena Chauí, Ronaldo Vainfas, e destacadamente Gramsci (por exemplo, 188M).

Estas discussões estão geralmente nos estudos integrantes da LP História Social das Idéias. Nela podemos encontrar uma reunião de trabalhos que se auto denominam história das culturas, história cultural, história das ideologias, história intelectual ou história das mentalidades.

¹⁵⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 66-67, *apud* 272M, p. 24.

¹⁵⁵ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. p. 171, *apud* 166M, p. 15-16.

A dissertação 219M utilizando o conceito de mentalidades busca compreendê-lo enquanto um conceito mais ampliado que o de ideologia, mas não necessariamente oposto a ele. Apresenta destacadamente a perspectiva de Le Goff que, segundo a autora, entenderia mentalidades

“(…) não como um reflexo ou como superestruturas resultantes mecanicamente das infra-estruturas socioeconômicas. Elas mantêm relações complexas de determinações recíprocas com aquelas estruturas (…) Devem, portanto, ser analisadas com vistas a que seja possível o entendimento das lutas sociais, das contradições do cotidiano (…) Dessa forma, encontramos seu caráter dinâmico, passível de sofrer transformações, ainda que lentas e perceptíveis apenas na longa duração” (219M, p. 12).

Uma variedade de interpretações é apresentada para cada um destes termos, interpretações estas que se mostram muitas vezes conflituosas e até opostas. Apenas para indicar algumas filiações dadas, podemos citar como integrantes da história das mentalidades a 140M, a 158M e a 162M; a dissertação 161M informa que se enquadraria na história cultural que seria a denominação dada por Darnton para a história das mentalidades. Fundadas na história da cultura estariam a 159M e a 161M. A dissertação 196M explicita sua localização teórica: “é no terreno da história cultural que situamos nosso trabalho” (196M, p. 15). Já a dissertação 158M apresenta a “(…) dificuldade em se traçar fronteiras rígidas entre o campo da história das mentalidades e o da história social das idéias”, no qual a autora insere seu trabalho (158M, p. 14).

Junto a estes estudos é bastante comum o uso do conceito “alteridade”, que aparece algumas vezes articulado ao conceito “representações”. Pode-se conferir a dissertação 140M sobre as representações do feminino: “nosso objetivo é (…) verificar (…) como a utilização da categoria ‘alteridade absoluta’ numa forma hierarquizada, expressa um sistema ‘masculino’ de representação do mundo” (140M, p. 1).

A categoria “alteridade” tem sido trabalhada principalmente da forma como a compreende Todorov. Seguindo esta linha, a autora da tese 171D, ao estudar as experiências de alteridade ressalta que o pesquisador deve estar atento para duas figuras básicas:

“(…) a afirmação da igualdade e da diferença (…) A relação com o outro não se dá numa única dimensão. Há uma em que se julga seus valores, outra em que se registra sua

aproximação ou distanciamento e uma terceira na qual se conhece ou se ignora sua identidade”¹⁵⁶.

Os estudos fundados nas “representações” são produzidos a partir da leitura de Roger Chartier. A dissertação 234M esclarece que o uso deste conceito demanda a compreensão de que as “*representações* não podem ser separadas de suas *práticas*”, pois:

“(…) elas se desdobram nas práticas, geram novas práticas, modificam as próprias práticas que as haviam produzido. Interferem, portanto, no concreto, no cotidiano, e somam-se às forças que irão produzir os próprios acontecimentos históricos” (234M, p. 459-460).

Também a dissertação 289M indica que “(…) as representações devem ser pensadas em conformidade com os interesses dos grupos sociais que as forjam, pois eles as constroem com um sentido de universalidade baseado na razão, imprimindo ali suas próprias visões de mundo” (289M, p. 8). Citando Chartier, a autora enfatiza que as “(…) lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”¹⁵⁷.

O uso do conceito “representação” pressupõe que o pesquisador esteja atento não apenas para o objeto tratado no texto, mas com a maneira como ele é exposto, com os “modos de escrever” que descrevem não apenas o que se conta, mas a maneira do narrado e do narrador ver o mundo (212M).

O conceito de “campo” é sempre utilizado conforme o apresenta Bourdieu. Verifique-se a dissertação 289M para a qual: “Bourdieu considera *campo* como o espaço onde as posições dos sujeitos estão *a priori* fixadas, bem como o terreno onde se dão as lutas entre os agentes sociais” (289M, p. 9).

Ou ainda, segundo a dissertação 281M: “Para Bourdieu ‘o campo é um espaço social de relações objetivas’, ou seja, a noção de campo é uma categoria metodológica que nos autoriza a recortar uma enorme fatia do social onde as fronteiras estão claramente demarcadas” (281M, p. 22-23).

¹⁵⁶ 171D, baseada em TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América. A questão do outro*. SP, 1988, p. 41 e 183.

A dissertação 289M utiliza também o conceito de “*habitus*”, apresentando o entendimento que se tem deste conceito no pensamento de Bourdieu¹⁵⁸. Esta dissertação utiliza este conceito articulado ao de “representações” de Chartier e assim se justifica: “a análise das representações exige, do ponto de vista metodológico, que elas sejam recolocadas no seu terreno de origem, ou seja, no contexto histórico-social de engendramento das práticas - determinadas pelas condições materiais objetivas edificadoras do *habitus*” (289M, p. 9).

Ainda que sem registro destacado no levantamento quantitativo, se considerada num sentido *stricto*¹⁵⁹, cabe notar os estudos que trabalham política numa nova perspectiva metodológica. Por exemplo, a autora da tese 169D afirma que pretendia “(...) realizar um trabalho de história política que incorporasse as novas tendências desse campo historiográfico, adotando uma nova perspectiva temática e analítica e conseqüentemente deixando de lado o antigo modelo da narrativa cronológica” (169D, p. 4).

A autora pontua na produção historiográfica a propalada supremacia da história política no século XIX e sua desvalorização, principalmente a partir da criação da revista *Annales* e da VI Seção da *École Pratique des Hautes Études* que produziram um novo modelo de história no qual o econômico e o social deveriam ocupar lugar central e que ficou conhecida como história total¹⁶⁰ (169D, p. 10-11). Esta recusa da história política teria sido aprofundada com a presença de Braudel na *École des Hautes Études en Science Sociales* nos anos 50 e com a expansão do marxismo da França nos anos

¹⁵⁷ CHARTIER, R. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa/SP: DIFEL/Bertrand, 1990, p. 17, *apud* 289M, p. 8.

¹⁵⁸ “(...) um sistema de disposições duráveis que atua como princípio gerador e orientador das práticas sociais” (289M, p. 9).

¹⁵⁹ De foram contrária, D’Alessio e Janotti, ao fazerem um estudo do político nas pós-graduações de 1985 a 1994 identificam que 68,1% das dissertações e 59,% das teses apresentam conteúdo político. Certamente esta disparidade de dados entre a avaliação nacional e nosso levantamento no PPGH/UFF se deve ao sentido ampliado utilizado pelas referidas pesquisadoras (elas aglutinaram os trabalhos em 4 categorias: estado e instituições, classes e etnias, ideologia e artes, e espaço, gênero e cidadania) (D’ALESSIO e JANOTTI, 1996, p. 127-128).

¹⁶⁰ “Desejosa de ir ao fundo das coisas, de apreender o mais profundo da realidade, a nova história sustentava que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais, e que os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude (...). A história política reunia, portanto, um número infindável de defeitos - era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante” (169D, p. 11-12).

60¹⁶¹. A retomada dos estudos do político teria ocorrido lentamente e tido como núcleos centrais a Fundação Nacional de Ciências Políticas e a Universidade de Paris X - Nanterre, e se deveria às “transformações sociais”, “à própria dinâmica interna da pesquisa histórica” e ao contato com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, a lingüística e a psicanálise.

Passou-se a produzir uma nova história política que “(...) integraria todos os atores no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegeria as massas como objeto central”; teria interesse não na curta duração “(...) mas numa pluralidade de ritmos que combina o instantâneo com o extremamente lento”, disporia de “(...) grandes massas documentais passíveis de quantificação” e procederia ao estudo da história das formações políticas e das ideologias, para o que o estudo da cultura ocuparia lugar importante, conforme René Rémond (169D, p. 15-16). Há que se considerar aqui um conjunto de fatores como a busca de novas temáticas no campo da política, uma perspectiva teórica diferenciada para o estudo deste campo, o uso de novos recursos metodológicos, com ênfase nas fontes orais, e um trato diferenciado das fontes escritas.

Por fim a autora da referida tese assinala a abertura dos *Annales* para este campo de estudo, com destaque para Jacques Revel, André Burguière, Jacques Le Goff e Jacques Julliard, e esclarece que há outras propostas que visam romper com esta tradição, como a proposição de François Furet, que procura “(...) privilegiar o lugar do político como o mais favorável para perceber a história total de uma coletividade”, valorizando “(...) o explícito e o manifesto numa crítica clara aos pressupostos básicos dos *Annales*”, ou ainda Gerard Noiriel que defenderia uma história social do político. Por fim a autora da tese afirma que, a despeito das diferentes posições sobre a nova história política, poderia-se detectar a “(...) convicção de que a política tem existência própria e não é uma simples expressão reflexa da ação estrutural das forças econômicas” (169D, p. 19).

Ainda que não haja uma filiação direta entre a nova história política e a história cultural, há trabalhos em que a segunda é apontada como aquela que permite inovadoras perspectivas para o trabalho com a primeira:

¹⁶¹ “Esta postura deveu-se essencialmente à formulação de inúmeras críticas ao papel do Estado, visto como mero instrumento da classe dominante, sem nenhuma margem de autonomia. O político passava a ser reflexo das injunções econômicas, destituído de dinâmica própria” (169D, p. 12).

“Curiosamente foi o contato com a história cultural que criou as condições fundamentais para a realização deste trabalho ao abrir espaço para o estudo do cerimonial (tema da dissertação) e para uma nova abordagem em meio ao tradicionalismo que caracterizava os estudos em história política” (291M, p. 10).

A dissertação 85M, de 1984, pode ser considerada um exemplo de como os estudos do político foram retomados e se revitalizavam em meados da década de 80.

Afirma seu autor:

“A história política sempre foi o território por excelência das formas mais conservadoras e imobilistas, no mínimo ingênuas, de encarar a história. É aí que se aninha o grosso da produção historiográfica tradicional, preocupada exclusivamente com a descrição dos grandes feitos e com a louvação de grandes heróis. É uma história de elites, laudatória, ufanista, factual, voltada apenas para a superfície, para a curta duração.

“No entanto há alguns anos esta situação começou a mudar. A revalorização da instância política, hoje uma realidade incontestável, decorreu da conjugação de vários fatores (...) como a falência da ‘concepção trivialmente marxista da política-reflexo’” (85M, p. 4).

Outra proposta teórica que não se destacou numericamente entre as matrizes mais utilizadas, mas que aparece sendo discutida várias vezes na produção pesquisada é a teoria da escola italiana das elites de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels.

A denominação “escola” se deve ao fato de que, ainda que haja entre suas propostas várias diferenças, todos defendem a necessidade do estudo específico das elites. Afirma a dissertação 183M: “(...) um ponto comum os articula nesta linha: a crença de que a existência de uma elite governante é inevitável em qualquer sociedade” (183M, p. 45). Quanto as suas diferenças: “(...) se para Mosca e Pareto a formação de um grupo governante que se destaca da grande maioria da população é, não somente inevitável, mas positiva, para Michels, mesmo sendo inevitável, é algo que deve ser combatido incansavelmente”¹⁶² (183M, p. 45-46).

A dissertação 266M explicita sua opção pelo uso deste referencial teórico, o da teoria das elites, na vertente de Pareto e Mosca, ao ponderar que estes “(...) apresentam

¹⁶² A autora destaca que “(...) a concepção da inevitabilidade da elite não se resume a uma visão ‘conservadora’ de política” (183M, p. 45-46).

uma visão mais ampla e mais rica do problema das elites, ao considerar primordialmente a natureza do governo e o sentido da ação daqueles que o representam” (266M, p. 24).

Junto aos referenciais teóricos menos empregados, mas com importantes contribuições destacamos ainda a influência da teoria crítica de origem frankfurtiana, com autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. Pode-se citar os trabalhos 156M, 159M, 201M e 215D como ilustrativos.

Consideramos importante destacar a presença de um autor brasileiro, que aparece como integrante deste quadro de referenciais teóricos com destaque, Ciro Cardoso, referenciado enquanto produtor de categorias de análise utilizadas por um grupo de 7 trabalhos: 141M, 146M, 164D, 173M, 182M, 228D, 251M.

Outros autores brasileiros também forneceram referenciais teóricos e metodológicos utilizados no trabalho dos pesquisadores da UFF, citados em um trabalho cada: José Murilo de Carvalho (169D), Marilena Chauí (145M), Angela de Castro Gomes (165M), Luís Costa Lima (158M), Ilmar Rohloff de Mattos (155M), Renato Ortiz (294M) e Milton Santos (182M).

3.2. Referenciais metodológicos

“Os maiores problemas para os novos historiadores (...) são certamente aqueles das fontes e métodos”.

Peter Burke

Buscou-se identificar os referenciais metodológicos da produção rastreando-se principalmente os procedimentos e as fontes nela utilizados. Por procedimento entende-se o conjunto de práticas e reflexões sobre a elaboração da pesquisa e o cotejamento entre os dados coletados nas fontes e as hipóteses iniciais.

No trato das fontes escritas são frequentes dois procedimentos na produção do PPGH/UFF: a leitura sistemática de cada fonte e o cruzamento de dados entre fontes. Estes procedimentos, embora sejam comuns ao ofício do historiador são, em um número destacável de trabalhos, indicados como os procedimentos centrais da pesquisa.

A leitura sistemática é definida como um “exame prático” das fontes pesquisadas, como o processo de realização das críticas externa e interna do documento (156M, 186M, 188M, 190M) ou a “leitura e classificação do material” (156M). As dissertações 154M e 189M denominam esta atividade de leitura de “método interpretativo”. Quando utilizam mais de um tipo de fontes, os autores se propõem a fazer um cruzamento dos dados visando a confirmação ou não das hipóteses (141M, 197M, 222M); a autora da dissertação 211M denominou esta prática de “uso combinado de fontes”.

A comparação de dados entre fontes não deve ser confundida com os estudos de cunho comparativo, nos quais se coteja não apenas as fontes, mas diferentes objetos de pesquisa que sejam enquadrados no objeto central. A tese 163D e as dissertações 233M, 252M e 257M utilizam a “análise comparativa” como procedimento básico, compreendendo que este tipo de análise é central no estabelecimento de regularidades e particularidades dos fenômenos históricos com os quais se trabalha.

Já a crítica interna das fontes não deve ser entendida apenas nos moldes que lhe concedeu o historicismo e menos ainda deve-se supor que seu emprego representa a produção de uma história “ultrapassada”. Há propostas historiográficas posteriores que têm acatado este tipo de procedimento como necessário, como no caso de Ginzburg, que sugere que “(...) diante dos processos inquisitoriais que apresentam uma estrutura textual monódica, onde as respostas dos réus são meros ecos às questões e à mentalidade dos inquisidores” se faça uma crítica interna das fontes (254M, p. VIII).

As análises de discurso estão bastante presentes na produção, como resultado das aproximações feitas entre história e literatura, e história e lingüística e o grande número de trabalhos vinculados à LP História Social das Idéias. Elas empregam as “análises histórico-semióticas”, como exemplifica a tese 162D. Ampla parte dos trabalhos utiliza-se das reflexões de Régine Robin, Eliseo Verón e Laurence Bardin (por exemplo 140M, 166M e 172M).

Para desenvolver estas análises os procedimentos propostos pelos autores têm sido vários. Destaca-se a proposta de isolar um elemento do discurso, no caso da dissertação 140M, “o plano do discurso referido a seu sujeito”, buscando analisar como ele está referido no texto por ele mesmo produzido. Esta dissertação, seguindo a proposta de Benveniste, pretende explicitar dois planos de enunciação, “o do discurso e

o da história”, e o como se opera a “integração do sujeito de enunciação no enunciado” (140M, p. 22). Segundo a autora “o método consistiu em isolar uma categoria - o plano do discurso referido a seu sujeito - e de detectar, enquanto narrador, sua presença visível ou invisível, implícita ou explícita” (140M, p. 23). Tende-se a buscar um aprofundamento relacional entre os elementos de cada texto e traçar a evolução da série discursiva composta pelo conjunto de textos selecionados.

Outros procedimentos de análise de discurso verificados na produção se propõem a realizar a “leitura dos julgamentos, opiniões e comparações” presentes na obra pesquisada, inferindo as informações que permitam avaliar a validade das hipóteses. Algumas análises, principalmente aquelas que tratam de controle social, movimentos sociais, relações estado/sociedade, buscam “dissecar o discurso dos dominantes” como bem exemplifica a dissertação^{144M}. Um pequeno número delas pretende efetuar o “exercício de negatividade”, na busca de observar o que o documento diz num plano e o que ele pretende dizer, que se depreende num outro.

Ainda nas propostas de análise de discurso temos o emprego da “poética estruturalista” de Todorov¹⁶³ (172M) e do “estruturalismo genético” de Lucien Goldmann em vários estudos. Em alguns deles utiliza-se os dois “métodos” conjugados, como nas dissertações 216M e 247M.

A autora da 216M esclarece que para Todorov “(...) o objetivo não é a obra literária, mas o discurso literário” (216M, p. 61) e enuncia assim o referido método:

O conhecimento da estrutura é que é o objetivo: a análise de Todorov não é uma pura descrição da obra, nem uma interpretação em termos sociológicos, psicológicos ou filosóficos. (...) É a proposta de uma teoria da estrutura e do funcionamento do discurso literário, descobrindo nele o que tem em comum com outros de mesmo gênero. Sendo assim o objeto da poética é a literatura, dividida conforme suas categorias em gêneros literários. É um método formal que vê a obra literária em sua imanência, desconectada completamente de outros referentes. Oscila permanentemente entre a abstração e esta imanência, entre o gênero e a obra (...) A poética de Todorov exclui do campo de estudo o valor artístico da obra” (216M, 61).

¹⁶³ Embora o método de Todorov seja bastante utilizado encontra-se dificuldades de aceitação das premissas teóricas que o fundamentam, como o princípio da imanência da obra literária, como exposto na 247M.

No caso de Goldmann a obra literária teria uma função crítica e as estruturas mentais que organizam a obra se constituem em fenômenos sociais responsáveis por sua unidade e portanto fundamentais para sua qualidade estética e literária. O método é exposto da seguinte forma pela autora da dissertação 216M:

“O método consiste em buscar as estruturas mentais que funcionam na obra constituindo um comportamento significativo. Como não são categorias conscientes, não podem ser alcançadas através de uma análise literária imanente, nem de um estudo voltado para as intenções conscientes do autor. Para atingi-las é preciso efetuar uma análise sociológica que parta da escolha de um corte estrutural ideal e estratégico do objeto de estudo. Tal objeto aparece como um conjunto de comportamentos significativos que permite explicar a quase totalidade do texto e também observa sua inserção, como elemento constitutivo e funcional, numa estrutura maior e englobante: a da consciência de classe.

“Na aplicação deste método, a pesquisa vai oscilar, o tempo todo, entre o campo de estudo específico e aquele da estrutura englobante” (216M, p. 61).

O uso dos dois métodos combinados seria justificado, pois o de Todorov permitiria uma análise bastante eficiente da estrutura interna do texto, uma análise mais formalista, referente às palavras-chave do texto e seu campo semântico. O de Goldmann, considerado muito impreciso para as análises internas do texto, seria bastante apropriado para a apreensão do caráter social da obra. A cientificidade dos dois métodos estaria assegurada por diferentes variantes. No caso de Todorov haveria a possibilidade de uma reflexão científica acerca da literatura por considerar a existência de leis gerais que regeriam o surgimento das obras e que poderiam ser encontradas na própria literatura. No de Goldmann a cientificidade estaria assegurada pela relação necessária entre a literatura e a vida social (247M).

No estudo de fontes iconográficas são comuns estudos fundados nos procedimentos da micro-história, na “descrição densa” de Geertz e nas reflexões de Panofsky que, ainda que trate do tema, do espaço, dos objetos figurativos e das cores constituintes da obra, não pretende reduzir a iconografia aos signos. Estes estudos permitem a observação dos muitos sinais que podem ser apreendidos neste tipo de fonte e se constituírem em dados explicativos para o historiador (172M, 203D, 282D).

Dentre os estudos fundados na “análise histórico-semiótica” das fontes iconográficas, especialmente as fotografias, destaca-se o método utilizado por Ana

Maria Mauad Andrade, em sua tese (162D), inspirado em Umberto Eco, e que é empregado em várias outras pesquisas que informam basear-se na sua proposta. A dissertação 290M é um exemplo, e cita Andrade para a definição do método:

“Esta metodologia propõe, a partir do entendimento do caráter comunicacional da cultura, estruturante da ideologia e seletivo da hegemonia, que a fotografia seja percebida como uma mensagem composta por sistemas de signos não-verbais, sociais e individualmente compreendidos através de códigos cuja decifração possibilita a análise de certas ações humanas socialmente determinadas” (Ana Maria Andrade, 1993, p. 5-7 *apud* 290M).

Um dos métodos mais presentes na produção do PPGH/UFF são as análises quantitativas. O método quantitativo está presente em vários trabalhos principalmente voltados para os estudos econômicos sobre comércio, preços de produtos, demografia e abastecimento. São bastante utilizados os aspectos numéricos e classificatórios dos documentos e numerosos os levantamentos estatísticos.

Em finais dos anos 1970 Lapa indicava que estava ainda em caráter inicial o uso da quantificação nos estudos no Brasil :

“A quantificação em História do Brasil é muito recente, verificando-se, entretanto, um promissor crescimento não só nos títulos que têm aparecido, como também no número de historiadores que passaram a estudar a problemática brasileira do passado e do presente através da História serial e/ou quantitativa.” (LAPA, 1981, p. 90-91).

Já no primeiro período do Programa , em 1986, aparecem as preocupações dos historiadores com o uso deste método:

“Não poderíamos realizar este trabalho se os dados fossem quantificados manualmente. Foi imprescindível a utilização do computador, não só pela elaboração de muitas listagens e a necessidade de cruzamentos das informações contidas em cada fonte, como pela diminuição substancial da margem de erro que um trabalho artesanal traz necessariamente consigo, mesmo que os cálculos sejam repetidos diversas vezes (...) Já não é tão incomum a utilização do computador, no Brasil, na área de Ciências Humanas, mas, na pesquisa histórica, ainda o é (...). Obviamente o tipo de fonte interfere no caso, já que o

historiador brasileiro, de modo geral, tende a valorizar dados qualitativos”¹⁶⁴.

Embora a história quantitativa não se confunda com a serial, é amplo o uso deste método específico no trato da documentação (152M, 164D, 173D, 203D, 270M).

Há cautelas quanto ao emprego do método quantitativo, porém. A dissertação 153M, por exemplo, afirma que dá “tratamento qualitativo à documentação” devido aos insucessos de uma “história demográfica” ou de uma “biografia coletiva” e que o tratamento quantitativo dos dados só teria sido empregado quando possível. A análise essencialmente qualitativa dos dados proposta pela 201M demonstra que o uso de recursos quantitativos na coleta e ordenação de dados pode ter um papel secundário na análise, operada essencialmente através de categorias qualitativas.

Assim, embora geralmente referenciado como um dos elementos permissores dos estudos sobre os “homens comuns” e não apenas aqueles da elite, o método quantitativo é bastante utilizado, mas não chega a predominar na produção. A ênfase nesta produção é das abordagens qualitativas. Há várias ocorrências de estudos que empregam os dois métodos apresentando como segunda tarefa as análises comparativas entre dados quantificados e as manifestações sociais (148M, 168M, 259M, 256M, 167D).

Os estudos de caso estão presentes em um amplo leque de dissertações/teses, principalmente em pesquisas nas quais são escassos trabalhos de caráter monográfico suficientes para permitir análises um pouco mais generalizantes (150M, 152M, 202M, 229M, 253M, 264D, 295D).

Há também a tendência de se articular a análise de todo um sistema com um estudo de caso específico, notando que as afirmações decorrentes deste estudo de caso permitiriam rever as afirmações gerais sobre o sistema. A tese 164D, por exemplo, é um estudo do sistema colonial que teria demonstrado ser o controle do crédito operado por parte do grupo mercantil residente, o que geraria a acumulação interna de capital; a partir desta constatação seria necessário rever as explicações para a reprodução da economia colonial fundadas em elementos externos.

A tese 276D é um exemplo da situação em que, devido haver uma produção significativa sobre o tema torna-se possível as avaliações mais abrangentes: “Evitei o

¹⁶⁴ FARIA, Sheila de Castro. “Terra e trabalho em Campos Dos Goytacazes (1850-1920), 1986, p. 7

corte monográfico do estudo de caso, pela existência de um conjunto já relativamente amplo de trabalhos acadêmicos centrados em categorias e/ou sindicatos específicos, que despertam a necessidade e embasam a possibilidade de sínteses” (276D, p. 4-5).

Um outro método utilizado nos trabalhos que já possuem amplos estudos sobre o tema e que permitem um apoio no sentido da verificação das hipóteses específicas da pesquisa então em andamento é o denominado hipotético-dedutivo. Assim o descreve a autora da tese 279D:

“(…) esclarecemos que partimos das hipóteses gerais sobre o colapso de sociedades complexas e do sistema de relações entre centro e periferia para depois percorrer as regras de conexões entre hipótese e os dados extraídos da documentação. Em outras palavras, empregamos o método hipotético-dedutivo” (279D, p. 7).

Quanto a elaboração de biografias, elas têm sido produzidas principalmente na perspectiva da “nova história política”. A dissertação 147M é um exemplo ao se propor “traçar uma biografia política” e “investigar as principais fases da trajetória intelectual” (141M, 146M). O objetivo destas biografias é na maior parte das vezes fazer caracterizações políticas possíveis a partir de biografias individuais (266M), entendendo a ação individual no contexto de determinações mais amplas (149D). O procedimento adotado prima pela busca de descrições de trajetórias intelectuais (180M). Em alguns casos tenta-se elaborar uma aproximação entre a vida pública e os anseios privados do biografado, como quando se busca a conexão entre diferentes tipos de fontes, por exemplo entre o artigo de jornal e a carta. Os estudos biográficos não são uma especificidade do Programa da UFF. Fico e Polito ao analisar as teses defendidas em âmbito nacional no ano de 1995 registram seu aparecimento em grande número, e explicam esta ocorrência em parte devido a retomada em novos moldes do “papel do sujeito na história” (FICO e POLITO, 1996, p. 170).

O método proposto por Foucault, a “análise ascendente”, estudo orientado do micro para o macro, também é empregado na produção, abrindo o caminho de superação das “análises descendentes”, assim denominadas por Foucault pois, segundo ele, deduziriam o poder partindo do estado. A dissertação que apresenta esta proposta, a 234M, tem por objetivo maior, no entanto, articular estes dois procedimentos -as

(117M).

análises ascendente e descendente- com a circularidade bakhtiniana e o estabelecimento de uma relação dialógica:

“(...) a circularidade bakhtiniana é a ponte com que pretendemos transpor o abismo imaginário entre a análise ascendente foucaultiana e a análise descendente tradicional. Examinar o vai-e-vem do poder nas duas direções. (...) “Por *relação dialógica* entendemos uma relação de diálogo em que duas ou mais culturas, extratos sociais, ou mesmo indivíduos estabelecem um canal de assimilação ou confronto, por vezes as duas coisas” (234M, p. 31, 49-50).

Observa-se uma tendência de se tentar resolver problemas teóricos através de procedimentos metodológicos.

Quanto ao levantamento das fontes utilizadas pelos pesquisadores, este exigiu a elaboração de uma tipologia para seu ordenamento, quantificação e análise. O principal critério utilizado foi o da origem, o da produção da fonte. Assim aquelas que têm produtores comuns foram reunidas, como, por exemplo, todas as fontes produzidas em cartórios, todas aquelas produzidas pela Igreja Católica, etc. Em alguns casos manteve-se a fonte em separado devido alguma especificidade como as fontes demográficas que, embora sejam produzidas pela administração pública, têm papel destacado de outros documentos menos utilizados. Foram criadas 31 categorias¹⁶⁵, das quais destacou-se as 13 que haviam sido empregadas em 05 ou mais dissertações/teses (cf. Gráfico n. 3).

As fontes mais empregadas na produção do PPGH são as escritas. Dentre estas os periódicos, principalmente os jornais e as revistas, além dos almanaques recebem maior destaque. Seu uso apóia a proposição apresentada no item “espaços” desta dissertação da larga dominância das pesquisas sobre o Rio de Janeiro (cidade ou estado), pois não apenas a maior parte destas fontes é produzida no Rio, mas também são utilizadas para embasar pesquisas realizadas sobre este corte espacial. Dentre os jornais destacam-se, pelo volume de pesquisas que os utiliza, os seguintes: o Jornal do Commercio (com 15 referências), Jornal do Brasil (7), Correio da Manhã (6) e a Gazeta de Notícias (5). Entre as revistas há maior paridade entre um largo número delas, na sua

¹⁶⁵ São elas: cartoriais, documentos oficiais da administração pública, jurídicas, epistolares, demográficas, relatos de viajantes, orais, iconográficas, literárias, médicas, jornais, revistas, discursos, policiais, eclesiásticas (igreja católica), eclesiásticas (igreja luterana), arquivos de instituições privadas pesquisadas, biografias, crônicas, diários, livros didáticos, memórias, genealogias e livros de linhagem, hagiografias, programas jornalísticos de televisão, folhetos turísticos e almanaques.

maioria empregadas em dois trabalhos¹⁶⁶. Outro periódico que se destaca são os almanaques, especialmente o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, conhecido como Almanak Laemmert. Este documento é bastante utilizado no primeiro período de produção do programa e ainda registra seis usos na produção do segundo período, sendo considerado fonte central para os estudos sobre o Rio de Janeiro do século XIX.

Na maioria dos casos os periódicos não são avaliados no todo; em outros a fonte é avaliada no seu conjunto, buscando o pesquisador a “matriz ideológica” da mesma para uma seleção da fonte com a qual trabalhará. Por exemplo, a dissertação 185M justifica sua escolha pelo uso de três jornais específicos da seguinte forma: o Correio Braziliense por ser “um jornal claramente conservador”, o Jornal do Brasil por ser “de centro”, ou na conjuntura pesquisada -1964- “tendente à centro-direita”, e O Semanário “nitidamente de esquerda” (185M, p. 20).

O uso dos documentos oficiais da administração pública¹⁶⁷ apresenta uma ruptura com o trato das fontes escritas antes consideradas fornecedoras de dados seguros. A dissertação 281M aponta que até as primeiras décadas do século XX “(...) predominava entre as correntes historiográficas aquela que se voltava para o documento escrito e ‘oficial’ como a única fonte confiável” e que o movimento dos Annales exerceu papel fundamental no sentido do alargamento do campo das fontes (281M). É nesta segunda perspectiva que são utilizadas no PPGH/UFF. A fonte escrita, embora seja a mais presente na produção, não tem arremetidas defesas de possível neutralidade.

Inventariadas em separado, devido seu elevado número de registros na produção, mas ligadas a este conjunto -dos documentos oficiais da administração pública- estão as

¹⁶⁶ Revista Ilustrada, Careta, O Cruzeiro, Fon-Fon, Cinearte, Para Todos, A Época, Vida Doméstica, Selecta, A Nação, A Noite Ilustrada, Vamos Lêr, Revista da Semana, Cena Muda.

¹⁶⁷ Considerou-se Documentos Oficiais da Administração Pública, ordenados em sub-grupos que são aqui separados por ponto (.) os seguintes: relatórios governamentais (de Ministérios, Presidentes de Província). Instruções, alvarás, diários de visita, fiscais, ofícios, atas, boletins de ministérios. Anuários estatísticos, boletins, fontes estatísticas do IBGE. Dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral; resultados de eleições. Processos urbanísticos. Plano Diretor de Município. Contratos entre órgãos públicos e empresas privadas. Documentos do Conselho Federal de Comércio Exterior. Listagens de entradas de navios negreiros no Porto do Rio. Regulamentos disciplinares do exército, marinha e aeronáutica. Processos da Justiça Militar. Relatórios da Liga das Nações, dos governos norte-americano, inglês e francês, documentos de consulados, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Anais Parlamentares de Assembléias Legislativas municipais, estaduais e federais.

fontes demográficas, especificamente os censos e mapas da população. Ainda que várias fontes cartoriais e eclesiásticas também compõem usualmente o grupo das fontes demográficas, em nossa classificação elas aparecem em separado. O mesmo ocorre com a documentação epistolar que poderia ter sido incluída no amplo grupo dos documentos de administração pública, mas que foi posta em separado por contar com vários registros de correspondência privada. Na correspondência pública destacam-se aquelas entre autoridades do século XIX, da Primeira República e do período colonial. Nota-se, ainda, a presença de correspondências populares enviadas à presidência da república ou aos governantes locais geralmente com pedidos de autorização para realização de festas ou abaixo assinados.

Registra-se também um grande volume de trabalhos que utilizam fontes literárias. Elas são empregadas em número superior às cartoriais e aos documentos da administração pública. Conforme destaca a dissertação 218M seu uso não é recente, e no PPGH/UFF este seu relevo pode ser explicado em parte pelo também amplo número de trabalhos defendidos na LP História Social das Idéias e nas aproximações cada vez mais constantes entre a história e a literatura e a lingüística.

Neste conjunto conta-se principalmente com romances¹⁶⁸ (158M, 215D, 243M, 252M, 256M, 282D), mas também, recebem destaque textos teatrais (191M, 196M, 222M), o cancionário português -em pesquisas do período medieval- (218M), poemas (285M) e literatura de cordel (161M). Há a análise de obras específicas, como o Memorial do Convento de José Saramago (218M), ou do conjunto de obras de um autor, como de Tomás Antônio Gonzaga (154M).

É principalmente nos trabalhos que utilizam este tipo de fonte que aparecem as discussões sobre o real e o ficcional. O entendimento da dissertação 158M representa perspectiva que predomina na produção: a de que, embora haja na produção historiográfica e nas fontes de natureza não literária elementos de ficcionalidade, seu caráter não pode ser equiparado ao das fontes literárias. As primeiras teriam intenção de escrever sobre a realidade num sentido não absoluto, mas objetivando construir um discurso explicativo, enquanto que as segundas não teriam esta exigência em sua produção. Assim se expressa a autora da dissertação 158M:

¹⁶⁸ Destacam-se os trabalhos de Machado de Assis (5 referências), Aluísio Azevedo (3), Lima Barreto (3), Joaquim Manuel de Macedo (2), José de Alencar (2).

“Jamais devendo ser vistos como espelhos da realidade, os mais diversos tipos de documentos comumente utilizados pelo historiador podem ser revelados em seu caráter ‘ficcional’. No entanto, não há como considerar, em nenhuma hipótese, este conteúdo de ‘ficcionalidade’ como equivalente àquele presente na literatura. Se, no primeiro caso, o dos documentos supostamente objetivos, esse conteúdo é relativo e encerrado em certos limites, no caso dos textos literários ele é assumido e não possui fronteiras” (158M, p. 6).

As fontes cartoriais também estão entre aquelas mais utilizadas. Ainda que estejam presentes em vários tipos de estudos, ocorrem principalmente nas pesquisas de história agrária. Este trabalhos utilizam fontes “massivas” e “reiterativas”, ou seja, aquelas que não só existem em grande quantidade, mas também se repetem no tempo¹⁶⁹ (233M). Estas fontes são empregadas destacadamente nas discussões sobre escravidão, família, povoamento e fortuna. Entre elas é largo o emprego dos inventários *post-mortem* (18 registros), as escrituras de terras e os processos-crime. Também são utilizados os testamentos, as ações de liberdade, as hipotecas e os registro de nascimentos, óbitos e casamentos.

Dois grupos de fontes apresentam um número quase idêntico de registros. São as fontes eclesiásticas e as jurídicas. Há 37 registros de fontes eclesiásticas, sendo que 35 deles são documentos produzidos pela igreja católica¹⁷⁰. Dentre eles se destacam o uso de registros paroquiais de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos, as cartas pastorais e os jornais produzidos por organismos católicos. Também foram encontrados o uso da Bíblia enquanto fonte historiográfica (235M, 254M), legislações sinodais, livros de visitação, processos de divórcio, banhos matrimoniais, manuais de confissão, hagiografias, sermões, textos missionários e processos inquisitoriais. As fontes inquisitoriais passaram a ser mais regularmente visitadas pelos historiadores a partir da influência do grupo dos *Annales*. O uso deste tipo de fonte permite o acesso às classes populares durante o período da inquisição, pois é um dos poucos tipos de documentos

¹⁶⁹ Sobre este tipo de fontes esclarece a autora da dissertação 117M: “(...) o Brasil não produziu, significativamente, documentos que se tenham transformado em fontes estruturalmente numéricas (...), mas passíveis de quantificação, como as cartorárias, por exemplo, ainda utilizadas só parcialmente, apesar do aumento significativo de trabalhos neste sentido” (Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920, p. 7).

¹⁷⁰ Há dois outros registros de fontes produzidas pela igreja luterana (170M, 175M), em estudos sobre Juiz de Fora/MG.

nos quais se registrava pronunciamentos de populares, ainda que redigidos pelos inquisidores. A frequência das fontes eclesiásticas na produção revela a presença um dos temas tradicionalmente pesquisados pela historiografia nacional que continua a ser pesquisado amiúde.

As fontes jurídicas remetem desde às ordenações afonsinas e filipinas, posturas do Conselho de Lisboa e coleções de leis do império a projetos de lei, decretos, constituições e códigos. Aqui também estão incluídas as obras jurídicas e periódicos de jurisprudência. Há um registro do uso do Código de Hammurabi em pesquisa sobre o oriente antigo.

Estes dois grupos têm mais do que a proximidade numérica de registros em comum. São, na sua maior parte, utilizados para as discussões sobre as relações entre estado e sociedade, estado e igreja, ou para as propostas de estudo das mentalidades.

Entre as fontes com registros não tão vultosos, mas que também sobressaíram, há os relatos de viajantes que apóiam os trabalhos sobre, principalmente, povoamento e colonização, e também sobre fortuna e mentalidades, geralmente referentes aos períodos colonial e imperial. Há ainda o uso de documentos específicos de sindicatos de trabalhadores¹⁷¹, representativos do amplo número de estudos sobre trabalhadores e das tentativas cada vez mais ampliadas de uma história produzida a partir de documentos elaborados pelo próprio grupo social pesquisado¹⁷². O autor da tese 276D enfatiza: “destacando as fontes originárias dos sindicatos, espero ter posto em evidência aspectos pouco valorizados pela literatura especializada que, nitidamente, tem investido mais em dois tipos de fontes: os jornais da grande imprensa e as entrevistas” (276D, p. 6).

As fontes médicas -relatórios, teses¹⁷³, textos- são utilizadas especialmente nos estudos sobre criança, gênero, saúde pública e sociabilidades, principalmente nos estudos com enfoque no discurso (140M, 174M, 187M, 225M, 252M, 256M). Essa é uma tendência crescente nos estudos nacionais: o uso de textos ligados à medicina para estudar a disciplinarização da sociedade.

¹⁷¹ Livros de atas, livros caixa, livros de registro, relatórios de diretoria, material de campanha de eleições sindicais, registro de associados, balanços financeiros, anais de congressos operários, jornais e revistas.

¹⁷² A dissertação 225M insiste na necessidade do historiador acessar as fontes produzidas pelo grupo social pesquisado sempre que possível, em detrimento dos escritos de terceiros.

¹⁷³ Encontramos uma única pesquisa que utiliza teses como *corpus* documental: a dissertação 140M com as teses médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre anatomia, fisiologia e patologias.

Além desta amplitude de fontes escritas há registros expressivos de fontes orais e iconográficas. A dissertação 3M¹⁷⁴, de 1974, foi a primeira a fazer uso das fontes orais, logo seguida da dissertação 9M¹⁷⁵ de 1975. No segundo período da produção 22 dos trabalhos as utilizam. São empregadas em ampla parte dos estudos que possuem cortes cronológicos mais recentes e que vinculam-se à nova história política. Na sua maioria trazem o registro de amplo número de depoimentos tomados, mas alguns destacam depoimentos de um ou outro indivíduo específico argumentando que este procedimento não significa que se deseja fazer “a história dos grandes vultos”, mas sim buscar “(...) entender a ação individual no contexto de determinações mais amplas” (149D, p. 27-28).

As fontes iconográficas são na sua maior parte fotografias, e também mapas, pinturas, um discurso de faraó em hieróglifo e fontes arqueológicas publicadas. O uso de mapas não é uma novidade do segundo período da produção. A dissertação 7M¹⁷⁶, de 1974, já fazia uso deles. A inovação do segundo período está em seu uso nos estudos sobre o campo simbólico e não mais em discussões especificamente geográficas. Neste sentido afirma a autora da dissertação 293M: “(...) a produção cartográfica torna-se fonte do *imaginário social do espaço*” (293M, p. 14).

Pôde-se encontrar também o uso de fontes arqueológicas materiais e um único trabalho com o uso de moedas e o emprego da numismática; as moedas são analisadas tanto em suas características físicas, como em sua iconografia (232M).

A seguir, dois registros, o da “interdisciplinaridade” e o da “história regional” que, embora não se constituam em métodos, são assim apresentados em alguns trabalhos.

O emprego da interdisciplinaridade, a busca do estabelecimento de relações entre as disciplinas, tem se tornado cada vez mais sistemático devido o crescente contato da história com outras ciências. De formas diferentes os contatos com a Antropologia, a Arqueologia, a Etnolinguística, a Demografia Histórica, a Sociologia, a Ciência Política, a Semiótica e a Literatura influenciam as teorias e os métodos empregados.

¹⁷⁴ “Bertha Lutz e a ascensão social da mulher”, de Rachel Soihet.

¹⁷⁵ “O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre a igreja e o estado - 1930-1937)”, de Berenice Cavalcante Brandão.

¹⁷⁶ “Vida econômica de Itaboraí no século XIX”, de Ana Maria dos Santos.

Alguns pesquisadores recusam o termo interdisciplinaridade e optam por “transdisciplinaridade”, que permitiria uma melhor relação interativa entre os conhecimentos. Embora sem uma discussão sistemática e aprofundada há um razoável número de dissertações/teses em que esta proposta de trabalho ocorre, como pode-se verificar nas seguintes pesquisas: 156M, 160M e 161M, 207M, 208D, 258M, 262M, 281M.

Quanto a história regional¹⁷⁷, aparece em alguns trabalhos enquanto corte temático, em outros enquanto corte espacial e em outros enquanto método¹⁷⁸. De qualquer forma de seus pressupostos decorrem alguns procedimentos que merecem registro por sua forte presença no Programa desde os anos iniciais do mesmo até a década de 90:

- as tentativas de ruptura com as generalizações e a busca dos estudos localizados em cortes menos abrangentes;
- os vínculos estabelecidos entre história regional e história agrária, através da proposição de que este tipo de história demanda necessariamente um corte regional¹⁷⁹;
- a busca da restituição aos objetos de sua historicidade, muitas vezes perdida nas análises generalizantes, e a busca por perceber a dinâmica interna¹⁸⁰ das totalidades orgânicas (211M);

¹⁷⁷ A dissertação 182M assim entende o desenvolvimento da história regional: “Durante longo tempo - principalmente a partir dos anos 30 - a historiografia brasileira esteve preocupada com a realização de estudos que contemplassem o conhecimento de grandes temas assim como a produção de obras voltadas à compreensão ampla e generalizante sobre nossa história. Inegavelmente estes estudos cumpriram durante certa época funções importantes no que concerne à criação de novas formas de pensar a História do Brasil (...) A partir de fins da década de 70 com a proliferação dos cursos de pós-graduação, verificamos um novo posicionamento acadêmico no Brasil com o surgimento de estudos voltados ao conhecimento histórico de diversas regiões (...) Desenvolve-se outrossim uma nova perspectiva historiográfica partindo-se do particular para conclusões gerais. Não queremos afirmar que a história nacional passou a ser o somatório das histórias regionais. Mas estas têm indicado variáveis relevantes para a compreensão do sistema mais global de relações que é o estado nacional” (182M, p. 17-18).

¹⁷⁸ Fico e Polito também encontraram a história regional apresentada como método em vários dos trabalhos por eles pesquisados. Ciro Cardoso esclarece que “o enfoque regional não é um método e sim uma opção quanto à delimitação do universo de análise” (CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 76 apud 182M, p. 18).

¹⁷⁹ Segundo a Prof^a Maria Yedda Linhares: “uma história agrária só pode ser regional. Você não pode fazer uma história agrária nacional. Do ponto de vista da pesquisa é impossível de fazer, pois você tem que buscar as fontes locais” (entrevista em 16/11/2000).

¹⁸⁰ Importante notar que a ênfase dada ao mercado interno dos períodos colonial e imperial pela maior parte das pesquisas em História Regional da UFF não possui aceitação em toda a historiografia, no entanto. A dissertação 230M cita, por exemplo, Jacob Gorender: “De início, desfaçamos o equívoco de que as atividades agrícolas e outras voltadas para o mercado interno viessem a constituir o eixo principal da economia escravista colonial. No escravismo colonial, o mercado interno funcionava como suporte da produção para exportação. Tinha caráter subsidiário, secundário, mesmo quando envolvia grande número

- a concepção das inter-relações entre as partes e o todo, e o enriquecimento da noção de história nacional;

- a ênfase de que esta inter-relação deve se dar também no sentido da abertura do regional, pois as conclusões advindas deste corte de objeto não podem também ser aplicadas no todo sem uma avaliação desta possibilidade concreta;

- a difusão do uso das fontes que permitem quantificação, destacadamente as fontes cartoriais;

- quanto a coleta de dados nota-se a importância de verificação dos registros locais e não apenas dos relatórios gerais¹⁸¹;

Vários trabalhos atestam estas posições na produção, como, por exemplo, a tese 278D: “este trabalho (...) não busca a generalização, ao contrário, nosso caminho é o inverso: verificar se as generalizações feitas pela literatura devem ser flexibilizadas pelo caso examinado” (278D, p. 16). A dissertação 272M apresenta sua proposta de reduzir a escala de observação. A tese 239D é uma das muitas que enfatizam a necessidade de se realizar estudos regionais que permitam à historiografia brasileira abarcar o conjunto do país em toda sua diversidade e ultrapassar a fase de generalizações para o conjunto do que se passa nas regiões mais desenvolvidas (239D, p. XI).

A tese 213D destaca que os trabalhos realizados com ênfase na história agrária e regional trabalharam com fontes nunca antes consultadas, “(...) permitiram que emergisse a constatação (...) do perigo de elaboração de modelos explicativos sem base empírica” (213D, p. 3). Segundo a autora, os “(...) interesses se deslocaram das macro para as microanálises, fundamentais para a composição de teorias gerais mais amplas” (213D, p. 6).

A tese 228D expressa uma presença forte na produção que é a de indicar seguir os caminhos apontados pela historiadora Maria Yedda Leite Linhares de “ ‘(...) através de estudos monográficos realizados no nível local e regional’, procurar captar a heterogeneidade, as multiplicidades de enfoques e de fontes” (228D, p. 23).

Já a dissertação 182M defende o distanciamento em relação a qualquer “(...) abordagem isolacionista que busca explicar a história local apenas através de suas

de pessoas. Mas um historiador que se ocupa de um aspecto secundário não é, só por isto, um historiador ‘secundário’. Não precisa supervalorizar o seu tema para ganhar *status*” (GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. SP: Ática / Secretaria do Estado de Educação e Cultura de SP, 1990, p. 81 *apud* 230M, p. 29).

¹⁸¹ Cf. 217D.

especificidades (...) a parte, para ser entendida, deve estar relacionada com o todo” (182M, p. 4). Mesmo os trabalhos que não estudam Brasil e que declaram pretender ter realizado um estudo de “história regional” como a dissertação 255M, enfatizam que são “(...) indispensáveis as referências extra-regionais” (255M, p. 11).

A valorização dos estudos em história regional pode ser explicada, tanto no Programa como na produção nacional, através da interiorização do ensino superior e especialmente das pós-graduações em várias regiões do país, além das ênfases em história agrária e da produção de histórias aos estudos sobre cidades e questões urbanas.

3.3. Temas, espaços e periodizações

“O caminho seguido pelos historiadores implica estudar o “caso”, o “exemplo”, sabendo localizá-lo nos contextos mais amplos que lhe dão sentido e permitem explicá-lo. Esta tarefa implicará mover-se em pelo menos dois planos diferentes e simultâneos: o espaço (da região à história nacional, daí à história mundial e vice-versa) e o tempo (os diferentes ritmos que afetam mudanças das estruturas; as conjunturas)”.
(UFF. Criação de setores temáticos e criação de disciplinas, 1988, p. 7)

3.3.1. Temas

Os temas foram arrolados em dois grupos: o de temas centrais e o de temas secundários. Os centrais foram assim identificados pelos próprios autores das dissertações/teses ou foram por nós inventariados como o assunto sobre o qual se destinava a maior parte ou a parte essencial de cada pesquisa. Os temas secundários são aqueles relacionados ao tema central, que não são idênticos a ele, ainda que lhe sejam análogos, e que permitem uma compreensão mais precisa de quais direções foram dadas à pesquisa. Os temas secundários podem expressar articulações entre temas - como é o caso de “urbano/urbanização” e “cidade” -ou especificidades sobre as quais se fundou a discussão dentro do tema geral -como, por exemplo, “trabalho/trabalhadores” e “classe operária”.

O arrolamento dos temas centrais resultou num total de 81 tópicos. Dentre estes foram selecionados aqueles que se repetiram por três vezes ou mais, perfazendo 22

itens¹⁸², sobre os quais uma série de notações podem ser feitas no sentido de contribuir para a compreensão das tendências que vêm sendo desenvolvidas pelo PPGH/UFF (cf. Gráfico n. 4).

O primeiro registro que aqui se faz é o destaque para um conjunto de assuntos mais específicos ao estudo do espaço urbano - cinema; imprensa; movimentos sociais/populares; partido político; sindicato/sindicalismo; trabalho/trabalhadores; urbano/urbanização. Este conjunto de estudos é prioritariamente ligado à LP História Social da Urbanização e da Industrialização/História Social Urbana e à LP História Social das Idéias.

Uma avaliação do período anterior ao central desta pesquisa, segundo dados do Catálogo Fróes, demonstra que entre 1974 e 1988 foram defendidas 24 dissertações nas LPs ligadas à urbanização e à industrialização e 22 nas LPs ligadas às questões agrárias, o que permite afirmar um equilíbrio de interesses no Programa por um e outro recorte; já vinculados às LPs de idéias, em torno de 40. Entre 1989-1996 registra-se em torno de 28 voltados para os estudos agrários, 22 para as questões urbanas e 92 para os estudos sobre idéias.

A partir de finais dos anos 80 e durante os anos 90 ocorre uma tendência crescente aos estudos de temas próximos das questões urbanas, estejam eles vinculados à LP História Social das Idéias ou à LP História Social Urbana. Creditamos que este aumento se deve significativamente ao crescente número de estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, ainda que também mereça registro o número de estados/regiões do Brasil também pesquisados no mesmo período. Um ou outro destes estudos sobre o urbano se refere ao Espírito Santo¹⁸³, Minas Gerais¹⁸⁴ ou outros estados; boa parte deles discute questões numa perspectiva nacional. Mas sua maior parte se refere a pesquisas sobre a cidade do Rio de Janeiro ou sobre o estado do Rio de Janeiro.

¹⁸² Os 22 itens podem ser encontrados no Gráfico n. 4. Os demais 59 são listados a seguir: bárbaros, biografias, Canudos, cidade, ciência médica, civilização, coluna Prestes, comércio, comunismo, criminalização, direito, economia, educação, elite, ensino, espaço, estrangeiro, exército, exótico, festas, fortuna, fotografia, grupos políticos, guerra, história, ideologia, imigração, indígena, indivíduo, indústria/industrialização, infância, justiça, liberalismo, maçonaria, magia, medicina, medo, mercado interno, migrantes, militares/militarismo, mito, morte, natureza, operário/operariado, ordem social, paraíso, pecuária, polícia, política econômica, políticas sociais, prostituição, psicanálise, religiões, revolução, saúde pública, sistema político, teatro, terra, transportes.

¹⁸³ Cf. 239D.

¹⁸⁴ Cf. 170M, 175M e 291M.

A dissertação 182M destaca a importância da produção sobre o urbano e a validade da UFF ter criado uma LP neste corte. Diz o autor:

“É dentro desse amplo quadro de preocupações - desde fins do anos 70 quando começa a surgir no Brasil uma produção bastante vasta de urbanistas, geógrafos, cientistas sociais preocupados com o urbano - que podemos entender a iniciativa do programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, no sentido de criar, como área de concentração, História Urbana e Industrial do Brasil. Trata-se inegavelmente de uma realização voltada para um tipo de estudo centrado em uma das preocupações das mais pertinentes sobre nossa realidade. Uma problemática bastante atual - a cidade, o urbano - que necessita de uma reflexão com base nos postulados da ciência da História. A iniciativa do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense possibilita-nos estudar e refletir sobre os temas urbanos, que na nossa concepção, é hoje dos mais importantes para o cientista social” (183M, p. 31).

A dissertação 133M já afirmava que a escolha de seu tema central “a formação da mão-de-obra” não teria ocorrido por simples interesse pessoal, e sim por seguir o “(...) rumo da produção acadêmica que vem pondo e repondo as questões da industrialização brasileira, no movimento das idéias de uma época” (133M, p. V).

Os estudos sobre o urbano foram na sua maioria produzidos a partir de reflexões de base marxista; como exemplo citamos a dissertação 157M:

“Tanto as abordagens ecológicas que vêem a cidade como organismo social, como as neo-clássicas que privilegiam aspectos micro-econômicos do uso do solo urbano desvinculados da ação dos atores sociais definidos e as de base weberiana que concebem as cidade como espaços de concretização de relações de mercado começaram a ser redimensionadas sistematicamente a partir da década de 1960, com a utilização sistemática de referenciais analíticos marxistas¹⁸⁵ em que a cidade passa a ser compreendida como espaço de produção, consumo e reprodução da força de trabalho (...) apesar da ausência na obra marxiana de tratados específicos sobre a questão urbana” (157M, p. 16-17).

¹⁸⁵ Neste caso a pesquisadora se refere a autores como Engels, Henri Lefebvre, Jean Lojkine, Gramsci e Poulantzas para estudos sobre a cidade e questões da ação política nela presentes.

A ênfase na questão urbana tem se ampliado e buscado articular as análises de surgimento e desenvolvimento de cidades e bairros e as crises e movimentos sociais com as questões de mentalidades, ideologias, idéias (192M,194M, 205M, 263M, 265M).

O autor da tese 276D afirma que os dados dos programas de pós-graduação estão longe de autorizar a conclusão de que as pesquisas relativas a “trabalho” e “trabalhadores/urbanos” sejam algumas das mais concorridas¹⁸⁶. Também informações do Centro Nacional de Referência Historiográfica indicam que a produção de dissertações, teses e artigos sobre especificamente o movimento operário prendeu-se mais aos anos de 1982 a 1986, diminuindo desde então (FICO E POLITO, 1994, p. 157), mas apresentando uma retomada em torno de 1995 (FICO e POLITO, 1996, p. 173).

No levantamento que fizemos sobre a produção do PPGH/UFF esta temática se destacou, porém¹⁸⁷ (cf. Gráficos nº 4 e 5). É interessante notar como este conjunto de temas é revelador das tendências que em finais dos anos 80 a meados dos anos 90, sobressaem na produção do programa, como “sindicato/sindicalismo”, “movimentos sociais/populares” ou “partido político”.

Há rupturas com perspectivas que dominaram parte dos estudos sobre trabalhadores durante um certo tempo na historiografia como, por exemplo ocorre na dissertação 199M, que rompe com a compreensão da classe trabalhadora enquanto classe controlada pelo estado e lhe reconhece um papel mais ativo quando apresenta sua proposta de pesquisa:

“(…) analisar a adesão dos trabalhadores ao projeto do sindicalismo oficial, não como fruto simplesmente da manipulação das classes trabalhadoras exercidas por políticos ou pelo governo, senão como resultado da co-participação ativa dos trabalhadores na condução dos fenômenos sócio-políticos” (199M, p. 10).

¹⁸⁶ O levantamento não era específico da produção de história, mas das ciências sociais de forma geral e englobou o período de 1972-1985. Segundo o autor, este seria um “campo de estudos consolidado, embora não necessariamente dos mais procurados, especialmente entre os historiadores” (276D, p. 15-16).

¹⁸⁷ Este é o tema com maior número de dissertações/teses defendidas num total de 11. Os demais temas mais pesquisados são “mulher” com 08 trabalhos, “escravismo, escravidão”, “igreja” e “urbano, urbanização com 07, “agricultura” e “imprensa” com 06 e “intelectuais” com 05.

A dissertação 257M indica que a renovação dos estudos sobre os trabalhadores, a partir da crise do marxismo ocidental e da tensão entre os “estruturalistas” e os “culturalistas”¹⁸⁸, apresentou uma série de rupturas com as matrizes estruturalistas tradicionais, ainda que mantendo algumas linhas de continuidade, que permitiram analisar os trabalhadores “fora da esfera de produção” (257M, p. 114). O autor fundamenta sua afirmação baseando-se em Emília Viotti:

“Segundo Emília Viotti da Costa esta nova história, denominada como ‘social’, prioriza as bases aos dirigentes, a cultura às organizações e a auto-determinação dos trabalhadores às determinações estruturais. Isto porque os novos estudos priorizam a experiência à estrutura. Esta ‘*história de baixo para cima*’ tem entre os seus objetivos a outorga da voz aos trabalhadores e que estes sejam considerados como atores conscientes, como protagonistas das mudanças porque passam suas vidas e não espectadores passivos dos mesmos”¹⁸⁹ (257M, p. 115).

“Trabalho/trabalhadores” vai deixando de ser um tema essencialmente da história econômica para penetrar nos estudos sobre cultura, que busca verificar os trabalhadores em seus movimentos sociais ou seu cotidiano.

Pode-se notar uma forte presença da chamada “história vista de baixo”¹⁹⁰ no tratamento de temas como “movimentos sociais/populares”, “sindicato/sindicalismo” ou “trabalho/trabalhadores” (205M). Nesta perspectiva poderia-se incluir ainda outros temas como “colonizado”, “escravismo” e “família”. A inclusão desta última se deve ao fato de que algumas das pesquisas tratam de famílias negras e pobres¹⁹¹.

Os estudos sobre “família” têm registro junto a tese 213D, que trata do tema considerando as diferenças por grupos sociais. O avanço dos estudos sobre a família, e especialmente a negra, não são apresentados como totalmente devedores das novas

¹⁸⁸ Segundo o autor da dissertação 257M “no primeiro grupo - dos estruturalistas - estavam os marxistas franceses, de grande influência nos círculos intelectuais latino-americanos, e no segundo - dos culturalistas - os marxistas britânicos, influência posterior entre os marxistas latino-americanos (257M, p. 113).

¹⁸⁹ “Isto é produto da influência dos historiadores ingleses que impulsionaram a *history from below*’, associada ao grupo de historiadores do PC Britânico e continuada pelos do *History Workshop*” (257M, p. 115, nota 126).

¹⁹⁰ O artigo redigido por Edward P. Thompson “The history from below” publicado em 1966 no The Times Literary Supplement foi um marco para a entrada deste conceito na linguagem comum dos historiadores. A este conceito hoje podem ser vinculados uma série de significados como “cultura popular”, “a história das pessoas comuns”, a “história dos trabalhadores” ou mesmo uma série de abordagens como a marxista e a da historiografia inglesa vinculada aos estudos do trabalho, considerando que cada um deles apresenta complexidades próprias.

tendências temáticas, mas consequência do próprio avanço da historiografia específica sobre o tema. A historiografia não teria se dedicado anteriormente ao estudo da família negra pois sequer consideraria a sua existência sistemática no sistema escravista. O avanço das pesquisas demonstrou as possibilidades de fazê-lo :

“A família escrava não foi objeto específico de estudos dos historiadores brasileiros durante muito tempo (...) Na verdade a maioria dos textos se preocupava em explicar as razões de tal ausência. Supunha-se que a escravidão criava situações que impediam, tanto material quanto culturalmente, o escravo de construir família” (153M, p. 2).

No tema “família” pode-se encontrar, segundo a 252M, estudos voltados à “demografia histórica”, à “economia doméstica” ou aos “sentimentos”. Embora a abordagem demográfica tenha sido a pioneira, utilizando principalmente as fontes seriais e o método quantitativo¹⁹² estes trabalhos pecariam pela falta de explicações para as realidades por eles descritas. Os trabalhos de economia doméstica procuraram analisar a família enquanto unidade de produção e consumo.

Quanto aos estudos sobre os sentimentos os historiadores, preocupados em atribuir significados às vivências familiares, teriam acabado por tentar explicar realidades mais amplas do que suas fontes lhes permitiriam, ainda que tivessem tido o mérito de abordar questões até então não problematizadas (252M, p. 3-4).

Há, no entanto, estudos brasileiros que não podem tão facilmente ser classificados nesta tipologia de estudos sobre a família que a autora da 252M sugere. Na produção da UFF poderia-se citar a tese 213D que não se teria restringido à família, ainda que dela tratando, nem aos estudos sobre a “mobilidade espacial”, mas teria abordado também a “mobilidade social”, ao tratar dos processos de empobrecimento e enriquecimento pelos quais passavam as famílias, em suas diversas gerações; neste trabalho também se destacariam os estudos sobre “(...), os significados e a importância das vivências cotidianas, e das redes de solidariedade e sociabilidade, e das estratégias de vida dos diversos grupos sociais” (252M, p. 7, referindo-se à 213D).

A primeira dissertação defendida no Programa sobre “mulher” foi a 3M, *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher*, de Rachel Soihet, de 1974. A próxima pesquisa a

¹⁹¹ Cf. as dissertações 153M e 267M.

¹⁹² A autora destaca nesta linha os estudos do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* e dos historiadores demógrafos franceses como Louis Henry e Pierre Goubert (252M, p. 2).

tratar do questão do gênero aparece defendida apenas em 1989, ou seja, 15 anos após, numa perspectiva diversa de análise. Um de seus objetivos era “(...) evidenciar a relação entre o saber e o poder na disciplinarização ou normatização do comportamento do homem e da mulher”, e verificar “(...) como a utilização da categoria ‘alteridade absoluta’ numa forma hierarquizada expressa um sistema ‘masculino’ de representação do mundo” (140M, p. 1).

Embora os estudos sobre “mulher” vinculem-se, na sua maior parte, aos estudos denominados gênero, a dissertação 212M ressalta que o estudo de gênero não necessariamente tem que ser o estudo sobre a mulher. Desde a etimologia da palavra seria possível verificar que gênero (do latim “genus”, “eris”) remete ao que é genérico em oposição ao específico; enquanto categoria gramatical ainda que se empregue desinências diferentes para designar indivíduos de sexos diferentes há discrepância entre “gênero” e “sexo”. A autora define duas preocupações para o estudo:

“a de superar a explicação dos comportamentos diferentes masculino e feminino com base exclusiva no aporte biológico e a de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social. (...) O trabalho com o conceito de gênero revela o relacional entre o homem e a mulher na perspectiva do social” (212M, p. 29).

Fico e Polito afirmam ser os estudos deste tema uma tendência seguramente consolidada na historiografia brasileira (FICO e POLITO, 1996, p. 172). Podemos asseverar esta afirmativa para o caso específico da produção da UFF, diante do número de trabalhos produzidos sobre este tema em comparação com os demais (cf. Gráficos nºs 4 e 5). Esta tendência se deveria à forte presença das mulheres na comunidade nacional de historiadores, ainda que também estejam surgindo trabalhos sobre mulheres de autorias de homens, por exemplo na USP e na UNICAMP, e acrescentaríamos a tendência à importação de temas pesquisados na França.

O destaque dado a temas como “cinema” e “imprensa” enunciam os estudos nas chamadas história cultural e história das idéias. Sobre cinema a produção ainda é pouco numerosa. Registram-se as teses 236D e 275D e as dissertações 159M e 285M, que trabalham a partir da renovação de fontes, objetos e abordagens, e compreendem o cinema como mais um tema possível de ser tratado pela história. Tais estudos seguem

os trabalhos considerados inaugurais de Pierre Sorlin e Marc Ferro¹⁹³ que permitiram uma primeira aproximação entre as imagens cinematográficas e os estudos históricos e sociológicos. Outros trabalhos se desenvolveram nas áreas de psico-lingüística, semiologia e filosofia buscando trabalhar o cinema na ótica da desconstrução.

Segundo a tese 275D a diminuta produção da historiografia tanto sobre o cinema, como utilizando filmes como fontes, mostra que o cinema não interessou de imediato aos historiadores, situação que mais uma vez somente se teria modificado a partir do movimento dos *Annales* que teria produzido mudanças a partir das quais este tema passaria a integrar o campo de preocupação dos historiadores, tornando-se objeto de investigação (275D, p. 31).

Também com a discussão iniciada ou ampliada a partir das inovações das primeiras ou últimas gerações dos *Annales* encontra-se a maior parte das pesquisas sobre “civilização”, “cultura”, “identidade”, “igreja”, “imaginário”, “intelectuais”, “literatura”, “mulher”. As novas abordagens para antigos temas, produzidas a partir das novas matrizes, podem também ser verificadas quanto a “colonização, colonizado”¹⁹⁴ que também vai transitando para as matrizes culturalistas.

A ampliação de estudos nestas abordagens e temáticas se deveu bastante à introdução e crescimento da LP História Social das Idéias. Esta LP foi a que mais cresceu entre 1989-94 e a que agregou um grande número de professores credenciados. Segundo avaliação do próprio PPGH/UFF:

“No interior das pesquisas pode-se situar questões que se entroncam com as da ideologia, do poder e das idéias políticas e suas articulações com o Estado. Outros pesquisadores agregam-se em torno das questões referentes ao imaginário, às representações, imagens e estruturas simbólicas da sociedade definidas muito próximas daquelas com que trabalham os antropólogos. Assim, agregam-se aí aqueles que manejam conceituais referentes à cultura, identidade e alteridade. Ainda no interior desta linha somam-se pesquisadores que se preocupam com questões de mentalidades entendidas de forma muito próxima aos historiadores dos *Annales*, isto é, como estrutura (...) as novas

¹⁹³ “Ferro e Sorlin são historiadores que mostraram ser possível fazer história cultural usando o cinema” (275D, p. 37).

¹⁹⁴ Conforme poderia exemplificar a tese n. 262D.

discussões apontam para o crescimento dos trabalhos sobre poder, estado e idéias políticas no PPGH/UFF ” ¹⁹⁵.

Sobre “imaginário” se posiciona a autora da dissertação 285M destacando a importância da esfera das representações coletivas que sempre estaria caminhando na esteira das reflexões sobre a história das mentalidades. Para a autora deve-se atentar no entanto para o que mais induziria a erros nestes estudos: “(...) a confusão que costuma-se fazer entre o que é ideológico e o que pertence ao domínio do imaginário”. Segundo a autora, e expressando uma diferenciação comum na produção pesquisada, embora a diferença entre as duas seja sutil, poderia-se indicar que

“(...) a ideologia está comprometida diretamente com os interesses de classes ou grupos: é um instrumento de luta pelo poder. Além disso ela tem uma coerência e uma lógica interna de idéias que servem para distinguis bem os dois campos de representações. É claro que o poder se utiliza dos elementos do imaginário para fazer valer sua hegemonia, mas os dois campos não são redutíveis entre si” (285M, p. 71).

O tema “intelectuais” aparece muitas vezes articulado ao conceito gramsciano ou à noção de “campo intelectual” de Bourdieu, conforme evidencia a dissertação 151M que esclarece que o intelectual não é considerado um agente a-histórico, mas inserido num dado campo de poder:

“Como salienta Bourdieu, é na medida em que faz parte de um campo intelectual em referência ao qual se define e se constitui seu projeto criador (o discurso), na medida em que ele é contemporâneo daquele com quem se comunica e aos quais se dirige através de sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que possui em comum com eles - temas e problemas na ordem do dia, maneira de pensar, formas de percepção, etc. ... - que o intelectual é situado histórica e socialmente.” (151M, p. 4).

Já “partido político” é representativo dos estudos de política que começavam a ser retomados nas pesquisas brasileiras a partir da “nova história política”. A ele avizinhamos “estado”, “identidade (nacional)”, “igreja”, “imprensa”, “monarquia”, e também alguns dos estudos sobre “sindicato/sindicalismo” e “trabalho/trabalhadores” e as relações estabelecidas entre estes e certos partidos.

¹⁹⁵ UFF. *Relatório que o curso de Pós-Graduação em História encaminha ao Conselho Federal de Educação para efeito de renovação do credenciamento do Mestrado e do Doutorado*. vol. 1. Niterói, xeroc., 1994, p. 36-39.

Importante destacar que os estudos sobre a “esquerda” e seus partidos políticos começam a enfatizar as diferenças internas a esta esquerda e utilizam teorias de análise que não se fundam principalmente ou de forma alguma sobre o marxismo, se distanciando de estudos mais tradicionais que tendiam a enfatizar as questões postas entre a classe operária e a classe burguesa (183M, 197M). Já os estudos de “estado” têm sido articulados a temáticas sociais, como o controle policial e prostituição (194M).

Os temas mais tradicionalmente considerados da esfera do econômico como “agricultura” e “abastecimento” têm estudos que buscam articular as abordagens tradicionais das estruturas econômicas, das crises de abastecimento e das políticas econômicas governamentais, com estudos sobre modernização e movimentos político-sociais¹⁹⁶. Já os estudos de escravidão tendem a uma redução clara numa comparação do primeiro com o segundo períodos da produção do Programa, ainda que mantenha certo destaque, acompanhando o movimento de declínio verificado na produção nacional.

Quando se compara os temas centrais com os secundários¹⁹⁷ observa-se que há paridade entre um grande número de temas, pois dos 22 temas centrais, 14 deles se repetem como temas secundários; são eles: “agricultura”, “civilização”, “colonização/povoamento”, “cultura”, “escravismo/escravidão”, “estado”, “identidade”, “igreja”, “imaginário”, “intelectuais/intelectualidade”, “literatura”, “monarquia”, “movimentos sociais/populares”, “mulher”. Esta proximidade respalda o conjunto de temas que foram indicados como centrais.

Dois temas, porém, apresentam quase uma inversão quando referidos como temas centrais e como temas secundários, são eles “estado” e “cultura”. O destaque que pode ser observado no Gráfico n. 5 para “estado” se deve a um grande número de estudos voltados para o nacional, o estado imperial, o estado português e o papel de controle social exercido pelo estado brasileiro, várias pesquisas buscam rediscutir as relações do estado com a sociedade (151M). Nota-se principalmente que o estado vai perdendo espaço enquanto tema de discussão fundado em si mesmo e passa a ser tratado sempre articulado às problemáticas sociais e culturais, nas quais ele vai assumindo papel secundário nas discussões dos historiadores.

¹⁹⁶ Cf., por exemplo, as dissertações n. 148M e 141M, e a tese n. 163D.

¹⁹⁷ Os temas secundários foram listados num total de 139 dos quais foram apresentados no gráfico os 28 que possuíam 5 ou mais trabalhos (cf. Gráfico n. 5).

“Cultura” conta com várias pesquisas em cultura popular, e ainda estudos sobre teatro, cinema, cotidiano. Mas notamos que este tema não recebe amplo destaque no inventário de temas centrais e sim no de temas secundários por predominarem não os estudos sobre cultura, mas sobre outros temas mais destacados, a partir da matriz história cultural. Haveria neste caso uma correspondência entre o tema “cultura” do levantamento de temas secundários e o conceito “cultura” do levantamento de referenciais teóricos/conceitos (cf. Gráficos 2 e 5).

Embora não esteja registrado enquanto tema ou conceito, uma dimensão cuja presença vale a pena notar é a “dimensão privada da vida social” cuja perspectiva na produção do PPGH/UFF é a de sempre analisá-la em sua articulação com o espaço público. Segundo a autora da dissertação 158M esta tendência no estudo do privado estaria servindo de *“referencial teórico”* (grifo nosso), embasando reflexões e não apenas servindo para delimitação de objeto (158M, p. 14).

3.3.2. Espacos

A coleta de dados para estudo dos cortes espaciais foi feita em duas direções. A primeira das regiões mundiais, organizadas em continentes em contraposição aos estudos sobre Brasil/América Portuguesa. Estes dados consideraram a localização geográfica da região estudada pois, devido o pequeno número de trabalhos sobre regiões não-brasileiras e a multiplicidade de nomeações políticas/culturais durante a história de estas regiões (por exemplo Larsa, maghreb, Castela) outros tipos de registros se tornariam improdutivos para análise.

Quanto aos registros sobre o Brasil inventariou-se dados em quatro cortes básicos: o país; o Rio de Janeiro cidade/município/ município neutro/distrito federal; o Rio de Janeiro província/estado; Minas Gerais, estado que recebeu maior destaque numérico além do Rio; e outros estados.

A grande maioria dos 157 trabalhos produzidos entre 1989 e 1986 trata de questões referentes ao espaço brasileiro; são 132 trabalhos, 84% do total¹⁹⁸ (cf. Gráfico

¹⁹⁸ Estes dados confirmam a produção nacional. Dados do Centro Nacional de Referência Historiográfica indicam que nos anos 80 a produção em história do Brasil (dissertações, teses de doutorado e livre docência) ficava em torno de 85% do total de trabalhos.

n. 6). Os demais fazem estudos referentes a Europa (21), África (07), América Latina (04, exceto Brasil) e Ásia (01 trabalho) ¹⁹⁹.

Os trabalhos sobre África e Ásia (08 no total) se detêm sobre o Egito (06), a cultura de ex-colonizados da região argelina (01), a Mesopotâmia (01), e quase todos (exceto o 262D) são estudos referentes à idade Antiga.

Os estudos de Europa privilegiam claramente a Península Ibérica com larga diferença favorável a Portugal (12), enquanto há apenas 01 trabalho que engloba a região de Castela. A atual Grécia estaria representada com 03 estudos, sendo cada um deles sobre Tebas, Macedônia e Atenas. Há ainda 02 estudos relativos à França, sendo um deles um estudo de referência dupla, Brasil/França. Por fim a Inglaterra aparece com 01 estudo e o Império Romano com outro.

Para o período anterior (1974-1988) não há nenhum trabalho sobre regiões européias, asiáticas ou africanas. Pode-se detectar neste caso o início, com inclinações a aumento, dos estudos referentes a essas regiões neste programa a partir do segundo período. Segundo levantamento feito por Fico e Polito em âmbito nacional, a produção de história não brasileira esteve, entre 1973 e 1979, em torno de 15%, caindo entre 1980-1989 para em torno de 9% (FICO e POLITO, 1994, p. 155). O movimento do PPGH/UFF é, pois, neste aspecto, como são os casos também da USP e da UFRJ, inverso às tendências da maioria dos programas nacionais, embora tenham surgido associações de especialistas nas áreas de antiga e medieval que pesquisam estas regiões mundiais.

O pequeno número de trabalhos sobre a América Latina no segundo período da produção não é novidade, pois sua redução já vinha ocorrendo desde o início dos anos 80. Esta propensão é coincidente com a da dos demais programas e veio ocorrendo num vetor tal que fez com que se declarasse a área de história da América “carente” no final dos anos 80.

Dados obtidos na Secretaria do Curso de Mestrado em História demonstram que a redução do número de trabalhos em América tornou-se evidente a partir de 1981 e que, mesmo entre 1974 e 1981 quando eram abundantes os estudos sobre América,

¹⁹⁹ Esta tendência pode ser observada na maioria dos programas de pós-graduação brasileiros. Dados de 1976 já demonstravam que de um total de 20 ACs distribuídas em vários programas no país 09 remetiam à então chamada história geral (aqui incluídos os estudos de América) e 11 à história do Brasil (WESTPHALEN, 1976, p. 10).

apenas em um ano, 1978, a produção em História da América chegou a superar a de História do Brasil²⁰⁰.

No período central de análise desta dissertação (1989-1996) há apenas 04 trabalhos em História da América: sobre Argentina há 02, sendo um deles um estudo que também remete ao Brasil; sobre a Bolívia há 01 e sobre o litoral oriental da América do Sul outro²⁰¹.

Uma atenção mais detalhada aos 132 trabalhos que estudam o Brasil permite verificar que o número que trata de temas relativos ao país como um todo é idêntico ao número daqueles que discorrem especificamente sobre a cidade ou o município do Rio de Janeiro (44). Já os estudos sobre a província ou o estado do Rio são em número menor, contando com 17 pesquisas, enquanto Minas Gerais possui 10²⁰² e um conjunto de vários outros estados 16 estudos²⁰³ (cf. Gráfico n. 8).

Uma análise dos mesmos referenciais no primeiro período da produção do Programa permite verificar que (cf. Gráfico n. 7):

- . os estudos sobre o país, considerado enquanto conjunto, eram em número de 35 e os estudos sobre a cidade/município/município neutro/distrito federal do Rio de Janeiro contavam 25, ou seja, havia uma diferença que destacava os estudos de país;

- . por outro lado o número de estudos sobre a cidade/município/município neutro/distrito federal do Rio de Janeiro era o mesmo dos estudos sobre a província/estado: 25.

Uma comparação entre os dados dos dois períodos (1974-1988 e 1989-1996) permite afirmar que:

- . há, não obstante uma persistência da produção em cortes regionais, uma tendência a se abordar questões nacionais;

- . as pesquisas sobre a província/estado do Rio de Janeiro se desenvolveram desde o ano inicial de defesas do programa, mas apresentam uma tendência a redução,

²⁰⁰ No ano de 1978 assistiu-se a defesa de 13 dissertações de História da América e apenas 06 em História do Brasil. Em quase todos os demais anos a produção em História do Brasil superou a de História da América, exceção feita ao ano de 1977, quando o número de defesas havia sido idêntico: 2 dissertações para cada área.

²⁰¹ Devido a delimitação geográfica dada pelo autor optou-se por não incluir este estudo em Brasil (261D).

²⁰² Destacam-se os estudos sobre a cidade de Juiz de Fora: um total de 05 pesquisas.

²⁰³ Os demais estados que compõem este conjunto são: Amazonas (03 estudos), Espírito Santo (02), Bahia (02), Mato Grosso (02), Rio Grande do Sul (01), Maranhão (01), São Paulo (01), Pará (01), Goiás (01) e sobre a região sudeste, sem a especificação de estados (02).

absoluta, e relativa aos demais cortes espaciais, que pode ser observada desde os últimos anos do primeiro período (1974-88) e que se aprofunda no segundo período (1989-96);

. os estudos sobre a cidade/município/município neutro/distrito federal do Rio de Janeiro se ampliaram na década de 1980 e tenderam a crescer significativamente em relação aos estudos sobre o país e em relação aos estudos sobre a província/estado.

A dissertação 168M, por exemplo, já afirmava que os estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro eram comuns em finais dos anos 80 e início da década de 90 quando esclarece que sua proposta de estudar a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX seria uma proposta “nada original”, ainda que o tema específico que pretendia trabalhar tivesse tido tratamento carente na produção (168M, p.1).

Esta ampla produção de pesquisas sobre o Rio de Janeiro (cidade/estado) pode ser explicada pela necessidade verificada no PPGH/UFF da realização de estudos que revissem a produção historiográfica sobre o Brasil que até então privilegiaria o espaço de São Paulo, e conduziria as reflexões nacionais tendo este estado como modelo para outras regiões. Pode-se citar, por exemplo, a tese 239D que afirma:

“O processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil foi por muito tempo estudado exclusivamente em São Paulo, onde o mercado se formou com imigrantes estrangeiros, introduzidos em massa durante várias décadas, excluindo os “nacionais”, em particular os libertos. A posição dominante ocupada pelo setor cafeeiro paulista, seu papel de pólo do desenvolvimento do capitalismo no país, justifica a atuação especial que recebeu da historiografia, mas não a transformação da experiência paulista em modelo brasileiro” (239D, p. 248).

A Prof^a Maria Yedda Linhares também argumenta em relação ao modelo dominante de explicação paulista, sobre a denominada “decadência do Rio de Janeiro”, e a necessidade de pesquisas que produzissem outros pressupostos explicativos:

“A idéia da decadência era para provar o modelo paulista de que a burguesia era mais avançada. Eu e o Ciro mostramos que não era assim. Essa linha paulista de interpretar o Brasil estava totalmente errada. As pesquisas nos mostravam que esta decadência era de uma burguesia, mas o modelo econômico continuava o mesmo. As pesquisas mostravam isto.” (entrevista em 16/11/2000).

Observa-se, pois, na produção uma constante busca por estudos de cortes regionalizados, justificada, principalmente no caso das pesquisas sobre questões agrárias, pela necessidade de produção de hipóteses explicativas não subordinadas às explicações paulistas e explicitadoras dos processos internos e plurais do corte nacional.

No caso das pesquisas sobre as questões urbanas a ênfase, que recai sobre a cidade/município do Rio de Janeiro, se deve à importância deste na sociedade brasileira, a partir do papel político desempenhado no Império e parte da República. Ainda que sejam muitos estes cortes não-nacionais, garante o Programa a produção também sobre temas nacionais.

3.3.3. Periodizações

Para o estudo das periodizações organizou-se a coleta e sistematização dos dados em dois grupos básicos. Um das periodizações tradicionais da história mundial (idades antiga, média, moderna e contemporânea) e um das periodizações tradicionais da história do Brasil (Colônia, Império e República). Quanto ao segundo grupo organizou-se ainda uma subdivisão do período republicano em República Velha (1889-1930), Período Vargas (1930-1945), Período do Populismo/Redemocratização (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1988) e Nova República (1988-...).

O uso destas nomenclaturas não registra uma concordância por parte desta pesquisadora com os critérios delimitadores destes períodos, não exclui o questionamento deste tipo de sistematização do tempo para fins de estudos históricos, nem representa uma preferência por estes cortes em detrimento de outros propostos pela historiografia. Necessário se fazia, porém, que periodizações fossem empregadas para a organização dos dados coletados²⁰⁴ e estas delimitações, por serem as mais difundidas, se tornaram bastante operantes ainda que acabassem em alguns momentos por nivelar certos cortes inovadores das pesquisas. Assim muitos dos trabalhos exigiam registro em mais de um período. Quando, por exemplo, tratavam de 1870 a 1920 eram anotados

²⁰⁴ “Embora estes recortes (das periodizações clássicas) se constituam em convenções mais ou menos discutíveis, eles facilitam uma apreensão do conjunto de dados.” (FICO e POLITO, 1992, p. 21).

tanto no Império quanto na Primeira República. Os registros superaram assim em muito o número de dissertações/teses.

Sistematizamos os dados em grupos básicos de informações: primeiro aquelas que se referiam à história do Brasil, por ter se revelado esta produção de longe a mais numerosa; num segundo conjunto as pesquisas realizadas sobre outras regiões/países, em número menor, mas com importante papel na produção.

Buscamos também verificar as articulações entre os cortes cronológicos notados e os chamados “setores temáticos” implantados no Programa em 1988. Os estudos referentes aos períodos tradicionalmente conhecidos como idades antiga e medieval estão inseridos no setor temático de mesmo nome, o mesmo ocorrendo com aqueles dos períodos moderno e contemporâneo. Os estudos de história do Brasil estão vinculados ao setor temático de História Moderna e Contemporânea, seguindo a proposta do próprio Programa; os dados referentes a Brasil são, no entanto, analisados em separado de forma a permitir um detalhamento dos mesmos.

Os trabalhos que apresentam temas vinculados a outros cortes espaciais que não o Brasil permitem verificar um destaque dado à idade antiga, seguida pelas idades média, moderna e contemporânea em número de dissertações/teses defendidas, da forma como apresentada no Gráfico n. 9. Nota-se que a produção em antiga e medieval apresenta o dobro da produção em moderna e contemporânea, excluídos os trabalhos sobre a história do Brasil.

Pôde-se observar que a primeira defesa deste conjunto foi em história antiga em 1992²⁰⁵, fruto da implantação do setor temático de História Antiga e Medieval que ocorrera em 1988. Os demais períodos foram sendo contemplados anualmente da seguinte forma: idade média teve seu primeiro trabalho defendido em 1993, idade moderna em 1994 e idade contemporânea em 1995. Nota-se, pois que é uma produção bastante recente.

O reduzido volume da produção destes setores temáticos -excluindo-se Brasil do setor de História Moderna e Contemporânea- permite apreender uma característica geral deste segundo período de produção do PPGH/UFF coincidente com a expressão da

²⁰⁵ Refere-se aqui a dissertação 178M.

historiografia brasileira como um todo: a pouco volumosa pesquisa sobre períodos recentes, destacadamente no que se refere a outras regiões mundiais²⁰⁶.

Ao mesmo tempo observa-se nestes dados uma característica do Programa que se constitui em exceção se observamos a produção nacional: a produção em História Antiga e Medieval, ainda que seja pequena é mais volumosa do que na maioria dos programas nacionais de pós-graduação, e tem tido um ritmo constante de crescimento²⁰⁷.

Cabe aqui uma explanação sobre os cortes cronológicos na produção em história da América. As pesquisas em América, de forma contrária às pesquisas sobre Europa, África e Ásia, sempre privilegiaram os séculos XIX e XX para estudo, tanto entre 1974-1988 quanto 1989-1996. Entre 1974 e 1988 se verificou 22 estudos relativos ao século XIX, 07 que remetiam ao século XX e apenas 03 trabalhos referentes aos séculos XVI-XVIII. No segundo período registra-se apenas 04 trabalhos; 03 tratam dos séculos XIX e XX e apenas uma estuda os século XVI e XVII. Há, pois, nos estudos em história da América uma inversão em relação aos de antiga, medieval, moderna e contemporânea.

Já quanto aos estudos em história do Brasil observa-se que a produção está distribuída de forma semelhante em 1974-1988 e em 1989-1996 entre os três cortes básicos da história nacional -colônia, império e república- (cf. Gráficos nºs 10 e 11).

Nos dois períodos os estudos referentes à época colonial são em número reduzido (10 e 13 trabalhos) e a pequena diferença numérica não nos parece permitir indicar uma tendência de crescimento do mesmo. Este registro aproxima a produção do PPGH/UFF e a produção uspiana, posto naquela, no período de 1973-1979, os estudos coloniais terem sido de 13% do total da produção sobre o Brasil, ainda que na USP a produção anterior a 1973 sobre este corte tivesse sido superior a 40%.

Segundo o Novais pode-se observar na produção universitária brasileira um deslocamento de interesse no tempo do período colonial para o republicano (NOVAIS, 1990, p. 111). Consideramos mais apropriado afirmar que teria havido um aumento de

²⁰⁶ Embora Novais destaque que na USP houve um período em que as pesquisas de antiga e medieval teriam chegado a predominar (NOVAIS, 1990, p. 111), dados levantados por Capelato confirmam a preponderância dos estudos de Brasil (51 teses) e não de Antiga e Medieval (23 teses) para período relativo a 1951-1973 e posteriores para a mesma instituição. Numa avaliação nacional Fico e Polito também registram a redução dos estudos em antiga e medieval (Fico e Polito, 1992, p. 56).

²⁰⁷ Pode-se verificar outras poucas exceções na produção nacional, como a produção uspiana e a da Pós-graduação da UFRJ que, em período semelhante, tem em sua produção um registro de mais de 30% de

interesse pelos estudos republicanos mas que, no caso da UFF, não produziu uma redução de interesse pelo período colonial que mantém-se num mesmo patamar.

As pesquisas sobre o período imperial, que já eram significativas desde o primeiro período de produção do Programa, apresentam alguma variação, que também não consideramos indicativa de ampliação ou redução expressivas de interesse neste corte.

Quanto ao período republicano, tanto entre 1974-1988 quanto entre 1989-1996, observa-se sua predominância nos estudos. O levantamento, tendo como critério os três períodos -colônia, império e república-, revela que a República é o período inequivocamente mais pesquisado desde o início do Programa²⁰⁸, o que acompanha a produção nacional. Apenas se considerar-se não a república como um todo, mas cada período republicano em separado verifica-se o corte anterior, o império, como preponderante (cf. Gráficos nºs 12 e 13).

Um corte não político, mas apenas considerando-se os séculos *per si* demonstra que o século XIX reúne o maior número de estudos por dele constarem a maior parte dos estudos imperiais e republicanos. Segundo a autora da tese 213D o fato de que pouco se tem escrito sobre os seiscentos e setecentos pode ser explicado devido a carência de fontes:

“ (...) praticamente tudo foi perdido ou, pelo menos, armazenado em arquivos inacessíveis ao historiador com exceção dos processos eclesiásticos (em particular os inquisitoriais) e da documentação administrativa e fiscal. (...) Estudos demográficos, do cotidiano e das formas de se produzir, quase todos necessitando de fontes cartorárias (inventários *post-mortem*, testamentos e processos judiciais) e paroquiais (registros de batismo, casamento e óbito), não são, em geral, possíveis. São Paulo parece ter sido um dos únicos lugares do Brasil que preservou suas fontes mais antigas, além de permitir a pesquisa nos acervos” (213D, p. 7-8).

Uma análise apenas dos períodos republicanos permite notar o amplo e permanente interesse pela República Velha e pela Era Vargas. Já os períodos mais recentes têm recebido um interesse crescente (cf. Gráficos nºs 12 e 13).

pesquisas em História Antiga e Medieval, abrangendo estudos sobre Egito, Grécia, Roma antigos, e Idade Média (FALCI, Miridan, 1998, e CAPELATTO, Maria Helena Rolim, 1998).

²⁰⁸ Atribui-se o interesse por estudos do período republicano em parte à influência dos brasilianistas (Novais, 1990,p. 112).

Entre estes períodos mais recentes, os estudos que tratam de 1945-64 e 1964-85, conhecidos como período da redemocratização ou do populismo e período da ditadura militar, embora com um número menor de pesquisas, são aqueles que têm apresentado o maior crescimento dentre todos. Já a produção sobre a nova república tem seu primeiro trabalho defendido em 1990 (161M) e já conta com 05 no total.

Registra-se, pois, uma certa tendência de se ampliar os estudos dos períodos mais recentes da história do Brasil, com uma pequena produção sobre os anos posteriores a 1985, sem que para isto se reduza significativamente o interesse pelo século XIX, seja referente ao período imperial ou à república velha.

4. Conclusão

Ao concluir-se este trabalho apresenta-se as matrizes teórico-metodológicas presentes no PPGH/UFF, entre os anos de 1989-1996. Uma contraposição ao primeiro período permite melhor compreender esta apresentação.

O primeiro período (1971-1981) é o momento em que estão presentes pesquisas sobre o político em abordagens não exatamente positivistas, mas aproximadas desta matriz, cujo declínio se deve ao predomínio dos estudos de história econômica, fundados principalmente em leituras de matrizes marxistas como do próprio Marx, de Lenin, Kautsky, Henri Lefebvre e as primeiras referências a Gramsci. A multiplicidade está assegurada através de estudos weberianos, ou fundados em Foucault, Althusser e Braudel. Neste primeiro período, principalmente entre os anos de 1974/1979, é grande o número de trabalhos que não fazem nenhuma discussão ou referência teórica direta a qualquer matriz, o que explicita uma compreensão da fala do pesquisador como neutra.

É também o período da influência dos brasilianistas e do equilíbrio numérico entre os estudos de história da América e os estudos em história do Brasil, embora com alguma vantagem para o segundo. Cronologicamente, sobre América, os cortes estão principalmente sobre os séculos XIX e XX; nos estudos de Brasil, o império e a primeira república já apareciam como os períodos mais estudados.

Também marca este primeiro período a ênfase nos estudos regionais, presentes desde o primeiro ano de produção discente, e que se tornou um dos principais elementos definidores do perfil de todo o programa, inclusive reaparecendo como LP em 1997. O destaque dado à história do Brasil e à história regional é apresentado pelo próprio programa como sua opção central de trabalho e está efetivamente presente em sua produção.

Já o segundo período (1982/89-1996) é marcado por um conjunto de transformações resultantes principalmente da renovação do quadro docente.

A influência marxista é ainda significativa. Os dois autores mais referenciados em toda a produção são de orientação marxista, Thompson e Gramsci, além das referências a Eric Hobsbawm; nota-se ainda a continuação de referências diretas a Marx. Esta influência pode ser observada também na definição de temas como “trabalho/trabalhadores”, o mais pesquisado neste segundo período, “escravismo/escravidão”, ou mesmo nos conceitos, como “classe social”, “consciência de classe” ou “ideologia”. A contínua presença da filiação ao marxismo se deve principalmente às novas formulações explicativas que esta matriz tem apresentado numa valorização das questões sociais e numa série de estudos sobre a superestrutura. De qualquer forma, a redução da matriz marxista só pode ser observada se comparada com a multiplicidade de outras matrizes que têm seu uso ampliado ou introduzido na produção.

Dentre as matrizes que começam a se destacar no segundo período nota-se de ampla forma a influência dos Annales, principalmente a partir dos anos 80, e nos documentos produzidos pela coordenação que acolhem a “história social” enquanto “história total”, pretendendo esgotar a divisão entre história econômica e história social.

Desde o início dos anos 80 verifica-se a preponderância numérica dos estudos genericamente denominados de “história social das idéias”. Com exceção dos anos iniciais do primeiro período da produção, estes estudos são sempre dominantes, chegando a se constituírem em mais que o dobro das pesquisas em agricultura e espaço urbano juntos entre 1989-1996.

Este é um dos marcos de conflito entre a documentação produzida pela coordenação, que dá geralmente mais destaque à agricultura e ao espaço urbano, e a

produção discente, que indubitavelmente se dedica mais à análise das idéias, inicialmente fundada em conceitos como “ideologia” e posteriormente vinculada a conceitos como “imaginário”, “mentalidades” e “representações”.

Os estudos sobre a temática “cultura” se ampliaram através de leituras de Bakhtin, Geertz e Ginzburg. Também os estudos de “história cultural”, que fazem referência principal a Roger Chartier, e destacam o conceito de representações ou as preocupações com os processos de leitura que buscam superar as ênfases apenas na produção dos textos. Assim, cultura aparece com significativo destaque, tanto como tema, como enquanto conceito, num movimento crescente que, parece, tenderá a continuar nos próximos anos da produção.

Também se destacam os estudos sobre “discurso” através de leituras de Régine Robin, Paul Ricoeur e Eliseo Véron. Todorov, pela autonomia que seu método de análise acaba por conceder à obra é geralmente empregado de forma articulada a Goldmann, o que confirma uma característica geral na produção do Programa até os anos 90: a busca de articulações entre os discursos e o aspecto mais tradicionalmente denominado “social”. Neste ponto específico verifica-se um nódulo no perfil traçado que se torna mais visível em finais da década de 90. Parecem estar em conflito as tendências de aprofundamento e aquelas de desvinculação destas articulações, através da concessão de maior autonomia para os estudos dos “discursos”.

Registra-se ainda a retomada dos estudos políticos fundados na nova história política, freqüentemente remetendo a leituras de René Rémond. O destaque para estes estudos de cultura e discurso e a recuperação dos estudos de política presentes nas dissertações/teses encontra respaldo na documentação da secretaria/colegiado/coordenação do Programa em torno de 1997 quando se implanta duas LPs próximas destas questões: uma denominada “História Cultural” e outra “Poder e Política”.

São também matrizes presentes a teoria da escola italiana das elites, através de referências a Pareto, Michels e Mosca e a teoria crítica frankfurtiana, principalmente Walter Benjamin. O único historiador brasileiro empregado em mais de três trabalhos como referencial teórico -não considerando-se, pois, as revisões historiográficas-, é Ciro Cardoso, também integra o corpo docente do Programa.

Quanto a influência de outras disciplinas, destaca-se a sociologia de Pierre Bourdieu que figura entre os seis autores mais empregados na produção do segundo período, com destaque para o uso de seus conceitos de “campo” e “*habitus*”.

Quanto aos métodos destacam-se a leitura sistemática das fontes, sua crítica interna, o cruzamento de dados entre fontes, as várias modalidades de análise de discurso, as análises seriais e quantitativas sempre articuladas às qualitativas. Em menor volume verifica-se a elaboração de biografias, as análises semióticas, a “descrição densa” de Geertz, e a “análise ascendente” de Foucault.

Entre as fontes há o predomínio das escritas, principalmente os periódicos, documentos oficiais da administração pública, as cartoriais, as demográficas, as jurídicas, as eclesiásticas e as literárias. Em menor, mas também importante volume, estão os relatos de viajantes, as fontes médicas, as epistolares e as especificamente produzidas por sindicatos de trabalhadores. A partir dos anos 90 começam a se destacar no uso das fontes aquelas aquelas da cultura material, principalmente as iconográficas e especialmente as fotografias. As fontes orais, embora estivessem presentes desde o início da produção do programa, se destacam principalmente no segundo período.

Verifica-se também a preocupação com a realização de generalizações explicativas que fossem produzidas sempre a partir do confronto empírico das hipóteses e que não se constituíssem em simples abstrações. Garante, assim, o programa, a ênfase na pesquisa em fontes primárias, também para o mestrado, e a busca da superação das grandes explicações que tinham predominado em torno dos anos 30/60 na intelectualidade brasileira.

Junto aos temas verificamos a manutenção de alguns que já eram tratados desde o primeiro período do Programa, como “agricultura” e “escravismo/escravidão”, de outros vinculados às questões urbanas que têm aparecido de forma crescente, como “urbano/urbanização”, “trabalho/trabalhadores” e “sindicato/sindicalismo”, e também de alguns que marcam as últimas tendências daquela produção como “identidade”, “cultura” e “intelectuais”.

Também no segundo período de produção destacam-se os investimentos realizados em história antiga e medieval, através da criação de setor com esta denominação em 1988. Esta estratégia conseguiu atingir em parte seu objetivo, pois

concretamente arregimentou estudos nestes cortes e em outras regiões mundiais que não o Brasil, quebrando a quase exclusividade desde 1980 das pesquisas sobre este país.

Há também o quase desaparecimento dos estudos em história da América e, não obstante o crescimento significativo dos setores de antiga e medieval, há a larga dominância dos estudos em história do Brasil, especialmente dos estudos regionais e da história fluminense, que são defendidos abertamente na documentação da coordenação como sendo o interesse central do programa, o que é fartamente constatado na produção discente. Nos estudos de história do Brasil, embora aqueles sobre o império sejam volumosos, destacam-se as pesquisas sobre o período republicano, havendo um crescente interesse pelos períodos mais recentes.

Quanto as hipótese gerais apresentadas no decorrer deste trabalho confirma-se a necessária ligação entre as ACs e LPs de um programa e sua produção discente. Esta relação pode ser explicitada em conflitos aproximativos e distanciadores, o que exclui tanto a compreensão de nexos necessariamente positivadores, quanto de um distanciamento total.

Confirma-se que os elementos de teoria e método, mesmo quando não são explicitados, estão presentes e fundamentam a produção, efetivamente interferindo tanto no processo de pesquisa e verificação das hipóteses, quanto no da apresentação dos resultados na redação do texto final.

Assevera-se a crescente preocupação, na produção discente, com a teoria e o método, ainda que não se possa visualizar um vetor constante, pois há casos em anos recentes da produção em que as questões teórico-metodológicas são pouco ou nada tratadas por seus autores.

Nota-se, por parte do próprio Programa, uma preocupação com a definição de seu perfil, preocupação crescente e explicitada em alguns momentos, principalmente em 1988 e 1995. A demarcação de um perfil visaria, na perspectiva do programa, traduzir a “fisionomia” do PPGH/UFF para si mesmo e para o público externo (“princípio da identidade”). Sua identidade estaria assentada tanto em sua tradição de pesquisa (“princípio da tradição”) quanto na pluralidade que abonaria a variedade de propostas em seu interior (“princípio do pluralismo”). A abertura efetiva de novas possibilidades de pesquisa estariam asseguradas pelo “princípio da flexibilidade”.

Pode-se verificar que a produção do PPGH/UFF segue em linhas gerais as alterações e permanências da produção historiográfica nacional no sentido que mantém as influências das matrizes marxistas, passando das mais ortodoxas às produções mais atuais, principalmente à inglesa e gramsciana; amplia a influência da historiografia não-marxista, com realce para a produção francesa ligada às várias gerações dos *Annales*, principalmente à terceira geração, e assimila a influência da produção italiana, destacadamente de Carlo Ginzburg.

O declínio do “modelo tradicional” de raízes positivistas, teria se dado inicialmente devido à influência marxista nos anos 70 e 80. A *Nouvelle Histoire* já marcava presença desde finais da década de 70 com um ou outro trabalho, mas somente sobressai a partir de 1982 e principalmente em torno de 1988, e parece tender a ampliar-se ainda mais nos anos subsequentes.

Ainda que os anos 90 tenham sido marcados pela busca da “história social”, são perpassados não apenas pela multiplicidade, mas por conflitos muitas vezes impossíveis de serem apaziguados, como na forma que são postas as pesquisas econômicas ou quantitativistas e as abordagens que privilegiam os discursos como *locus* privilegiado de análise. Embora haja tendências que funcionem como fios condutores, as disputas internas asseguram que várias lutas estão ocorrendo.

5. Anexos*

*. As notas de rodapé têm sua numeração reiniciada em cada anexo

Anexo nº 1

Índice de Coordenadores e Subcoordenadores do Programa (1971/2000)¹

- set./1971 a jul./83: Aidyl de Carvalho Preis (Coordenadora)
Francisco José Calazans Falcon (Subcoordenador - 1981/83)²
- ago./83 a nov./83: Francisco José Calazans Falcon (Coordenador)
Ismênia de Lima Martins (Subcoordenadora)
- nov./83 a dez./85: Ismênia de Lima Martins (Subcoord. no exercício da coordenação)
- jan./85 a ago./86: Francisco José Calazans Falcon (Coordenador)
- ago./86 a ago./87: Ismênia de Lima Martins (Coordenadora)
- ago./87 a set./88: Maria Yedda Linhares (Coordenadora)
Hamilton de Mattos Monteiro (Subcoordenador)
- set./88 a set./91: Hamilton de Mattos Monteiro (Coordenador)
- out./91 a dez./91: Almir Chaiban El-Kareh (Coordenador Interino)
- jan./92 a fev./96 : Vânia Leite Fróes (Coordenadora)
Rachel Soihet (Subcoordenadora - 1992 a ago./94)
Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira (Subcoordenador- 94/96)
- fev./96 a mar./98: Daniel Aarão Reis Filho (Coordenador)
Ronaldo Vainfas (Subcoordenador)
- abr/98 a fev/00: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (Coordenadora)
Guilherme Paulo Castagnolli Pereira das Neves (Subcoordenador)
- mar./00 a ...³: Guilherme Paulo Castagnolli Pereira das Neves (Coordenador)
Ronald Raminelli (Subcoordenador)

¹ Dados retirados dos Livros de Atas do Conselho Científico e do Colegiado do Curso e de Portarias do Gabinete do Reitor. São comuns as divergências entre as datas das atas e das portarias, casos em que privilegiamos as anotações das atas por expressarem mais de perto as práticas dos integrantes do programa que freqüentemente antecediam as nomeações.

² O Regulamento Específico do Curso de Mestrado em História de 1981 determinava a existência de uma Coordenação e de uma Subcoordenação. Para o período anterior a 1981, porém, não foi possível identificar os possíveis subcoordenadores.

³ Gestão em curso no momento da redação desta dissertação.

Anexo nº 2

Quadros de Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Setores Temáticos¹

2.1. Áreas de Concentração

Ano de Implantação²	Área de Concentração	Observações
2º sem./71	História Econômico-social História Político-social	
1972	História do Brasil História da América	
1982	História Econômica e Social da Agricultura História da Urbanização e da Industrialização História Social das Idéias	
1988	História Social	O Doutorado, implantado em 1985, já seguia esta AC.

¹ Os quadros organizadores de ACs, LPs e setores temáticos são os mesmos para o mestrado e para o doutorado. Quando há diferenças estas são informadas na coluna “Observações”.

² Não identificamos o ano do término das ACS, LPs e setores temáticos, mas apenas o ano de seu início, pois o tempo de defesa dos trabalhos varia bastante, ainda que haja um prazo máximo dado pelo programa, podendo-se encontrar trabalhos inscritos em uma AC ou LP defendidos quando uma segunda ou terceira área ou linha já estavam oficialmente em vigor.

2.2. Linhas de Pesquisa

Ano de Implantação	Linhas de Pesquisas	Observações
1975	<ul style="list-style-type: none"> . História da América Latina . História dos Estados Unidos . História do México . História do Brasil 	
1980	<ul style="list-style-type: none"> . Escravidão e Abolição na América Latina e no Caribe (séc. XVIII e XIX) . História Regional, com duas vertentes: <ul style="list-style-type: none"> * Sistemas Agrários no Brasil dos séc. XVIII e XIX * Industrialização, Operariado e Camadas Populares no Rio de Janeiro, séc. XIX e XX . História Social das Idéias no Brasil, séc. XIX e XX. 	
1982	<ul style="list-style-type: none"> . História Social da Agricultura . História Social da Urbanização e da Industrialização . História Social das Idéias 	<p>O Curso de Doutorado iniciado em 1985 acompanha estas LPs e as seguintes. Com a implantação do setor temático em História Antiga e Medieval em 1988 a LP História Social da Urbanização e da Industrialização passou a ser denominada somente de História Social da Urbanização ou História Social Urbana.</p>
1997	<ul style="list-style-type: none"> . História Cultural . Economia e Sociedade . Poder e Política . História Regional 	
2000 ?	<ul style="list-style-type: none"> . Cultura e Sociedade . Economia e Sociedade . Poder e Sociedade 	

2.3. Setores Temáticos

Ano de Implantação	Setor Temático
1988	História Antiga e Medieval História Moderna e Contemporânea

Anexo nº 3

Professores visitantes estrangeiros que atuaram no programa ministrando disciplinas e/ou orientando pesquisas entre 1972-1980

Nome	Ano inicial de atuação¹	País de origem	Universidade de Titulação	Principais cursos lecionados
Adeline Daumard	1977	França	Universidade de Paris	. Problemas e métodos de história social
Ariosto Fernandes	1978	Uruguai	Univ. do Uruguai	. Historiografia III
Bailey W. Diffie	1974	EUA	Univ. de Madrid	. História do Brasil Colonial
Carlos Daniel Valcárcel Esparza	1975	Peru	Univ. de Madrid	. História do Peru: época bourbônica e emancipação . Emancipação do Chile, Peru e Bolívia . A época da independência na América Latina, 1760/1830
Cayo Garcia	1979	Argentina	Universidade Nacional de Córdoba	. História da América . Historiografia III
Francis Willian Orde Morton	1976	Canadá	Univ. de Oxford	. O processo de industrialização na América Latina: os casos do Brasil, México e Argentina (1860-1960) . A época do liberalismo na América Latina (1870-1930) . A época da independência na América Espanhola (1760-1830)
Michael A. Morris	1974	EUA	Univ. John Hopkins	. Tendências globais e regionais na política internacional
Peter Flynn	1978	Inglaterra	Univ. de Oxford	. História do Brasil Contemporâneo
Richard Morse	1974	EUA	Columbia University	. História da urbanização da América Latina
Robert Wayne Andrews Slenes	1979	EUA	Univ. da Califórnia	. Teoria e Pesquisa Histórica . Escravidão no Brasil: controvérsias . História regional: instrumentos e métodos de pesquisa - introdução aos arquivos locais . Historiografia III: Leituras e discussão em torno de temas importantes na historiografia sobre América Latina (1850-1930)

				. População e História Social . Escravidão e cultura negra nas Américas
Ronny Leroy Seckinger	1976	EUA	Univ. da Flórida	. Teoria e prática de pesquisa em História do Brasil (1º reinado) . Estruturas políticas e sociais do Brasil no século XIX . O Brasil novecentista no mundo ocidental . Apogeu e declínio do sistema monárquico (1850-1889)
Roy Arthur Glasgow	1976	EUA	American University	. História da América: a época moderna . A história da América no período colonial
Rudolph Willian Bauss	1978	EUA	Univ.de New Orleans	. História dos Estados Unidos
Warren Kempton Dean Jr.	1980	EUA	Univ. do Texas	. A História do Homem no Meio Ambiente
Steven Curtis Topik	1979	EUA	Univ. do Texas	. História da América Latina: período de industrialização (1880-1945) . Brasil e Hispano-América no sistema mundial (1820-1930) . A consolidação do estado liberal: Brasil e México (1850-1910) . Populismo na América Latina . Evolução política da Argentina e México (1850-1950)
Stanley Eon Hilton	1972	EUA	Univ. do Texas	. O Brasil no século XX . Economia política da época de Vargas 1931/45 . História diplomática dos EEUU na época de Roosevelt (1933-45) . Historiografia
Thomas Richard Graham	1972	EUA	Univ. do Texas	. Contexto histórico do imperialismo inglês no Br. . Duas sociedades exportadoras escravocratas: o Brasil e os Estados Unidos novecentistas . História do Brasil no século XIX

Fonte: Catálogo Falcon e vários documentos da Coordenação do Programa.

¹O ano se refere sempre à primeira participação do professor no programa, tendo cada um atuado por períodos diferenciados.

Anexo nº 4

Corpo docente do PPGH/UFF de 1971-1999¹

Nome	Ano de entrada no corpo docente do Programa²	Titulação³	Universidade de Titulação	Ano de Titulação	Visitante ?⁴	Foi aluno(a) do Programa ?
Afonso Carlos Marques dos Santos	1983	D	USP	1983	N	N
Aidyl de Carvalho Preis	1971	D	USP	1973	N	N
Almir Chaiban El- Kareh	1982	D	Universidade de Paris	1982	N	S
Ana Maria dos Santos	1984	D	Universidade do Texas	1983	N	S
Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus	1994	D	UFF	1990	N	S
André Laino	1991	D	UNICAMP	1991	N	N
André Luiz Vieira de Campos	1999	D	Universidade do Texas	1997	N	S
Angela Maria de Castro Gomes	1987	D	IUPERJ	1981	N	N
Anita Leocádia Prestes	1992	D	UFF	1989	N	S
Antônio Edmilson Martins Rodrigues	1984	LD	UERJ	1989	N	N
Arthur Cezar Ferreira Reis	1975	RS	Universidade do Brasil		N	N
Berenice de Oliveira Cavalcante	1984	D	USP	1983	N	S
Bernardo Kocher	1998	D	UFF	1997	N	S
Carlos de Araújo Moreira Neto	1978				N	N

Carlos Gabriel Guimarães	1998	D	USP	1997	N	S
Cezar Teixeira Honorato	1996	D	USP	1994	N	S
Ciro Flamarion Santana Cardoso	1979	D	Universidade de Paris X	1971	N	N
Daniel Aarão Reis Filho	1988	D	USP	1987	N	N
Dylva Araújo Moliterno	1984	D	USP	1982	N	S
Edgard Leite Ferreira Neto	1996	D	UFF	1995	S	S
Eulália Maria Lahmeyer Lobo	1980	D	Universidade do Brasil	1953	N	N
Fernando Antonio Faria	1993	D	USP	1992	N	S
Francisco Carlos Teixeira da Silva	1991	D	UFF	1990	N	S
Francisco José Calazans Falcon	1977	LD	UFF	1976	N	N
Francisco José Silva Gomes	1992	D	Universidade de Toulouse	1991	N	S
Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira	1988	D	USP	1987	N	S
Gerson Moura	1983	D	Universidade de Londres	1982	N	N
Gizlene Neder	1989	D	USP	1986	N	N
Gladys Sabina Ribeiro	1997	D	UNICAMP	1997	N	S
Guilherme Paulo Castagnolli Pereira das Neves	1996	D	USP	1994	N	S
Hamilton de Mattos Monteiro	1986	D	USP	1978	N	N
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro	1994	D	UFF	1993	N	S
Helena Isabel Müller	1990	D	USP	1990	N	N
Humberto Fernandes Machado	1992	D	USP	1991	N	S

Ilmar Rohloff de Mattos	1990	D	USP	1985	N	N
Ismênia de Lima Martins	1974	D	USP	1973	N	N
João Luiz Ribeiro Fragoso	1991	D	UFF	1990	S	S
Jorge Luiz Ferreira	1996	D	USP	1996	N	S
José Calasans Brandão da Silva	1979				N	N
José Honório Rodrigues	1975	RS			N	N
José Sérgio Leite Lopes	1987	D	UFRJ	1986	S	N
Lana Lage da Gama Lima	1991	D	USP	1990	N	S
Laura de Mello e Souza	1987	D	USP	1986	S	N
Leandro Augusto Marques Coelho Konder	1987	D	USP	1987	N	N
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo	1999	D	USP	1996	N	N
Luís Carlos Soares	1988	D	Universidade de Londres	1988	N	S
Luis Filipe Miranda de Souza Ribeiro	1995	D	UFF	1994	N	S
Luiz Cesar Aguiar Bittencourt Silva	1976	RS			N	N
Luiz de Castro Faria	1975				S	N
Luiz Jorge Werneck Vianna	1985	D	USP	1976	S	N
Lysia Maria Cavalcanti Bernardes	1974				N	N
Magali Gouveia Engel	1999	D	UNICAMP	1995	N	S
Marcelo Badaró Mattos	1996	D	UFF	1996	N	S
Márcia Maria Menendes Motta	1996	D	UNICAMP	1996	N	S

Marco Antônio Villela Pamplona	1991	D	Universidade de Columbia	1990	N	N
Marcos Alvito Pereira de Souza	1999	D	USP	1998	N	S
Margarida de Souza Neves	1978	D	Universidade de Madri	1976	S	N
Margarida Maria Moura	1984	D	USP	1976	S	N
Maria Bárbara Levy	1982	D	Universidade de Paris	1973	N	N
Maria de Fátima Silva Gouvêa	1990	D	Universidade de Londres	1989	N	N
Maria Fernanda Baptista Bicalho	1998	D	USP	1997	S	N
Maria Irene de Queiroz F. Szmrecsanyi	1986	D	USP	1981	S	N
Maria Yedda Leite Linhares	1980	D	Universidade do Brasil	1954	N	N
Mário Grynszpan	1998	D	UFRJ		N	N
Mariza de Carvalho Soares	1998	D	UFF	1997	N	S
Martha Campos de Abreu	1996	D	UNICAMP	1996	N	S
Moacir Fecury Ferreira da Silva	1996	D	USP	1996	N	S
Nanci Leonzo	1987	D			S	N
Nancy Priscilla Smith Naro	1983	D	Universidade de Chicago	1981	N	N
Nícia Villela Luz	1971	LD	USP	1964	S	N
Nilo Bernardes	1977	RS	PUC/RJ	1944	N	N
Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto	1982	D	Universidade de Varsóvia	1968	S	N
Pedro Demo	1973				N	N
Pedro Freire Ribeiro	1971	D	Universidade do Brasil	1946	N	N

Raquel Soihet	1987	D	USP	1986	N	S
Régis Duprat	1979				N	N
Roberto Kant de Lima	1989	D	Harvard University	1986	N	N
Ronald José Raminelli	1997	D	USP	1994	N	N
Ronaldo Vainfas	1990	D	USP	1988	N	S
Ruben Cezar Fernandes	1983	D	Universidade de Columbia	1976	S	N
Ruy de Carvalho Bergstrom Lourenço Filho	1977				N	N
Salma Tannus Muchail	1976	D	PUC/SP	1973	N	N
Sheila Siqueira de Castro Faria	1996	D	UFF	1994	N	S
Sônia Bayão Rodrigues Viana	1983	D	USP	1981	N	S
Sônia Regina de Mendonça	1992	D	USP	1990	N	S
Sônia Regina Rebel de Araújo	1999	D	UFF	1999	N	S
Vânia Leite Fróes	1987	D	USP	1987	N	S
Victor Vincent Valla	1975	D	USP	1972	N	N
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes	1995	D	Universidade de Paris X	1992	N	S
Williams da Silva Gonçalves	1997	D	USP	1995	N	N

¹ Este quadro inclui todos os professores brasileiros que atuaram no PPGH/UFF ministrando disciplinas por pelo menos um semestre letivo. Exceção feita aos Profs. Nancy Naro e Victor Valla que, embora tenham começado a atuar como professores estrangeiros/visitantes passaram a integrar o quadro regular de professores da UFF.

² Demarcamos apenas o ano de entrada dos professores no programa devido a existência de situações bastante diferenciadas no que se refere à permanência dos mesmos: alguns professores continuaram atuando mesmo após sua aposentadoria enquanto outros exerceram suas atividades por apenas um semestre letivo. De qualquer forma não há um processo oficial de desligamento do professor do programa, embora haja o ato de credenciamento.

³ Legenda: D: Doutor LD: Livre Docente RS: Reconhecido Saber

⁴ Embora o Regulamento proposto no ofício encaminhado à COMPEG pela diretora do ICHF em 15 de janeiro de 1971 previsse que o corpo docente do curso fosse constituído por docentes do ICHF, no início a maior parte dos professores era de fora da universidade. As Normas de Trabalho da COMPEG especificavam a categoria de “professor associado” (Normas de Trabalho da COMPEG, art. 69); o referido regulamento previa no art. 2º, § 2º a presença de “professores conferencistas e orientadores de pesquisa”. Os professores aqui indicados genericamente como visitantes se enquadram em situações variadas; decidiu-se utilizar este termo por ser aquele que melhor abrangeria a prática acadêmica que a maioria desempenhou na instituição.

Anexo n° 5

Gráficos

Gráfico n. 1: Referencial Teórico / Autores (1989-1996)

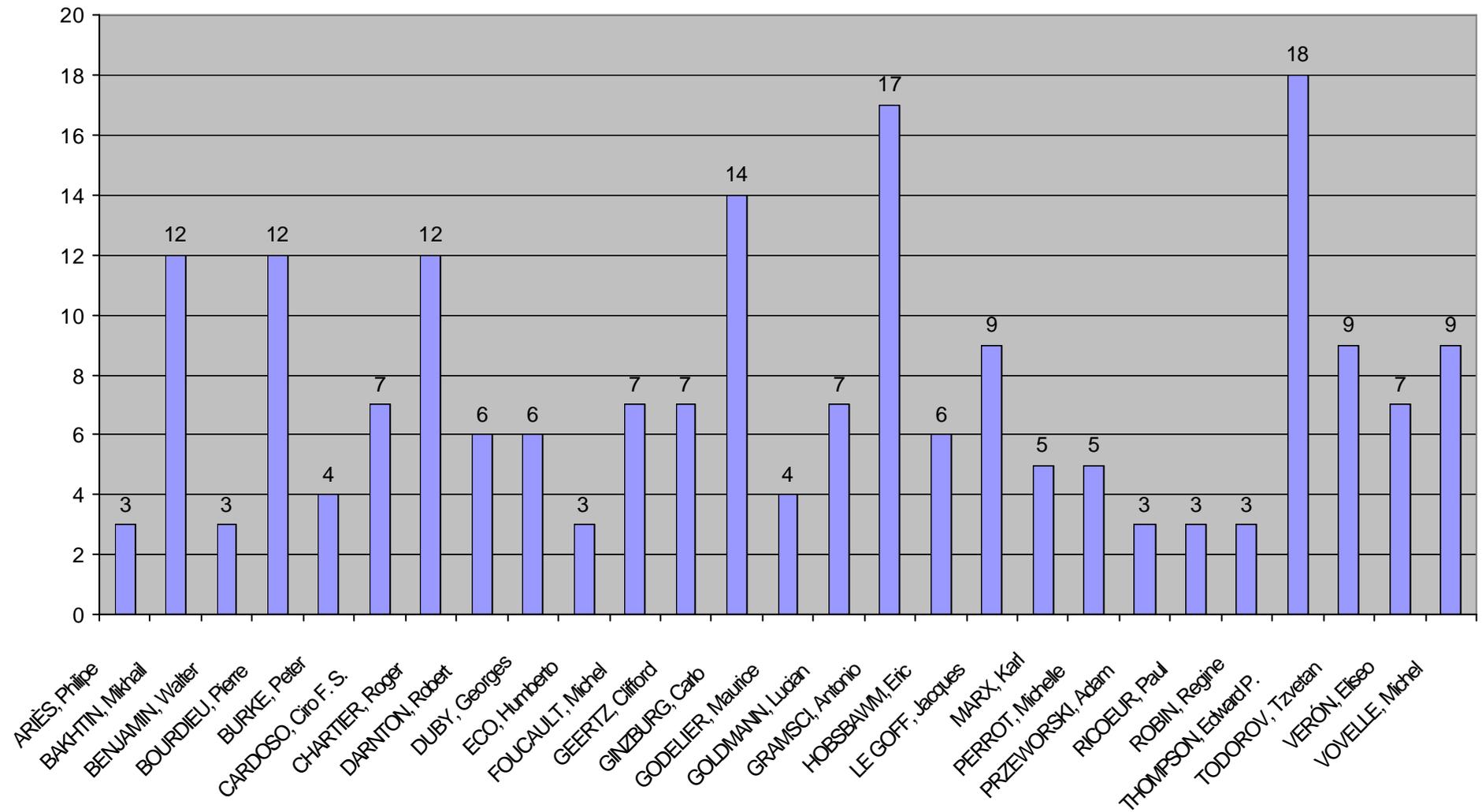


Gráfico n. 2: Referencial Teórico / Conceitos (1989-1996)

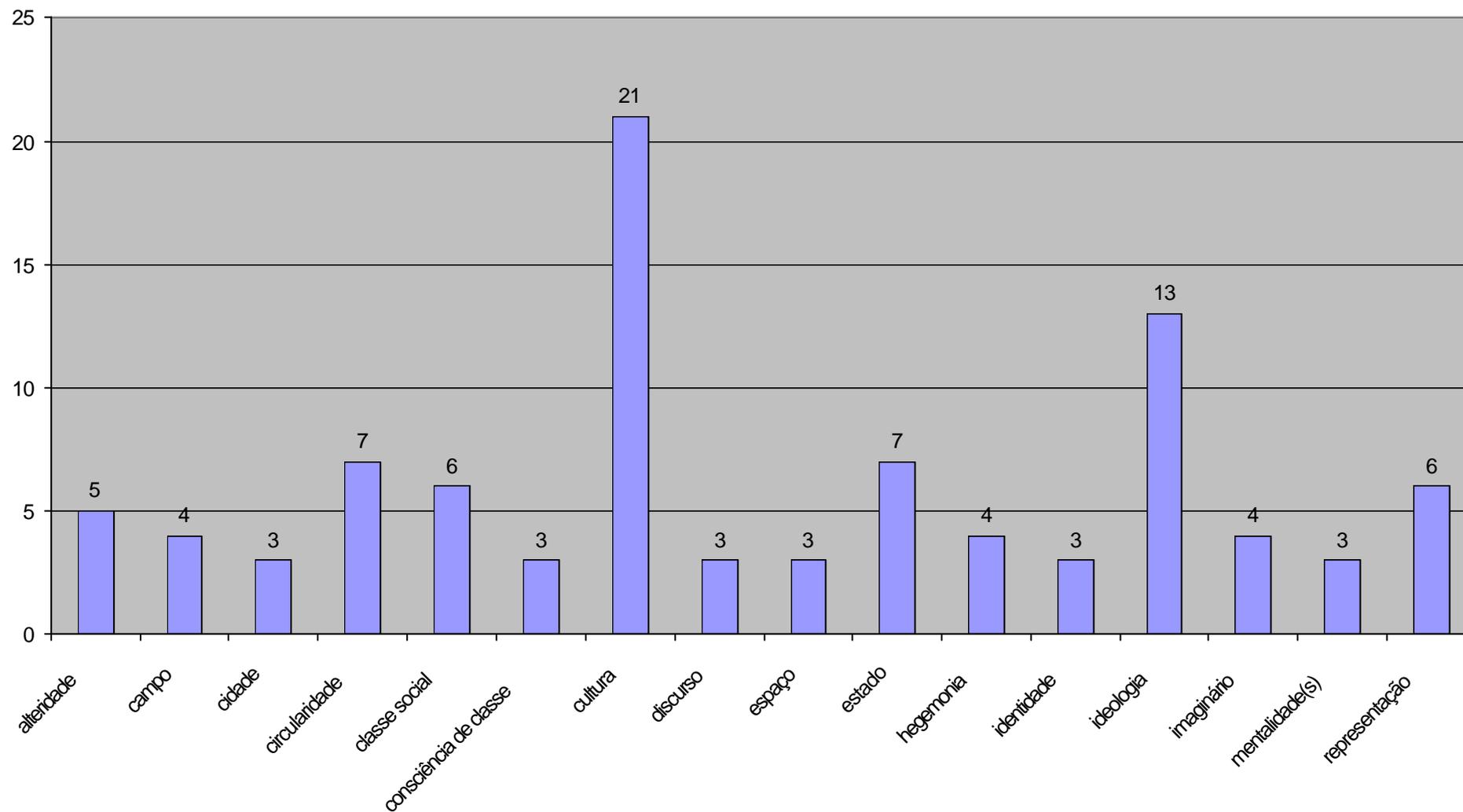


Gráfico n. 3: Fontes (1989-1996)

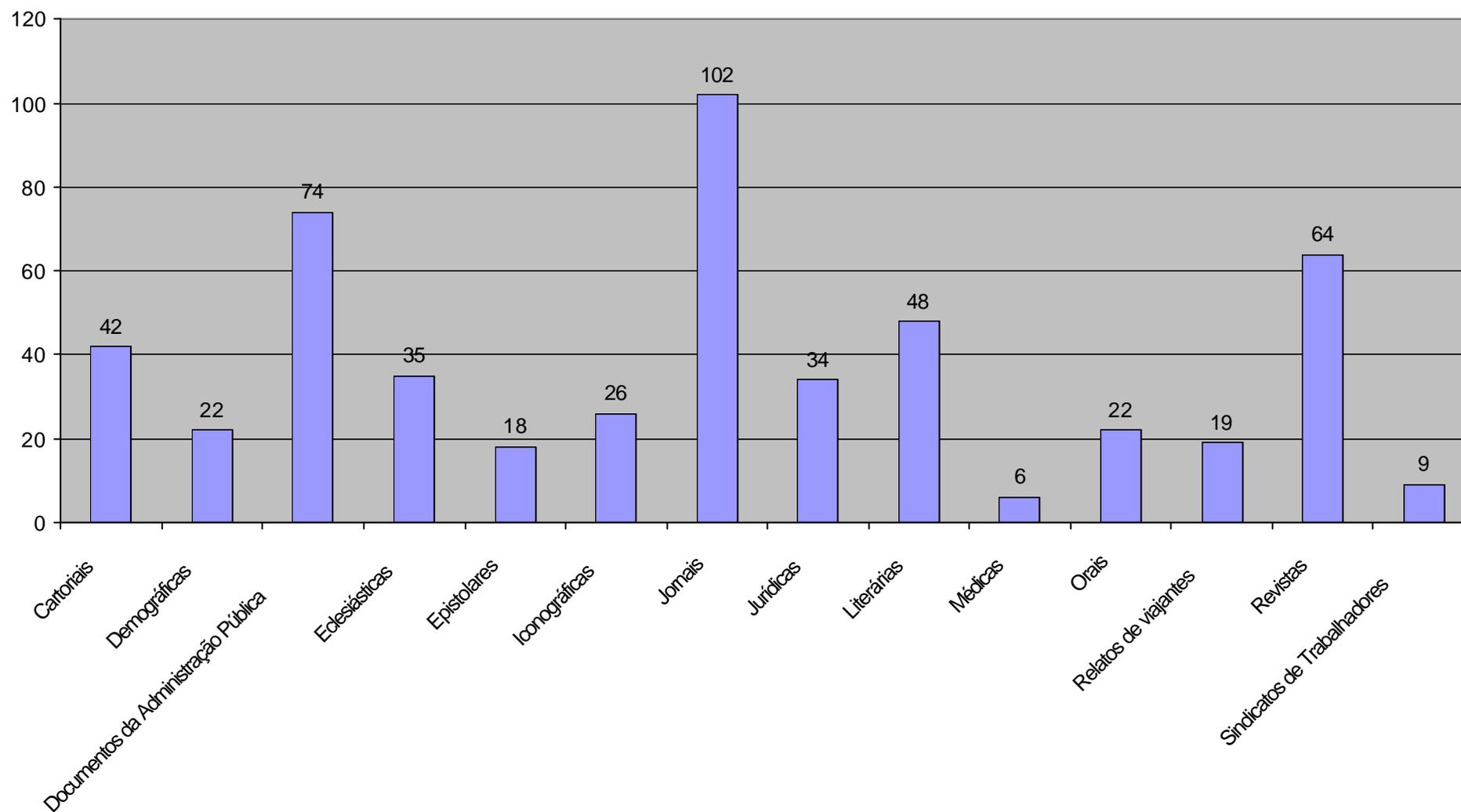


Gráfico n. 4 : Temas Centrais (1989-1996)

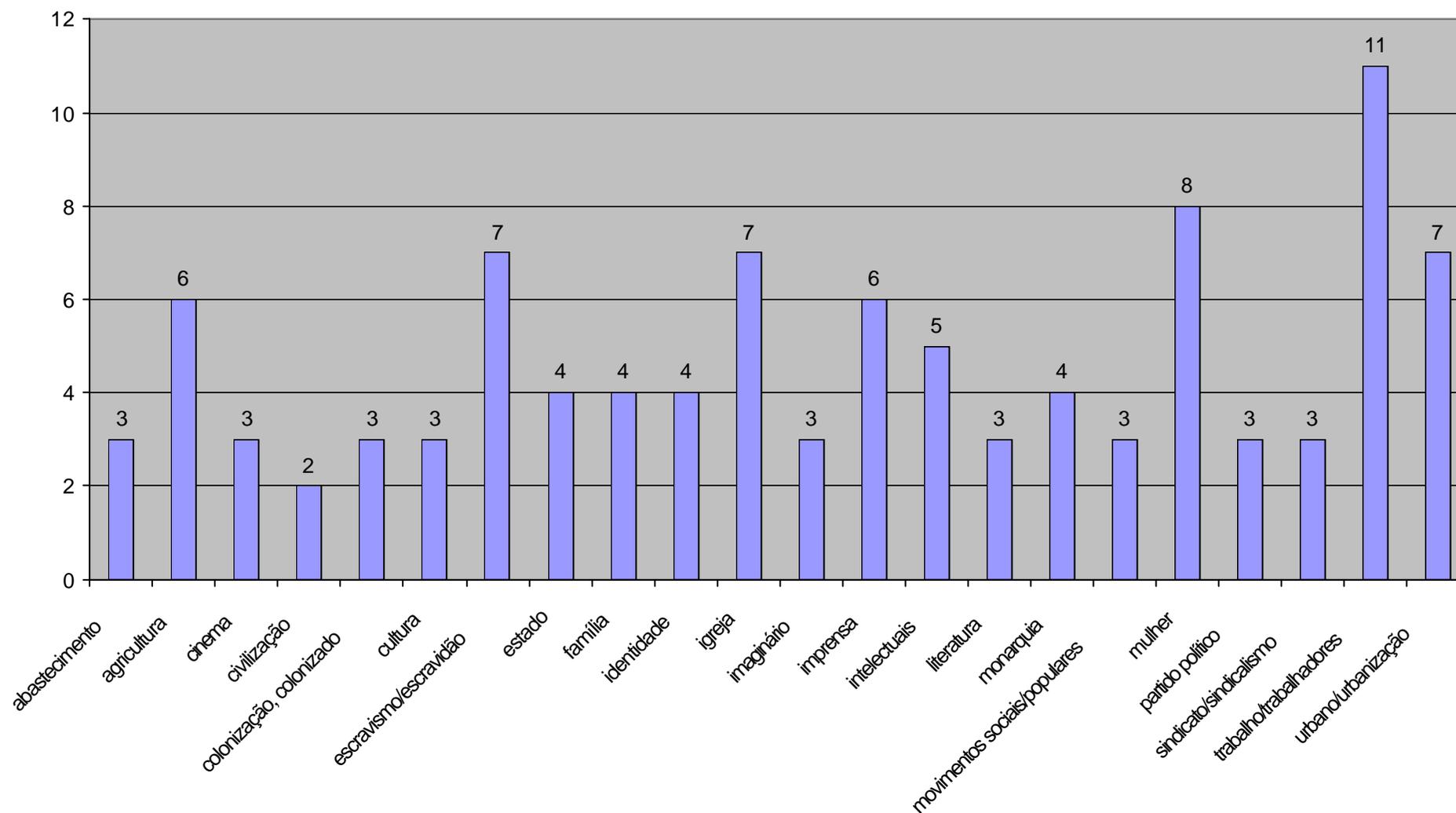


Gráfico n. 5 : Temas secundários (1989-1996)

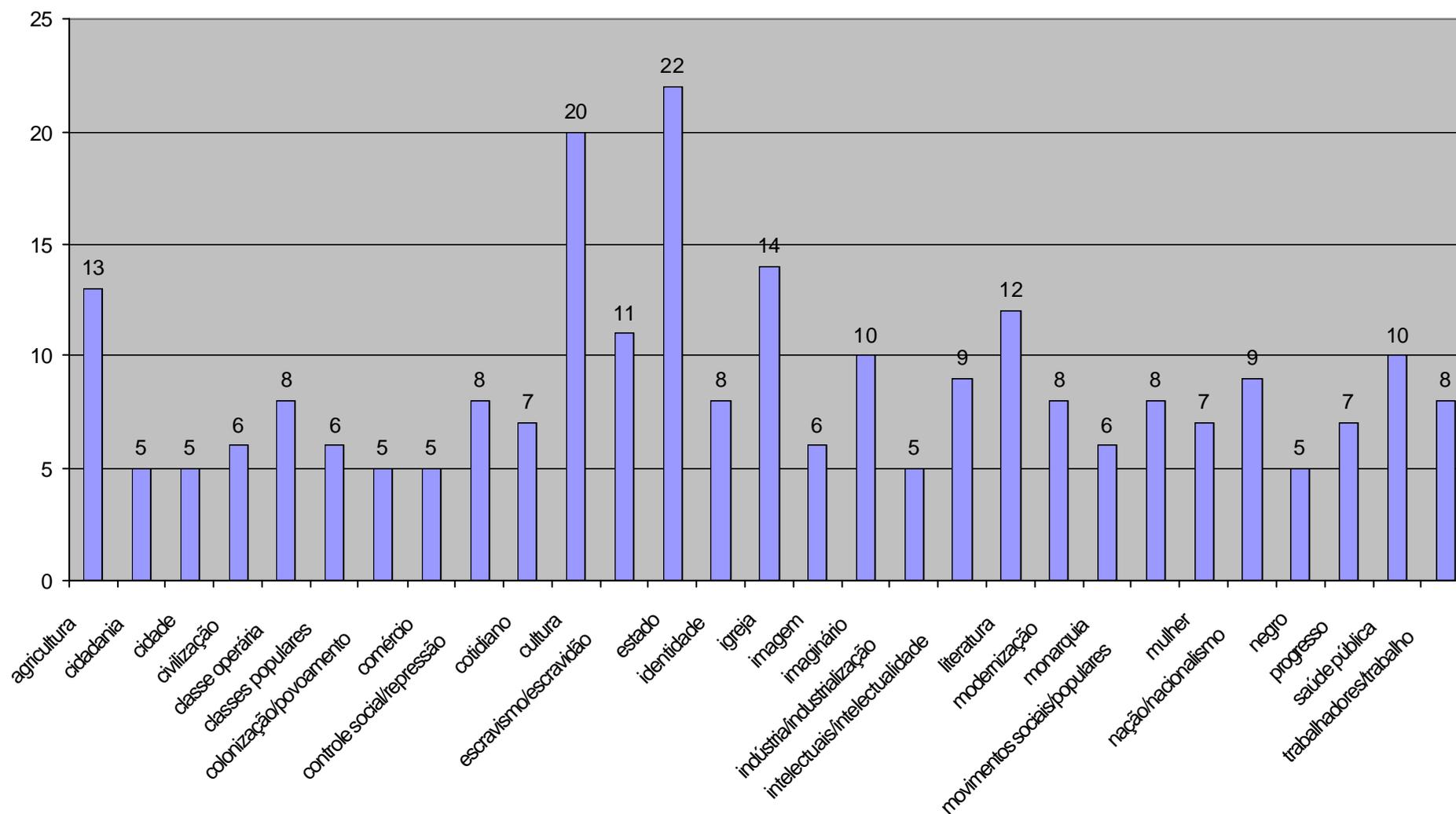


Gráfico nº 6: Corte Espacial - Brasil x Continentes (1989-1996)

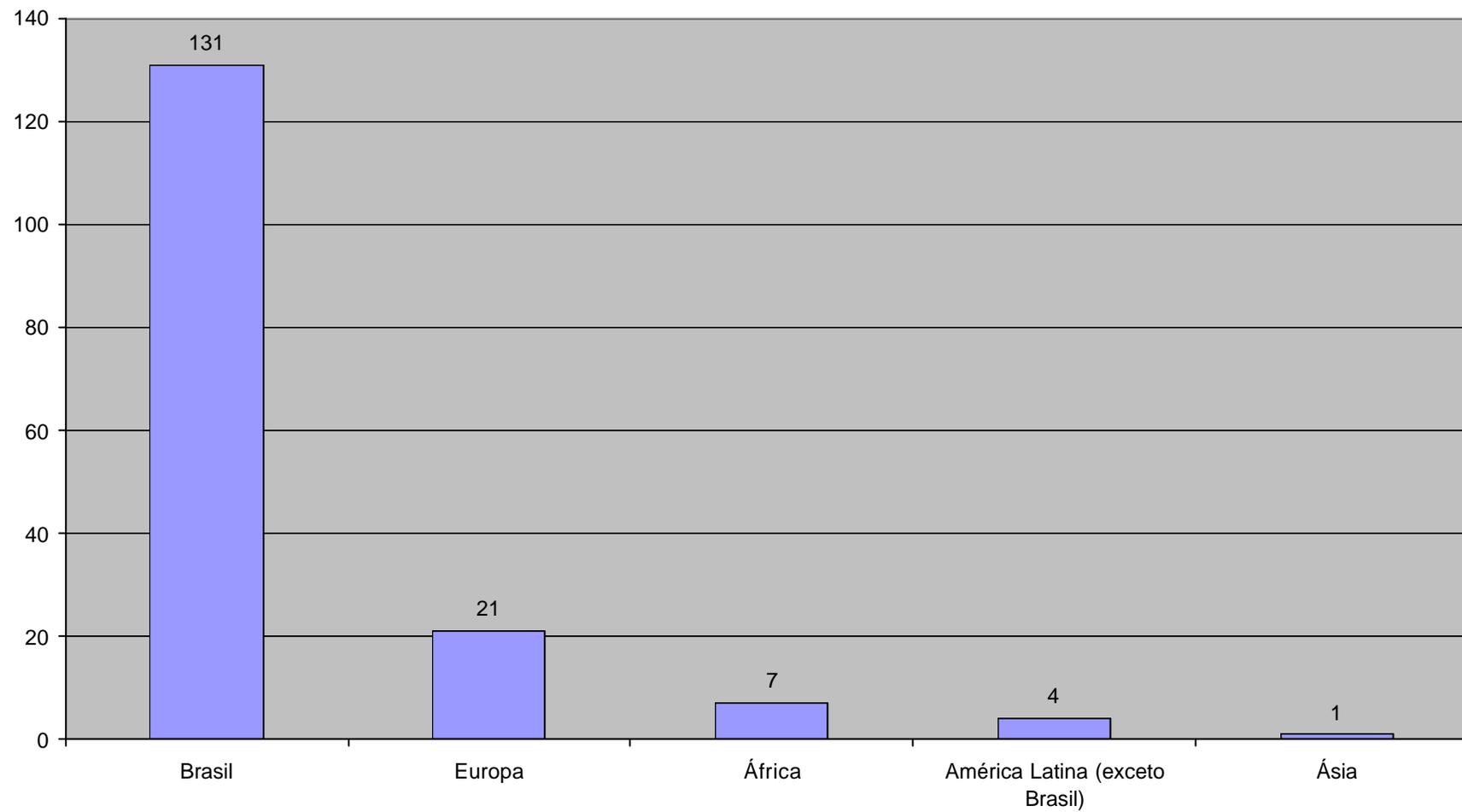


Gráfico nº 7: Corte Espacial - Brasil (1974-1988)

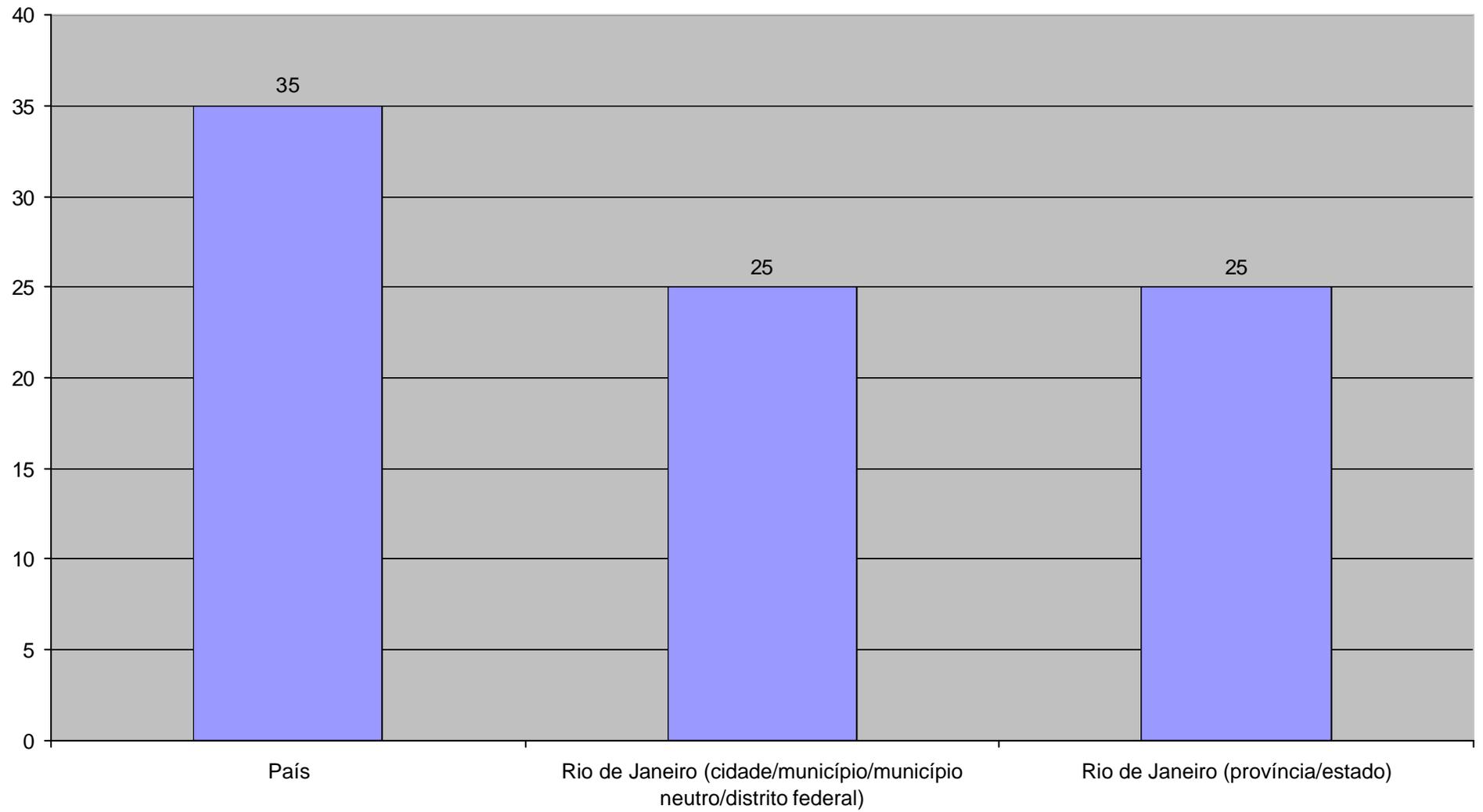


Gráfico nº 8 : Corte Espacial - Brasil (1989-1996)

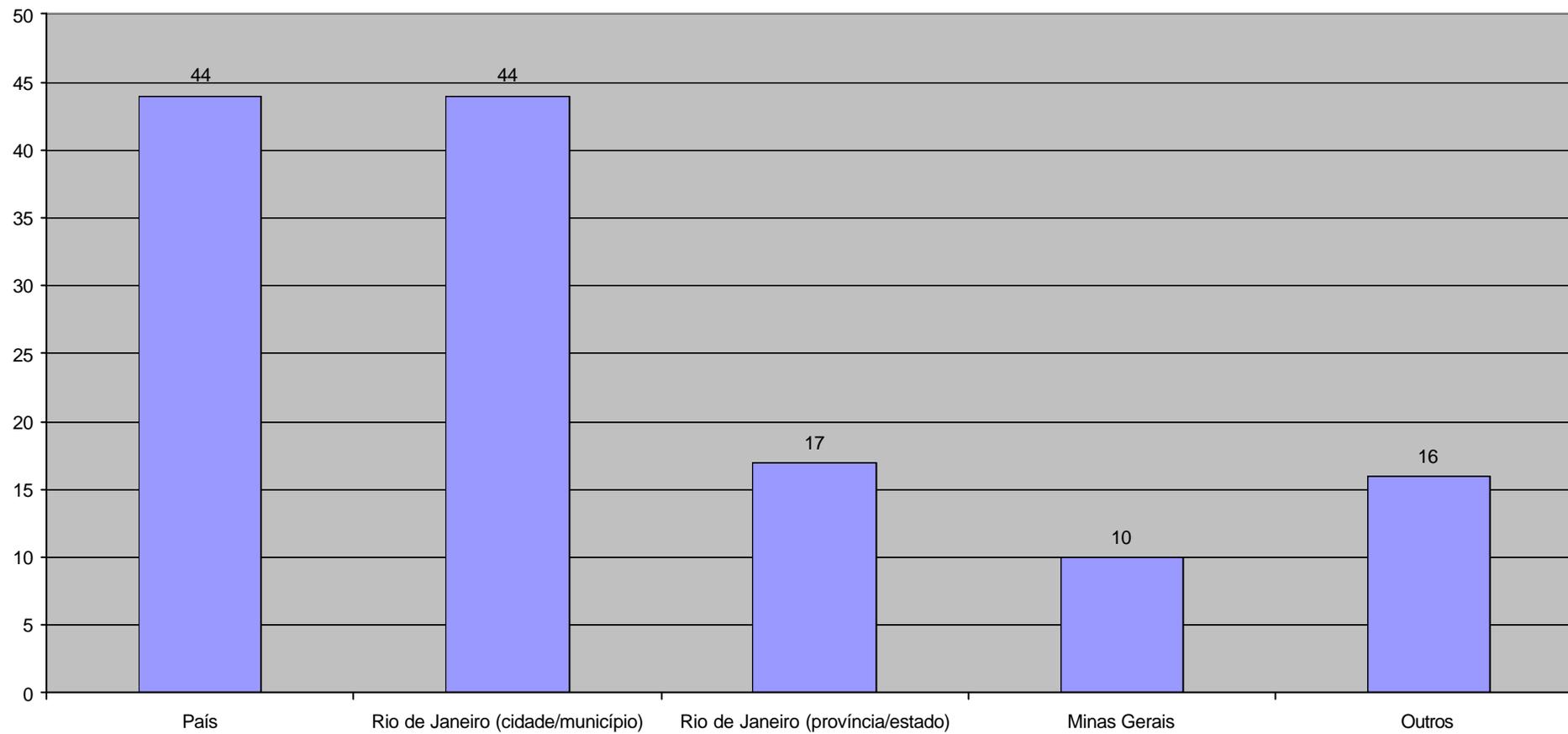


Gráfico n. 9: Corte Cronológico - Outras Regiões: Europa, África, América Latina -exceto Brasil- e Ásia (1989-1996)

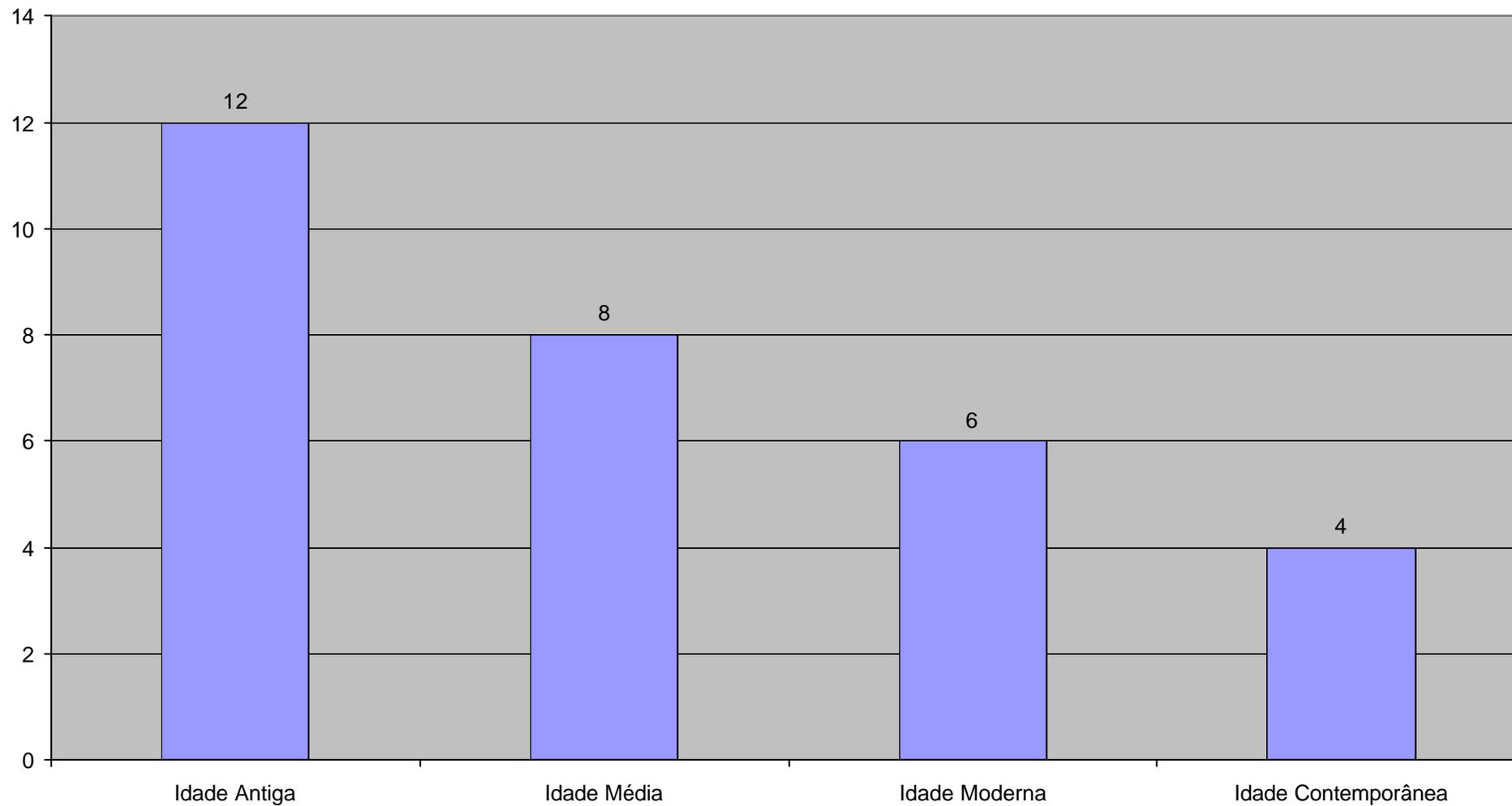


Gráfico n.10: Corte Cronológico - Brasil (1974-1988)

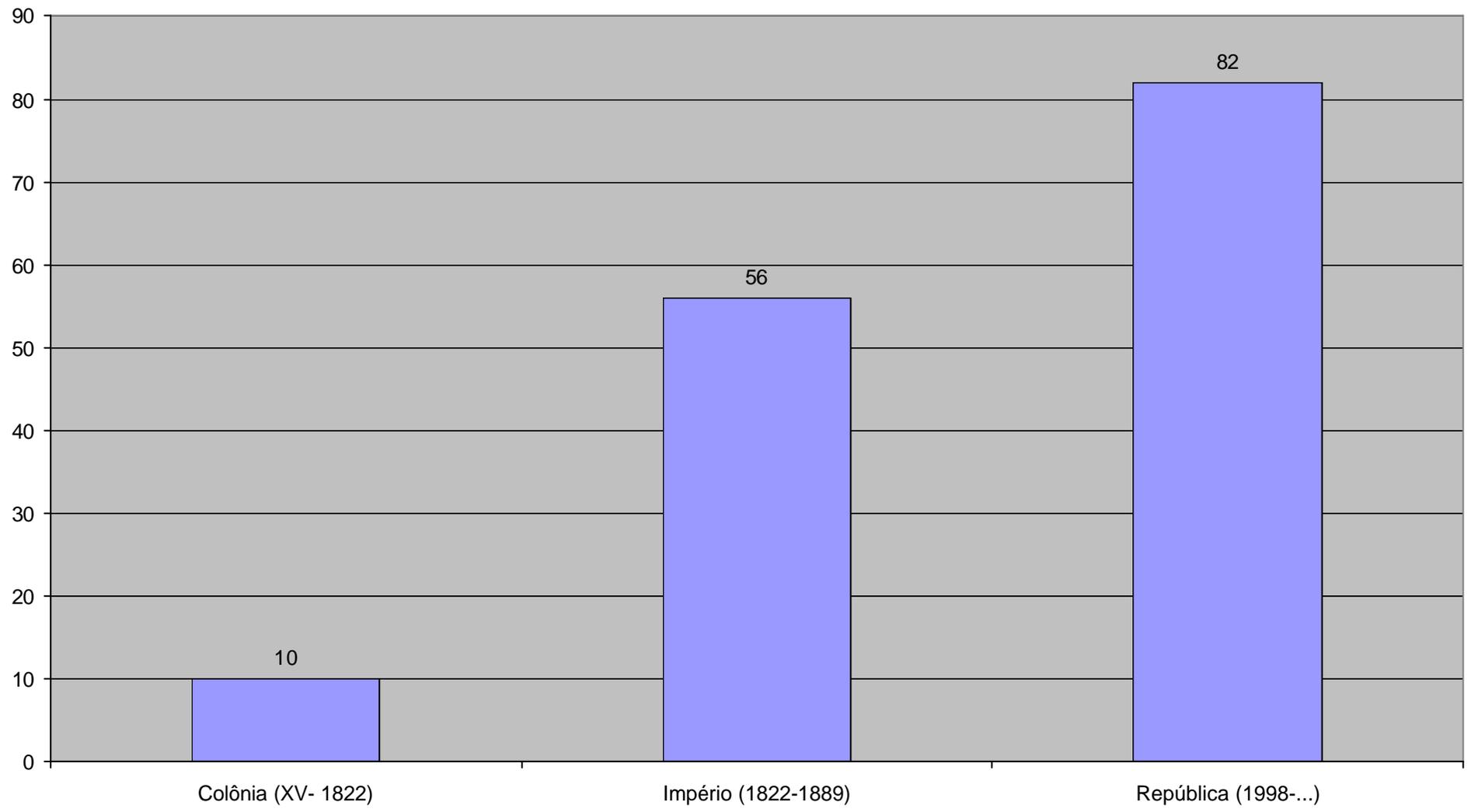


Gráfico n. 11: Corte Cronológico - Brasil (1989-1996)

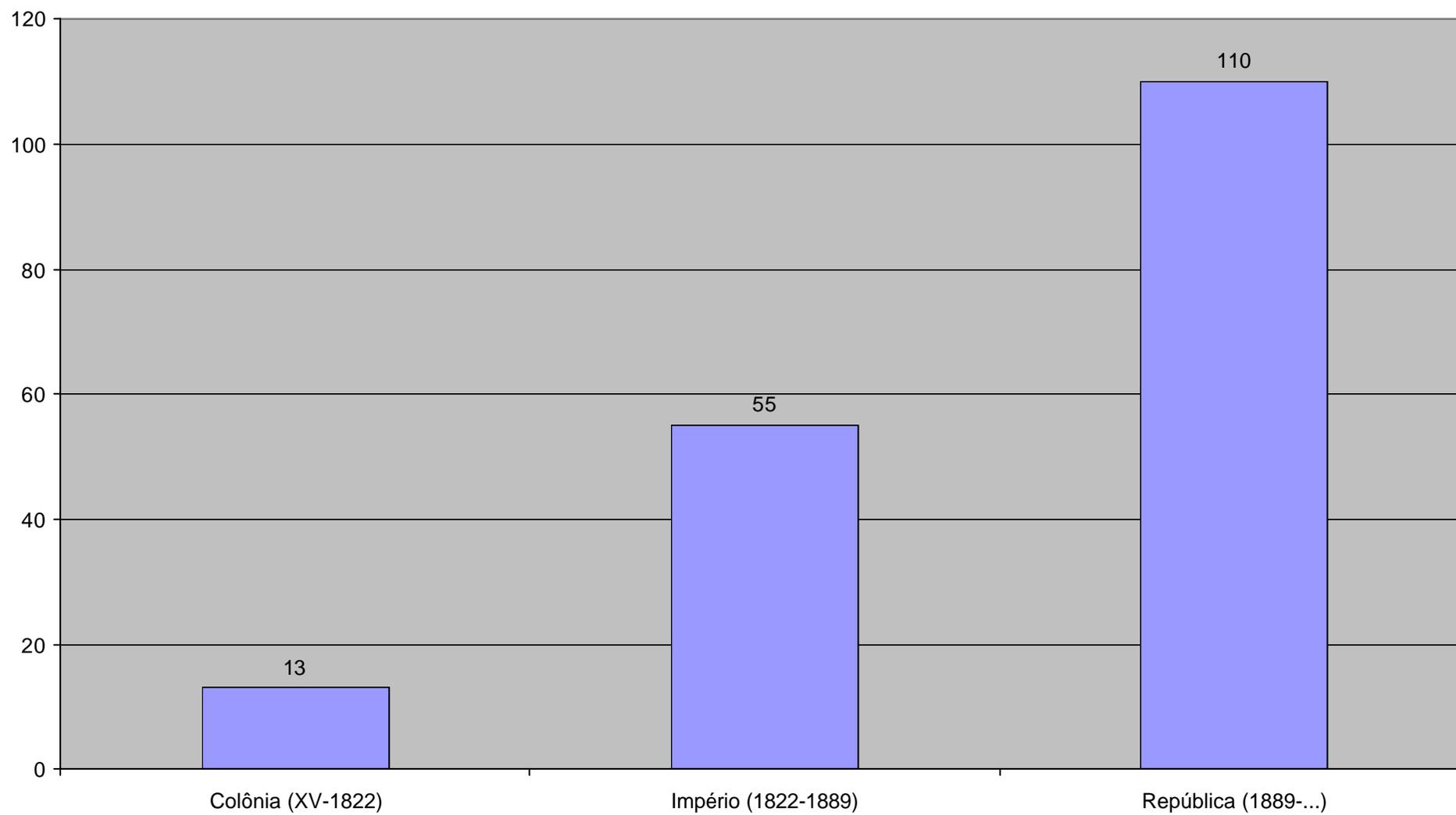


Gráfico n. 12: Corte Cronológico - Brasil República (1974-1988)

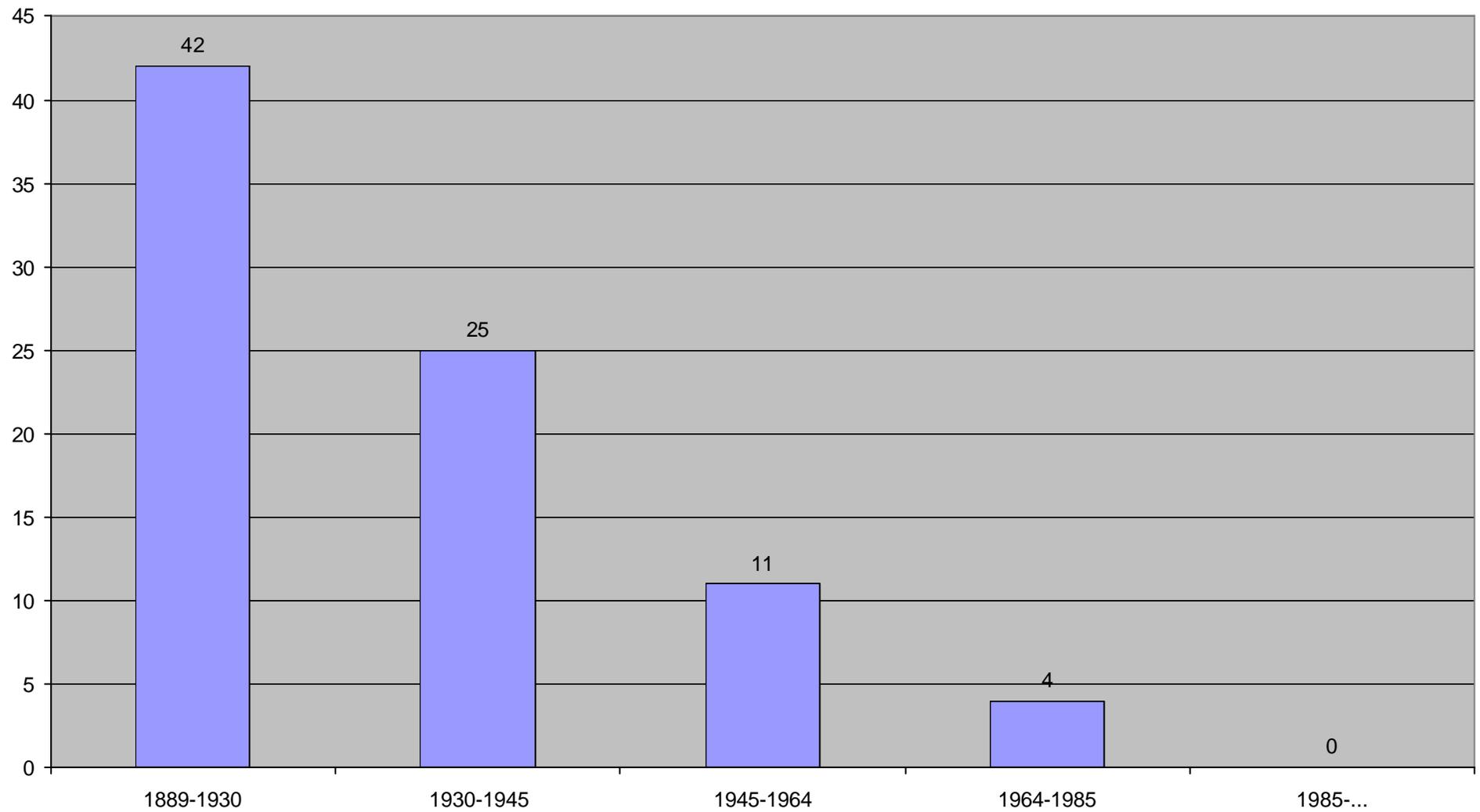
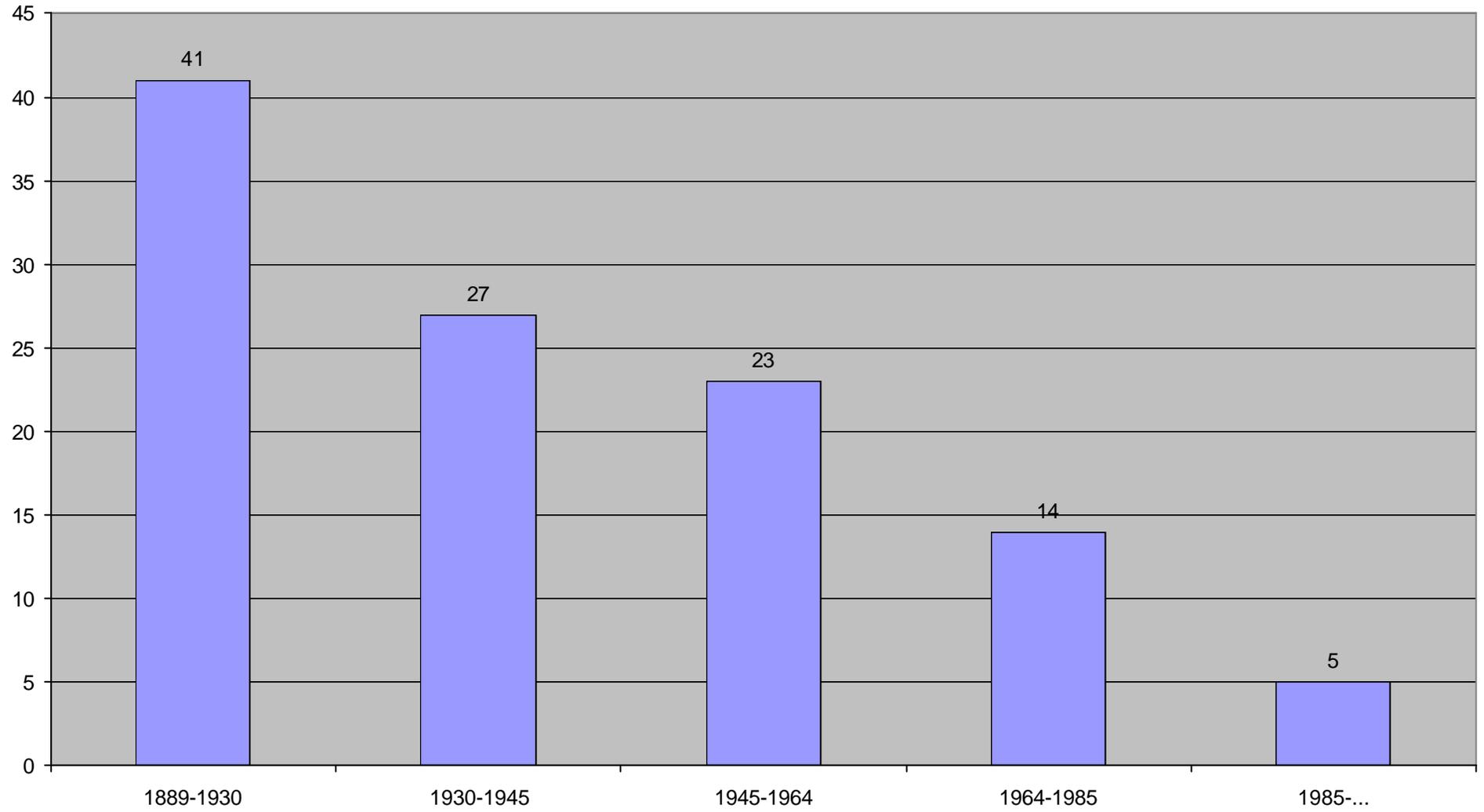


Gráfico n. 13: Corte Cronológico - Brasil República (1989-1996)



Anexo nº 6: Entrevistas*

Profª Vânia Leite Fróes - 05/12/2000.....	151
Prof. Francisco José Calazans Falcon - 09/12/2000.....	163
Profª Aidyl de Carvalho Preis - 11/01/2001.....	171
Profª Ismênia de Lima Martins - 09/02/2001.....	177
Profª Maria Yedda Leite Linhares - 16/11/2000.....	181

* As entrevistas aqui apresentadas foram autorizadas pelos entrevistados para serem utilizadas especificamente nesta dissertação. Qualquer uso posterior deverá fazer a devida referência.

Entrevista com a Prof^a Vânia Leite Fróes^S

Entrevistadora (E): *Inicialmente nós gostaríamos de agradecer por ter disponibilizado parte de seu tempo para nos conceder esta entrevista.*

Prof^a Vânia Fróes (VF): É um prazer, pois eu acho muito interessante que uma pessoa com um olhar de fora, embora seja de uma universidade irmã, esteja vindo a pós-graduação da UFF.

Eu, particularmente, sou da primeira turma do mestrado, iniciada em 1971. O curso de pós-graduação veio para o Grande Rio e nós tínhamos que nos matricular; éramos matriculados *ex officio*. Esta implantação da pós-graduação fazia parte do projeto do governo e para nós foi excelente que ela tivesse vindo, ainda que de forma tão abrupta. Assim que completei meu doutorado fui credenciada e tenho hoje 14 anos de atuação na pós-graduação, além dos outros todos de formação dentro da UFF. Acho que temos que considerar este percurso: ter feito minha graduação e meu mestrado dentro da UFF e depois ter saído para fazer o doutorado na USP. É um pouco de endogenia, mas é interessante.

Uma característica de grande parte das primeiras turmas é que elas eram constituídas por professores da casa ou de fora, mas todos com um percurso na universidade. Hoje, ao contrário, grande parte das pessoas entra no mestrado às vezes sem nenhuma experiência profissional. Acho que este foi um elemento importante que garantiu de saída um desempenho muito bom do nosso curso de pós-graduação.

E: *Quanto as linhas de pesquisa, quais seriam os fatores que preponderantemente têm orientado a sua definição no PPGH/UFF ? Seriam as orientações da CAPES ou fatores internos ao Programa ?*

VF: Os dois fatores. Devem ser feitas avaliações diferenciadas para os anos 70 e para os anos 80/90, quando a CAPES já tem um peso.

No primeiro momento as linhas nem existiam. As áreas de concentração quase que se confundiam com aquilo que mais tarde viria a ser entendido como linhas de pesquisa. A CAPES introduziu a idéia de linha de pesquisa em meados dos anos 80.

Os critérios para a definição das linhas foram muito variados e é bom desmistificá-los. Há desde critérios de caráter quase que pessoal, ou seja, dos professores que se tem atuando no programa numa determinada época, até critérios de perspectivas historiográficas. A própria definição do que se entende por linha de pesquisa até hoje não está clara nas discussões nem mesmo dos fóruns nacionais da pós-graduação.

No programa da UFF o Colegiado cresceu muito em termos do credenciamento de docentes por volta de 1987 porque muitos professores do departamento estavam

^S Entrevista realizada na cidade de Niterói em 05/12/2000.

acabando o seu doutorado, e a entrada de um número maior de professores evidentemente fez surgir mais pesquisas, novas esferas de interesse.

E: *No período inicial do curso quais eram as áreas de concentração ? História Econômico-social e História Político-social chegaram a ser implantadas como áreas de concentração e depois foram substituídas por História da América e História do Brasil, ou estas últimas funcionaram desde o início ?*

VF: O Econômico-social começa em 1971 e vai além de 1971/2, porque os primeiros mestres saíram em 1974, no caso sou um deles, e nós saímos ainda em História Econômico-social. O que ocorreu, na verdade, foi o reflexo de uma tendência historiográfica muito marcante nos anos 70: tudo que era econômico-social nessa época era entendido como de vanguarda e marxista e tudo que era da esfera do político ou político-social era considerado algo mais da história tradicional.

Não sei se na teoria se pensou assim, mas na prática o que acontecia é que os ditos professores mais de vanguarda trabalharam na sua maioria na área econômico-social. Havia, no entanto, a presença de tendências diferentes no departamento, dicotomias entre o novo e o velho, entre uma história mais marxista ou menos marxista.

Na prática História da América e História do Brasil não substituíram as outras como áreas de concentração. O cotidiano mostrou que os formadores que ministravam mais a História Política estavam mais ligados à História da América e os de História Econômica e Social mais ligados à História do Brasil.

E: *Não haveria uma influência direta dos brasilianistas estimulando a implantação de América e Brasil ?*

VF: Mais ou menos. Me parece que há um equívoco. Eu, por exemplo, fui orientada pelo Prof. Richard Graham, tive na minha banca Richard Morse que é outro brasilianista expressivo e minha dissertação de mestrado foi na área Econômico-social. Muitos outros colegas que também foram orientados por brasilianistas foram desta área. Tem-se que considerar, também, que houve diferentes levas de brasilianistas.

Se cruzarmos os dados perceberemos que muitos dos mestrados que saíram formados em História Econômico-social foram orientados por brasilianistas de uma primeira leva. Muitos deles estavam ligados a uma história não muito tradicional. É o caso do Stanley Stein que nós queríamos muito ter trazido para cá, mas era *persona non grata* e a ditadura não permitiu que ele entrasse.

Convém lembrar também que na definição do primeiro núcleo de pesquisa do programa teve uma importância muito grande a Dr^a Nícia Villela Luz. Ela ministrou o primeiro curso do mestrado em História Econômico-social sobre a urbanização no Recôncavo da Guanabara já mostrando uma tendência para se estudar o Rio de Janeiro pontualmente.

As primeiras dissertações saíram a partir de julho-agosto de 1974 em História Econômico-social e logo depois em História Política. Os professores que tiveram

grande importância neste início foram, além da Prof^a Nícia Villela, o Prof. Pedro Demo, que neste momento tinha se doutorado na Alemanha, e o Prof. Falcon um pouco depois.

E: *Ainda que registradas as atuações de professores brasileiros, como a sr^a. avalia a opção pela contratação de tantos brasilianistas e não de um maior número de professores brasileiros, principalmente da USP ?*

VF: Eu acho que basicamente porque havia a facilidade de uma política favorável à vinda dos brasilianistas. Isto fazia parte do projeto governamental norte-americano. Estudar o Brasil era interesse político e era interesse acadêmico... Mas também não vamos imaginar que todos os brasilianistas fossem agentes da CIA ! Acho que eles tiveram uma responsabilidade grande na nossa formação, porque até então nós fazíamos uma história muito teórica, *a la* Caio Prado, Celso Furtado, que é maravilhosa, mas que era muito preocupada com as grandes sínteses. Eles nos puseram em trabalho direto com os arquivos. Não foram os únicos, mas certamente têm um papel importante.

E: *Durante um período mais amplo, mas que compreende sua gestão como Coordenadora do Curso de Pós-Graduação (jan./92-fev./96) não houve mudança na área de concentração do curso (História Social de 1988 até hoje) e nem nas linhas de pesquisa (História Social da Agricultura, História Social da Urbanização e da Industrialização, e História Social das Idéias, de 1982 a 1996).*

Em sua avaliação quais foram as razões que levaram a manutenção desta área de concentração e destas linhas de pesquisa num período que pode ser considerado longo, se comparado com o tempo de vigência das demais áreas e linhas deste mesmo programa ?

VF: Quanto a manutenção da área de concentração, seria muito complicado formar dois programas, como acontece na USP. A idéia, ao garantir a área de concentração em História Social, é manter o programa como um único, porque se você tem outra área de concentração você tem que desdobrar em outro programa.

E o que daria conta da diversidade de pesquisas que havia e há, o que poderia amarrá-las ? Acreditamos que a História Social, entendida no sentido mais amplo, quase que no sentido dos Annales. A História Social como história total e não como história dos segmentos da sociedade. Por isso até hoje ela é mantida; é ainda a escolha de não fragmentar.

Quando se criou a primeira turma de Antiga e Medieval -a seleção foi feita de 1987 para 1988-, nós criamos até o artifício dos dois setores temáticos, “Antiga e Medieval” e “Moderna e Contemporânea”, para não quebrar a unidade do programa. Além da comodidade, há a coerência de ser História Social, entendida neste sentido mais amplo que está definido no projeto do doutorado e no projeto das linhas de pesquisa.

Quanto a questão das linhas de pesquisa nós discutimos muito e chegamos à conclusão de que os três grandes eixos ainda estavam funcionando (História Social da Agricultura, História Social da Urbanização e da Industrialização e História Social das

Idéias). Ou seja, eles ainda eram efetivos como elementos que podiam agregar e dar coerência aos projetos dos pesquisadores que atuavam nestas áreas. É importante lembrar que por volta de 1992 surgia o Fórum de Coordenadores de Pós-graduação da ANPUH; pela primeira vez os cursos de pós-graduação se reuniam e discutiam em conjunto.

E: *E já a mudança de 1997 ? Como a senhora avalia a introdução das linhas de pesquisa História Cultural, Economia e Sociedade, Poder e Política e História Regional ?*

Podemos dizer que o que estamos observando é a introdução de História Cultural ao mesmo tempo que se retira a ênfase em agricultura, industrialização e urbanização ? E por que História Regional aparece como linha de pesquisa neste momento ?

VF: Em relação a questão de urbanização e industrialização há um dado importante. Nós tivemos neste momento uma série de mudanças. Primeiro a aposentadoria da Prof^a Eulália Lobo e a morte da Prof^a Maria Bárbara Levy, embora tenha permanecido ainda como remanescente desta antiga linha o Prof. Geraldo Beauclair, que acabou se integrando muito mais à História Econômica. Neste momento a reforma era necessária porque uma grande maioria de professores estava fazendo História Cultural.

E: *Então vocês não criaram a linha para estimular a produção, mas ao contrário exatamente porque havia as pesquisas nestes vieses a linha foi criada...*

VF: E o Colegiado assim entende que deve ser. Acredito que a oxigenação passa pela chegada de novos membros e, é claro, a mudança se faz também em função disto. Até louve-se esta capacidade de oxigenação com a chegada de novos profissionais e as mudanças nas linhas, inclusive mudanças nas opções pessoais. Na introdução do Catálogo eu chego a fazer alguns percentuais por linhas e por eixos temáticos que mostram esta mudança. Sempre discuto esta questão da coerência da linha.

Eu acho que a História Cultural já existia na prática e Economia e Sociedade dá muito mais coerência ao que neste momento estava acontecendo, quer por parte dos professores pesquisadores, quer por parte de quem estava se formando aqui também.

Poder e Política foi num primeiro momento sinônimo do *évènementielle*, mas está entrando agora numa outra faixa de discussão a partir da antropologia política; é o cruzamento da história cultural com a história política e que gera estudos, por exemplo, de movimentos políticos como ação social, ou ainda a questão do estado que também volta a ser importante.

A história regional chegou a ser uma linha de pesquisa sim, e depois chegou-se a discutir uma outra proposta que a modifica bastante, mas que ainda não está em vigor.

E: *Ainda quanto a História Regional. No Regulamento do Programa de 1977 apresenta-se como um dos objetivos do curso “(...) aprofundar conhecimentos em domínios regionais da História”, mas a linha de pesquisa História Regional não aparece neste momento. Exatamente quando há uma linha denominada História*

Regional em 1980, o Regulamento da época, de 1981, não traz nenhum objetivo ligado a esta questão. Na introdução do Catálogo Falcon de 1985, encontramos o indicativo de que “(...) o regional, em termos de espaço fluminense, seria preocupação prioritária em todas as áreas” implantadas em 1982 (Catálogo Falcon p. 14). Em que período a sr^a considera que a História Regional se destacou e como ela era entendida no PPGH/UFF ?

VF: Na verdade há a discussão teórica do que seria história regional. Há o conceito de região acoplado ao conceito de unidade política: quando dizia-se história regional do Paraná era a história do estado do Paraná e é óbvio que esta é uma categorização extremamente falsa, porque o regional é uma categoria espacial que não obrigatoriamente coincide com o político.

Esta também é outra tendência de algumas partes do Brasil. Os programas de pós-graduação, quando começaram, o fizeram frequentemente com uma produção sobre seu estado, que era chamada de História Regional. No Rio de Janeiro foi assim. Isso aconteceu nos anos 70. Já nos anos 80 há uma discussão teórica deste conceito de região que é evidentemente sem sentido.

Quando o nosso programa foi criado nos anos 70 havia uma intenção explícita de se estudar aquilo que se chamava História Regional, o que corresponderia a estudar o Rio de Janeiro. Pode-se ver que as dissertações, fora aquelas de História Política e de América, eram sobretudo de pesquisa na região do Rio de Janeiro.

Aí eu acho que está a grande contribuição da UFF: a de, em muitos aspectos, virar a historiografia brasileira de pernas para o ar, com esta sondagem pontual redefinindo sobre muitos aspectos o papel do Rio de Janeiro. Também fundamentais foram os estudos sobre o Vale do Paraíba. Por isso eu chamei a atenção da participação da Prof^a Nícia Villela Luz. Eu acho que foi ela quem fez essa primeira sugestão de se estudar o Recôncavo da Guanabara que era uma primeira definição de região muito interessante, porque já não era a região do estado.

E: *A idéia que vincula o regional à unidade política não chegou a fazer carreira na UFF ?*

VF: Aqui não. É claro que houve toda uma discussão nos anos 80 e é claro que muitos entendiam daquela forma mais tradicional. Isso depende muito do professor. Aqui dentro tinha de tudo... Mas o primeiro projeto já tinha clara a idéia de região, que era a idéia da Prof^a Nícia, da qual são remanescentes várias dissertações e, inclusive, a idéia do estudo da ligação com o Vale do Paraíba.

E: *Encontramos se repetindo em vários documentos do programa a fala de que “(...) a universidade deve estar organicamente vinculada à comunidade regional na qual se situa e onde desenvolve sua atuação principal” (Projeto de Criação dos Setores Temáticos, 1988, p.16), e também que, para o Programa, “(...) a História do Brasil é indubitavelmente prioritária, e dentro dela a História Fluminense” (p. 15).*

Ainda que a presença da História Regional seja uma constante nos programas de pós-graduação, por que há um peso tão grande da História Regional especificamente neste programa mesmo após os anos 70 ? Sabemos que esta marca estava dentro do quadro nacional, que muitos programas que foram surgindo trilharam este caminho, mas não há também a idéia do estado e da cidade do Rio de Janeiro como destaque nacional no caso do programa da UFF ?

VF: Isto faz parte da política das pós-graduações como um todo, mas acho que há uma singularidade na UFF, sim. A especificidade da universidade estar em Niterói, estar do outro lado da baía e também a profunda ligação de Niterói com o interior do Rio de Janeiro, da velha província, mas que não é o estado. Estar em Niterói foi um diferenciador, pois durante um tempo grande o programa esteve numa capital. Pensava-se o Rio de Janeiro como a velha província, com a capital em Niterói; não pensava-se apenas a cidade do Rio de Janeiro. Aliás eu digo isto também na introdução do Catálogo. Vemos também que as teses sobre a cidade do Rio de Janeiro são posteriores.

Quando eu me refiro à velha província eu estou me referindo àquela região que teve papel importantíssimo na definição da história principalmente do século XIX e que foi onde atuou em grande parte o programa de pós-graduação no seu primeiro momento. A UFF tem um papel fundamental nos estudos de escravidão. Mudou o rumo da historiografia.

Os estudos da cidade vêm depois; eles são mais da década de 1980. Niterói deixou de ser capital em 1975/6. As primeiras turmas já estavam formadas ou em processo de formação quando houve a inauguração da ponte Rio-Niterói... Há todo um lado da ligação da UFF com a cidade, o que até hoje é uma coisa interessante e importante. Paradoxalmente os estudos sobre Niterói são do final dos anos 80. Primeiro vieram os estudos do Rio.

E: *E a senhora acha que isto se deve a ...*

VF: A duas coisas. Primeiro, falando como medievalista, à questão da ligação da cidade com a universidade, que é profunda, e que até já foi maior. A fusão do Rio foi muito traumática, muito complicada para a universidade como um todo e principalmente para quem mora aqui em Niterói, que é um bom contingente da população da universidade. Por outro lado você tem um conjunto muito grande da comunidade da UFF que mora na cidade do Rio e, portanto, o objeto principal era muito mais o Rio.

Eu acho também que havia um certo preconceito durante um tempo muito grande em se estudar Niterói. Nós tivemos um professor na graduação que ministrava História Regional. Era o professor Marcos Valdemar que faleceu ano passado e que estudava muito o que ele chamava “velha província”. Ele teve um papel importante também nesta questão do Rio de Janeiro, embora fosse um pouco marginalizado na pós-graduação porque era uma história um pouco *évènementielle*. Tinha um charme estudar Vale do Paraíba, Recôncavo da Guanabara, etc., mas estudar Niterói era tido como uma coisa menor. Isto é uma opinião muito pessoal.

E: *No final dos anos 80 a tendência na produção é sofrer uma certa mudança. Além de escravidão, em que temas estaria o regional ?*

VF: Você tem a história urbana que está trabalhando ainda com Petrópolis e Rio de Janeiro. Este último no final dos anos 80 e muito mais uma história da cidade do que história regional. O regional está muito em escravidão e com dois focos: ainda Vale do Paraíba, mas também Campos, no Norte Fluminense. É o caso da tese de Sheila de Castro Faria e muito antes a dissertação de mestrado de Lana Lage.

Já temos desde os anos 70 alunos de PICD do Brasil todo, e o conceito de região já não estava tão ligado ao Rio de Janeiro. Tínhamos teses sobre vários pontos do Brasil fundadas no conceito de região. Chegamos a fazer na coordenação um levantamento que mostrava que nós tínhamos uns 40% de estados brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, representados nos estudos. Hoje a história regional, em relação ao que já foi no Programa, está com um percentual bastante diminuído.

E: *E que tipo de pesquisa a senhora observa que tem tendido a crescer no Programa ?*

VF: Eu acho que ainda a História Cultural, mas é muito difícil dizer. Política e Poder também tem tido muita gente interessada nas questões de Estado, poder regional, poder central. Acho também que o percentual de História Econômica diminuiu bastante, o que é uma pena, mas enfim...

E: *Quanto ao projeto FINEP de 1982 ? Qual seria o papel dele na consolidação do curso e na definição de linhas de pesquisa ?*

VF: Este projeto agregava os grandes eixos do programa e há uma correspondência clara entre os seus subprogramas e as linhas de pesquisa da pós-graduação. Por exemplo, a Prof^a Maria Yedda Linhares e o Prof. Robert Slenes trabalhavam basicamente com a questão agrária. Já as Prof^{as} Ismênia Martins, Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy tiveram um papel importantíssimo na História Urbana; o Prof. Falcon trabalhava com a análise do discurso. Cada linha de pesquisa tem um eixo no Projeto FINEP e foram definidas pelas tendências que estavam claramente no curso naquele momento.

História Social da Agricultura, História Social da Urbanização e da Industrialização e História Social das Idéias não funcionaram como sub-áreas de concentração, como propõe o Ante-Projeto do Curso do Doutorado. Funcionaram mesmo como linhas de pesquisa.

E: *Em relação ao curso de doutorado... Primeiro se cria o mestrado em 1971, depois o doutorado em 1985. Eu gostaria de saber como o Colegiado tem visto um e outro independente daquela questão da exigência da originalidade no trabalho de doutorado. O doutorado em Antiga e Medieval começou ao mesmo tempo que o doutorado em Moderna e Contemporânea ?*

VF: Na verdade você tem a criação do doutorado concomitante com os dois setores de Antiga e Medieval e Moderna e Contemporânea. A criação do doutorado é de 1985 e o setor de Antiga e Medieval é aprovado em 1987 e começa em 1988, ou seja, próximos.

Na verdade nunca entendemos a originalidade, necessidade de uso de fontes, etc. apenas no doutorado. Aqui a exigência de trabalhos com fontes primárias e originalidade houve desde o início. A necessidade de fontes é condição básica para as comprovações, do ponto de vista empírico. A originalidade tem que vir através de todo o questionamento que você faz. Portanto, acho que a diferença se dá mais no nível de problematização, nas técnicas de abordagem e até mesmo na inserção na historiografia, quer dizer, na possibilidade de polemizar, na possibilidade de questionar a historiografia, e na erudição; acho que estas são as condições básicas. Varia a questão da profundidade da abordagem, a perícia maior de lidar com a diversidade maior ou menor de fontes. Acho que você tem várias dissertações de mestrado da UFF que são verdadeiras teses de doutorado.

O Colegiado já se posicionou várias vezes em relação à questão da originalidade: é condição básica para quem faz qualquer pesquisa. Ninguém faz uma pesquisa exatamente para não ser original e é claro que há muita tese, que eu chamo de tese leque, onde se faz uma descrição de tudo e, na verdade, não tem nada de novo.

Temos muita angústia hoje, por exemplo, de discutir esta questão da simplificação do mestrado e do problema da adaptação a tempos mais curtos, que é uma exigência cada vez maior da CAPES. Eu acho que a UFF tem tido, pelo menos no início dos anos 90, uma discussão enorme sobre a manutenção do nível das dissertações de mestrado e mesmo das teses de doutorado e de como adaptar a área de humanas a isso. Até agora a política do Colegiado tem sido manter as exigências. O que se faz é, talvez, um recorte temático mais específico, uma exploração de um campo empírico menor, mas com a mesma postura e as mesmas exigências. Quanto a isso não se mudou em nada até agora. Ao contrário, aumentou o controle de relatórios, houve a regulamentação da Comissão de Bolsas e do controle de qualidade. A função da Comissão não é só de fiscalizar prazos, mas de observação da qualidade mesmo.

E: A senhora fez uma referência à criação dos Setores Temáticos em 1988. O que justifica sua criação é realmente a necessidade de um tratamento específico para Antiga e Medieval ?

VF: É isso que justifica sim. Entram duas coisas. Eu terminei minha tese de doutorado de 1986 para 1987. Até então o Prof. Ciro Cardoso tinha atuado basicamente na área de escravidão, em história agrária, e o Prof. Hamilton Monteiro tinha vindo de Brasília com a intenção de atuar na área de medieval. Com os três professores nós tínhamos o mínimo de massa crítica para abrir o setor de Antiga e Medieval.

Esta proposta foi feita até ligada a um projeto da CAPES de áreas carentes, pois Antiga, Medieval e América eram assim consideradas. Dessa forma nós teríamos ajuda da CAPES para nossos alunos de mestrado, para fazer pesquisa fora, o que aconteceu por dois ou três anos e depois acabou.

Teríamos, então, o mestrado em Antiga e Medieval a partir de 1988 e quando houvesse possibilidade de ter algum aluno para doutorado o Colegiado autorizaria. Então funcionava assim: o doutorado era autorizado e o professor do setor temático teria que se comprometer perante o Colegiado que, caso a pessoa fosse aprovada na seleção - a seleção era igual para os dois setores-, ele orientaria. Como tínhamos poucos professores não íamos correr o risco de abrir a seleção sem as vagas pré-definidas e depois não ter orientadores. Isto foi assim até 1999. Agora temos a Sônia Regina Rebel de Araújo que se doutorou e entrou ano passado, e temos também bastante gente em formação, o que sobrecarrega bastante o setor que é muito produtivo. Num cálculo que eu fiz, considerando o número de professores -porque durante algum tempo só ficamos eu e o Ciro- e a quantidade de teses, vimos um percentual muito alto de formação.

E: E como foi mantida a oxigenação do curso nos anos 80 e 90 ? Os convênios foram importantes neste sentido ?

VF: Nos anos 70 você tem um quadro de professores que fez o mestrado no próprio programa; um quadro pioneiro que em boa parte fez seu doutorado já pelos anos 80, quando a política de saída para fazer os cursos foi intensa.

Ainda no final dos anos 70 e início dos anos 80 houve um crescimento do departamento como um todo, devido a vinda dos professores que estavam na Europa, como a Prof^a Maria Yedda Linhares e o Prof. Ciro Cardoso, e também a vinda dos últimos americanistas. Tudo isto deu uma movimentação e garantiu uma oxigenação bastante grande nos anos 80. A geração que estes professores formaram é em grande escala a geração dos anos 80 e 90, por exemplo, os Profs. Hebe Gomes de Castro, João Fragoso, Sheila de Castro Faria. Já eu, Angela Castro, Raquel Soihet somos de uma geração anterior. Nos anos 80/90 há uma certa continuidade no corpo docente, mas há muita gente vindo de fora também.

Nos anos 90, de 1993 em diante, com a política de aposentadorias do governo o departamento se renovou muito. Há uma entrada de muitos jovens professores que fizeram o doutorado aqui ou fora. Os últimos estão chegando agora. Acho que isto aconteceu no Brasil todo. Então há efeitos maravilhosos na oxigenação, na mudança, mas também há efeitos complicados em termos de descontinuidades: renovação por um lado e quebras e pequenos confrontos de outro. O caso do Paraná, por exemplo, foi muito mais complexo porque eles tiveram renovação absoluta.

Mas há uma outra singularidade na pós-graduação da UFF que é o fato dela nunca ter se desligado da graduação. Quando a pós-graduação da UFF começou, a graduação era muito consolidada. A política de alguns professores só atuarem na pós-graduação foi por pouquíssimos anos. Nisso o departamento foi muito pioneiro. Ele definiu que todo mundo tinha que atuar na graduação e na pós desde os anos 70.

A pós-graduação da UFF se oxigena também pelo lado discente porque os professores acabam se envolvendo com iniciação científica e influenciando o pessoal novo e bom que está chegando.

Num determinado momento nós tivemos um Departamento e um Colegiado de pós com um número muito grande de professores, embora o segundo fosse menor. Via-se que todos os professores do Colegiado também estavam no fórum do Departamento atuando. Isto também oxigenou muito. Em muitos programas não foi assim; houve distância entre a graduação e a pós, o que eu acho que os prejudicou.

Para História Antiga, nos anos 90, vieram alguns americanos, mas nossa relação foi se voltando muito mais para a Europa, acho que pelo fato da maioria dos professores estarem se formando por lá.

E: A senhora já me deu um gancho para a próxima pergunta que é sobre a influência dos modelos americano e francês. Segundo sua avaliação observa-se uma passagem do primeiro para o segundo modelo no programa ?

VF: Na verdade vigorou inicialmente o modelo americano, pois a política de implantação da pós-graduação era claramente o modelo americano, com uma influência grande dos brasilianistas. Mesmo assim há uma especificidade aqui. Não sei se chegamos a introjetar tanto este modelo nesta época, porque nós tínhamos uma formação muito européia. Mesmo no momento em que os brasilianistas atuaram nós tínhamos uma formação muito européia, marxista. Mas a influência européia é muito maior agora, de mais ou menos 1985 para cá.

E: E que diferencial a senhora destacaria na formação do PPGH da UFF em relação aos demais cursos do Grande Rio ?

VF: Nós temos duas grandes questões. O curso de graduação mais antigo e, portanto, o primeiro curso de referência, é o da UFRJ. A UFF ficou meio esquecida do outro lado da baía. A UFRJ passou por uma série de vicissitudes devido a repressão política.

No primeiro momento da história do PPGH/UFF, embora houvesse repressão, e é importante lembrar das dificuldades políticas muito grandes que a UFF também passou, nós estávamos menos visados. Até professores que eram do Rio vieram para Niterói. Depois houve uma inversão: nós estávamos formando o pessoal do Rio. Temos, então, este nascimento diferenciado num primeiro momento.

Por outro lado, do ponto de vista acadêmico e da pesquisa acho que esta definição que eu havia dito há pouco da linha de história regional, embora com todas as dificuldades de definição, marcou a pós-graduação da UFF. Já no caso da UFRJ nós ainda tínhamos os grandes temas nacionais. Acho que as teses em relação ao interior, na UFRJ, se não me engano, são mais tardias em relação às da UFF. Hoje não vejo grandes diferenças.

A UERJ é muito recente para se ter uma avaliação mais clara deste diferencial. Ela não tem doutorado, só mestrado. Acho que ainda está cedo para uma avaliação. Quanto a PUC, muitos professores que atuaram na nossa pós também atuaram lá; há um direcionamento para Idéias Políticas e História da Cultura, para recortes maiores.

A UFF tem uma pluralidade muito grande. Às vezes é difícil administrar isso no Colegiado que já chegou a ter em torno de 60 professores por volta de 92/93. É uma riqueza imensa por um lado, mas para administrar, dar coerência, é muito difícil. Agora o número está menor e há maior coesão, mas o programa ainda é muito múltiplo.

E: E como a senhora faria uma avaliação do PPGH/UFF no quadro nacional das pós-graduações em história?

VF: Eu faço uma avaliação no estudo inicial do Catálogo. Eu acho que há temas que decididamente foram trabalhados pela UFF e que mudaram os rumos da historiografia brasileira como um todo. É o caso da escravidão e das estruturas agrárias que tiveram um papel fundamental. Podemos destacar o papel de liderança que a UFF teve durante um tempo e que hoje é partilhado com as outras universidades do Rio.

Mas eu queria falar de história da região, que é diferente da história nesta região em si. Acho que a UFF teve um papel muito importante, particularmente sobre a história do século XIX e mais recentemente sobre a história do século XX, e na história colonial também.

Puxando um pouco a brasa para o setor de Antiga e Medieval acho que também temos tido um papel importante a nível nacional, porque exatamente no momento em que houve um desgaste profundo nesta área na USP, desgaste não de qualidade, mas porque muitos professores estavam se aposentando, a UFF permaneceu como o único centro de pesquisa na área clássica, no Oriente Próximo, e na área de medieval; desempenhamos um papel de manutenção destes estudos no Brasil, que por pouco não desaparecem. Exatamente no momento em que a USP diminuiu o número de professores a UFF atuou como revitalizadora, principalmente na pós-graduação a partir de 1988.

A UFRJ também teve e ainda está tendo a área de antiguidades extremamente ativa com os laboratórios. Além de USP, UFF e UFRJ ninguém mais faz pesquisas sistemáticas em História Antiga.

E: O documento de criação dos setores temáticos, de 1988, indica uma certa divisão nas pesquisas: os estudos romanos seriam desenvolvidos pela UFRJ e a UFF se dedicaria à Grécia e ao Oriente Próximo. Essa divisão vigorou ?

VF: Esta divisão ainda vigora e eu acho que ela tenderá a se ampliar, já que a Prof^a Sônia Rebel se especializou em Roma. A tendência do Prof. Ciro é ficar mais com o Oriente Próximo. Na área de Medieval fiquei apenas eu, pois o Prof. Francisco José foi para a UFRJ e o Prof. Hamilton faleceu. Nós temos a pesquisa Idade Média Ibérica com uma concentração grande e eu acho que a tendência é aprofundá-la porque os colegas que estão se formando o estão fazendo nesta área, principalmente Idade Média portuguesa, embora eu também acabe orientando outros temas de Idade Média.

E: Há algum comentário que a senhora considere fundamental que não tenha sido abordado na entrevista ?

VF: A questão dos temas contemplados e dos lugares contemplados. Não sei se você se lembra que no Catálogo eu fiz um índice para isso. Talvez seja interessante observar esta pluralidade de temas e das grandes questões temáticas. Quando você trabalha com as áreas de concentração, linhas de pesquisa, etc. você está trabalhando muito dentro do eixo daquilo que é a visão mais imposta e talvez fosse bom ver um pouco este movimento de dentro para fora.

E: *Sim, temos tido esta preocupação. Por isto escolhemos como corpus documental as teses e dissertações. É comum também encontrarmos textos que estão registrados em uma linha de pesquisa e observarmos que estão mal encaixados ali.*

VF: É interessante ver como, durante um certo tempo, tentou-se resistir a uma avaliação dos mecanismos de acomodação e dos mecanismos de resistência dentro da UFF. Talvez fosse interessante, agora já pensando como velha orientadora, ver a questão da geração, pois o conceito de geração, pode ter um papel operacional interessante.

E: *Pensamos em elaborar uma avaliação das gerações do corpo docente do programa, com destaque para os membros que já integraram o corpo docente do mesmo, para melhor avaliar aquela “endogenia” à qual a senhora se referiu no início da entrevista, o que considero procedente, não obstante os vários processos de oxigenação.*

VF: Mas esta é exatamente a questão interessante. Você tem um processo de endogenia, mas vários elementos, inclusive as dificuldades políticas, serviram para oxigenar. Se você tem um quadro de continuidade, você tem outro de mudanças na ligação direta com a graduação e com a entrada de gente nova. Isto neutralizou a endogenia. O contato com a graduação é fundamental e eu acho que é uma singularidade da UFF. Então pensa-se como a UFF é tão vital se ao mesmo tempo tem uma formação quase de dinastias ? É porque você tem o outro lado... Tem o lado dos professores visitantes... Nós tivemos uma política ativa para isso. Mas este não é o principal fator da oxigenação, que para mim é muito mais explicada, como já disse, pelo contato da pós com a graduação. Outro fator também é a questão da participação da UFF em atividades que reúnem historiadores de todo o Brasil como encontros e eventos.

Mas eu acho que nem tudo são flores também... Outro aspecto interessante além desta endogenia da UFF, é questionar se a mesma capacidade de resistência, de questionamento, de discussão da política nacional, de irreverência, que a UFF teve nos anos 70 e 80 teria agora no final dos anos 90 ou se ela também não estaria neste processo de acomodação; ver como ela está respondendo à política...

Veja-se o próprio papel de liderança que a UFF teve quanto a História no Brasil num determinado momento juntamente com a USP. Hoje não seria importante, e acho que eu também estou falando como alguém da ANPUH agora, ela estar discutindo o papel da História nisto tudo aí, e o como nós vamos agir ? E discutir isso não é falar apenas da profissionalização do historiador...

É, por exemplo, falar de qual papel poderia ser o nosso nas mudanças sociais, nessas questões, por exemplo, de repensar a ética. Como é que a UFF se posiciona, já que ela tem sido referência histórica importante como liderança e com posicionamentos

marcantes ? Isto seria uma postura interessante. Claro que quando se tem uma liderança se tem também maior responsabilidade. Esta não é uma tarefa só da UFF, mas de todo historiador.

E: *Prof^a Vânia, encerramos nossas perguntas e agradecemos por nos ter concedido esta entrevista.*

VF: Eu é que agradeço a oportunidade da fala e me coloco a disposição para qualquer outro esclarecimento que se faça necessário.

Entrevista com o Prof. Francisco José Calazans Falcon^S

Entrevistadora (E): *Gostaria de iniciar perguntando sobre sua participação na fase inicial do Mestrado em História da UFF e sobre seu vínculo atual com aquele curso ?*

Prof. Francisco José Calazans Falcon (FF): Participei desde 1970, quando integrei a Comissão de Implantação, até 1973, quando achei melhor me afastar porque tinha que concluir minha tese de Livre Docência que fiz na própria UFF. Terminei a tese em 1975, embora a defesa tenha sido em junho de 1976. Estive envolvido com o programa desde que se falou em criar o mestrado, em 1970. A Diretora do ICHF era a Prof^a Aidyl Preis que formou uma comissão, da qual fui designado relator, e aí começaram os debates e as discussões. Em 1971 começaram os primeiros cursos e eu me afastei por volta de 1972/3. Como professor só fui atuar no primeiro semestre de 1977 com um curso sobre mercantilismo.

E: *E o senhor, eleito, assumiu a coordenação do programa em 1983 ...*

FF: Sempre foi por eleição que escolhíamos os coordenadores. Aliás nós nunca aceitamos no Colegiado um Colegiado Menor, embora tivesse havido um certo momento no qual a Reitoria estabeleceu que haveria o Colegiado Pleno e uma comissão com representação de cada categoria para se reunir e acompanhar o coordenador na sua gestão. Para nós o Colegiado era igual à totalidade dos docentes, e isso acabou sendo aceito pela Reitoria. Foi uma rebeldia que nós assumimos; não queríamos ter um órgão entre o coordenador e a plenária do Colegiado.

Antes de ser coordenador fui subcoordenador, por volta de 1981. Em 1983 assumi a coordenação, pois a Prof^a Aidyl assumiu um cargo na Reitoria. Depois de estar como subcoordenador no exercício da coordenação, fui eleito para ser coordenador. Depois, em novembro de 1983, tive que me afastar porque havia pedido uma bolsa de pós-doutorado e viajei nos últimos dias de novembro de 1983 para Lisboa, retornando apenas em dezembro de 1984. Então a Prof^a Ismênia Martins substituiu-me como coordenadora até janeiro de 1985. Fiquei como coordenador até agosto de 1986 pois,

^S Entrevista realizada na cidade de Niterói em 09/12/2000.

com a escolha e nomeação do Prof. Hildiberto Albuquerque Jr. para Reitor, fui convidado para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação onde fiquei até 1990.

E: *E quais suas relações com o programa, hoje ?*

FF: Hoje não tenho nenhum vínculo administrativo, pois me aposentei em novembro de 1990. Eventualmente sou convidado para participar de alguma banca ou fazer parte de algum evento ou solenidade, mas não tenho nenhuma relação permanente com o curso.

Mas não perdi o contato com as pessoas. Alguns são professores da PUC. Agora só restam o Prof. Antônio Edmilson Rodrigues e o Prof. Marco Antônio Pamplona, mas houve época em que lá estavam a Margarida Neves, o Ilmar Mattos, a Berenice Cavalcante. Atualmente tenho mais contatos com a Profª Vânia Fróes devido ao nosso interesse comum pelos estudos luso-brasileiros. A idéia é intensificar os contatos que já são razoáveis entre professores de Coimbra, Porto, Lisboa e professores da UFF e de outras universidades do Rio de Janeiro. De início nosso interesse seria sobre o medieval tardio e os tempos modernos, mas a idéia é ampliar, quem sabe, para a história contemporânea.

E: *Retomando um pouco aquele período de formação do curso... O senhor coordenou a elaboração do Projeto do Curso de Pós-graduação em História. Neste projeto as áreas de concentração sugeridas eram História Econômico-social e História Político-social. Mas embora estas áreas de concentração tivessem iniciado o curso, não perduraram; por quê ?*

FF: Que eu me lembre a idéia era fazer uma estrutura que não estivesse amarrada ao tipo de estrutura vigente na graduação; este era um primeiro quesito. O segundo quesito era que estivesse de acordo com as tendências da história a nível mundial. Daí esta definição de áreas de concentração, que provavelmente teriam que contemplar, como método, a “história quantitativa” que gozava de grande prestígio então.

A primeira idéia era fazer uma História Econômica, uma História Política e uma História Social. Já num processo de negociação, em função da realidade e suas possibilidades alguns acharam que seria melhor termos apenas duas áreas. Estas duas funcionaram muito precariamente porque tudo era muito improvisado naquele início. Funcionaram mais no período do curso da Nícia Villela Luz. Em seguida acho que ela repetiu o curso e depois veio o curso de Adeline Daumard, que era um curso de História Social, estruturas sociais, com forte ênfase na demografia e na quantificação.

E: *E a mudança das áreas de concentração para História do Brasil e História da América se deve a quê ? À influência dos brasilianistas ?*

FF: Certamente. Foi a influência dominante dos primeiros brasilianistas. Eu discuti muito com o Richard Graham e o Stanley Hilton porque discordava completamente e eles queriam, na verdade, uma definição em termos mais tradicionais condizente com aquilo que eles estavam mais habituados e engajados nos Estados Unidos. O problema para eles é que tinha que haver uma disciplina de História do Brasil.

A História da América vai entrar a reboque, em função principalmente da disponibilidade de Pedro Freire Ribeiro que tinha feito um concurso em 1970 para Professor Titular em História da América e passou a ser uma possibilidade de se ter um professor para trabalhar num mestrado que não tinha professores titulados. O próprio Prof. Pedro Ribeiro expressou seu desejo de trabalhar com História da América. Então, simplificada, foi História da América por causa do Pedro Ribeiro e História do Brasil por causa dos brasilianistas. Como poderia haver brasilianistas se não houvesse História do Brasil ?

E: Esta opção por História do Brasil e História da América era claramente um retrocesso na visão do senhor ?

FF: Certamente um retrocesso. Eu disse isso lá, em reunião, e foi a partir daí que achei que era hora de me retirar da pós da UFF. Todos os brasilianistas vinham com muito prestígio. O Stanley Hilton vinha através de uma negociação que envolvia Arquivo Nacional e, não me lembro bem, mas acho que também envolvia a Fundação Getúlio Vargas; ele vinha dando as cartas. O Richard Graham muito amável, pessoa com a qual me dou até hoje, com quem era possível argumentar. Começa aí a presença dos brasilianistas, o que vai ser uma tendência do programa durante vários anos.

E: E por que houve o emprego de um número tão amplo de brasilianistas ?

FF: Eu acho que é porque não havia muita disponibilidade de professores da USP, porque nós tínhamos que ter professores que se dedicassem ao mestrado... A solução encontrada com a vinda da Prof^a Nícia Vilella foi uma solução de emergência, inicial, transitória. Não tínhamos professores da USP dispostos a vir para ficar e também seria difícil para ficar indo e voltando São Paulo/Rio. Ainda havia uma série de exigências administrativas complicadoras. Não era possível ter um corpo de professores itinerantes.

E: E quanto a uma política facilitadora da vinda dos brasilianistas nas relações entre Brasil e Estados Unidos ?

FF: Havia quem quisesse facilitar sim, sobretudo fundações norte-americanas. Teríamos que analisar aí as manifestações do José Honório Rodrigues que colocou a boca no trombone denunciando este tratamento privilegiado dado a alguns professores de fora. Inclusive deve-se considerar esta posição dele em virtude do fato de que ele era muito chegado aos americanos; ele não era suspeito de ser anti-americano, era até americanófilo demais. Mas ele achava um absurdo: a questão de acesso aos documentos, condições de trabalho... Numa época de repressão os americanos tinham passe livre já os brasileiros eram suspeitos. Tudo isto tem que ser visto no ambiente dos anos de chumbo: quem podia e quem não podia ter acesso aos arquivos do Itamarati, ao Nacional e outros.

Os brasilianistas fizeram da UFF um trampolim privilegiado. Alguns tiveram um tempo de permanência longo como um, dois e até três anos. Isso permitia assumir a orientação de dissertações, diferente de outros que vieram apenas dar palestras.

Não tiveram receptividade na Federal do Rio (UFRJ), não sei porque, porque lá tinha o Prof. Eremildo Vianna que até deveria facilitar sua entrada, mas não sei porque foram se localizar na UFF, que passou a ser um local de referência para eles. Nos Estados Unidos já se sabia que havia aqui uma universidade disposta a recebê-los, e quem indicava a maioria dos nomes era o Richard Graham.

Então tudo isto estava ligado à conjuntura da história da América e dos interesses dos primeiros brasilianistas. Por isso o curso abandonou a idéia de uma história mais moderna e ficou com as áreas em História da América e História do Brasil.

E: *O primeiro curso dado pela Prof^a Nícia Villela é apresentado em seu texto introdutório do Catálogo Memória dos Cursos de Pós-Graduação (Catálogo Falcon) como um “Curso para Graduados” que seria posteriormente aproveitado para o mestrado, mas na prática ele já foi o primeiro curso do mestrado, não é ?*

FF: É. Conforme a experiência mostrou ele acabou sendo o primeiro curso, mas não era esta a idéia no início. Outro problema foi que, quando se discutiu a regulamentação do mestrado, discutiu-se a natureza deste curso. Alguns tinham pressa, queriam começar o quanto antes, do jeito que desse. Discutiu-se, então, como seria o ingresso, e este foi o primeiro momento no qual eu balancei quanto a minha permanência ou não no curso.

No texto da Comissão eu tinha proposto prova de seleção, mas quando o assunto foi ao departamento os maiores interessados no mestrado, que eram os professores do próprio curso, aprovaram uma medida isentando-os de fazer provas, ou seja, dando a eles mesmos o direito de se matricular diretamente. A posição da Comissão foi rejeitada e não pudemos fazer nada; nós éramos apenas uma comissão departamental. Depois, com a questão dos brasilianistas, resolvi sair. Achei que o encaminhamento não estava sendo aquele que eu imaginara.

E: *E quanto a influência externa maior sofrida na estrutura do curso? Teria sido a americana ou a francesa ?*

FF: Eu costumo dizer que predominou o modelo americano. Havia a idéia de obtenção de créditos e cursos, até em número elevado demais no início. Isto quanto a estruturação curricular. Agora, quanto a filosofia, acho que variou muito. Parte influência americana e parte influência francesa. Talvez mais para a França do que para os Estados Unidos, apesar da grande presença dos brasilianistas, e principalmente após a saída deles.

Aquela História da América partilhada pelo Prof. Pedro Ribeiro e a visão brasilianista tinham como característica a rejeição à teoria, a desconfiança em relação às questões teórico-metodológicas. A única exceção talvez tenha sido a de um professor que chegou lá por outros caminhos, o Robert Slenes, que se radicou no Brasil. Os demais diziam que não queriam saber de questões teóricas. Eram tremendamente empiristas.

E: *O que provocou, de certa forma, uma ação positiva à época, não ? A ida ao documento num momento em que predominavam as análises generalizantes*

FF: Sim, mas a ida para o documento muitas vezes querendo achar no documento algo que não se sabia bem o que era, sem questões prévias, muitas vezes sem ter um corpo de hipóteses já formuladas.

Embora os franceses também não tenham tantas preocupações teóricas e sempre deixem muito presente a utilização de arquivos, eram influência mais forte, pelos contatos, pelas relações estabelecidas, mas não houve também um transplante da escola francesa. É algo mais difuso, às vezes até contraditório.

E: *A próxima pergunta é sobre o Projeto FINEP. Nós temos encontrado algumas opiniões diferentes quanto a ele: algumas defendem que ele teria sido fundamental para a consolidação do curso; outras que ele contribuiu, mas não de forma tão destacada.*

FF: Eu fico com a visão menos exagerada. O fundamental é que em 1979 chega o Prof. Ciro Flamarion. Sua chegada começou a implodir a velha estrutura. 1979 é o ano da anistia. Nós pudemos então convidar para participar do programa as Prof^{as} Maria Yedda Linhares, Eulália Lahmeyer Lobo, Bárbara Levy e com isto dar início a uma discussão interna que foi fundamental.

O início da discussão foi sobre a sistemática de elaboração das dissertações. Por sugestão do Prof. Nilo Bernardes criou-se a figura do co-orientador. Cada projeto teria dois co-orientadores escolhidos pelo aluno em concordância com seu orientador e que participariam ativamente da elaboração da dissertação. Isto porque começava-se a achar que certas dissertações aprovadas estavam abaixo da crítica. Este período anterior a 1979 foi um período complicado na história do mestrado. Havia dissertações que não resistiriam a um exame rigoroso.

Então, como fazer ? Precisava haver uma intervenção nos critérios dos orientadores e a solução encontrada foi a do co-orientador, mas isto suscitou uma discussão interna muito séria. José Honório Rodrigues não aceitou e no bojo desta discussão ele acabou se retirando do programa com mais dois professores por acharem que isto ia contra o princípio da liberdade de cátedra.

O que estava havendo realmente era que na área de América não havia qualquer controle. O Prof. Pedro era cioso de sua autonomia e orientava as dissertações do jeito que ele entendia. Eram dissertações geralmente de História das Idéias Latino-americanas (Venezuela, Colômbia, Peru...). Alguns colegas diziam que não havia diálogo dele conosco. Com a vinda do Prof. Ciro ele começou a se sentir desprestigiado, pois achou que o Prof. Ciro era um elemento que estava ali para neutralizá-lo.

O Prof. Ciro entrou com outras propostas e aos poucos foi sendo reformulada toda a estrutura e funcionamento do curso. Vieram trabalhar conosco o Prof. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, a Prof^a Margarida de Souza Neves e outros, ou seja, o corpo docente aumentou, diversificou-se e modernizou-se. Existiu um processo de mudanças instaurado em 1978/9. Inclusive este foi o período em que acabou o

domínio dos brasilianistas. Esta entrada de novos professores quase não deixou mais lugar para os brasilianistas, a não ser ainda o curso de Warren Dean e a presença de Steven Curtis Topik.

Começou-se a discutir a reestruturação do mestrado, discussão iniciada por volta de 1980/1981, e a implantação do doutorado. Quando viajei em 1983 o trabalho de estruturação do doutorado estava pronto. Quem deu início à implantação, na minha ausência, foi a Prof^a Ismênia de Lima Martins.

Foi também entre 1981 e 1983 que discutimos as linhas de pesquisa. Queríamos que linhas e áreas fossem uma coisa só, o que não era comum nos programas brasileiros. Criou-se linha de pesquisa e área de concentração em História Social das Idéias, comigo, Pedro Celso Uchôa e outros; também em História da Industrialização e da Urbanização, com as Prof^{as} Eulália Lahmeyer e a Bárbara Levy; e a terceira em História Agrária, que foi chamada História Social da Agricultura, com a Prof^a Maria Yedda Linhares.

Desta estrutura surgiu a proposta para o Projeto FINEP. Este projeto não é a causa, mas o resultado desta nova estrutura, na qual se gastou mais de dois anos de discussões, às vezes até acirradas.

Dentro deste projeto tínhamos três subprogramas com seus coordenadores correspondendo, na verdade, às três linhas de pesquisa. A afirmação contida no título do subprojeto “O modelo de estagnação e a problemática da decadência - o Rio de Janeiro (Província - Estado), 1850-1950” era exatamente para ser negada. A Prof^a Maria Yedda era contra as idéias de estagnação e decadência; estas eram hipóteses a serem refutadas. O Robert Slenes depois se desligou da UFF e foi para Campinas, embora de lá ele tivesse orientado vários trabalhos aqui. A Prof^a Yedda formou um excelente grupo mais ligado à pequena produção rural, daí os trabalhos da Hebe Gomes de Castro e da Sheila Faria. A grande propriedade ela deixou para o Slenes que tinha como orientando o Sidney Chalhoub. Foi um período bom, interessante, agitado.

“Processos industrializantes...” foi exatamente o subprograma das Prof^{as} Eulália e Ismênia e “Análise de discursos e ideologias...” seria coordenado por mim, mas na verdade o meu foi cancelado, nunca foi posto em prática, porque houve corte de verba. Os que tiveram mais desenvolvimento foram os das Prof^{as} Eulália e Maria Yedda.

O Projeto FINEP pretendia ser a consagração, a consubstanciação de todo este processo de reforma, reestruturação, redefinição. Ele é consequência disto e não causa. Foi transformado num grande projeto, mas não demos sorte, porque a FINEP não estava num de seus melhores momentos. Ela começava neste início dos anos 80 um lento declínio. Seu auge tinha sido nos anos 70. Este mesmo problema nós registramos no segundo projeto da PUC/RJ. O dinheiro para investimento em pesquisa através da FINEP começava a escassear.

E: Durante um período amplo não houve mudança na área de concentração do curso (História Social) e nem nas linhas de pesquisa (História Social da Agricultura, História Social da Urbanização e da Industrialização, e História Social das Idéias). Em sua

avaliação, quais foram as razões que levaram à sua manutenção durante todo este período ?

FF: A área de concentração em História Social tornou-se moda, generalizou-se... Nem precisava discutir, porque todo mundo já sabia do que se tratava... Econômica entrou em declínio. História por país ou região, nem pensar... Então História Social ficou sendo uma denominação espalhada pelo país todo. No máximo era História Social com uma especificação a mais. Eu acho interessante o porque da permanência das linhas de pesquisa.

E: *E como o senhor avalia a questão da História Regional na UFF ? Quando se verifica a produção do Programa percebe-se que a questão regional está muito presente desde o início. A História Regional acabou se tornando, na maior parte dos programas de pós-graduação do Brasil, o estudo da região na qual o programa estava inserido ?*

FF: É isto acabou acontecendo. Toda discussão sobre a história regional é muito equivocada. Na verdade o que se chama de história regional é uma história regionalizada, quer dizer, é uma história de um certo espaço, de uma certa ambiência geográfica. Acho que história regional mesmo é difícil de encontrar. Nunca ninguém se deteve a discutir a fundo o que é a história regional. No Brasil adotou-se a denominação de história regional para, ora a história local, ora um espaço um pouco maior que a localidade mas, teoricamente, isto não é história regional. Há, na verdade, pouquíssima história regional.

Eu acho que quem discutiu isto bem foi o Ilmar Mattos na tese dele. O que existem são histórias ambientadas num determinado espaço/tempo que a gente entende por região, mas sem nenhum rigor teórico sobre que região é esta. Mas também toda história é regionalizada, por razões práticas, de quais são os arquivos disponíveis. As pessoas vão explorar os arquivos que estão mais acessíveis.

A tradição que achava que toda história tem que tratar do nacional se perdeu. Primeiro porque se perdeu a visão de totalidade, que entrou em crise. Dizia o José Honório Rodrigues que só o Rio de Janeiro teria condições de fazer história nacional, porque só o Rio de Janeiro tem visão da nação, do país como um todo, e que os outros estão fadados a fazer histórias locais e regionais. Era uma visão radical e ficava-se num beco sem saída: quem nasceu no Paraná nunca poderia fazer história nacional, porque estaria vocacionado a fazer história do Paraná !

Eu considero tudo isto uma série de preconceitos, uma série de mal entendidos. Passou-se a dar uma denominação pejorativa à história regional, tratada como uma história menor. Mas isto dentro de uma ideologia que via o nacional como uma história maior. Tem-se que buscar a categoria da totalidade, típica dos anos 1960/70 de hegemonia do marxismo, do materialismo histórico, para entender. Mas, à medida que esta noção atualmente se tornou arcaica, quem pensa na totalidade ? Como pensar o problema da tapioca no interior da Bahia, dentro da problemática do capitalismo ?

Eu considero que o regional é a história que não está preocupada, comprometida com a totalidade do nacional, mais nada. Eu não vejo hierarquia entre uma e outra. E acho que hoje em dia fazer uma história nacional algo muito complicado. Tanto que você só vê coletâneas de autores. Não tem um autor sozinho fazendo isto aí.

E: *O senhor não considera que, embora haja uma tendência em se considerar a produção do PPGH/UFF como revolucionadora da historiografia brasileira, o que nela teve maior destaque foram os estudos fluminenses ?*

FF: Não vejo nenhum mal nisto. Acho que o Rio de Janeiro, exatamente por esta tradição exaltada pelo José Honório Rodrigues, esqueceu-se muito de sua própria história. Os paulistas estavam fazendo História de São Paulo, os mineiros História de Minas, e os cariocas estavam fazendo História do Brasil. Então acho que já era tempo de se estudar o Rio de Janeiro.

Você tem incursões de historiadores paulistas fazendo estudos de temas tipicamente fluminenses, porque os daqui ficaram preocupados com as grandes coordenadas. Eu diria que a UFF veio resgatar os estudos de história fluminense, dar a estes estudos o lugar que lhes era devido. Não impedir que os paulistas o fizessem, mas fazer também. A história está dividida em escaninhos. Pega-se objetos, ditos de história cultural, de política, economia e os estuda no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Bahia... Acho que é sempre uma contribuição. Mas o Prof. Ciro não perdoaria e me diria “Quem vai pensar o conjunto ? Quem vai pensar o todo ?”. Eu acho que vai chegar o momento em que este problema vai se impor, mas não acho que a contribuição feita até agora não seja importante.

E: *E qual especificidade o senhor indicaria para o programa da UFF em relação aos demais, regional e nacionalmente falando ?*

FF: Ele adquiriu uma personalidade própria, ele tem características muito específicas, quer se concorde ou se discorde delas. É possível identificar o perfil deste programa, embora seja multifacetado. E são exatamente estas múltiplas partes que compõem o seu perfil. O fato dele não ter uma orientação numa só direção abre várias possibilidades.

Acho que o que o programa hoje está muito centrado no papel dos orientadores. Perdeu-se, em relação ao que se tinha no período anterior, o sentido do trabalho coletivo, de trabalho conjunto. No final dos anos 70 queria-se ter um trabalho que envolvesse os professores. Me lembro que durante um tempo houve a prática entre os professores de se convidar os colegas para assistir a exposição dos projetos, quando nem havia ainda exame de qualificação; havia trocas de críticas.

Hoje em dia continua alta a qualidade dos trabalhos e é um curso muito respeitado nacionalmente, já consolidado. Hoje não se põe em dúvida a qualidade do Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

Agora, de forma geral, o problema da pós-graduação é que ela não reprova. A pós-graduação deveria ser um lugar no qual também se reprovasse. Não haveria a necessidade de se reprovar em público. Aliás acho que a defesa em público,

principalmente no mestrado, é desnecessária. Bastaria que você tivesse uma comissão que desse o parecer e não recomendasse o trabalho, que dissesse que tem que refazer. Isto ajudaria a melhorias na qualidade dos trabalhos.

E: *Agradeço, professor, pela entrevista e pelo tempo dispensado.*

FF: Estamos a disposição; foi um prazer.

Entrevista com a Prof^a Aidyl de Carvalho Preis^S

Entrevistadora (E): *É um prazer poder conhecê-la e gostaríamos de agradecer a reserva de tempo para nos conceder esta entrevista.*

Prof^a Aidyl de Carvalho Preis (AP): Em primeiro lugar, agradeço a gentileza da lembrança de meu nome. Fiquei tão emocionada que nem sei se cheguei a dizer tudo o que gostaria. Acho que é muito importante o trabalho que você pode fazer, por estar distante dos fatos, o que ajuda a tornar o historiador mais objetivo. Quando os vivenciamos, torna-se mais difícil manter a imparcialidade.

E: *Nossa primeira questão diz respeito às razões que teriam levado à criação do curso de mestrado na UFF.*

AP: Preliminares: Em primeiro lugar, o como e o por quê de minha participação na criação do curso de pós-graduação em história.

Fui aluna e professora da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que era uma faculdade particular, sediada em Niterói, que passou a integrar a universidade, quando esta foi criada em 1960. Em 1957, comecei a lecionar História Antiga e Medieval como assistente do Prof. Luís César Aguiar Bittencourt Silva, que eu considero uma das pessoas mais importantes para o Curso de História.

Em 1967 participei do Simpósio da ANPUH em Porto Alegre que foi extremamente significativo para a minha vida acadêmica, pois tive a oportunidade, após uma entrevista com o Professor Eurípides Simões de Paula, titular de História Antiga e Medieval da Universidade de São Paulo, de ser aceita para realizar, como sua orientanda, o Curso de Doutorado em História na referida universidade, o que aconteceu a partir de abril de 1968. 1968 marca uma mudança na minha visão política, pois representou uma fase de amadurecimento que iria repercutir nos rumos da minha vida.

^S Entrevista realizada em Niterói, em 11/01/2001.

Este ano também foi um marco na história do país por ter sido um período de grandes convulsões políticas, nas quais os estudantes participaram firmemente e eu, morando na Cidade Universitária, passei a conviver com tudo isso.

De 1968 a 1970 fiquei preparando a minha tese. Havia conseguido uma bolsa de estudos da própria UFF. Não existia ainda, na época, um sistema de bolsas de pós-graduação. Era um esforço muito importante da universidade, embora pequeno diante do necessário, para qualificar o corpo docente. Não me lembro exatamente o número de professores que tínhamos no Departamento, mas eu fui escolhida por ser a mais antiga.

Após ter completado os créditos do curso, faltando apenas a defesa da tese de doutorado, que ocorreria em 1973, voltei para a UFF em 1970 e assumi a chefia do Departamento de História e logo depois a direção do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

Desde o início da minha gestão tentei introduzir os cursos de Pós-graduação cuja implantação no país se constituía num aspecto da política educacional vigente, conforme preceituava o Decreto número 643.343/68 em um dos seus considerandos: “A existência de curso de pós-graduação é matéria de interesse nacional, tendo em vista a expansão e o aprimoramento do ensino superior e a necessidade do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica”.

Na USP, eu já tinha percebido que havia uma defasagem em nosso Departamento e que eu tinha uma missão a cumprir, pois o Departamento de História da UFF era constituído por professores jovens, sem experiência em pesquisa e sem titulação acadêmica, à exceção de alguns professores mais antigos. Grande parte desta missão foi sintetizada na criação do curso de pós-graduação.

Tudo isto coincidiu com a implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tinha no seu bojo a exigência de pesquisa e de pós-graduação, inclusive para a renovação de contrato, após cada dois anos de docência.

A contratação de docentes numa universidade federal em regime de tempo integral e dedicação exclusiva para a realização de pesquisas exigia condições para o seu sucesso. Percebia-se assim, claramente, a mencionada defasagem, quando também se constatou a falta de espaço físico para a instalação dos professores e de meios para realizar pesquisa como, por exemplo, uma biblioteca atualizada.

Os professores do Departamento de História que aceitaram o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que de um lado lhes dava uma nítida vantagem financeira mas por outro exigia-lhes o compromisso de permanência e a realização de pesquisas sem as condições adequadas e sem a iniciação metodológica necessária, viviam num clima de inquietação, angústia e perplexidade.

Em suma: a criação do Curso de Pós-Graduação em História, decorreu de um conjunto de circunstâncias: a reforma universitária; a criação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia; a necessidade de qualificação de pessoal docente; a inexistência de cursos de pós-graduação em história na área do Rio de Janeiro.

E: *Em nossa conversa inicial a senhora havia enfatizado o quanto considera importante o panorama mundial para a criação do curso.*

AP: A questão mais importante era a guerra fria. Neste contexto foi grande o impacto causado pela revolução cubana. Ela surpreendeu os Estados Unidos pois, praticamente na sua fronteira, explodiu uma revolução radicalmente contrária à política daquela potência. Cuba não só a desafiava como se alinhava ao seu maior inimigo: a União Soviética.

Esta revolução trouxe novas perspectivas para a relação entre os Estados Unidos e a América Latina. Politicamente houve o reconhecimento de que a América Latina era desconhecida e de que não havia tantas informações sobre ela como se imaginava. Logo a seguir começaram a aparecer vultosos recursos para financiamento de pesquisa e para a formação de especialistas em América Latina, como os da Fundação Ford e da Latin America Fellowship. Há um artigo da Revista de História, publicação da ANPUH, que informa ter havido o investimento de cerca de 50 milhões de dólares em pesquisas sobre a América Latina, incluindo o Brasil, é claro. Uma quantia extremamente significativa.

Um fato muito importante ocorreu em 1971, quando saiu publicada na Revista Veja uma matéria de capa intitulada “A História do Brasil está sendo escrita nos Estados Unidos”. Falava-se das facilidades oferecidas aos pesquisadores estrangeiros em nossos arquivos, inclusive com a compra de valiosos acervos de documentos de nossa história e sua transferência para o exterior. Tratava-se, portanto, da desnacionalização dos nossos arquivos e da historiografia brasileira.

Foi graças a esta publicação que consegui o apoio institucional e político para a criação do curso. Esta matéria produziu o efeito de uma bomba no Conselho Universitário da UFF. Como Diretora do ICHF eu era membro nato do Conselho. Em um discurso disse que estava trazendo uma importante notícia: o Brasil estava perdendo o bonde da história, já que a História do Brasil estava sendo escrita fora dele. Era importante avaliar os efeitos extremamente negativos deste fato que implicava não só na desnacionalização de nossa memória, mas na perda irreparável de valiosa documentação histórica, o que tornaria improvável a produção histórica metodologicamente correta no futuro pela falta de documentos. Era muito importante que o Conselho soubesse que não se fazia história sem documentos e que estes estavam indo embora. Era preciso dar uma solução a tão grave problema. Só a criação de um curso de pós-graduação em história naquele momento possibilitaria a formação de pesquisadores qualificados para utilizar a documentação aqui.

O então reitor da UFF se tocou muito com aquela revelação. Fui logo autorizada a tomar as primeiras providências para a implantação do referido curso.

Embora as áreas abrangidas pelo ICHF não incluíssem os setores prioritários estabelecidos pelo decreto 67.348 de 6 de outubro de 1970, valemo-nos do que preconizava a Estratégia Executiva de Pesquisa e Pós-graduação da Comissão de Pesquisa e Pós-graduação da UFF (COMPEG) em seu item 10: “A fim de atender às

necessidades mais prementes considerando, inclusive, o problema de futura recontração de professores já com pós-graduação, a COMPEG poderá apoiar, em caráter temporário ou transitório, a realização de atividades de pós-graduação que atendam apenas a um ou outro crédito, quando o setor respectivo não puder ainda realizar um trabalho mais amplo e sistemático para os efeitos de credenciamento”.

Como Diretora do ICHF eu havia constituído uma comissão interdepartamental para tratar da implantação de cursos de pós-graduação no âmbito do Instituto, onde existiam cursos de graduação já tradicionais na área de História e de Ciências Sociais e estava em fase de implantação o Curso de Psicologia.

Esta comissão concluiu que pelo fato de existirem dois programas reconhecidos e em pleno funcionamento na área das Ciências Sociais na região do Grande Rio (Antropologia no Museu Nacional e Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) caberia a prioridade ao Curso de História.

Embora esta comissão houvesse optado pela realização de um curso de aperfeiçoamento antes, devido a inexistência de condições necessárias ao início de um curso de mestrado em história, eu estava convicta, assim como estou hoje passados tantos anos, de que aquele era o momento no qual tinha que ser feita a implantação do curso de pós-graduação estrito e não *latu sensu*; o momento não poderia ser outro.

E: *Então aquela proposta de começar com um Curso de Aperfeiçoamento em História Econômica precedendo o Mestrado não vigorou ?*

AP: Não vigorou pelas razões já enumeradas. Os primeiros cursos já fizeram parte do mestrado.

E: *E na sua avaliação qual modelo predominou na implantação do curso: o modelo francês, de ênfase na produção mais individual, ou o americano, mais ligado à estrutura de curso com disciplinas ?*

AP: Podemos afirmar que nenhum dos dois foi preponderante. Contamos, de início, no âmbito do Departamento de História da UFF, com a participação do Prof. Dr. Pedro Freire Ribeiro que já era professor titular do referido Departamento. Como já estava decidida a implantação imediata do curso, era necessário recrutar outros docentes com a titulação acadêmica exigida pela legislação em vigor.

Na área do Rio de Janeiro, em consequência do Ato Institucional nº 5 de 1968, numerosos professores gabaritados foram atingidos e estavam exilados ou aposentados. Restou-nos buscar apoio na Universidade de São Paulo, onde conseguimos apenas a adesão da eminente professora Dr^a Nícia Villela Luz que estava aposentada. Outros convites feitos não foram aceitos considerando a defasagem salarial entre a Universidade de São Paulo e as universidades federais.

Como tivemos apenas uma única docente da USP, universidade onde predominava a influência do modelo francês, não podemos considerar este modelo

hegemônico no nosso curso, embora a estrutura do nosso regimento se baseasse no regimento do Curso de Pós-graduação em História da própria USP.

O modelo americano por sua vez, enfatizado e praticado pelos brasilianistas, foi importante para a metodologia da pesquisa com base em fontes primárias, na persistente utilização de arquivos e na publicação de trabalhos realizados, porém não constituiu uma influência determinante.

E: *E quanto ao primeiro projeto do curso que vigorou. A senhora havia me dito que o projeto redigido pela comissão presidida pelo Prof. Francisco Falcon não foi o implantado. O primeiro projeto do curso a ser implantado então foi redigido por quem ?*

AP: Ele foi redigido em grande parte por mim e encaminhado pelo Ofício nº 15/71 de 15 de janeiro de 1971 para a COMPEG, juntamente com o regulamento do Curso.

E: *E quais foram as áreas de concentração que vigoraram na implantação do curso ?*

AP: No início as áreas de concentração eram América e Brasil. No nosso campo de estudo era freqüente a discussão sobre a opção a ser feita: pelo corte geográfico ou temático. Na época pareceu-nos mais abrangente o corte geográfico com possibilidade de vários cortes temáticos. É verdade que a razão principal da divergência terminológica nos primeiros documentos provinha da própria legislação ainda incipiente no país.

E: *Mas eu encontrei documentos dos alunos da primeira turma informando que a titulação desta era em História Econômico-social e História Político-social ...*

AP: Embora a opção tenha sido inicialmente pelas áreas de História do Brasil e História da América, com possíveis cortes temáticos, prevalecia freqüentemente a terminologia com a qual os alunos estavam mais familiarizados, ou História Econômico-social ou História Político-social. É importante notar que a maior parte dos professores e alunos da época tendiam a trabalhar com a história marxista.

E: *Então a escolha de Brasil e América não se deve à influência dos brasilianistas ?*

AP: A argumentação utilizada para a antecipação da fundação do curso foi, a rigor, uma decisão política e porque não dizer pragmática, pois urgia a realização da pesquisa e do estudo da História do Brasil e, por extensão, da História da América Latina. A opção feita foi a politicamente mais correta e a mais convincente para instâncias internas e externas daquela época. Não se deveu a nenhuma influência dos brasilianistas que chegaram quando a escolha já havia sido feita.

E: *Como a senhora avalia a opção pela contratação de tantos brasilianistas ? Por que vocês solicitaram a participação deles ?*

AP: Não, nós não solicitamos. A CAPES, em decorrência da rápida expansão de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado no início da década de 70, começou a desenvolver um programa para fortalecer estes cursos, porque havia interesse em

formar uma massa crítica de pesquisadores. Foi a CAPES que nos propôs esta alternativa de financiar a vinda de professores estrangeiros. Não fomos nós que solicitamos, foi a CAPES que ofereceu. Nós aceitamos a vinda deles, mas não aceitamos nenhuma imposição. Queríamos o currículo do professor e um resumo de uma tese dele para serem examinados e ele era aprovado ou não pela Comissão de Pós-Graduação. Todos os brasilianistas foram avaliados para serem aceitos no programa e era indispensável que tivesse produção recente.

Este Curso vem tendo desde o início conceito A da CAPES e isto não é à toa nem é devido apenas aos brasilianistas. Houve muito trabalho nosso aqui.

E: *Os Profs. Nícia Villela e Pedro Ribeiro ministraram o primeiro e o segundo cursos do mestrado. Que outros elementos foram importantes nos primeiros anos ?*

AP: A fase inicial do mestrado foi extremamente peculiar conforme pode ser depreendido de respostas já dadas. Em vez de citar nomes, gostaria de mencionar que todos os docentes envolvidos no curso se adaptaram às circunstâncias então existentes e a política que pretendíamos implementar, de modo que conseguiu-se produzir efeitos rápidos, pois em dois anos e meio se atingiu a marca recorde de sete dissertações defendidas e todas aprovadas.

Importante também foi o fato de que todas as dissertações, desde o início, foram baseadas em documentos primários, ou seja, as dissertações não deveriam nunca ser só uma revisão bibliográfica.

Outro ponto importante foi o estímulo dado aos alunos para que produzissem textos que pudessem se constituir em artigos com condições de publicação em periódicos científicos nacionais e internacionais. Esses trabalhos deveriam ser originais e de qualidade. A pesquisa em arquivo, a preservação do documento, a vivência do aluno em arquivos e bibliotecas passou a ser uma exigência essencial à qualidade que se pretendia imprimir ao curso. O fato de os brasilianistas dedicarem tempo integral a esses trabalhos certamente foi muito importante para que nossos objetivos fossem alcançados.

Ainda sobre este período inicial é interessante notar que se buscou imprimir ao curso a interdisciplinaridade através da disciplina de metodologia, ministrada por profissionais de diferentes áreas das Ciências Sociais (antropólogos, filósofos, sociólogos). Dessa forma pretendia-se uma abordagem a partir de diversas visões.

E: *Como funcionavam as linhas de pesquisa até meados da década de oitenta, quando a senhora acompanhava o programa mais de perto ?*

AP: As linhas de pesquisa não foram explicitadas formalmente no início do curso, em razão da urgência da sua implantação e da própria legislação federal a respeito.

Trabalhávamos com Brasil e América, tendo aí dois pontos importantes: de um lado a história regional e de outro lado a história da América Latina. Podemos exemplificar com alguns trabalhos como o da Prof^a Vânia Fróes sobre Magé e o da

Prof^a Ana Maria dos Santos sobre Itaboraí. Há trabalhos na área de América Latina sobre Colômbia, Uruguai, Argentina e México.

Quanto a oportunidade desta entrevista, gostaria de dizer que foi um prazer para mim poder recordar todas estas questões que me são muito importantes já que dediquei doze anos da minha vida à coordenação deste curso.

E: Nós é que agradecemos a disponibilidade a nós concedida.

Entrevista com a Prof^a Ismênia de Lima Martins*

Entrevistadora (E): *A senhora não integrava o programa em 1971 quando ele foi criado, mas dele já participava em 1974 e acompanhou parte da estruturação inicial. Desta forma gostaria de perguntar como a senhora entende a opção por História da América e História do Brasil para serem as primeiras áreas de concentração do programa ?*

Prof^a Ismênia de Lima Martins (IM): Realmente eu não participei do debate inicial da criação do curso mas, pelo que acompanhei, acho que a proposta de História Econômica e Social e História Política e Social se devia a uma renovação historiográfica que tinha ocorrido no Brasil a partir da produção uspiana e que recusava aquela divisão clássica em História da América e História do Brasil. No entanto as possibilidades de recursos humanos tornaram a proposta tradicional de História da América e História do Brasil mais viável. Praticamente inexistiam, nas áreas de Niterói e Rio de Janeiro, professores doutores.

E: Quer dizer que não teria sido uma opção teórica, mas estaria de acordo com as condições de pessoal postas no momento da implantação ?

IM: Na minha avaliação foi o limite na possibilidade de encaminhar o modelo inicialmente pensado de História Econômico-social e Político-social que fez com que primeiro viessem os brasilianistas e depois um conjunto de outros professores mais tradicionais, como José Honório Rodrigues e Arthur Cezar Ferreira Reis.

Eu não sei os detalhes da contratação dos professores brasilianistas, mas que havia uma carência de recursos humanos titulados do ponto de vista formal era claro. Os programas de pós-graduação tinham que ter doutores ou livre docentes com teses defendidas nos moldes da legislação vigente ou com notório saber, como era o caso dos antigos catedráticos.

* Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro em 09/02/2001.

Por outro lado os brasilianistas estavam muito na moda. Eles mexeram pela primeira vez numa série de assuntos, sobretudo história contemporânea, e havia uma política americana orientada na promoção do conhecimento da América Latina. Da mesma forma que vieram brasilianistas como Richard Graham e Thomas Skidmore vieram outros sobre os quais se conhecia muito pouco e ainda outros que tinham uma formação muito diferenciada dos anseios dos estudantes brasileiros, que neste momento passavam mais pela história social, pelas inovações de método e pelas questões da história nova...

Quanto a mudança da área de concentração de 1982 para História Social, acho que foi definida em relação às questões teóricas e de método presentes à época, e também em relação ao perfil que o curso queria ter a partir da qualificação de seus pesquisadores seniores. Em História Social da Agricultura tínhamos a Prof^a Maria Yedda Linhares, em História Social da Cultura o Prof. Francisco Falcon, em História Social da Urbanização e Industrialização estávamos com a Prof^a Eulália Lobo, eu mesma, e mais tarde entrou a Prof^a Maria Bárbara Levy.

E: A definição das linhas de pesquisa tem sido representativa da produção já existente no curso ou em algum momento a senhora percebe a criação de linhas para estimular a produção num determinado viés ?

IM: É lógico que o esforço de sistematização através da institucionalização estimula, organiza, disciplina os esforços, aumenta a produtividade, mas tenho clareza que no caso da reforma de 1982 preexistia a qualificação dos pesquisadores seniores e, mais que isso, eram as áreas onde havia demandas de orientação. Tanto que logo se produz uma “fornada” de teses muito importantes, o que não seria possível se a opção pela área de concentração e pelas linhas de pesquisa se devesse à influência de um professor específico. Logo saíram várias teses sobre agricultura, propriedade rural, etc. como a da Hebe Castro, a da Sheila Faria, a da Maria Paula Graner.

Em História Social da Urbanização e Industrialização se escreveu a história do movimento operário no Rio de Janeiro e também a história da industrialização, rebatendo as teses de São Paulo, e praticamente se reescreveu a história da cidade do Rio de Janeiro; na área de História Social das Idéias temos, por exemplo, a dissertação de Francisco Soeiros. Houve um momento em que nosso programa já era considerado o melhor do país, com exceção da USP.

Neste período de 1982 estimulamos a idéia do compromisso social da universidade pública. Minha grande preocupação acadêmica, embutida em meu perfil político, e muito estimulada pela volta das Prof^{as} Eulália Lobo e Maria Yedda Linhares me fazia questionar uma certa prática reinante do “Olimpo dos Ph. Deuses”.

Naquele período os professores da pós-graduação eram contratados como visitantes para especificamente nela trabalharem, embora houvesse alguns poucos professores do departamento. O Departamento de História existia em função da graduação e a pós-graduação existia em separado.

Ora, a própria legislação que define a universidade pública determina em um de seus artigos que ela deve estar comprometida com a região na qual está inserida. E qual era o compromisso que nós tínhamos que ter com a nossa região ? No meu entender, vários.

Primeiro um que nós já praticávamos que era qualificar o pessoal de terceiro grau; segundo, nós tínhamos que nos preocupar com a produção, com a reflexão da realidade regional nos limites do nosso campo de conhecimento e na interlocução com os outros campos de conhecimento. Havia outros tipos de compromisso como a reflexão sobre nossos cursos de graduação e com o pessoal da rede pública de 1º e 2º graus. Já tínhamos o mestrado, mas ainda não tínhamos a pós-graduação *latu sensu*, o que seria um dos compromissos sociais da universidade num país onde você não tem formação continuada para o pessoal da rede pública.

A especialização começou interiorizada, em Campos e Friburgo, e somente depois em Niterói. Aqui houve uma procura tão grande que nós tivemos que abrir duas turmas ao mesmo tempo por duas vezes, e agora ela já é aberta com várias linhas de pesquisa vinculadas a vários laboratórios. Isto só poderia ser construído através de um projeto institucional.

Embora sempre houvesse e sempre haja um individualismo campeando, havia o compromisso ético de resguardar o interesse coletivo. E isto não é tão desinteressado assim. As pessoas sabem que um prestígio individual pode ser enorme, mas tirando grandes exceções, eu diria que as pessoas podem crescer individualmente até um certo ponto; deste ponto em diante elas só crescem se houver um departamento, uma instituição forte.

Então, veja que eu discordava profundamente daquela divisão entre professores da pós e professores do departamento, pois entendia que tinha que haver um projeto departamental forte. O projeto FINEP foi um instrumento para viabilizar isto. Foi uma maneira de construir um projeto conjunto no próprio espaço institucional e mostrar que poderia dar certo.

E: *Como a senhora avalia os resultados do projeto ?*

IM: A FINEP forneceu verbas, nós tínhamos uma equipe enorme e tínhamos tudo pago. O interessante é que até por aquela época as ciências sociais e humanas estavam excluídas do antigo Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da SBPC. É interessante notar que a entrada das ciências humanas na SBPC se dá na ditadura, assim como a criação dos programas de pós-graduação em humanas. Há um documento interessante do CNPq, o nº 1, que aponta o perfil desejado do cientista moderno e o papel social que lhe era reservado revelando a importância de tê-lo sob controle. O crescimento das ciências humanas se dá no vácuo dos investimentos em tecnologias.

O governo não queria criar cursos de história. As ciências humanas, sobretudo a história, souberam “com engenho e arte”, como diziam os cronistas do século XVI, aproveitar-se da conjuntura e fazer levar adiante seu projeto. Era muito interessante quando íamos preencher os formulários e justificar como um projeto contribuía para o

desenvolvimento científico e tecnológico do país enquanto nós estudávamos o movimento operário, anarquista, etc.

E: *Como a senhora avalia o destaque dado pelo programa à História Regional ?*

IM: Quando a pós-graduação foi instalada na UFF existia uma demanda reprimida por titulação na área do Grande Rio. Nossos primeiros alunos foram da própria UFF. Montar um programa para atender a uma demanda reprimida inclusive da própria instituição é uma medida emergencial, foi feito no Brasil inteiro, e não me parece ser negativo.

Neste período a produção sobre o Rio de Janeiro era bem nos moldes da historiografia tradicional. Sempre houve uma preocupação com a história regional. Na inquietação de como se deve escrever a História do Brasil Martius, Varnhagen, já haviam dito que deveria ser pela história regional, porém ela acabou sendo um reduto dos institutos históricos que produziam uma história ufanista.

Quando o PPGH foi iniciado na UFF tínhamos a clientela de Niterói; depois tivemos uma clientela muito grande da cidade do Rio de Janeiro e não mais de Niterói. Começava a vir o pessoal que trabalhava nas instituições de ensino e pesquisa do Rio e os temas foram sendo relacionados a esta cidade. A sistematização dos estudos sobre o Rio se deu com a criação do programa e se constituiu numa renovação historiográfica.

Por exemplo, não em uma, mas em várias teses nossas mostrou-se com fartura que não tinha havido decadência do Rio de Janeiro, mas uma perda do ritmo de crescimento em relação a São Paulo. Segundo, que a produção não tinha como mercado o mundo escravista. Os estudos de caso permitiram construir uma grande síntese. A dissertação da Ana Maria Monteiro, diferente dos economistas paulistas que diziam que o problema do Rio era que o capital não era investido em atividades produtivas e sim em atividades financeiras e de comércio, demonstrou, com dados minuciosos, quantificados, com um resgate incrível de fontes e excelente tratamento das mesmas que, na origem, os empresários da indústria, sobretudo têxtil, eram figuras tradicionalmente ligadas ao comércio importador, comerciantes em geral e acionistas de bancos. A análise dos economistas paulistas ficava muito mais na esfera da circulação que na produção.

Assim vemos que a história regional tinha que ter importância. Ela passava pelo compromisso social da universidade e, como a lei a define, ela tem que produzir uma reflexão sobre a região na qual está inserida. Para mim este compromisso com a história regional não é algo do passado mas do presente, para explicar esta pobreza do Rio de Janeiro que nunca teve um projeto econômico e social que atendesse o conjunto da população.

Hoje nós temos muita coisa sobre história regional, mas naquela época não. A perspectiva de uma história regional não deve ser local nem ufanista. Ela não pode ser pensada sem a inserção do recorte num todo, que não é um todo geográfico apenas, é um todo social e econômico, que tem sua dinâmica interna própria. O estudo do Rio de Janeiro não é um somatório de estudos de casos.

E: *E quanto a questão da oxigenação do curso nos anos 80 e 90 ?*

IM: Nunca houve um fechamento do programa nele mesmo e eu acho que tive um papel importante nisto. Também vieram muitos professores de fora. Acredito que a participação dos professores que vieram do exílio foi fundamental, sobretudo no momento de valorizar a pesquisa empírica. Houve uma certa fase em que se dizia que pesquisar e ir às fontes primárias e construir uma base empírica era sinônimo de ser empirista. Então a volta e a autoridade acadêmica das Prof^{as} Eulália Lobo e Maria Yedda Linhares e a entrada do Prof. Ciro Cardoso fizeram respaldar a história que vai às fontes.

E: *Quanto ao modelo de curso que mais influenciou na implantação e no desenvolvimento dos cursos de mestrado e doutorado. A senhora apontaria o francês ou o americano ?*

IM: Eu acho que muito mais o francês, apesar do nosso mestrado valer como o mestrado americano; são trabalhos de peso. Eu diria até que algumas dissertações têm peso de tese de doutorado. Pensando-se em aspectos acadêmicos intelectuais eu não tenho dúvida que é o francês e em termos acadêmicos formais, institucionais eu diria o americano. Sabemos que o mestrado na França é praticamente um diploma de graduação, um bacharelado.

E: *Quais as especificidades do PPGH/UFF em relação às demais pós-graduações em História no Brasil ?*

IM: Eu não tenho dúvida que nosso programa é um dos melhores do país. Eu não acho que é devido a hegemonia econômica do sudeste. Acho que é porque começamos mais cedo, formamos gente com calma. Temos possibilidades de selecionar muito bem nosso corpo docente porque somos uma instituição muito procurada devido o próprio peso dos mitos fundadores do programa...

E: Prof^a Ismênia, agradecemos sua entrevista.

IM: Espero termos outras oportunidades para falar neste assunto.

Entrevista com a Prof^a Maria Yedda Leite Linhares^S

Entrevistadora (E): *A senhora foi credenciada pelo PPGH/UFF para nele atuar em 1980, correto ?*

Prof^a Maria Yedda Leite Linhares (MY): Sim. Antes disto eu estava na Europa. Eu não fui exilada, mas havia dificuldades para que eu trabalhasse nas universidades daqui por causa da ditadura. Voltei em 1974 com a abertura.

^S Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro em 16/11/2000.

E: *Sua atuação na produção da UFF foi principalmente nas pesquisas de história agrária. No projeto FINEP de 1982 consta um subprograma intitulado “O modelo de estagnação e a problemática da decadência - o Rio de Janeiro (Província - Estado), 1850-1950”, que teria estado sob sua coordenação e a do Prof. Robert Slenes. Como foi sua participação neste projeto ? Qual o papel do Projeto FINEP na definição das linhas de pesquisa do PPGH naquele momento ?*

MY: Eu me lembro que a Prof^a Ismênia Martins estava muito engajada neste Projeto FINEP. Essa questão da problemática da decadência era discutida por mim e pelo Ciro. Nós dizíamos que enquanto se ficasse falando em decadência não se chegaria a lugar nenhum. A idéia da decadência era para provar o modelo paulista de que a burguesia era mais avançada. Eu e o Ciro debatemos mostrando que não era assim. Essa linha paulista de interpretar o Brasil estava totalmente errada. Essa decadência era de uma burguesia, mas o modelo econômico continuava o mesmo. As pesquisas nos mostravam isto. Os temas que aparecem no Projeto FINEP já estavam sendo pesquisados por nós.

Quanto a questão das linhas de pesquisa, não acho muito importante sua definição. Acho que estas linhas existem no papel, na prática não. A realidade é aquilo que o professor tem capacidade de fazer. Na medida em que a burocracia se torna mais rígida, controle da CAPES, etc., quase que se começa a viver em torno destas exigências de linhas, mas as linhas constantes no Projeto FINEP já eram desenvolvidas por nós.

O que eu sempre quis foi me dedicar à História do Brasil. Na UFF eu escrevi e montei um imenso programa “História da Agricultura Brasileira” que, no fundo, é História Agrária, mas na época da ditadura não podia ser chamada assim. Era regional, pois uma História da Agricultura só pode ser regional. Você não pode fazer uma História Agrária nacional. Do ponto de vista da pesquisa é impossível de fazer, pois você tem que buscar as fontes locais.

O trabalho na UFF foi a primeira vez que se montou um projeto de estudos de História da Agricultura Brasileira. Só que a única maneira de se fazer esta história é saindo das generalidades, dentro da tradição da metodologia francesa da história local. É a idéia da longa duração. É uma história estrutural.

E: *Que avaliação a senhora faz da participação dos brasilianistas na UFF ? Eles chegaram por volta de 1972 e a maioria já não estava mais em 1979.*

MY: É eles foram muito importantes na década de 70, mas na de 80 não mais. Nenhum deles na minha opinião teve grande importância, porque vinham em períodos curtos. O Victor Valla e a Nancy Naro é que foram realmente da instituição. Nenhum dos outros deixou escola aqui.

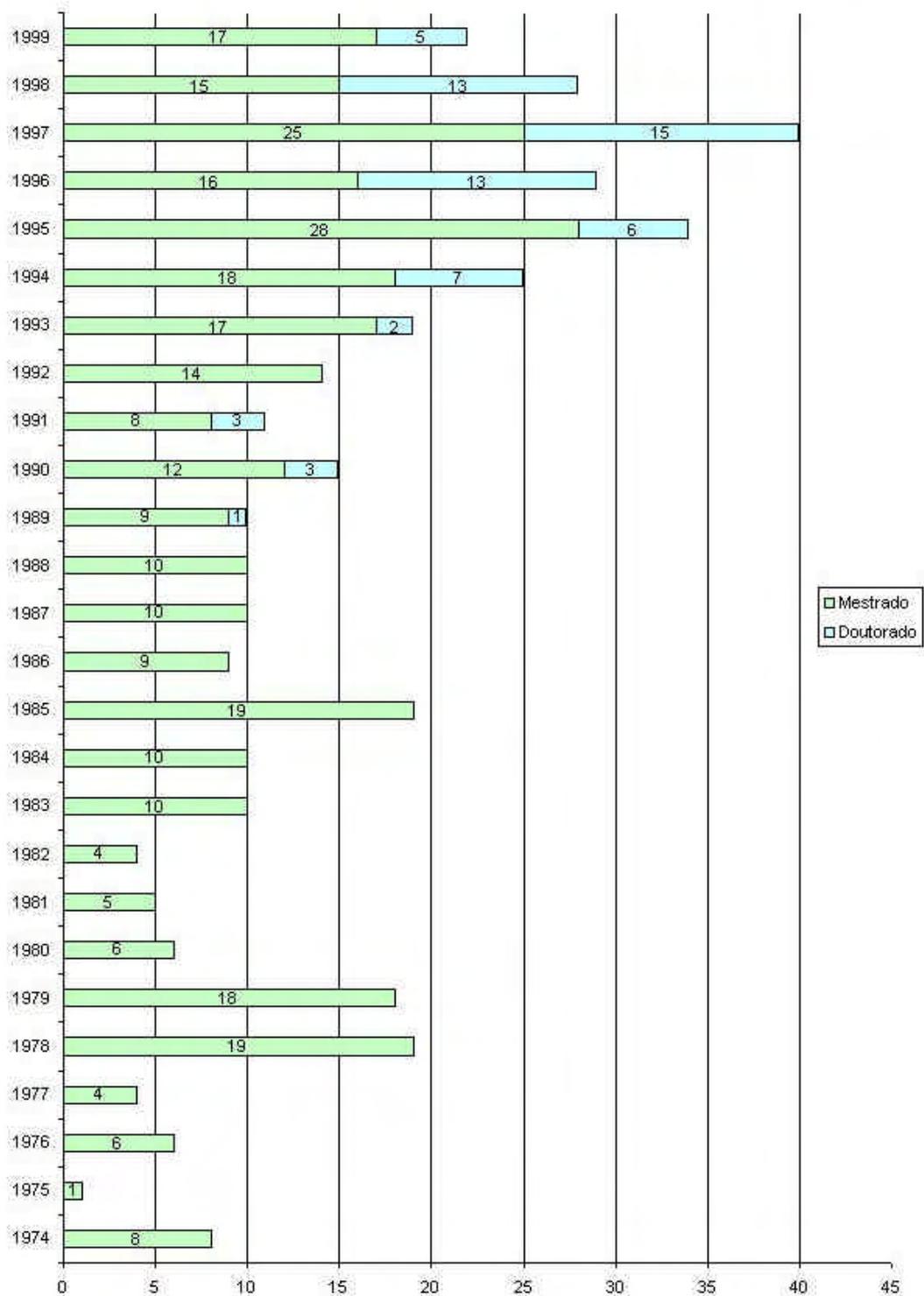
E: *Agradecemos por nos ceder seu tempo para este depoimento.*

Anexo nº 7

Número de dissertações e teses defendidas por ano (1974-1999)*

* Fonte: www.geocities.com/College Park/Campus/3406/grafdef.html
Autoria Haydée Oliveira - Última atualização agosto/99

Defesas no Período 1974-1999



Anexo nº 8

Índice das dissertações e teses defendidas no PPGH/UFF (1989-1996)*

1989

140M

Título: Ego e outro: uma apreensão do corpo - O masculino e o feminino no discurso médico produzido nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1838-1887)

Autora: Sylvia Maria da Costa

Orientadora: Vânia Leite Fróes

141M

Título: Pelas “Bandas D’Além”. Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora (1808-1888)

Autora: Marcia Maria Menendes Motta

Orientadora: Maria Yedda Leite Linhares

142M

Título: “Um mundo ao avesso” - Um ensaio sobre cultura popular e condição feminina no Rio de Janeiro da virada do século (1880-1920)

Autora: Maria Paula Nascimento Araújo

Orientadora: Rachel Soihet

143M

Título: O imprevisto da civilização - A nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX

Autor: Edgard Leite Ferreira Neto

Orientador: Margarida de Souza Neves

144M

Título: Polícia e justiça de mãos dadas: a conferência judiciária policial de 1917

Autor: Pedro Tórtima

Orientador: Victor Vincent Valla

145M

Título: Trabalhadores do Brasil - A cultura popular no primeiro governo Vargas (1930-1945)

Autor: Jorge Luiz Ferreira

Orientador: Rachel Soihet

Os trabalhos são apresentados pela ordem cronológica de defesa, mesmo critério utilizado no Catálogo Fróes, e assim recebem uma numeração. Em nosso índice foram incluídos trabalhos que não constam daquele catálogo por terem sido defendidos após sua publicação. Foram acrescentadas as letras M para identificar as dissertações de mestrado e D para assinalar as teses de doutorado. A seguir aparecem os títulos e os nomes dos autores e orientadores.

146M

Título: Crise e resistência no escravismo colonial

Autor: Théo Lobarinhas Piñeiro

Orientador: Ana Maria dos Santos

147M

Título: “Tristão Incurável Liberal” - Notas para uma biografia política de Alceu Amoroso Lima (1926-1983)

Autor: Jaury Nepomuceno de Oliveira

Orientador: Luiz Carlos Soares

148M

Título: Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)

Autor: Carlos Fico

Orientador: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

1990

149D

Título: A Coluna Prestes

Autor: Anita Leocadia Prestes

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

150M

Título: Os trabalhadores gráficos do Rio de Janeiro: luta e organização (1926-1945)

Autor: Paulo César Azevedo Ribeiro

Orientador: Almir Chaiban El-Kareh

151M

Título: A noção de civilização na união dos construtores do Império (A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1838-1850/60)

Autor: Heloisa Maria Bertol Domingues

Orientador: Afonso Carlos Marques dos Santos

152M

Título: Terra e povoamento na implantação da lavoura cacaueteira no Espírito Santo. Um estudo de caso: Linhares (1900-1930)

Autor: Maria Cilda Soares da Costa

Orientador: Sônia Bayão Rodrigues Viana

153M

Título: Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul (1872-1920)

Autor: Ana Maria Lugão Rios

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

154M

Título: A persistência das idéias e das formas - Um estudo sobre a obra de Tomás Antônio Gonzaga

Autor: Ronald Polito

Orientador: Vânia Leite Fróes

155M

Título: O Império dos miasmas (A Academia Imperial de Medicina, 1830-1850)

Autor: Lorelai Brilhante Kury

Orientador: Margarida de Souza Neves

156M

Título: O Brasil dos Outros (Repensando nosso exotismo)

Autor: Sandra Sybila Fontenelle

Orientador: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

157M

Título: Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira

Autor: Sônia Regina Miranda

Orientador: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

158M

Título: Mulher, ofício e missão: os mundos do feminino nos romances de Machado de Assis e Aluísio Azevedo

Autor: Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi

Orientador: Margarida de Souza Neves

159M

Título: O mundo como uma chanchada: cinema e imaginário das classes populares na década de 50

Autor: Rosângela de Oliveira Dias

Orientador: Rachel Soihet

160M

Título: Os vassallos d'El Rey nos confins da Amazônia - A colonização da Amazônia Ocidental (1750-1789)

Autor: Maria Regina Celestino de Almeida

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

161M

Título: Rompendo fronteiras: a poesia de imigrantes nordestinos no Rio de Janeiro (1950-1990)

Autor: Cecília da Silva Azevedo

Orientador: Rachel Soihet

162D

Título: Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX

Autor: Ana Maria Mauad de Sousa Andrade

Orientador: Rachel Soihet

163D

Título: A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador-Rio de Janeiro, 1680-1790)

Autor: Francisco Carlos Teixeira da Silva

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

164D

Título: Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial: Rio de Janeiro (1790-1888)

Autor: João Luís Ribeiro Fragoso

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

1991

165M

Título: Modelando a “cera virgem” - A saúde da criança na política social de Vargas

Autor: Cristina Maria Oliveira Fonseca

Orientador: Victor Vincent Valla

166M

Título: História de Canudos: o embate cultural entre o litoral e o sertão do século XIX

Autor: Jacqueline Hermann

Orientador: Rachel Soihet

167D

Título: Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro (1790-1830)

Autor: Manolo Garcia Florentino

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

168M

Título: Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro no início do século

Autor: Marcelo Badaró Mattos

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

169D

Título: Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República

Autor: Marieta de Moraes Ferreira

Orientador: Ismênia de Lima Martins

170M

Título: Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)

Autor: Mônica Ribeiro de Oliveira

Orientador: Ana Maria dos Santos

171D

Título: Delírios e agruras do látex

Autor: Regina Márcia de Jesus Lima Andrade

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

172M

Título: Aquarelas do Brasil

Autor: Carmem Sylvia Sicoli Seoane

Orientador: Vânia Leite Fróes

173M

Título: A indústria álcool-motora no primeiro governo Vargas (1930-1945)

Autor: Carlos Gabriel Guimarães

Orientador: Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira

174M

Título: A infância nos recolhimentos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (1890-1919)

Autor: Maria Tavares Escocard Bittencourt

Orientador: Vânia Leite Fróes

175M

Título: As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora (1858-1912)

Autor: Luiz Antônio Valle Arantes

Orientador: Ismênia de Lima Martins

1992

176M

Título: Operários do pensamento. Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro (1880-1920)

Autor: Marialva Carlos Barbosa

Orientador: Rachel Soihet

177M

Título: Crescimento urbano e ideologia burguesa - Estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia (1950-1985)

Autor: Selmane Felipe de Oliveira

Orientador: Ronaldo Vainfas

178M

Título: Atenas e a invenção dos bárbaros

Autor: Marcos Alvito Pereira de Souza

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

179M

Título: Tecendo o amanhã (A história do ensino secundário: programas e livros didáticos - 1931 a 1945)

Autor: Luís Reznik

Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

180M

Título: Jackson de Figueiredo - Trajetória intelectual, intimidade e geração

Autor: Mauricio José Ferreira da Cunha

Orientador: Berenice de Oliveira Cavalcante

181M

Título: Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira

Autor: Leovegildo Pereira Leal

Orientador: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

182M

Título: Nova Friburgo: o processo de urbanização da "Suíça brasileira" (1890-1930)

Autor: João Raimundo de Araújo

Orientador: Ismênia de Lima Martins

183M

Título: A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)

Autor: Denise Rollemberg Cruz

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

184M

Título: Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1970)

Autor: Alexandre Mansur Barata

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

185M

Título: Praças em pé de guerra - O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)

Autor: Paulo Eduardo Castello Parucker

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

186M

Título: As técnicas agrícolas egípcias no III milênio a. C.: um estudo iconográfico

Autor: Haydée Maria Luz Pereira de Oliveira

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

187M

Título: Políticas sociais e corporativismo no Brasil: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo

Autor: André Ricardo Valle Vasco Pereira

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

188M

Título: Sob o verniz das idéias - Liberalismo, escravidão e valores patriarcais nos comentadores do Código criminal do Império do Brasil (1830-1888)

Autor: Jurandir Malerba

Orientador: Hamilton de Mattos Monteiro

189M

Título: O cativo imperfeito - Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX

Autor: José Roberto Pinto Góes

Orientador: Ronaldo Vainfas

1993

190M

Título: Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois (A ocupação do planalto sul Mato Grosso, 1830-1870)

Autor: João Antonio Botelho Lucidio

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

191M

Título: Teatro de reticências: Os primórdios do teatro moderno no Rio de Janeiro (1927-1943)

Autor: Vânia Soares de Magalhães

Orientador: Leandro Augusto Marques Coelho Konder

192M

Título: Progresso e crise urbana: A Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro (1870-1876)

Autor: Marcelo Carlos Gantos

Orientador: Almir Chaiban El-Kareh

193M

Título: O Colégio Nossa Senhora das Dores e a formação do magistério feminino em Nova Friburgo (1940-1963)

Autor: Sonia Regina Rebel de Araújo

Orientador: Rachel Soihet

194M

Título: A República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)

Autor: Juçara Luzia Leite

Orientador: Rachel Soihet

195M

Título: A economia do sinistro. Contribuição ao estudo dos acidentes de trabalho na indústria têxtil durante o Estado Novo (1937-1945)

Autor: Newton Augusto Cardoso de Oliveira

Orientador: Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira

196M

Título: A gesta de Anchieta: a construção do 'outro' nas idéias e práticas jesuíticas nos quinhentos

Autor: Therezinha de Barcellos Baumann

Orientador: Vânia Leite Fróes

197M

Título: A oposição de esquerda brasileira (1928-1934)

Autor: Ricardo Figueiredo de Castro

Orientador: Leandro Augusto Marques Coelho Konder

198M

Título: Abastecimento e instabilidade política no Brasil (1952-1962)

Autor: Márioo Cleber Martins Lanna Júnior

Orientador: Francisco Carlos Teixeira da Silva

199M

Título: Integração e resistência: os trabalhadores urbanos sindicalizados no Rio de Janeiro (1930-1935)

Autor: Ronaldo Pereira de Jesus

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

200M

Título: Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1929)

Autor: Anderson José Pires

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

201M

Título: Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45/1969-78)

Autor: Alberto Ribeiro da Silva

Orientador: Ismênia de Lima Martins

202M

Título: A zona da mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)

Autor: Ângelo Alves Carrara

Orientador: Hamilton de Mattos Monteiro

203D

Título: A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)

Autor: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

204M

Título: Oração e trabalho: as atitudes mentais em relação ao pecado e aos ofícios na sociedade medieval portuguesa dos séculos XIV e XV

Autor: Rosa Maria Duarte Garcia

Orientador: Vânia Leite Fróes

205M

Título: Um movimento em busca do poder: as associações de moradores do Rio de Janeiro e a sua relação com o estado (1970-1990)

Autor: Primavera de Lourdes da Silva Moura

Orientador: Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira

206M

Título: Quem ri, consente. A sociedade imperial no riso de Martins Pena

Autor: Dayse Mary do Carmo Ventura

Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

207M

Título: O paradigma do paraíso: um ensaio de semântica e morfologia histórica

Autor: Vera Fraga Leslie

Orientador: Vânia Leite Fróes

208D

Título: A realeza dos macedônios (VIII e VII a . C.): uma história do outro

Autor: Neyde Theml

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

1994

209M

Título: À sombra das tradições: o sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro na transição democrática (1974-1985). Um estudo sobre o estatismo sindical

Autor: Francisco Carlos Palomanes Martinho

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

210D

Título: O “altar” e o “trono”: mapeamento das idéias e dos conflitos igreja-estado no Brasil (1840-1889)

Autor: Valeriano Altoé

Orientador: Vânia Leite Fróes

211M

Título: Os fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1880)

Autor: Patrícia Maria Melo Sampaio

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

212M

Título: O (des)prestígio da normalista e as relações de gênero no cotidiano do Instituto de Educação do Rio de Janeiro

Autor: Maria José de Carvalho Nascimento

Orientador: Ismênia de Lima Martins

213D

Título: A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (sudeste, século XVIII)

Autor: Sheila Siqueira de Castro Faria

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

214M

Título: O pináculo do tempo: o sermão do Padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII

Autor: Beatriz Catão Cruz Santos

Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

215D

Título: Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis

Autor: Luis Filipe Miranda de Souza Ribeiro

Orientador: Vânia Leite Fróes

216M

Título: A visão egípcia sobre o “estrangeiro” na literatura do Reino Médio

Autor: Amanda Barbosa Wiedemann

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

217D

Título: Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX

Autor: Paulo Afonso Zarth

Orientador: Luiz Carlos Soares

218M

Título: Ficção e história no *Memorial do Convento*. Fronteiras entre diferentes narrativas na obra de Saramago

Autor: Katia da Matta Pinheiro

Orientador: Ronaldo Vainfas

219M

Título: Mentalidade escravista e abolicionismo entre os letrados da corte (1808-1850)

Autor: Christiane Laidler de Souza

Orientador: Ronaldo Vainfas

220D

Título: Rasgando a fantasia: um estudo sobre a identidade do Partido Comunista Brasileiro

Autor: Dulce Chaves Pandolfi

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

221M

Título: Sistema mortuário privado na XVIII dinastia egípcia

Autor: Claudio Prado de Mello

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

222M

Título: A “cidade das mulheres”: alteridade do feminino e cidadania ateniense (455-322 a. C.)

Autor: Marta Mega de Andrade

Orientador: Vânia Leite Fróes

223M

Título: O pensamento jurídico de Tobias Barreto

Autor: Marcus Vinícius Borges da Silva Machado

Orientador: Gizlene Neder

224D

Título: Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945-1964)

Autor: Margarida Luiza de Matos Vieira

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

225M

Título: Baile de máscaras: as polacas num exercício de solidariedade e sociabilidade

Autor: Beatriz Kushnir

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

226M

Título: De moléstia do trabalho a doença profissional: contribuição ao estudo das doenças do trabalho no Brasil

Autor: Anna Beatriz de Sá Almeida

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

227M

Título: O encontro do Rei com Vênus: a trajetória do Observatório do Castelo no ocaso do Império

Autor: Christina Helena da Motta Barboza

Orientador: Margarida de Souza Neves

228D

Título: A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do Sul do Mato Grosso (1880-1940)

Autor: Odaléa da Conceição Deniz Bianchini

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

229M

Título: A apropriação do universo material: o controle do espaço em Larsa durante o período babilônico antigo

Autor: Marcelo Rede

Orientador: Emanuel Bouzon

230M

Título: Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750-1850)

Autor: Carla Maria Carvalho de Almeida

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

231M

Título: O rei e o povo nas crônicas de Fernão Lopes

Autor: Angela Maria Oliveira de Carvalho Santos

Orientador: Vânia Leite Fróes

232M

Título: A imagem do rei e do reino de Portugal através das moedas de D. Fernando I (1367-1383)

Autor: Rejane Maria Lôbo Vieira

Orientador: Vânia Leite Fróes

233M

Título: Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)

Autor: Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Orientador: João Luís Ribeiro Fragoso

1995

234M

Título: A arena dos trovadores. Estudo das representações das tensões sociais no concioneiro galego-português (1250-1340)

Autor: José Costa d'Assunção Barros

Orientador: Vânia Leite Fróes

235M

Título: Cultura libertina e cultura clandestina na Inglaterra, 1580-1680

Autor: Nelma Garcia de Medeiros

Orientador: Francisco José Calazans Falcon

236D

Título: História e cinema: uma imagem do Brasil nos anos 30

Autor: Sonia Cristina da Fonseca Machado Lino

Orientador: Rachel Soihet

237M

Título: Ânimos temoratos: uma leitura dos medos sociais na corte no tempo das regências

Autor: Márcia de Almeida Gonçalves

Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

238M

Título: A Lapa Boêmia: um estudo da identidade carioca

Autor: Muza Clara Chaves Velasques

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

239D

Título: Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)

Autor: Nara Saletto

Orientador: Maria Yedda Leite Linhares

240M

Título: Guerra e sociedade no Brasil colonial. A influência da guerra na organização social (1500-1665)

Autor: Adler Homero Fonseca de Castro

Orientador: Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira

241M

Título: Hoje é dia de branco: o trabalho livre na província fluminense - Valença e Cantagalo (1870-1888)

Autor: Gelsom Rozentino de Almeida

Orientador: Ana Maria dos Santos

242M

Título: O Exército brasileiro e sua consolidação (1934-1955)

Autor: Márcio Antonio Scalercio

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

243M

Título: O anjo tutelar dos desgraçados: justiça e trabalho no estado do Rio de Janeiro na Primeira República

Autor: Marina Leite Ribeiro

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

244M

Título: O Centro D. Vital: igreja, sociedade civil e sociedade política no Brasil (1930-1945)

Autor: Hans Hebert Machado Henze

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

245M

Título: “O rei e a saúde do reino”. A peste e o poder real em Portugal (séculos XIV/XVI)

Autor: Mário Jorge da Motta Bastos

Orientador: Vânia Leite Fróes

246M

Título: Entre a cruz e a espada. Jesuítas e a América Portuguesa

Autor: Célia Cristina da Silva Tavares

Orientador: Ronaldo Vainfas

247M

Título: O reinado de Kamsés, O Forte. Um estudo sobre a ideologia monárquica no Egito Faraônico (1555-1550 a . C.)

Autor: Nely Feitoza Arrais

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

248M

Título: Ritual e Mito no Antigo Egito

Autor: Raimundo William Tavares Júnior

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

249M

Título: Configuração político-econômica do estado brasileiro (1808-1850)

Autor: Válder Pires Pereira

Orientador: Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira

250M

Título: A greve dos tecelões cariocas: partidos e sindicatos no segundo governo Vargas

Autor: Maria Carolina Granato Silva

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

251M

Título: Formas de exploração do trabalho no Antigo Egito: o Reino Médio (2040-1650 a . C.)

Autor: Juan Rubén Gustavo Ferguson

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

252M

Título: Valores e vivências matrimoniais. O triunfo do discurso amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888)

Autor: Silvia Maria Jardim Brügger

Orientador: Sheila Siqueira de Castro Faria

253D

Título: Discurso mítico e construção histórica: o mito de Édipo e a realeza tebana, na Idade do Bronze

Autor: Maria Christina de Caldas Freire Rocha

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

254M

Título: Inquisição, magia e sociedade. Belém do Pará, 1763-1769

Autor: Pedro Marcelo Pasche de Campos

Orientador: Lana Lage da Gama Lima

255M

Título: Ocupação de um território novo. Povoamento, produção e urbanização no sudeste da província de Buenos Aires (Argentina), Necochea (1881-1914)

Autor: María Verónica Secreto

Orientador: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

256M

Título: Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Tradições e transformações fúnebres na corte.

Autor: Cláudia Rodrigues

Orientador: Francisco José Silva Gomes

257M

Título: Cidades inumanas. Condições de vida dos trabalhadores de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1930-1945)

Autor: Norberto Osvaldo Ferreras

Orientador: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

258M

Título: A Senhora do Paço. O papel da rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557)

Autor: Georgina Silva dos Santos

Orientador: Vânia Leite Fróes

259M

Título: Devoção e caridade. Irmandades no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)

Autor: Anderson José Machado de Oliveira

Orientador: Francisco José Silva Gomes

260M

Título: Nossa Senhora da Oliveira e o Concelho de Guimarães. Um estudo sobre o imaginário português nos séculos XIII e XIV

Autor: Beatriz de Vasconcellos Dias Miranda

Orientador: Vânia Leite Fróes

261D

Título: Desagregações religiosas no litoral oriental da América do Sul, séculos XVI e XVII

Autor: Edgard Leite Ferreira Neto

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

262D

Título: A escritura do silêncio - Assia Djebar e o discurso do colonizado no feminino

Autor: Vera Lucia Soares

Orientador: Ronaldo Vainfas

263M

Título: A higienização da psicanálise: um projeto dos leitores de Freud no Rio de Janeiro nos anos 1920-1930

Autor: Ricardo Cariello de Almeida

Orientador: Vânia Leite Fróes

264D

Título: Reforma agrária, pequena propriedade e renda da terra na América Latina: a experiência da Bolívia

Autor: Hamilton de Mattos Monteiro

Orientador: Canrobert Costa Neto

265M

Título: A construção do silêncio. A Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)

Autor: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley

Orientador: Gizlene Neder

266M

Título: O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola (1860-1897)

Autor: Maria Fernanda Vieira Martins

Orientador: João Luís Ribeiro Fragoso

267M

Título: Família e escravidão no Brasil Colonial. Campos, século XVIII

Autor: Tânia Maria Gomes Nery Kjerfve

Orientador: Ronaldo Vainfas

1996

268M

Título: Reformas urbanas e poder político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes (1890-1930)

Autor: Heloiza de Cácia Manhães Alves

Orientador: Lana Lage de Gama Lima

269D

Título: Amaralismo e Pessedismo Fluminense - o PSD de Amaral Peixoto

Autor: Silvia Regina Pantoja Serra de Castro

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

270M

Título: Entre fazendas, secos e molhados - O pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850-1875)

Autor: Eduardo Antonio Lucas Parga

Orientador: Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira

271M

Título: ANL: uma frente de esquerda nos anos 30

Autor: André Luiz Faria Couto

Orientador: Leandro Augusto Marques Coelho Konder

272M

Título: Binômio: Pasquim e panfleto (1952-1964)

Autor: Maria Marta Martins de Araujo

Orientador: Leandro Augusto Marques Coelho Konder

273D

Título: Imprensa, poder e público (Os diários do Rio de Janeiro - 1880-1920)

Autor: Marialva Carlos Barbosa

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

274D

Título: No Reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal (séc. XVI e XVII)

Autor: Jacqueline Hermann

Orientador: Ronaldo Vainfas

275D

Título: Cinema e sociedade: um estudo da filmografia de Leo Hirszman - 1962/1972

Autor: Rosangela de Oliveira Dias

Orientador: Luiz Carlos Soares

276D

Título: Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)

Autor: Marcelo Badaró Mattos

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

277D

Título: Poeta Ariel e Calibã burguês: Mário de Andrade

Autor: Tania Cecilia Pacheco

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

278D

Título: Sindicalismo corporativo no Brasil - O caso dos bancários do Rio de Janeiro

Autor: Ana Lúcia Valença de Santa Cruz Oliveira

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

279D

Título: Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso

Autor: Norma Musco Mendes

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

280D

Título: Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na produção da cidade

Autor: Dulce Portilho Maciel

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

281M

Título: Na sintonia do tempo: uma leitura do cotidiano através da produção ficcional radiofônica (1940-1946)

Autor: Lia Calabre de Azevedo

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

282D

Título: Metáforas do tempo e do espaço doméstico: Rio de Janeiro - séc. XIX

Autor: Suely Gomes Costa

Orientador: Rachel Soihet

283M

Título: Os caminhos de ferro da Província do Rio de Janeiro. Ferrovia e café na segunda metade do séc. XIX

Autor: Andréa Fernandes Consídera Campagnac Rabello

Orientador: Fernando Antonio Faria

284M

Título: Arraiais e procissões na Corte: festas e civilização na cidade do Rio de Janeiro, 1822-1860

Autor: William de Souza Martins

Orientador: Guilherme Pereira das Neves

285M

Título: A emergência do indivíduo no imaginário medieval - O caso de Yvain de Chrétien de Troyes (séc. XII)

Autor: Regina Helena Sarpa Schöpke

Orientador: Vânia Leite Fróes

286M

Título: As idéias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha

Autor: Maria Letícia Corrêa

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

287M

Título: Mulher, política e trabalho: contando uma outra história

Autor: Giselle Martins Venâncio

Orientador: Marco Antonio Vilella Pamplona

288M

Título: Idéias, atitudes e representações das “classes produtoras”: Associação Comercial do Rio de Janeiro (1956-1961)

Autor: Maria Bernardete Oliveira de Carvalho

Orientador: Sonia Regina de Mendonça

289M

Título: Visões e vozes - O Governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-64)

Autor: Fátima Cristina Gonçalves Campos

Orientador: Humberto Fernandes Machado

290M

Título: Imagens subversivas: regime militar e fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-69)

Autor: Gil Vicente Vaz Oliveira

Orientador: Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus

291M

Título: As malhas do poder: Juiz de Fora na segunda metade do século XIX

Autor: Patrícia Falco Genovez

Orientador: Maria de Fátima da Silva Gouvêa

292D

Título: Do Pasteur dos micróbios ao Pasteur dos mosquitos. Febre amarela no Rio de Janeiro (1880-1903)

Autor: Jaime Larry Benchimol

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso

293M

Título: Riscando o solo: o primeiro plano de edificação para a Vila Real da Praia Grande

Autor: Maristela de Oliveira Chicaro

Orientador: Humberto Fernandes Machado

294M

Título: A identidade posta no altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e questão nacional

Autor: Juliana Beatriz Almeida Souza

Orientador: Angela Maria de Castro Gomes

295D

Título: Um olhar brasileiro sobre o caso Paris: o conflito parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro do séc. XIX

Autor: Anayansi Correa Brenes

Orientador: Ismênia de Lima Martins

296D

Título: História urbana e movimentos sociais: O Movimento de Reforma Urbana (1950-1990)

Autor: Franklin Dias Coelho

Orientador: Fernando Antonio Faria

6. Fontes

6.1. Catálogos produzidos pela UFF

FRÓES, Vânia (Coord.). *Catálogo de Teses e Dissertações*, 1974/1995. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996. (Catálogo Fróes).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. *Catálogo de Teses e Dissertações, 1970/76*. Niterói: UFF, 1977. p. 123-128.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. *Catálogo de Teses e Dissertações (1977/78)*. Niterói: UFF, 1979. p. 53-54.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. *Catálogo de Teses e Dissertações (1979)*. Niterói: UFF, 1981. p. 75-81.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. *Catálogo de Teses e Dissertações (1981)*. Niterói: UFF, 1983. p. 103-115.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação*. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História. Niterói: EdUFF, 1986. (Catálogo Falcon).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Catálogo de Pesquisas em andamento na UFF*. Niterói: EdUFF, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Catálogo Geral:1972*. Catálogo n. 1. Niterói, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Catálogo Geral da Universidade Federal Fluminense: 1983*. Niterói: Imprensa Universitária, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Coordenação Superior das Atividades de Pesquisa e Pós-Graduação. *Cursos de Pós-Graduação. Niterói, 1979 (?)*.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. *Catálogo Geral da Universidade Federal Fluminense: 1997-1998*. Niterói/RJ: EDUFF, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. *Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação “stricto sensu” e “latu sensu” do Centro de Estudos Gerais. UFF/CEG. Niterói, 1997*.

6.2. Catálogos produzidos por outras instituições

CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). *Catálogo de dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História: 1973-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. p.7-16.

CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). *Produção histórica no Brasil: 1985-1994*. Catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história. SP: Xamã, 1995. 3 vol.

FALCI, Miridan Britto Knox (Org.). *Catálogo de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro–1980/1996*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

VALLADARES, Licia do Prado ; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. *O Rio de Janeiro em teses - Catálogo Bibliográfico (1960-1990)*. RJ: UERJ, 1992.

6.3. Documentos produzidos pelo PPGH/UFF (em ordem cronológica)

6.3.1. Projetos para a estruturação dos Cursos de Mestrado e Doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Curso de Mestrado. *Estudo Preliminar*. mimeog., s.d. (1970).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Comissão de Pós-graduação. Curso de Mestrado. *Projeto Preliminar*. Mimeog., 07 jul. 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. *Projeto do Curso de Pós-Graduação em História*. Niterói, s.d. (1971).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. *Curso de Mestrado de História*. Mimeog., s.d. (1971/2 ?).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Projeto da Reforma Curricular do Curso de Mestrado em História*, aprovado pelo respectivo Colegiado em reunião realizada no dia 06 de junho de 1983. Processo nº 7671/83. xeroc. (Setor de Arquivo Intermediário da Divisão Geral de Arquivos. Jurujuba. Fundo UFF/PROPP. Caixa 25. Pasta 07).

ANTE-PROJETO do Curso de Doutorado em História. Elaborado pela Comissão designada pelo Colegiado do Curso de Mestrado em História. s.d. (1984 ?).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Projeto de Criação do Doutorado*. Processo nº 23069.006712/84, concluído em 1985. (Setor de Arquivo Intermediário da Divisão Geral de Arquivos. Jurujuba. Fundo UFF/PROPP. Caixa

13. Pasta 01).

6.3.2. Credenciamentos e recredenciamentos

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós-Graduação em História. *Processo de Credenciamento do Curso de Pós-Graduação*. Niterói, mimeog., 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Mestrado em História. *Solicitação do Recredenciamento do Curso de Mestrado em História*. Niterói, xeroc., s.d. (1982).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Processo de Renovação do Credenciamento do Mestrado e Credenciamento do Doutorado*. 1988 Setor de Arquivo Intermediário da Divisão Geral de Arquivos. Jurujuba. Fundo UFF/PROPP. (Caixa 12. Pasta 01).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós-Graduação em História. *Relatório que o curso de Pós-Graduação em História encaminha ao Conselho Federal de Educação para efeito de renovação do credenciamento do Mestrado e do Doutorado*. vol. 1. Niterói, xeroc., 1994.

6.3.3. Regulamentos

REGULAMENTO Específico do Curso de Mestrado em História. Niterói, xeroc, 1977. Aprovado pela N.S. nº 124/77.

REGULAMENTO Específico do Curso de Mestrado em História. Niterói, xeroc, 1981. Aprovado pela resolução nº 63/81 do Conselho de Ensino e Pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós-Graduação em História. Programas de Mestrado e Doutorado. *Regulamento Específico do Curso de Pós-Graduação em História*. Niterói, mimeog., s/d (198?).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Específico do Programa de Pós-Graduação em História*. Niterói, xeroc, 1990.

6.3.4. Outros documentos produzidos pelo PPGH/UFF

Históricos de ex-alunos do PPGH/UFF.

Livros de Atas do Conselho Científico e do Colegiado do PPGH/UFF.

- . Livro 1: 25/05/77 a 27/11/91;
- . livro 2: 15/01/92 a 10/01/96;
- . livro 3: 27/03/96 a 03/05/00 - em aberto.

Livros de Atas das sessões de defesa das dissertações de mestrado e das teses de doutorado em História do PPGH/UFF.

- . Livro 1: 29/07/74 a 18/10/84;
- . livro 2: 04/01/96 - em aberto.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. *Projeto: Contribuição para uma história da UFF. Sub-Projeto: A estrutura da UFF.* Coord. Prof. Humberto F. Machado. Niterói, 1987, xeroc.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós-Graduação em História. *Criação de setores temáticos. Criação de disciplinas.* Niterói, xeroc., 1988.

ORGANIZAÇÃO e Regime Didático-Científico da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, xeroc., (1988 ?).

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. *Relatório do Seminário sobre Linhas de Pesquisa* . 29 de novembro de 1995. xeroc.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado e Doutorado. *Folder de divulgação.* xeroc., jul./1999.

6.4. Outros documentos

A HISTÓRIA do Brasil, escrita nos EUA. *Revista Veja*. n. 168, 24 de nov. de 1971.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. “Credenciamento do curso de pós-graduação em História - nível mestrado”. Documenta n. 212. jul./78.

BRASIL MEC. Conselho nacional de Pós-Graduação. Plano Nacional de Pós-Graduação. Aprovado pelo decreto n. 76.056 de 30 de julho de 1975. Brasília, DF: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Definição dos cursos de pós-graduação.

Parecer 977/65 publicado em 03 dez., 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Situação da Pós-Graduação - 1995. Brasília/DAV, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Avaliação da Pós-Graduação - 1996: Síntese dos resultados. Brasília: CAPES/DAV, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Diretoria de Avaliação/DAV. Avaliação: 1998. Período de Referência : 1996-1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Avaliação da Pós-Graduação - 1998: Síntese dos resultados. Brasília/DAV, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Credenciamento do curso de pós-graduação em História - nível de mestrado. Processo nº 4.341/77. Parecer nº 2.157/78 CESu, 2º grupo. Aprovado em 05/07/78. Relator Tarcísio Meirelles Padilha. Documenta nº 212, Brasília, jul. 1978.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Normas do credenciamento dos cursos de pós-graduação. Parecer nº 77/69. Documenta nº 98. 1969.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Nacional de Pós-graduação. *Plano nacional de Pós-graduação*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Universitários. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Novas perspectivas para o sistema de ensino superior. CAPES. Operacionalização e implantação do ano nacional de pós-graduação*. Brasília, 1975.

NEVES, Guilherme Pereira das; GONÇALVES, Maria das Graças R.; PARADA, Maurício B. A. *A nem tão precária produção de conhecimento na UFF. uma visão quase precária*. xeroc., s.d.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação*. 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação. “Regulamento geral dos cursos de pós-graduação ‘stricto sensu’”. In: *Catálogo dos cursos de pós-graduação*. Niterói, Imprensa Universitária, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. COMPEG. Livro de Atas da COMPEG - 1971. Setor de Arquivo Intermediário da Divisão Geral de Arquivos. Jurujuba. Caixa 6. Pasta 4. Estante 24. Prateleira 02. Cf. reunião de 21/09/71.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. *ICHF em Revista*. Niterói: EdUFF, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n. 111/90. Niterói: EdUFF, s/d.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. COPP. *Cumprimento das exigências constantes do Parecer nº 104/78 do CFE referente ao credenciamento do Curso de Pós-graduação em História do Brasil e História da América (nível mestrado) da UFF*. - Processo nº 4341/77.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Coordenação Superior das Atividades de Pesquisa e Pós-Graduação. Cursos de Pós-Graduação. Niterói: EdUFF, s/d.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Reitoria. Ofício nº 15/71 da Diretora do ICHF, Aídyll de Carvalho Preis, à Presidente da COMPEG, Ceres Marques Moraes, encaminhando o Regulamento do Curso de Pós-Graduação em História. 15 de jan. 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Site www.propp.uff.br. Pós-Graduação Stricto Sensu.

7. Bibliografia

ABUD, Kátia; GLEZER, Raquel. “Pesquisa de história no Brasil (trabalhos em realização)”. *Revista de História*. SP, v. XLIII, n. 88, out.-dez.1971, p. 369-371.

BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: totalidade e imaginário”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996, p. 151-160.

BOUDON, Raymond. “Metodologia”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 465-466.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”; “O campo científico”; “Trabalhos e Projetos”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. Sociologia. SP: Ática, 1978.

BOURDIEU, Pierre. “Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”, “Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento”. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP: Perspectiva, 5ª ed., 1999.

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da historiografia*. SP: Ed. Unesp, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. SP: Brasiliense, 1992.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. RJ: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, pp. 97-113.
- _____. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos de História Oral*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 215-218.
- CIAMPI, Helenice. *A História Pensada e Ensinada - da Geração das Certezas à geração das Incertezas*. SP: EDUC, 2000.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, M^a de Lourdes. “A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)”. *Revista Estudos Históricos - Historiografia*. Rio de Janeiro, vol. 9, n^o 17, 1996, pp. 123 - 149./
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- DURHAM, Eunice R. “A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 41-55, 1^o sem. 1986a.
- _____. “A universidade brasileira - os impasses da transformação”. *Ciência e Cultura*. 38(12): 2004-2018, 1986b.
- FALCON, Francisco J. C. “A Identidade do historiador”. *Revista Estudos Históricos - Historiografia*. Rio de Janeiro, vol. 9, n^o 17, 1996, p. 7-30.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Simpósio sobre problemas da Pós-Graduação em História e Historiografia Brasileira”. Brasília, 08 a 12 nov., 1976.
- FICO, Carlos. POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992-1994. 2 vol.
- _____. “A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa

- de uma avaliação crítica” . *Vária História*. BH, n. 13, jun/94, pp. 147-163.
- _____. “Teses e dissertações de história defendidas em 1995”. *Estudos Históricos*. v. 9, n. 17, 1996.
- FONTES, Virgínia. “História e Modelos”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. RJ: Campus, 1997. pp. 355-374.
- GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. “A pesquisa histórica no Brasil”. *Revista de História*. SP, v. XLIII, n. 88, out.-dez.1971, p. 373-415.
- _____. “A propósito da historiografia brasileira”. *Ciência e Cultura*. 27(5), maio/75, p. 119-126.
- _____. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 55-78.
- _____. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. RJ: Nova Fronteira; BH, MG: UFMG, IPEA, 2000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. “Alguns problemas do Curso de Pós-Graduação em História na Universidade de São Paulo”. Comunicação apresentada na XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília, julho de 1976.
- _____; D’ALESSIO, Marcia Mansor. “Produção acadêmica na pós-graduação em história da PUC-SP”. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez./1993, p. 59-72.
- LALANDE, André (Org.). *Vocabulário técnico e crítico de Filosofia*. SP: Martins Fontes, 1999.
- LAMPERT, Ernâni. “O Professor e Pesquisador Estrangeiro na Universidade Brasileira”. *Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação*. Fundação Cesgranrio, v.1, n.1, p. 47-63, out.-dez/1993.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: a história em questão*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. *História e Historiografia: Brasil pós-64*. RJ: Paz e Terra, 1985.
- LAPA, J. R. do Amaral. “Tendências atuais da historiografia brasileira”. *Revista Brasileira de História*. SP, v.2, n. 4, set./82, p. 153-172.

- LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. vol. 1, p. 95-106.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MARCHI, Euclides et al. "Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set.92/ago. 93, p. 133-141.
- MATOS, Odilon Nogueira de. "José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira". *Revista de História*. v. XLIII, n. 88, out.-dez./1971, p. 527-534.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos*. Uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP/RJ: DIFEL, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 9ª ed., SP: Ática, 1998.
- _____. "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica". *Ciência e Cultura*. 27 (5), mai/75, p. 472-486.
- _____. "Cultura brasileira ou cultura republicana?". *Estudos Avançados*. v. 4, n. 8, p. 19-38, jan.-abr./1990.
- NOVAIS, Fernando A. "A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos". *Estudos Avançados*. v. 4, n. 8, p. 108-115, jan.-abr./1990.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. RJ: Jorge Zahar Edditor, 1996.
- PAULA, Eurípedes Simões de. "Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a historiografia brasileira". *Revista de História*. SP, v. XLIII, n. 88, out.-dez.1971, p. 425-451.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. SP: Ática, 1990.
- PETERSEN, Silvia R. F. "As linhas de pesquisa e as dissertações/teses na pós-graduação em História: algumas idéias para discussão". Anos 90. Porto Alegre, n. 6, dez. 1996.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-215.

RÉMOND, René. Por uma história política. RJ: Editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, José Honório. *A história da história no Brasil: a historiografia colonial*. 1979.

RODRIGUES, Lea Carvalho. *Rituais na universidade*. Uma etnografia na Unicamp. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. “A ciência da ciência”. *Ciência Hoje*. v. 2/nº 11, 1984.

WESTPHALEN, Cecília Maria. “Situação da Pós-graduação em História”.
Comunicação apresentada na XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília, julho de 1976.

_____ ; MEQUELUSSE, Jair. “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”.
Revista de História. SP, v. XLIII, n. 88, out.-dez.1971, p. 353-368.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)